



Capítulo Geral 21
da Sociedade Salesiana

DOCUMENTOS CAPITULARES

Roma, 12 de fevereiro de 1978

SUMÁRIO

Apresentação	n.
Abreviaturas e Siglas	
Documento 1: “ Os Salesianos evangelizadores dos jovens ”	1-165
Documento 2: “ O Salesiano Coadjutor ”: uma vocação de ‘religioso leigo’ a serviço da missão salesiana	166-211
Intervenção do Reitor-Mor sobre “Participação na vida e no governo da Congregação”	212-239
Documento 3: “ A formação para a vida salesiana ”	240-342
Documento 4: “ A ‘Opera Pas’ e a Universidade Pontifícia Salesiana ”	343-370
Documento 5: “ Revisão das Constituições e dos Regulamentos ”	371-446
Deliberação Capitular: “Confirmação das deliberações do CGE acerca da Faculdade concedida pelo Motu Proprio Ecclesiae Sanctae II, 1, 7”	447
Apêndices (19 ao todo — cf. índice)	448-592
Índices	

ADVERTÊNCIA

Os 5 Documentos do CG21 estão aqui dispostos segundo uma ordem lógica, parcialmente diversa da ordem prática com que foram preparados e apresentados à Assembléia pelas respectivas Comissões Capitulares.

APRESENTAÇÃO

Queridos Irmãos, é uma grande alegria para mim escrever-vos pela primeira vez como novo Reitor-Mor, não só para cumprimentar-vos e, ainda que brevemente, conversar fraternalmente convosco, mas sobretudo porque o assunto desta minha primeira carta é a *promulgação* dos Documentos do CG21. Escolher como ocasião do primeiro encontro a entrega das conclusões dos trabalhos capitulares significa renovar a consciência de nos sentirmos irmãos e de nos enriquecermos com dons recíprocos.

Sentimo-nos de imediato à vontade, na própria casa, num clima de amizade, porque se trata do que possuímos de mais íntimo e vital, no mais alto nível, e em direta sintonia com o coração e com os propósitos do nosso Pai Dom Bosco: falamos, com efeito, da nossa razão de ser, do significado atual da vida que nos é comum; tocamos os aspectos mais delicados da opção fundamental feita conscientemente por cada um de nós na profissão religiosa.

Sentimo-nos mutuamente valorizados e apreciados, porque o CG confia na capacidade e responsabilidade de cada um; ele nos apresenta uma perspectiva de futuro no qual devemos ser os protagonistas, e exorta-nos a sê-lo com serenidade e inventiva. E este primeiro encontro vem renovar o entusiasmo da nossa vocação abrindo-nos a uma visão de esperança.

É a primeira hora após o CG21; sabemos, sim, que as horas sucessivas e mais distantes poderão causar cansaço. Esta, porém, é uma hora de juventude em que é lícito e até natural “sonharmos” um pouco.

A Assembléia capitular, com muito trabalho embora e com os inevitáveis defeitos das coisas humanas, foi portadora de um “acontecimento de graça”: para ninguém passe ele em vão (“timeo Dominum transeuntem”)!

Deixemo-nos sacudir e rejuvenescer por essa ventania do Espírito Santo; voltemos com Dom Bosco às origens, à hora dos “sonhos”, onde há mais graça que cálculo, mais vitali-

dade que crise, mais projetos para o futuro que peso de insucessos passados. *Assumamos também nós a psicologia das origens*, confiando na intervenção do Senhor que renova periodicamente a nossa juventude.

Também os mais maduros, os doentes, os que chegaram cansados ao anoitecer, os desanimados sintam, nesta hora, profunda gratidão para com o Senhor que nos renova.

Com o CG21 dirige-nos Ele um novo apelo: a nossa vocação não é um diálogo de ontem já encerrado; está sempre aberta, na conversão e na esperança, aos novos convites do Espírito do Senhor.

Apresento-vos com esta carta os novos Documentos Capitulares.

As Constituições afirmam: *“Os sócios Salesianos aceitarão de boa mente as deliberações (do CG) que obrigam a todos, tão logo sejam promulgadas pelo Reitor-Mor”* (art. 152).

Aceitemos, pois, os Documentos com gratidão e lealdade. Convido-vos a ler atentamente, à maneira de apresentação, o meu discurso de encerramento aos Irmãos capitulares (n. 552-592); ele vos fará perceber logo, numa síntese perspectiva, as linhas mestras da orientação global.

Três os grandes objetivos aos quais devemos dirigir o nosso empenho de conversão:

- *tornarmo-nos evangelizadores especializados dos jovens;*
- *vivermos como autênticos religiosos em missão;*
- *zelarmos pela Formação Permanente mediante renovada animação salesiana.*

Haveis de descobrir no texto quais as teclas essenciais que se devem premir para o nosso relançamento: Palavra de Deus, Constituições, Sistema Preventivo, “espiritualização” do papel do Diretor, co-relatividade e complementaridade na figura dos sócios.

Desejo salientar um elemento que diria estratégico: *a reatualização do aspecto mariano da nossa vocação*; ela nos garantirá o clima adequado para a eficácia dos nossos compromissos. Uma retomada doutrinal e cultural da devoção a

Maria Auxiliadora, que insira a Família Salesiana no coração do movimento mariano mais atual, far-nos-á encontrar de novo (até “de maneira miraculosa”, como nos assegura Dom Bosco) a fecundidade vocacional, a coragem e clareza de que tanto hoje havemos mister nas lutas pela fé.

Nossa Senhora nos guiará, como no sonho dos 9 anos e como sempre na história da salvação, a Jesus Cristo; nos ajudará a tornarmo-nos, com Dom Bosco e como Dom Bosco, fiéis discípulos seus; haverá de estimular-nos a fazer da vida um testemunho explícito da Páscoa, com a qual Cristo salvou e com a qual havemos de carregar de entusiasmo todas as nossas energias — as descobertas da inteligência e as iniciativas do amor —, para a salvação dos jovens hoje.

Queridos Irmãos, consideremos os Documentos Capitulares como uma mensagem portadora de graça para a nossa vida e trabalho: *estudemo-los pessoalmente, aprofundemo-los comunitariamente, e programemos de maneira concreta a sua aplicação.*

Saúdo a cada um de vós com afeto e esperança, e peço, com toda a intimidade, orações contínuas e sacrifícios cotidianos pelo novo Reitor-Mor; redundarão em benefício de toda a Congregação. Agradeço a cada um de vós o trabalho e a fidelidade, e a todos garanto o dom da minha existência incorporadora dia a dia na Eucaristia.

Que o “amor” do Pai, rico de iniciativas, que o “compromisso” de Cristo, generoso na obediência, e que a “alegria” do Espírito de ambos, vivifiquem o coração de cada Irmão e purifiquem a atmosfera de todas as casas salesianas.

Creiamos e esperemos juntos, com a força do amor de comunhão que nos faz vibrar num só coração e numa só alma!
Eis a nossa palavra de ordem: “mãos à obra”.
Vosso af.mo

P. EGÍDIO VIGANÓ
Reitor-Mor

Roma, 24 de fevereiro de 1978

ABREVIACÕES E SIGLAS

art.	artigo
c., cap.	capítulo
cf.	confronte
doc.	documento
ib	ibidem
p. pág.	página

1. *Atos do Magistério*

AA	Apostolicam Actuositatem
CD	Christus Dominus
CP	Communio et Progressio
EC	Escola Católica
EN	Evangelii Nuntiandi
ES	Ecclesiae Sanctae
ET	Evangelica Testificatio
GE	Gravissimum Educationis
GS	Gaudium et Spes
LG	Lumen Gentium
OT	Optatam Totius
PC	Perfectae Caritatis
PO	Presbiterorum Ordinis
PP	Populorum Progressio
RC	Renovationis Causam
RdC	Renovação da Catequese
SDV	Summi Dei Verbum
Sín. 77	“ <i>Mensagem ao Povo de Deus</i> ”: Conclusões principais do Sínodo de 1977
SCRIS	Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares
Oss. Rom.	Osservatore Romano

2. *Siglas Salesianas*

ACGE	Atos do Capítulo Geral Especial
ACMSC	Atos do Congresso Mundial do Salesiano Coadjutor
ACS	Atos do Conselho Superior
CC	Cooperadores Salesianos
CG	Capítulo Geral
CGC	Carta do Grão-chanceler
CGE	Capítulo Geral Especial
CI	Capítulo Inspetorial
Const.	Constituições
CS	Comunicação Social
DB	Dom Bosco
EE	Ex-alunos Salesianos
Ep, Epist.	Epistolario Don Bosco
FMA	Filhas de Maria Auxiliadora
FP	Formação Permanente
FS	Família Salesiana
FCE	Faculdade de Ciências de Educação
LAS	Livraria do Ateneu Salesiano
MB	Memorie Biografiche
MP	Motu Próprio
Op. Sist. Prev.	Opúsculo sobre o Sistema Preventivo de Dom Bosco
Op. Ed.	Opere Edite
PAS	Pontifício Ateneu Salesiano
RCS	Relação do Conselho Superior (sobre a reestruturação da "Opera Pas")
RDF	Relatório do Dicastério da Formação
Reg.	Regulamentos Gerais
RF, RFIS	Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis
RM	Reitor Mor
RRM	Relação Geral do RM sobre o estado da Congregação
SC	Salesiano Coadjutor
Sch Prec	Schemi Precapitolari CG21
SDB	Salesianos de Dom Bosco
SGUPS	Statuti Generali dell'UPS
SP	Salesianos Presbíteros
Stat. Conf.	Statuto Confederale Exallievi
UPS	Universidade Pontifícia Salesiana
VDB	Voluntárias de Dom Bosco

CG21 422/1.32

DOCUMENTO 1

**OS
SALESIANOS
EVANGELIZADORES
DOS
JOVENS**

SUMÁRIO

	n.
INTRODUÇÃO	1-19
1. ^a PARTE — OS JOVENS E A SUA CONDIÇÃO	20-30
2. ^a PARTE — OS SALESIANOS AGENTES DA EVANGELI- ZAÇÃO	31-79
Premissa	
1 A comunidade evangelizada	
1.1 O dom da fraternidade e a evangelização	34-37
1.2 O dom da consagração e a evangelização	38-41
1.3 O dom da oração e a evangelização	42-45
1.4 A animação da Comunidade para a Evangelização: O papel do Diretor	46-57
1.5 Orientações práticas	58-61
2 A comunidade animadora	
2.1 A Comunidade salesiana animadora na Comunidade edu- cativa e pastoral	63-68
2.2 A participação dos Cooperadores e dos Ex-alunos na obra educativa e pastoral dos SDB	69-75
2.3 A colaboração de outros leigos na comunidade educativa e pastoral	76-78
2.4 Orientações práticas	79
3. ^a PARTE — O PROJETO EDUCATIVO E A FECUNDIDADE VOCACIONAL	80-119
1 O projeto educativo e pastoral salesiano	
1.1 Os conteúdos	81-95
1.2 O estilo	96-104
1.3 Orientações práticas	105
2 A fecundidade vocacional	106-119
4. ^a PARTE — ALGUNS AMBIENTES E CAMINHOS DE EVANGELIZAÇÃO	120-161
1. O Oratório e o Centro juvenil: ambientes de evangelização	121-127
2. A Escola como ambiente de evangelização	128-134
3. A paróquia: aspectos particulares da presença salesiana evangelizadora	135-142
4. As Missões	143-147
5. A Comunicação Social: caminho para a evangelização	148-153
6. Uma nova presença salesiana para a evangelização	154-161
CONCLUSÃO	162-165

OS SALESIANOS EVANGELIZADORES DOS JOVENS

O CG21 entrega este documento aos Irmãos e o faz com o 1
desejo fraterno que encontrem luz e entusiasmo de teste-
munhar e anunciar o Evangelho aos jovens. “São milhões,
por vezes, dispersos e desorientados por uma multiplicidade
de vozes discordantes, que esperam de vós, nos dizia o
Papa ⁽¹⁾, a palavra de salvação, procuram a mão fraterna e
amiga, que os guie com serena segurança para o Absoluto”.
Para os seus anseios e para a nossa resposta é que nasceu
este documento.

1. *É um documento operativo*, no sentido que, a partir da 2
verificação de alguns problemas existentes (*a situação*), leva
e convida a concluir operativamente para maior fidelidade
e eficácia apostólica.

2. *É um documento de família*. As conclusões são motiva- 3
das pela referência a um quadro de valores comuns e com-
partilhados. Os valores descritos não são, na sua substância,
idéias separadas da vida dos Salesianos. É o que apareceu
na leitura dessa vida. É o que constitui esta vida em pleni-
tude quando os irmãos evangelizam com a eficácia própria
de quem é fiel; e quando eles se encontram em dificuldades,
é o que em tal vida sofre, é depauperado ou apagado e pede
para ser revitalizado.

Para isso se fala de “*quadro de referência*”: um quadro ao
qual a própria vida se refere como sua medida e no qual se
inspira como sua salvação. O documento parte do concreto
e caminha para o concreto. Não é um tratado. É muito mais
modesto que um tratado, mas talvez, pela perspectiva em
que é colocado e pelas pessoas a quem é dirigido, seja mais
precioso.

Mesmo sua composição ou estrutura põe em evidência tais
intenções. Cada parte trata de um problema que se vive,
analisa-o através de uma verificação, vê suas ligações com os
valores das Constituições; traça, especialmente, as linhas

(1) Paulo VI ao CG21 (n. 477).

possíveis de renovação e as orientações operativas que parecem mais urgentes e decisivas.

- 4 3. *É um documento que tem o seu significado*, hoje. O momento histórico no qual a Igreja nos chama a trabalhar é o da evangelização. A originalidade e a criatividade do nosso carisma devem tentar interpretá-lo e vivê-lo de modo salesiano, “porque a nenhum de nós é desconhecida a ligação que existe entre este argumento e o problema da educação do mundo de hoje” (2).

O nosso carisma deve tornar-se projeto histórico para responder à “juventude de hoje, tão sedenta de verdade e de projetos históricos” (3). Portanto, a idéia que une as diversas partes, que é a fonte de sua unidade, é a nossa vocação de evangelizadores, que se torna real quando é vivida no projeto educativo e pastoral salesiano, reestudado e atualizado.

- 5 4. A tanto fomos convidados pela Carta que o Cardeal Villot, em nome do Santo Padre, enviou ao P. Luís Ricceri, e pelo discurso que o próprio Papa fez na audiência privada ao Capítulo Geral. Os argumentos nos quais pôs sua atenção o Papa — a quem os filhos de Dom Bosco “filialmente se submetem e a cuja disposição eles estarão para o bem da Igreja universal” (4) — como que se entrelaçaram fazendo aflorar a alma e a vitalidade do nosso documento.

- 6 5. O Papa, após haver particularmente apreciado a escolha do tema geral do CG21, volve o seu pensamento a Dom Bosco, “uma presença animadora e admoestradora”, “que nos precede com seu passo sempre jovem e dinâmico”; lembra, como em suas memórias, ele fala da sua “sede de sacerdócio” que o fazia desejar “lançar-se em meio aos jovens, a fim de conhecê-los intimamente e ajudá-los em qualquer circunstância a evitar o mal”.

A sede da sua vocação, os jovens e suas condições, são as duas dimensões da vida de Dom Bosco. Ele “em tempos complexos e calamitosos” viveu-as como um “autêntico protagonista da história da Itália e da Igreja” (5).

(2) Mensagem do Sínodo sobre a Catequese, n. 1.

(3) Discurso de homenagem dirigido ao Papa pelo P. Egidio Viganó (464).

(4) Const. 128.

(5) Paulo VI ao CG21.

6. Esta responsabilidade profunda referente ao carisma do qual participamos empenha-nos a nós também e na mesma direção: 7

6.1 Propomos decisivamente o problema da nossa fidelidade em “seguir Cristo de modo total e incondicionado (...) mediante a generosa, alegre e fiel prática dos conselhos evangélicos”, segundo o espírito de Dom Bosco, para mostrar aos meninos e aos jovens “um rosto que não seja uma máscara artificial, mas a expressão límpida de um amor que se abre ao irmão num amor maior, como é o amor de Deus, que é ‘maior que o nosso coração’” (6). “Que se dê o primeiro lugar ao espírito religioso”, lê-se na carta do Cardeal Villot.

6.2 Mantemos o “caráter particular da obra e da pedagogia salesiana, tanto mais que as necessidades sociais e eclesíásticas dos tempos modernos parecem corresponder mais que nunca à índole do apostolado dos Filhos de São João Bosco, voltado com interesse e dedicação preferenciais à juventude masculina” (7).

6.3 Vivemos esta vocação e este carisma, seguindo Dom Bosco, que foi um “autêntico protagonista”, como aqueles que, pela sua fidelidade e dedicação e pela competência adquirida, despertam a criatividade e a inventividade do dom de Deus.

7. A figura animadora e admoestadora de Dom Bosco e do Papa, que nos “mostra as notas específicas da nossa identidade num momento de mudanças em que se não vê claro” (8), conduzem nossa reflexão para estes setores determinantes e nos levam a uma verificação, colocando-nos nas mãos não só os valores a cultivar, mas também a exigência de encontrar os instrumentos aptos para defendê-los. 8

(6) *ib.*

(7) Carta do card. Villot ao P. Ricceri, 29 de outubro de 1977 (n. 448).

(8) Intervenção do P. Egidio Viganó na Assembléia.

INTRODUÇÃO

- 9 “A atividade evangelizadora e catequística é a dimensão fundamental da nossa missão. Como Salesianos, somos todos e, em qualquer ocasião, educadores da fé” (1).

Este serviço, que “requer (...) de nossas comunidades capacidade de anúncio e força de testemunho” (2), nos foi proposto também pela Mensagem dos Bispos reunidos no IV Sínodo. Eles pensam que “nos próximos dez anos a catequese será em todo o mundo o terreno natural e mais frutífero para a renovação da inteira comunidade eclesial” (3). Agradecem, pois, às comunidades religiosas que renovam a esperança “na grande fecundidade espiritual, para o mundo, de uma vida vivida no espírito das bem-aventuranças” (4). O próprio Papa leva em consideração a “imensa contribuição” dos religiosos que, testemunhas da santidade, se dedicam ao anúncio do Cristo e exprimem “uma originalidade e uma feição própria, que lhes granjeiam forçosamente admiração” (5).

- 10 Esta feição própria e originalidade são para nós, Salesianos, entreligadas e alimentadas diretamente por duas fontes: por Cristo e seu Evangelho, vivido segundo o espírito de Dom Bosco (6), e pelos jovens que, como se diz, “têm horror ao fictício, àquilo que é falso e procuram, acima de tudo, a verdade e a transparência” (7).

Perguntamo-nos, então, se acreditamos verdadeiramente naquilo que anunciamos, se vivemos aquilo que cremos, se pregamos verdadeiramente o que vivemos, atentos aos apelos que partem dos jovens; se verdadeiramente damos testemunho da nossa solidariedade efetiva para com eles e, ao mesmo tempo, do Absoluto de Deus (8).

(1) Const. 20

(2) Const. *ib*

(3) Sín. 77, n. 4

(4) Sín. 77, n. 18

(5) EN 69

(6) cf. Const. 101

(7) EN 76

(8) cf. EN 76

“Seguimos (...) de perto a Jesus Cristo, escolhendo um modo intensamente cristão de amar a Deus e aos irmãos com coração indiviso”⁽⁹⁾. Para isto, em primeiro lugar indicamos nas *Constituições*, fielmente observadas, um critério privilegiado da nossa identidade, como indivíduos e como comunidade. E afirmamos que é necessário conhecê-las, acolhê-las e vivê-las, para podermos propor de novo as riquezas do coração apostólico e das intenções de Dom Bosco, “homem de Deus e homem de Deus para os jovens”⁽¹⁰⁾.

Neste sentido reafirmamos também os valores permanentes da *Tradição* que o Reitor-Mor e os Capítulos Gerais, à luz da vida dos Irmãos, interpretam com autoridade e reapresentam de maneira nova. Hoje, para nós, têm particular importância os ACGE, os quais, embora tragam “a marca da nossa fragilidade”⁽¹¹⁾, são uma válida tentativa de levar Dom Bosco aos jovens de nossos tempos e contêm “as motivações e os princípios dos quais promanam” as *Constituições*⁽¹²⁾.

Em segundo lugar, reconhecemos nos *jovens* a outra fonte da nossa inspiração evangelizadora. Nós, Salesianos, somos enviados aos jovens, especialmente aos mais pobres, e colaboramos na criação de uma sociedade nova, promovendo a plenitude de sua vida na fé.

São os jovens que encontramos nos vários países do mundo, muito diversos entre si também nos diversos níveis de consciência e de liberdade: talvez imobilizados e fechados em si por causa das marginalizações que sofrem, por serem pobres, ou então, presas das contradições e dos conflitos às vezes violentos, ou já no trabalho de construir, seguindo a Cristo, uma sociedade mais humana.

Em todos e em cada um destes jovens é possível descobrir uma necessidade de verdade, de libertação, de crescimento humano, e o desejo, mesmo se implícito, de um mais profundo conhecimento do mistério de Deus⁽¹³⁾.

Eles vivem esta experiência, como parte viva de um ambiente que é chamado ‘*condição juvenil*’. Ambiente feito de tendên-

(9) Const. 75

(10) ACGE 769

(11) ACGE 769

(12) ACGE Introdução, p. IX

(13) Sin. 77, n. 1

cias e de conceitos de valor que tornam mais fácil ou mais difícil o crescimento de sua humanidade na fé ⁽¹⁴⁾.

A *relação de sintonia*, necessária para educá-los, o amar o que eles amam, mesmo sem renunciar à nossa condição de adultos e de educadores salesianos, torna-se, então, difícil e complexa.

Contudo, nossa vocação, dom de Deus, é fonte de esperança: é preciso atualizar nossas competências, mas, sobretudo, é preciso acreditar mais na força do Espírito e no dom original que Ele nos fez para vencer todo medo e não abandonar o campo difícil de nosso empenho juvenil.

O CG21, portanto, de um lado, se volta para os jovens e descobre, entre a expectativa deles, o apelo que nos dirigem, e a nossa missão, uma feliz coincidência; ⁽¹⁵⁾ e de outro lado, se volta para o renovado empenho da Igreja pela evangelização e descobre na missão evangelizadora dos jovens a característica fundamental da nossa identidade.

- 14 Mas como evangelizar estes jovens? Participantes da atividade evangelizadora da Igreja, nós acreditamos no carisma de Dom Bosco e, portanto, no modo original salesiano de evangelizar os jovens. O nosso modo original de tornar real a evangelização é o *projeto educativo salesiano*, o “Sistema Preventivo”, reestudado e atualizado, com os seus operadores, os seus conteúdos, suas metas, seu estilo, seus modos, nos vários ambientes em que trabalhamos.

Devemos conscientizar-nos de que educação e evangelização são atividades distintas em sua ordem. Estão, contudo, estreitamente unidas no plano prático da existência. Em Dom Bosco e no seu Sistema Preventivo a salvação é salvação do jovem todo. É libertação do pecado e crescimento em Cristo até a santidade, mas é também libertação das múltiplas condições de pobreza e de abandono, das escravidões sociais e culturais, para que os jovens se tornem “cidadãos honestos” ⁽¹⁶⁾.

A EN confirma, hoje, esta visão. Os vários elementos do processo de evangelização (“a presença e a comunhão de vida e de destino, a renovação da humanidade, o testemunho,

(14) cf. EN 19

(15) cf. discurso de Paulo VI ao CG21 (n. 467-478)

(16) cf. EN 31

o anúncio explícito, a adesão do coração, o ingresso na comunidade, o acolhimento dos sinais, as iniciativas apostólicas”) (17) longe de se contrariarem e excluïrem, na realidade complementam-se e enriquecem uns aos outros (18).

Nós, Salesianos, evangelizadores dos jovens, acompanhamos esta obra, aceitando, antes de tudo, a *evangelização de nós mesmos*. 15

Como pessoas e como comunidades de crentes temos um carisma específico com o qual nos dedicamos à educação (19). Imersos no mundo, freqüentemente somos tentados pelos ídolos (20) e sabemos que incessantemente temos necessidade de ouvir a palavra de Deus, e converter-nos a ela, de nutrir o coração com a fidelidade ao mandamento do seu amor e com as razões da sua esperança.

Temos necessidade de configurar-nos ao Cristo segundo o espírito de Dom Bosco, para que possamos evangelizar como ele, educando.

Para isso, cada um de nós, constrói e faz crescer, quanto está em seu poder e ajudado pelos irmãos, a própria humanidade e os próprios talentos na *comunidade* religiosa e educativa, para que seja renovada. Ela se torna o lugar onde Deus se faz presente e se comunica. 16

Para isso acolhemos a sua iniciativa de consagrar-nos com o amor de Cristo, casto, pobre e obediente, e lhe respondemos com a alegria e o vigor impetuoso da nossa colaboração.

Para isso, descobrindo a sua presença e o dom que nos fez, adoramo-Lo, louvamo-Lo e agradecemos-Lhe. Mas exatamente porque enviados por Ele aos jovens, sentimos que nossa oração também é luz e força. Tornamo-nos capazes de descobrir o plano de ação de Deus no mundo, nos seus acontecimentos e na vida dos jovens, o significado da nossa consagração à salvação deles, e sentimos a urgência de colaborar com generosidade.

(17) cf. RN 21

(18) cf. EN 24

(19) cf. EC 89

(20) cf. EN 15

- 17 A comunidade amadurece esta progressiva evangelização de si mesma através dos *ministérios que a animam*, o do diretor de modo especial. E torna-se, por sua vez, *animadora*, promovendo a colaboração e inserindo-se na complexidade do contexto social e eclesial onde vive, de modo a responder com plenitude e tempestivamente a Deus que a envia e aos jovens que a esperam.

Na medida em que aceita esta conversão, viverá em si mesma a alma do 'Sistema Preventivo', que é método de educação, mas é sobretudo, uma espiritualidade: é um amor que se doa gratuitamente, inspirando-se na caridade de Deus que antecede cada criatura com sua providência, segue-a com sua presença e a salva, doando a vida.

- 18 O CG21 pretende trazer a lume alguns problemas existentes na vida da Congregação, de acordo com as diretivas autorizadas do Santo Padre, as informações e as propostas enviadas pelos CI e pelos Irmãos ou sentidas pelos Capitulares e as observações contidas na Relação do Reitor-Mor. Quer verificar-lhe, o quanto possível, os aspectos positivos e negativos e quer dar orientações sobre pontos que parecem de importância fundamental e atual.

Faz referência ao quadro dos valores comuns e compartilhados (Constituições e ACGE) para motivar racionalmente certas diretivas e para dar significado ao empenho e ao esforço que pede aos Irmãos, a fim de que testemunhem e anunciem aos jovens o Evangelho do Senhor.

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

- 19 a. As Inspetorias determinem a maneira de favorecer o conhecimento e a assimilação das Constituições renovadas. Assumam-nas como critério concreto de identidade, de revisão de vida e de programação, a nível pessoal e comunitário. Façam-nas objeto de dias de retiro, de encontros de formação e de momentos de oração. (Cf "A Formação para a vida salesiana" n. 240-342).

b. Em sinal de unidade e como interpretação autorizada da nossa identidade, valorizem-se os ACGE, os Atos do CG21, os ACS, as orientações e as diretivas dos Superiores. Estabeleçam-se, a nível inspetorial, as formas mais adaptadas.

c. Favoreça-se o conhecimento da história e do espírito salesiano com as pesquisas e as publicações do Centro de Estudos Dom Bosco, com a edição crítica das Constituições da nossa Sociedade, com uma maior difusão da literatura salesiana (traduções e divulgações), com o intercâmbio mais rico de notícias e de iniciativas (Boletim Salesiano, ANS, Noticiários Inspetoriais). (Cf. “A formação para a vida salesiana”, n. 342; Cf. também Orientações Práticas, n. 105c deste documento).

PRIMEIRA PARTE

OS JOVENS E SUA CONDIÇÃO

A Evangelização supõe um conhecimento adequado dos jovens

- 20 Um trabalho educativo, para ser concreto e oferecer um serviço útil, não pode limitar-se a princípios gerais e a orientações genéricas. Deve indicar com precisão os conteúdos e os métodos para que sejam dados aos jovens na fase educativa aquela atenção e aquele respeito que nos ensina a pedagogia de Deus, que ama a cada homem, “chama cada um por seu nome” ⁽¹⁾, e o faz protagonista do seu anúncio. E deve distinguir a idade, o ambiente, a cultura, o sexo. A evangelização passa, portanto, também e sempre mais obrigatoriamente, pela análise das situações de vida que incidem sobre a personalidade juvenil. Os modelos que o ambiente apresenta, as aspirações, as tensões e as reinvidicações que induz, freqüentemente acham guarida e solidariedade no coração dos jovens. Suscitam neles emoções e atitudes diversas, mesmo que, com freqüência, a nível do inconsciente, que prejudicam ou favorecem a intervenção educativa e a mesma compreensão e aceitação do Evangelho.

Esta parte pretende descrever com acenos gerais a “condição juvenil” principalmente para levar os Salesianos, individualmente e como comunidade, a escutar com interesse esta voz do mundo juvenil e a levá-la em conta no diálogo educativo e pastoral da evangelização.

A situação

- 21 As Constituições revelam uma viva consciência do mundo dos jovens ⁽²⁾ e convidam a solidarizar-se com eles, a avaliar suas expressões, a valorizar suas contribuições positivas ⁽³⁾, até a “descobrir os valores evangélicos” de que possam ser

(1) ACGE 34; cf. n. 36, 39, 44, 46

(2) Const. 9

(3) Const. 16

portadores ⁽⁴⁾. Os ACGE traçam uma descrição, em linhas gerais, da condição juvenil ⁽⁵⁾, a partir de alguns “sinais” de nosso tempo ⁽⁶⁾.

A revisão que precedeu o CG21 convoca, de fato, para uma análise realista do contexto juvenil. Reafirma que o anúncio do Evangelho deve encontrar encarnação adequada na complexidade do contexto atual. E, por isso, se sublinham as grandes dificuldades que alguns Salesianos encontram em acolher e compreender os jovens, em manter-se sintonizados com os problemas que apresentam, em entrar em diálogo educativo com eles.

Tudo isto parece influenciar a própria escolha dos destinatários.

Nota-se, com certa preocupação, em muitas de nossas obras, um progressivo rarefazer-se dos destinatários que deveríamos privilegiar e a escolha de outros por assim dizer — menos nossos.

As razões são evidentemente complexas e, às vezes, diversas, de acordo com os lugares onde a Congregação é chamada a evangelizar. 22

Acenamos a algumas:

A *realidade sócio-cultural* mudou rapidamente em muitos países. Em outros a mudança é iminente. Isto aumenta os confrontos e rupturas entre as gerações jovens e adultas. Particularmente desconcertante é o conflito que a sociedade manifesta em alguns de seus aspectos e do que os jovens se ressentem, profundamente: 23

- a exaltação e a instrumentalização da pessoa;
- o apelo à liberdade e, ao mesmo tempo, a opressão de muitas liberdades;
- a aspiração a valores maiores e a contestação de todo valor;
- o desejo de solidariedade e, ao mesmo tempo, a crise de pertença, a difusão do sentido de anonimato, o desinteresse;

(4) Const. 14

(5) ACGE 34-44

(6) ACGE 31-33

- a rapidez dos intercâmbios e das informações e a lentidão das reformas culturais e sociais;
- a procura de unidade e paz universal e a persistência de contrastes políticos, sociais, raciais, religiosos, econômicos;
- a exaltação de tudo o que é jovem e a marginalização dos jovens, às vezes, no trabalho, na participação, na responsabilidade.

24 *A situação sócio-econômica* atual marginaliza países inteiros e isola, também nas nações mais desenvolvidas, vastas áreas de pobreza coletiva. Nota-se o profundo desajuste de muitos jovens das classes pobres, à margem da sociedade à qual deveriam pertencer, excluídos dos bens econômicos e culturais e do pleno exercício das próprias responsabilidades. São impossibilitados de se tornarem homens em plenitude.

25 *A Igreja* reflete esta mudança cultural rápida e profunda. Internamente, a vasta e profunda revisão da cultura tradicional atingiu a elaboração dos valores humanos e cristãos⁽⁷⁾; a fé sofreu vasto processo de secularização que põe em julgamento a maneira como é formulada a proposta cristã e sua própria credibilidade⁽⁸⁾. As comunidades cristãs locais acham difícil a comunicação e a comunhão com os jovens; que os acha diferentes, presas de novos interesses, e, entretanto, desejosos de co-responsabilidade.

Entretanto, externamente, elaboram-se novas visões do homem, dificilmente compatíveis com a visão cristã, ou até mesmo alternativas. A ideologia se apresenta, às vezes, tão forte que reivindica para si o significado total da existência substituindo-se à proposta cristã.

26 *Num ambiente salesiano*, a falta, às vezes, de uma reflexão sistemática e positiva sobre a realidade juvenil em movimento, a reelaboração às vezes insuficiente, em termos de atualidade, dos valores sempre válidos do patrimônio educativo salesiano, freiam o *élan* e a iniciativa e levam a uma atitude de incompreensão prejudicial.

O ponto de vista resolutivo para a evangelização

27 A muitos jovens, imersos neste vasto processo, por eles mesmos alimentado em grande parte, custa orientar-se e desco-

(7) cf. GS 54

(8) cf. EN 20.63; GS 53

brir com clareza o quadro de valores humanos e cristãos que sustentem o próprio amadurecimento. Estão como que desgarrados e alienados. São aqueles a quem mais nos dedicamos, com generosidade salesiana.

Não faltam, contudo, sinais positivos e promissores que se manifestam nos jovens e nos grupos juvenis, os quais, convenientemente educados, podem, por sua vez, servir de fermento na massa. Eles, respondendo ao convite do Concílio, podem “tornar-se os primeiros e imediatos apóstolos dos jovens”⁽⁹⁾.

Secundando a recente reflexão da Igreja, achamos que o ponto-chave esteja em apoiar as aspirações profundas e sadias destes jovens, levando ao amadurecimento a sua explícita ou implícita solidariedade com o Evangelho.

Os jovens já tomaram consciência de si e da própria condição e amadurecem a consciência da participação e da co-responsabilidade. Não só porque são a maioria numérica — no ano 2000 serão dois terços da humanidade — mas porque são “os portadores do futuro”⁽¹⁰⁾; porque os problemas que apresentam, mesmo se de modo ainda confuso, canhestro e desconcertante, “amanhã serão provavelmente os problemas de todos os homens”⁽¹¹⁾; porque tendem a tornar-se sujeitos ativo de evangelização⁽¹²⁾.

Criticam, às vezes abertamente, a instituição e estão insatisfeitos com a prática e a experiência religiosa existentes na comunidade eclesial. Mas dispõem-se sinceramente ao confronto e à procura, com acentuada propensão à comunicação pessoal e ao diálogo⁽¹³⁾. E apelam para a radicalidade, para a pureza do evangelho e, por isso, interpelam vigorosamente e até mesmo além da medida toda a comunidade eclesial⁽¹⁴⁾.

É uma constatação recente do despertar para os valores interiores da oração, da contemplação e do interesse pela palavra de Deus⁽¹⁵⁾, que os impele à ação, para melhorar o mundo. Colocam resolutamente o tema da irrenunciável

(9) AA 12; EN 72

(10) Sínodo 1974 e 1977, n. 3

(11) Sínodo 1974

(12) cf. AA 3 e Sínodo 1974

(13) cf. Sínodo 1974

(14) cf. Sínodo 1974

(15) cf. Sínodo 1974

solidariedade entre fé e vida ⁽¹⁶⁾; manifestam particular sensibilidade diante da justiça no mundo; exigem uma “operosidade cristã na construção da história” ⁽¹⁷⁾; levam a prática da fé até a ação concreta em âmbito social e político ⁽¹⁸⁾.

A atitude salesiana

- 29 A reflexão recente da Igreja e os seus apelos, a reflexão da Família Salesiana baseada no realismo sadio e sereno de Dom Bosco, empenham a comunidade salesiana a descobrir e valorizar as aspirações dos jovens, para promover seu amadurecimento humano e cristão, evitando o risco do nivelamento. Levem-se em conta suas exigências específicas e sua pertença ao mundo do estudo ou da fábrica, ao mundo do campo ou do emprego. Ter-se-á cuidado especialíssimo dos meninos e jovens que vivem em contexto de subdesenvolvimento econômico e de marginalização. Trabalhem para eles na base de uma solidariedade fundamental, em continuidade com a novidade do anúncio evangélico, que é salvação oferecida a todos os homens “como dom da graça e da misericórdia de Deus” ⁽¹⁹⁾.

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

- 30 a. A gravidade da situação juvenil em nosso tempo e o insistente apelo da Igreja e da sociedade empenham nossa Congregação, por sua missão específica, nos próximos seis anos, a mobilizar os irmãos para os problemas da realidade juvenil e fazer dela objeto prioritário de sua renovação e de suas atividades.
- b. Como premissa de toda programação educativa e pastoral é necessário que os Salesianos sejam mais sensíveis à condição juvenil, vista nas suas expectativas que mais correspondem ao Evangelho, por meio de uma análise suficientemente séria e através do contato direto com os jovens.
- c. A nível inspetorial e local caminhe-se para um projeto orgânico, capaz de orientar para o empenho evangelizador a obra de toda a comunidade, a ser periodicamente revisto.

(16) cf. GE 1; PP 21

(17) Sínodo 1974

(18) RdC 138

(19) EN 27

SEGUNDA PARTE

OS SALESIANOS AGENTES DE EVANGELIZAÇÃO

Premissa

O empenho de anunciar o evangelho, que encontrou no 31
“próprio Jesus, Evangelho de Deus, o primeiro e o maior evangelizador”⁽¹⁾, e tem no “Espírito Santo o principal agente”⁽²⁾, realiza-se e depende, historicamente, do testemunho e do anúncio dos *agentes da evangelização*. A Igreja, por meio deles, “procura converter a consciência pessoal e ao mesmo tempo coletiva”⁽³⁾ dos homens, inseridos nas várias culturas e os faz encontrarem-se com a Boa Nova, “proclamada, sobretudo através do testemunho”⁽⁴⁾.

Refletir, pois, sobre a ação evangelizadora implica uma referência aos operadores deste processo.

De outro lado, a evangelização é sempre um *ato profundamente eclesial*. “Jamais para quem quer que seja, é um ato individual e isolado”⁽⁵⁾. O testemunho e o anúncio partem de uma comunidade que sente viva a “necessidade de ser evangelizada”⁽⁶⁾ e, a isso, livremente, dá seu assentimento; de uma comunidade que evangeliza, por vocação própria⁽⁷⁾ e suscita, anima e mantém diversas formas de colaboração na única missão evangelizadora⁽⁸⁾.

Como Salesianos, participamos de forma peculiar na missão da Igreja. Professamos publicamente que o amor do Pai nos chama e reúne em comunidade para fazer-nos evangelizadores dos jovens na responsabilidade compartilhada de um projeto educativo que se inspira e participa no carisma

(1) EN 7

(2) EN 75

(3) EN 18

(4) EN 21; cf. 20.41

(5) cf. EN 60

(6) EN 15

(7) EN 14

(8) EN 15.59 ss.

de Dom Bosco: “formamos uma comunidade de batizados que, dóceis ao chamamento do Espírito, intentam realizar, na consagração religiosa, o projeto apostólico do Fundador”⁽⁹⁾.

- 32 A nossa vida religiosa é vivida no serviço apostólico: “as exigências evangélicas, a busca do perfeito amor, a prática dos conselhos, a comunhão fraterna são vividas no contexto e conforme as exigências da ação apostólica que se deve exercer e lhe imprimem um valor eminente”⁽¹⁰⁾. Reafirmamos esta integração vital entre os dois elementos que influem um sobre o outro e se enriquecem mutuamente.

Condividindo a afirmação do CGE: “A comunidade será salesiana na medida em que for evangelizadora”⁽¹¹⁾, e instado pelos resultados da verificação feita, o CG21 quer indicar aos Irmãos algumas escolhas que, no próximo sexênio, ajudarão as comunidades a melhor testemunhar e anunciar o Evangelho entre os jovens.

1. A COMUNIDADE EVANGELIZADA

- 33 Falar de comunidade evangelizada é colocar em particular evidência a riqueza de testemunho que nossa comunidade, aberta ao dom de Deus e empenhada em fazê-lo crescer em si e torná-lo conhecido aos outros, oferece ao mundo juvenil.

Cada comunidade salesiana recebe do Senhor, gratuitamente, o dom da fraternidade, o dom da consagração no amor casto, pobre e obediente, o dom da oração na urgência do Reino que chega, o dom da animação como fruto dos carismas de que está enriquecida. Está pronta para fazer resplandecer a Palavra recebida com a própria vida, antes que com as palavras.

Na linha do CG21, capítulo de verificação e capítulo de operatividade, não se pretende repropor completamente a temática da comunidade, da consagração, da oração e dos serviços de animação; interessam-nos poucos elementos, com

(9) Const. 2

(10) ACGE 115

(11) ACGE 339

a atenção voltada para os pontos problemáticos que a experiência dos últimos seis anos considera mais urgentes.

O acento colocado pelo CGE sobre a comunidade, elemento integrante da vocação salesiana ⁽¹²⁾, manifesta a sua centralidade e, por conseguinte, é condição necessária para a renovação ⁽¹³⁾.

Por isso apresentamos três aspectos: Fraternidade, Consagração Religiosa, Oração, sob a idêntica perspectiva da comunidade que, evangelizando-se, torna-se contemporaneamente evangelizadora.

1.1 O dom da fraternidade e a evangelização

A vida de comunhão com Deus e com os Irmãos é o objetivo do anúncio evangélico ⁽¹⁴⁾. Por isso o testemunho da vida de comunhão é importantíssimo, em função da evangelização ⁽¹⁵⁾, porque é uma experiência que antecipa, em germe, a realidade que é objetivo da esperança ⁽¹⁶⁾. 34

No momento em que a sociedade e, em parte, também a Igreja, numa particular situação de mudança, sofrem tensões, conflitos e divisões, “os religiosos devem ser as testemunhas do homem que a adesão vital ao próprio fim, isto é, ao Deus vivo, realmente unificou e abriu” ⁽¹⁷⁾. O homem novo é aquele que nasce de Deus na fraternidade. E nós, Salesianos, recordamos neste ponto o clima particular da primeira comunidade unida ao redor de Dom Bosco ⁽¹⁸⁾.

Falando de comunidade não nos referimos somente à comunidade local, onde as relações pessoais são mais imediatas, mas também à comunidade inspetorial que tem tarefas muito importantes em função da fraternidade das comunidades locais e representa, melhor que elas, a complexidade da vocação e missão salesiana ⁽¹⁹⁾; e a mesma comunidade total

(12) cf. Const. 3

(13) cf. ACGE 512

(14) cf. Jo 17, 21-23

(15) cf. Jo 13,35; 17, 21-23; At 4, 32-33; EN 77

(16) Const. 80.90

(17) ET 34

(18) cf. ACGE 496 ss.

(19) Const. 57 ACGS 512

da Congregação ⁽²⁰⁾, que torna presente nossa fraternidade como comunidade específica na Igreja universal.

- 35 Pode-se afirmar que a vida de nossas comunidades conheceu, nestes últimos anos, em resposta ao movimento impresso pelo CGE, uma discreta maturação humana e religiosa.

Revedo as reflexões dos CI, nota-se com satisfação que as orientações práticas a respeito da Comunidade tiveram na Congregação um resultado positivo, sobre o modo de viver, de agir, de organizar-se na co-responsabilidade.

Em muitos casos houve um *crescimento* na aceitação mútua e na cordialidade das relações, também porque foram superadas, com fruto, tensões e polarizações ideológicas. O desenvolvimento do espírito de família soube valorizar momentos e circunstâncias de alegria e serenidade e manifestou-se com gestos de caridade verdadeiramente significativos, especialmente quando se tratou do cuidado de Irmãos doentes. Aumentou o sentido da comunidade pela utilização dos instrumentos de co-responsabilidade previstos nas nossas Constituições, que facilitaram a comunicação, o diálogo e a compreensão, mesmo entre irmãos de idade e cultura diversas.

- 36 Não faltaram *sombras*.

O CG21 julga oportuno dizer uma palavra, primeiramente, sobre o individualismo. É um grave risco e sempre à porta. Sua gravidade pode-se medir tanto pelo fato que afasta materialmente os irmãos da comunidade, dos momentos e das estruturas de encontro e comunicação, quanto porque está na origem de ilusões fáceis, parecendo para alguns como um estilo de vida mais apropriado para realizar o seguimento de Cristo.

- 37 O individualismo se manifesta:

- na dificuldade de integração e inserção da pessoa na comunidade: a comunidade é, frequentemente, instrumentalizada e reduzida a uma organização que garante vantagens e seguranças puramente exteriores;
- na falta de sentido de pertença profunda, o que explica a

(20) Const. 56

dificuldade de um diálogo autêntico: não se é capaz de escutar, não se fala com liberdade, também por causa da não disponibilidade de alguns Irmãos em compreender a importância e o significado religioso das assembleias comunitárias. Não há correção fraterna, segundo a regra evangélica, e aceita-se com resignação o clima de desconfiança e preconceito recíprocos;

- no não querer assumir a responsabilidade a respeito do projeto pastoral e educativo comum, enquanto se assumem arbitrariamente iniciativas e atividades individuais;
- no fenômeno das “fugas afetivas”, que privam a comunidade quer da cordialidade fraterna, quer das típicas manifestações salesianas do reconhecimento, da alegria, da festa;
- na atitude de auto-suficiência em relação ao magistério da Igreja e às orientações da Congregação; atitude que cria grupos de opinião e de pressão;
- no fechamento frente “à comunhão dos bens sobrenaturais”: alguns não comunicam fraternalmente nos momentos de confronto com a palavra de Deus e de participação da própria experiência de fé.

O individualismo é superado pela vigilância e pelo empenho pessoal. É necessário também o auxílio da comunidade que, animada pela autoridade, procura os meios adequados ao desenvolvimento das pessoas.

Em particular:

- a valorização dos dotes de cada um;
- a abertura cordial e iluminada que dá meios de apreciar a obra de Deus na vida dos Irmãos;
- a colaboração mais justa possível das pessoas na missão comunitária;
- a co-responsabilidade de todos;
- a atribuição do justo valor aos meios humanos de crescimento da fraternidade;
- o redimensionamento das comunidades quanto ao número e quanto ao tipo de trabalho para favorecer encontros interpessoais mais estreitos e mais fáceis.

Não há dúvida que tudo o que faz crescer em humanidade é precioso para construir a fraternidade e dá ocasião à caridade de se exprimir. Em última análise, porém, a fraternidade é dom de Deus, é Deus que se doa. É percepção da presença de Deus nos outros, em todos os outros; é testemunho da obra de Deus no coração dos homens. É este o testemunho que somos chamados a dar hoje, particularmente aos jovens.

A civilização do amor tem em Deus sua nascente e em Jesus seu construtor. Assim é definida na EN: “Suponhamos um cristão ou punhado de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, dum modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se ousaria imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é — ou quem é — que os inspira? Por que é que eles estão conosco?”⁽²¹⁾.

1.2 O dom da consagração e a evangelização

- 38 A abertura para o dom da fraternidade conduz a uma descoberta ulterior. “Dom Bosco fazia notar quanto a prática sincera dos votos consolida os vínculos da caridade e da coesão na ação. E não só. Observava que o viver intensamente os conselhos evangélicos, livrando-nos de tudo quanto poderia ser-nos de impedimento, facilita grandemente a prática da caridade pastoral que deve animar toda nossa missão, dedicada essencialmente aos jovens, especialmente necessitados”⁽²²⁾.

A castidade consagrada, a pobreza, a procura da vontade do Pai na obediência, manifestam-se como serviço de Deus na “sequela Christi” e conferem seu vigor à comunhão fraterna.

(21) EN 21

(22) RRM 81

Têm, além disso, um significado profético de testemunho e de contestação evangélica para o mundo e para os jovens.

A verificação sublinha, nas palavras do Reitor-Mor, o empenho da grande maioria dos Salesianos que, nas novas situações, nas mudanças verificadas no ambiente social, vivem a própria *castidade consagrada*, com “dignidade, estilo e distinção toda salesiana”, para serem portadores da particular mensagem de castidade perante os jovens ⁽²³⁾. 39

O ambiente de fraternidade e de família que eles criam constitui condição indispensável para amadurecer a castidade consagrada e para tornar fortes frente às dificuldades. A compreensão e a correção fraternas, acompanhadas do esforço pessoal e o recurso aos meios sobrenaturais, psicológicos e prudenciais, tornam mais seguro e mais alegre este testemunho profundamente evangélico e salesiano ⁽²⁴⁾.

Por outro lado, constata-se que “a prática e o próprio conceito e imagem deste salesianíssimo distintivo em várias partes da Congregação estão obscurecidos, deformados e ofendidos” ⁽²⁵⁾. Idéias, comportamento, permissividades, formas de mundanismo, sob diversas justificativas, o abandono das normas ascéticas propostas pelas Constituições ⁽²⁶⁾ e pela tradição salesiana, desvirtuam sua força, a riqueza pessoal e comunitária e o significado de testemunho.

Em tal contexto é necessário reafirmar a “importância específica do testemunho e do anúncio da castidade para nós Salesianos, no mundo juvenil, tendo em vista a situação cultural atual” ⁽²⁷⁾.

Somente o amor de Deus chama em forma decisiva à castidade religiosa, portanto, também a vigilância. A profundidade espiritual ajudará a compreender e a viver a castidade consagrada, como vontade de nos unirmos realmente aos outros, com amor purificado e qualificado, como reestruturado pela caridade de Cristo, um amor que seja intimamente virginal, isto é, desinteressado, disponível até o sacrifício, livre, universal, dominado pela misericórdia e pela esperança. O nosso empenho é uma resposta de fé ao dom da graça que recebe-

(23) *ib* 82

(24) Sch. Prec. 213

(25) RRM 82

(26) Const. 79

(27) Sch Prec 213

mos do Pai ⁽²⁸⁾: anuncia este amor ao mundo dos jovens, que desejam a unidade e a solidariedade entre os homens, e é, ao mesmo tempo, testemunho de que todo esforço de fraternidade encontra sua fonte e acabamento no dom gratuito do Pai.

- 40 A respeito da *pobreza salesiana*, a verificação nota que entre os Irmãos se processa uma mudança positiva de mentalidade segundo a verdade e o equilíbrio presentes nas Constituições. Não é simples desapego interior, que permite ser rico, tendo a auréola do pobre; não é uma simples dependência no uso dos bens; não consiste nem mesmo também numa situação puramente sociológica, de quem não tem o necessário para satisfazer as exigências primárias da vida. A pobreza é fidelidade afetiva e prática ao primado do espírito e do amor fraterno em um mundo no qual prevalece o culto do dinheiro e do sucesso. É aprofundar o sentido da grandeza deste amor evangélico, justamente enquanto vivemos formas de solidariedade concreta a serviço dos jovens pobres. Falando da temperança e do trabalho, a RRM nota: “A respeito da temperança, constata-se com edificação, que a grande maioria dos Salesianos tem um nível de vida, se não inferior ao necessário, pelo menos, não superior às classes modestas dos países em que vivem” ⁽²⁹⁾.

“Nós Salesianos somos grandes trabalhadores, homens em mangas de camisa, que vivem do trabalho. Em verdade, graças a Deus, temos milhares de irmãos, mesmo avançados em idade, que, em postos humildes ou de grande responsabilidade, dão, onde quer que estejam, maravilhosos exemplos de operosidade” ⁽³⁰⁾. E também de participação, de partilha e de preocupação com o mundo dos pobres: o esforço feito em muitos lugares da Congregação, para chegar até eles, para ser mais sensíveis de fato às suas expectativas e necessidades, deu origem a iniciativas deveras encorajadoras.

“Numa civilização e num mundo marcados por um prodigioso movimento de crescimento material quase indefinido... o apelo de Deus coloca os religiosos no vértice da consciência cristã, i.é, recordar aos homens que o seu progresso verdadeiro e total consiste em responderem à sua vocação de partici-

(28) Const. 75

(29) RRM 108

(30) *ib* 111

par, como filhos, na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens" (31).

Mas a verificação também aponta elementos negativos, como a falta de conversão da própria vida espiritual a este valor evangélico, tão sentido e expresso nas Constituições; o enfraquecimento do sentido salesiano do trabalho e da temperança, a tendência a certo *fracionamento* e ao aburguesamento, a comportamentos de independência econômica e de autonomia administrativa, a formas de individualismo de consumo (32).

Considerando o aspecto comunitário e estrutural, deve-se notar que não se deu atenção em várias Inspetorias, mesmo nos limites das possibilidades e de um projeto a realizar-se progressivamente, nem ao "scrutinium paupertatis", nem ao que prescreve o artigo 89 das Constituições: "O conjunto das atividades, a localização das obras e sua disponibilidade para os necessitados, devem ser o espelho de nossa pobreza".

Pobreza é plena comunicação de tudo o que se tem, de tudo o que se é, de tudo o que se faz. É esse o testemunho evidente que o mundo e os jovens esperam. E nesta linha, o CGE diz que é absolutamente indispensável para o verdadeiro testemunho, também a pobreza comunitária e coletiva (33).

Falando da *obediência*, o CGE havia "pedido à Congregação uma renovação na prática da obediência, que harmonizasse, de um lado, o valor sobrenatural da obediência, e de outro, os novos modos de pô-la em prática, seja em quem obedece, seja em quem exerce a autoridade" (34). 41

"Existe nos irmãos uma grande disponibilidade: a grande maioria dos Salesianos, mesmo em casos de obediências às vezes heróicas (...), demonstra uma disponibilidade edificante, feita de amor e de fé. Aproveito a ocasião para manifestar a esses generosos Irmãos toda a gratidão da Congregação. Enquanto houver tais homens nas nossas fileiras, podemos olhar para o futuro com esperança e confiança" (35).

Mas há, também, deficiências: falhas e desvios que se encontram mais no plano da prática do que no das idéias. Observa-

(31) ET 19

(32) Sch Prec 211-212

(33) Sch Prec 211

(34) RRM 116

(35) RRM 122

-se, de fato, certa insensibilidade para com a solidariedade operativa, a tendência desorientadora de trabalhar sozinho e de acordo com linhas individualistas, a sensação que o agir em comunidade e com a comunidade seja um freio e um empecilho. Releva-se também a incompreensão da mesma natureza evangélica da autoridade e de seus encargos na comunidade fraterna.

A credibilidade do testemunho requer que se viva a substância da fé como obediência a Deus e participação pessoal da morte e vida de Cristo, e se reconheça a urgência das mediações para se chegar até Ele: a mediação da Igreja, dos homens, da fraternidade. E isto no espírito e nas formas renovadas do relacionamento da vida comunitária e de obediência, no diálogo, na co-responsabilidade e na colaboração em todos os níveis.

Falou-se, inicialmente, de superficialidade. Em fato de obediência, como para castidade e pobreza, é, pois, necessário que as comunidades aprofundem a experiência de fé da vida religiosa, mediante a qual “encontram em Cristo a razão de sua existência e o motivo de um serviço qualificado aos Irmãos, especialmente aos jovens pobres e abandonados, segundo o carisma de Dom Bosco”⁽³⁶⁾.

1.3 O dom da oração e a evangelização

- 42 A comunidade salesiana sabe que existe somente porque é dom da graça do Espírito Santo e com a oração adora, louva, pede e agradece ao seu Senhor.

Reaviva, assim, a consciência do seu íntimo e vital relacionamento com Deus e se mostra mais disponível para a missão. Neste sentido, a oração “é o ponto central, ou melhor, o verdadeiro segredo da renovação da nossa vocação salesiana, hoje”⁽³⁷⁾. Ela “faz-nos descobrir o sentido vital de nossa adoção de filhos de Deus; é a base do nosso trabalho apostólico em favor de todos os homens (. . .). Mantém vivos em nós o prazer e o entusiasmo da nossa doação total”⁽³⁸⁾, e nutre e corrobora a textura da nossa fraternidade.

(36) ACGE 511

(37) ACGE 519

(38) ACGE 529

As Constituições renovadas e os ACGE põem em evidência:

- a necessidade de uma oração pessoal que se torne uma atitude de autêntica e profunda comunhão com Deus;
- a urgência de uma maior valorização das expressões comunitárias da oração;
- a necessidade de uma contínua renovação no espírito, nos conteúdos e nas formas, em sintonia com a sensibilidade e as expectativas dos jovens e em íntima conexão com os empenhos pastorais.

Uma avaliação feita pelo CG21, baseada no material oferecido pelos CI, revela que os Salesianos mostram uma *crescente sensibilidade para com a oração comunitária e litúrgica* (celebração da Eucaristia, liturgia das Horas); empenham-se no cuidado e preparação dos retiros e dos Exercícios Espirituais em suas diversas formas; promovem experiências juvenis de oração; e alguns participam com fruto, também de experiências próprias de outras espiritualidades.

Notam-se, porém, nas comunidades, *algumas carências* que preocupam, pois que nem todas as comunidades vêm, com igual intensidade, a urgência da renovação proposta pela Igreja e pela Congregação, bem como a necessidade de conversão profunda e contínua. Isto se manifesta na injustificada ausência sistemática das práticas comunitárias, na pressa nas orações e na falta de preparação das celebrações: 43

- não se promovem iniciativas de oração comum entre Salesianos e destinatários da nossa missão;
- nota-se certo abandono do Sacramento da Reconciliação e das expressões pessoais de piedade salesiana;
- a falta de espontaneidade e de criatividade na oração comunitária faz com que, às vezes, se procurem fora da comunidade, expressões de oração tidas como mais autênticas e válidas;
- geralmente não se providenciou, a nível inspetorial, em medida satisfatória, a preparação de mestres e animadores espirituais e litúrgicos, capazes de ajudar as comunidades, no momento atual de mudança, a conservar e aprofundar o estilo salesiano de oração.

- 44 Baseados em tudo isto e em vista da evangelização impõem-se-nos alguns pontos fundamentais:

1.3.1 *Aprofundar o significado apostólico da nossa oração*

Em cada um de nós e nas nossas comunidades a ação apostólica e a vida espiritual têm uma única fonte: “são fruto da Páscoa do Senhor”⁽³⁹⁾ e são vivificadas pela sua Palavra.

À luz deste mistério pascal, compreendido e vivido, a comunidade salesiana vive as relações oração-ação na “Liturgia da vida”^(39 bis), descobre os vestígios da presença de Deus no mundo, nos acontecimentos, na vida e expectativas dos jovens; sente-se interpelada a colaborar no plano divino da salvação com o anúncio e o testemunho; toma consciência das suas limitações, pede perdão e renova a sua fidelidade; adora, louva, agradece e pede; empenha-se, com mais generosidade, no seu serviço apostólico de levar o amor de Deus aos jovens; procura os meios mais eficazes de transmitir-lhes a sede de Deus; reza com eles, vive e celebra com eles as festas litúrgicas e salesianas; favorece, sobretudo, a audição da Palavra de Deus que a chama continuamente a converter-se, especialmente na celebração sacramental da Reconciliação; participa com simpatia das expressões juvenis de oração; promove a criatividade e a participação em experiências fortes de oração pessoal e comunitária.

1.3.2 *Programar os tempos de oração*

“É necessário rezar sempre”. Os tempos de oração são uma parte e um aspecto deste “sempre” e um meio para tender à perfeição da caridade que faz cumprir a vontade do Pai.

Nesse contexto compreendem-se a fundo as expressões do nosso artigo constitucional: o Salesiano “tem poucas práticas de piedade, mas reza sem parar, em diálogo simples e cordial com o Cristo vivo, com o Pai que ele sente bem perto de si, com Maria que é seu auxílio. Pode assim ser contemplativo na ação e realizar como Dom Bosco a união com Deus”⁽⁴⁰⁾. Para alimentar este espírito a comunidade programa os seus tempos de oração, como momentos nos quais o tes-

(39) Const. 58

(39) *bis* Const. 67

(40) Const. 48

temunho que Deus está em primeiro lugar e nos envia para evangelizar os jovens torna-se concreto e visível.

1.3.3 *Manter-se fiel às devoções salesianas*

A comunidade salesiana se mantém fiel a estas devoções preferidas por Dom Bosco: a devoção a Jesus Sacramentado e a Maria Auxiliadora. 45

A presença eucarística requer a participação no mistério salvífico de Cristo e Nossa Senhora “que ocupa um lugar de destaque na história da salvação e na construção da Igreja”⁽⁴¹⁾ é, como escreve Paulo VI, “a Estrela da evangelização”⁽⁴²⁾, que continua a guiar a comunidade no cumprimento da sua missão.

A devoção a nosso Pai Dom Bosco ajudará os irmãos a reencontrarem nele o modelo da união contínua com Deus no trabalho, e a serem fiéis e viverem na “alegria salesiana”.

1.3.4 *Renovar a oração*

A oração cristã é dom de Deus, mas também fruto de aprendizado.

Os Salesianos desejam e dão grande importância a tudo o que os ajuda a crescer e a renovar-se na oração. Consideram momento particularmente forte da oração os Exercícios Espirituais, verdadeira experiência de Deus.

Sentem que é sempre mais necessária a abertura para uma equilibrada espontaneidade e criatividade quer pessoal, quer comunitária, para superar o perigo da rotina e para satisfazer o desejo de maior autenticidade. Por isso sabem tirar proveito das riquezas da liturgia e das experiências eclesiais de renovação que assimilam e harmonizam com as exigências do espírito salesiano e com as manifestações próprias do seu carisma.

E se empenham na oração pessoal com a viva convicção da sua necessidade. Ela precede a oração comunitária e a prepara; possibilita o intercâmbio e a acolhida dos dons que os Irmãos se fazem, comungando realmente na caridade.

(41) Const. 65

(42) cf. EN 82 (conclusão)

1.4 A animação da comunidade para a evangelização. O papel do Diretor

- 46 A experiência da comunidade eclesial nestes anos de renovação faz-nos ver que ela deve *desenvolver-se* num contexto de co-responsabilidade e encontra nos ministérios que a animam, especialmente no “ministério da autoridade”, uma das formas mais válidas para crescer na fidelidade a Deus e no serviço dos homens.

Depois de esclarecer alguns aspectos da comunidade salesiana na perspectiva da evangelização, parece necessário considerar atentamente as exigências da animação no interior da comunidade e na linha apostólica; pois, pode-se afirmar que nossas comunidades têm uma grande necessidade de uma cuidadosa e crescente animação para que possam tornar-se verdadeiramente evangélicas e evangelizadoras. Esta reflexão é desejada com insistência pela Congregação, como aparece da avaliação da situação e das propostas apresentadas ⁽⁴³⁾.

A animação, no seu significado original, que se opõe ao de imposição externa, faz pensar, antes de tudo, na atividade interior da alma, como energia de vida, de crescimento harmonioso, de coesão articulada das partes; atividade que, de dentro faz crescer, a partir do interior, a participação de todos os membros na vida do corpo.

Por “animação espiritual” de uma comunidade religiosa entendemos o conjunto de iniciativas e de atitudes que promovem a vitalidade da vocação específica do próprio Instituto, apelando para a participação ativa e para a consciência madura de cada Irmão, envolvendo toda a comunidade com a valorização dos papéis e dos dons pessoais. O processo de animação se manifesta, portanto, no crescimento da co-responsabilidade e no reconhecimento da complementaridade, como expressão de uma consciência adulta e de um estágio de maior maturidade.

Neste sentido o significado de animação mostra-se ligado ao de sugestão, motivação, persuasão. Supõe capacidade de diálogo; atitude de escuta, comunicação, discernimento. Para nós Salesianos aparece como momento e fruto da “razão” e “carinho” do estilo de Dom Bosco.

(43) cf. n. 47 do presente texto

A animação de uma comunidade cristã não pode reduzir-se a um aspecto técnico-metodológico, embora útil, mas se baseia numa atitude de docilidade ao Espírito, primeiro “Animador” de todo o Povo de Deus. Para uma comunidade religiosa isto se liga ao projeto inicial do Fundador, suscitado pelo mesmo Espírito. Por isso, para nós Salesianos, tal animação espiritual se qualifica, simultaneamente, como “religiosa” e “pastoral”.

“Estamos vivendo na Igreja um momento privilegiado do Espírito”⁽⁴⁴⁾ e, portanto, um momento de particular sintonia com as exigências de uma animação, que saiba ler a iniciativa incansável de Deus na vida e na história. O saber incrementar e orientar adequadamente o dinamismo da animação constitui uma tarefa de sabedoria para a renovação da *ação evangelizadora* da Congregação, como resulta dos sinais dos tempos e das propostas dos Irmãos.

1.4.1 A situação

A verificação da animação comunitária, nestes últimos anos, faz emergir, em primeiro lugar, alguns avanços e realizações positivas: maior sensibilidade “espiritual” e de escuta da Palavra de Deus, o crescimento do sentido de co-responsabilidade e melhor capacidade de diálogo; o surgir, programado e espontâneo, de várias formas e iniciativas de animação; o firmar-se de serviços formativos a nível inspetorial e inter-inspetorial; o difícil processo de transformação de cada casa em ambiente de formação permanente. 47

De outro lado, talvez também em consequência de maior exigência espiritual, lamentam-se situações negativas e lacunas que preocupam: decadência do entusiasmo vocacional de alguns irmãos; ausência de comunhão e de profundidade espiritual a nível de comunidade⁽⁴⁵⁾; funcionamento falho ou insuficiente de alguns papéis ou estruturas comunitárias⁽⁴⁶⁾; e, sobretudo, certo esvaziamento da figura do Diretor, acompanhado de um enfraquecimento do diálogo pessoal e pastoral e da direção espiritual e do desvio de atenção dos em-

(44) EN 44

(45) Sch Prec 207-208

(46) Sch Prec 237-240

penhos principais para outros menos vitais, até inverter, às vezes, a hierarquia de suas funções ⁽⁴⁷⁾.

48 Desta situação partem os pedidos mais insistentes dos Irmãos que:

- por um lado, tendem a aumentar as expressões de co-responsabilidade e a valorização dos papéis de participação de cada Irmão em particular e dos Conselhos, para a animação religiosa e pastoral da comunidade ⁽⁴⁸⁾;
- por outro lado, pedem a preparação de animadores, a intensificação da função formadora da comunidade inspetorial, em particular do Inspetor e do seu Conselho ⁽⁴⁹⁾;
- finalmente, e, acima de tudo, insistem na urgência de esclarecer a função e a figura do Diretor, com referência à sua escolha e preparação, à direção espiritual pessoal e comunitária, à hierarquização e simplificação de seus papéis ⁽⁵⁰⁾.

Todos os aspectos acima elencados têm relação com a animação e deveriam ser aprofundados. O CG21, devendo fazer uma escolha, julga urgente responder aos insistentes pedidos de muitos Capítulos inspetoriais e de Irmãos para esclarecer melhor a figura e a função do Diretor, como principal animador da comunidade ⁽⁵¹⁾.

Esta escolha não só não quer colocar em segundo plano, mas sublinha a importância da co-responsabilidade comunitária e a incidência dos outros papéis e dos outros meios de animação.

1.4.2 *O quadro de referência. O ministério do Diretor*

49 A função do Diretor ⁽⁵²⁾ é totalmente ordenada à comunidade enquanto portadora da vocação salesiana, e ao “caráter pastoral” de sua missão. Não comporta nenhum título que introduza qualquer desigualdade na vocação comum, mas

(47) Sch Prec 227-235

(48) Sch Prec 237-240

(49) Sch Prec 241-244

(50) Sch Prec 227-235

(51) Sch Prec 227-237

(52) Const. 54. 182

uma “presidência na caridade”⁽⁵³⁾ com responsabilidades específicas de serviço⁽⁵⁴⁾ em favor da unidade e da identidade articulada do todo⁽⁵⁵⁾.

“De acordo com a vontade de Dom Bosco e uma ininterrupta tradição — assegura-nos o CG19 — o Diretor constitui, sem dúvida alguma, o centro de unificação e de propulsão de cada obra salesiana, seja de que tipo ou consistência for; quer como chefe da comunidade religiosa e guia dos Irmãos; quer como animador de toda a atividade apostólica e formativa; quer, enquanto possível, como o primeiro dos educadores; quer como supremo responsável pelas atividades econômicas, organizativas, técnicas⁽⁵⁶⁾.

O “significado concreto desta atividade unificadora dos Diretores” seria praticamente irrealizável se não incluisse, segundo as palavras do mesmo CG 19, “como fator essencial, insubstituível, a ativa co-responsabilidade e solidária colaboração de todos os outros Superiores e, em primeiro lugar, do seu Conselho”⁽⁵⁷⁾.

O CGE acentuou, sobretudo, a responsabilidade do Diretor como centro da comunidade e seu guia religioso e pastoral⁽⁵⁸⁾.

1.4.3 *Uma função complexa, que implica papéis complementares*

O ministério do Diretor é bastante complexo: a ele convergem praticamente, ao menos como a última instância orientadora e coordenadora, todos os setores da vida salesiana: o campo espiritual-religioso, o apostólico-pastoral, o pedagógico-cultural e o econômico-organizativo. Trata-se, porém, de um serviço para uma responsabilidade comunitária verdadeiramente “participada” e “diversificada” em papéis complementares⁽⁵⁹⁾, que o Diretor deve saber respeitar e incrementar. Ao mesmo tempo em que promove as legítimas inicia-

50

(53) ACGE 502

(54) cf. Const. 115

(55) ACGE 714-716

(56) ACG XIX 32

(57) *ib* 32-33

(58) cf. ACGE 526. 678. 644-646

(59) cf. ACGE 647

tivas dos Irmãos, cuida de “manter-se livre de empenhos que possam comprometer seus deveres fundamentais para com eles” ⁽⁶⁰⁾.

Hoje a grandeza de algumas obras nossas e a crescente complexidade de sua gestão, e, por outro lado, um melhor conhecimento do princípio de subsidiariedade, estão a exigir o *esforço de redefinir e simplificar seus papéis até onde é possível*.

1.4.4 *Alguns critérios de salesianidade*

51 Neste esforço é bom ter presentes os seguintes critérios:

- a índole própria da comunidade salesiana com sua característica eclesial e pastoral ⁽⁶¹⁾;
- o tipo de unidade comunitária explicitamente querida por Dom Bosco ⁽⁶²⁾;
- a tradição salesiana, segundo a qual a comunidade “tem como guia, um sócio, que, pelo sacramento da ordem e pela experiência pastoral, pode orientar o espírito e a ação de seus Irmãos” ⁽⁶³⁾;
- o senso do concreto, acompanhado por uma inteligente ductilidade pela qual sejam privilegiados alguns papéis dentro da comunidade.

1.4.5 *Hierarquizar as funções confiadas ao Diretor pelas Constituições*

52 Tendo em vista as Constituições e os dados fornecidos por bem um século de experiência vivida, não é difícil estabelecer a seguinte ordem de prioridades nas funções do Diretor:

Primeiro: *servidor da unidade e guarda da identidade salesiana*, em direta colaboração e sintonia com o Inspetor e seu Conselho. “Representa Cristo que une os seus no serviço do

(60) Reg. 153

(61) cf. ACGE 78-84. 27-30

(62) cf. ACGE 713-719

(63) Const. 35; cf. também: *Carta do card. Villot ao CG21 e J. Aubry, Diretor Salesiano segundo a nossa tradição em Contributo di Studio allo Schema III* (Roma 1977) 59-124

Pai. Acha-se no centro da comunidade, irmão entre irmãos... Age como pai, mestre e guia espiritual” (64).

Segundo: *guia pastoral da missão salesiana*, exercendo o tríplice ministério de mestre da Palavra, santificador através dos sacramentos e coordenador da atividade apostólica. É o primeiro responsável pela missão juvenil e popular confiada à sua comunidade, guarda e renovador da fidelidade dos Irmãos ao critério pastoral do “Sistema Preventivo”, colaborador do bispo com o seu presbitério para uma pastoral de conjunto, na Igreja local.

Terceiro: *orientador dos empenhos de educação* e de promoção humana confiados à sua comunidade no setor pedagógico e escolar, cultural e social, associativo (65).

Quarto: *primeiro responsável pela gestão global* da obra (economia, estrutura, disciplina, relações públicas, construções) (66).

Por mais de uma vez, infelizmente, a realidade vivida nas nossas casas viu invertida esta ordem de prioridades, de tal forma que a diferença entre a figura concreta do Diretor e a sua descrição ideal resultou insanável a ponto de afetar a índole salesiana. Daí, talvez, em grande parte, a crise na qual se envolveu este ministério.

53

O CG21, portanto, julga essencial que o Diretor volte, à ordem de prioridades acima descrita, assumindo como critério salesianamente comprovado que o Diretor, mais que fazer, deve estimular a ação dos Irmãos, “deve fazer fazer”, isto é, animar a participação responsável de todos e fazer convergir a ação para os fins apostólicos assumidos pelas Comunidades. É preciso convencer-se que a “essência do Diretor consiste no repartir as coisas a serem feitas, e depois insistir para que se façam” (67). “A base deve ser esta: o Diretor seja Diretor, isto é, saiba fazer os outros trabalharem” (68).

“O Diretor seja o Diretor salesiano. Isto é, tenha sempre, a fisionomia, o papel, as funções que Dom Bosco, modelo insuperável dos Diretores, quis que tivesse.

(64) Const. 54

(65) Reg. 154

(66) cf. Const. 182; Reg. 183

(67) MB XIII 18

(68) MB XIII 256, D. Bosco ao 1.º CG, setembro de 1877

Deixando para os outros os muitos encargos organizativos, disciplinares e administrativos, como fazia Dom Bosco com o P. Rua, urge recuperá-lo para seu dever essencial de animador espiritual da comunidade, de formador e de presidente da caridade”⁽⁶⁹⁾.

1.4.6 *A animação e o papel de sua autoridade*

- 54 Para uma genuína revisão do ministério do Diretor é oportuno considerar o papel da sua autoridade religiosa e o seu serviço de animação comunitária e pessoal. Ele é, de fato, constitucionalmente, o superior da comunidade local e “governa-a com a colaboração do seu Conselho de acordo com as Constituições e os Regulamentos”⁽⁷⁰⁾.

O serviço de sua autoridade tende ao “crescimento vocacional” e ao empenho missionário da comunidade no seu conjunto e em cada um dos membros.

Faz convergir todos os outros serviços de animação para o único projeto comunitário. Para isso possui, sem dúvida alguma, verdadeira autoridade religiosa, em relação a todos os seus irmãos⁽⁷¹⁾.

Dom Bosco permanece o verdadeiro modelo do Diretor salesiano como pai, amigo e irmão, como centro de unidade, como pastor e educador, como suscitador de iniciativas e coordenador, como um que procura colaboração em todos os níveis, como “superior” prudente de uma comunidade religiosa e apostólica⁽⁷²⁾.

1.4.7 *O estilo renovado do exercício do seu ministério*

- 55 De acordo com este modelo, parece hoje necessário renovar o estilo de exercício da função do Diretor. As mudanças culturais exigem com insistência uma verdadeira novidade, de conformidade com os valores emergentes dos sinais dos tempos e com o aprofundamento conciliar do conceito de “ministério”.

(69) ACS 281, 37

(70) Const. 182

(71) Cf. Const. 125 e Decr. SCRIS, fev. de 1972

(72) cf. Const. 94

O estilo renovado implica a convicção de igualdade na fraternidade, leal reconhecimento da co-responsabilidade, respeitosa consideração da consciência adulta, própria de cada um, apreço pelas legítimas diferenças de mentalidade, sinceridade e franqueza no trato, clima de afeto e de serviço, promoção da comunicação, algum conhecimento das novas técnicas de grupo, e, sobretudo, o cuidado do primado da “vida no espírito” por meio do qual se tende cotidianamente a fazer de Cristo o centro vivo da comunidade; em uma palavra: um estilo convincente e autorizado, não porém, autoritário ⁽⁷³⁾.

No âmbito deste estilo renovado, o Diretor deve saber discernir os espíritos, com a oração e o conselho, e com o estudo pessoal dos ensinamentos e das diretivas que provêm do Magistério, das Constituições e Regulamentos e dos legítimos Superiores. Dom Bosco, nas lembranças confidenciais aos Diretores, já escrevia: “Nas coisas de maior importância, eleve sempre o coração a Deus, antes de deliberar. Quando lhe relatarem alguma coisa, escute tudo, mas procure esclarecer bem os fatos, antes de julgar” ⁽⁷⁴⁾.

Assim receberá luzes e orientações concretas também para julgar e decidir com prudência, sobre o delicado e complexo fenômeno do pluralismo de idéias e de atitudes na vida religiosa. E saberá ajudar seus Irmãos, mesmo usando da correção fraterna, para que vivam coerentemente a sua escolha vocacional.

1.4.8 *Alguns meios de animação*

A tradição salesiana e a sensibilidade atual oferecem ao Diretor momentos de encontro fraterno que, na simplicidade do nosso estilo familiar, se tornam instrumentos e tempos de animação pessoal e comunitária. Lembramos alguns: as reuniões do Conselho e da Assembléia dos Irmãos ⁽⁷⁵⁾, os encontros comunitários de reflexão, de fraternidade, de oração, de revisão de vida, de programação pastoral; a leitura espiritual, vivida como momento de formação permanente; as

56

(73) cf. Const. 54. 94

(74) Ricordi confidenziali ai Direttori

(75) Reg. 154-155

(76) Reg. 157

conferências ⁽⁷⁶⁾; a “boa-noite” ⁽⁷⁷⁾; o colóquio fraterno ⁽⁷⁸⁾; outros meios ⁽⁷⁹⁾.

1.4.9 *Co-responsabilidade da comunidade no estilo de animação*

- 57 Por sua parte, cada Irmão demonstrará concretamente o seu desejo de “agir em comum” participando ativamente e de acordo com sua função, nas iniciativas propostas para a animação comunitária, em espírito de co-responsabilidade, superando atitudes de absentismo e passividade. É a participação ativa, e a co-responsabilidade de todos que asseguram uma animação orgânica à comunidade, para que possa maturar unida o “projeto de vida” professado.

Nos casos em que, mesmo depois de um diálogo franco e paciente, persistissem contrastes entre pontos de vista pessoais e as decisões do Superior, o Irmão aceitará a obediência com a disposição de homem adulto na fé, recordando o exemplo de Cristo obediente por causa do Reino.

Por fim, os Irmãos não se esqueçam de que, quem é chamado a animar uma comunidade de homens imperfeitos, é também ele um homem imperfeito, necessitado, como todos, de apoio e compreensão. Sua sincera colaboração e estima tornarão mais fácil e fecundo o seu ministério.

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS sobre a “Comunidade Evangelizadora”

- 58 1.5.1 **Para renovar o relacionamento interpessoal e comunitário.**

a. A Comunidade providencie a programação e revisão, ao menos anual, da sua vida e da sua atividade. Empenhar a co-responsabilidade de todos os Irmãos em organizar e avaliar a vida comunitária e seu projeto pastoral é um ato comunitário dos mais significativos e importantes.

(77) Reg. 43

(78) Const. 96

(79) cf. Documento sobre a Formação

b. Para intensificar o clima de vida fraterna e de unidade que são indispensáveis à vida de nossas comunidades, cada Irmão valorize “o colóquio com o superior” de que fala o artigo 96 das Constituições e o novo artigo 71bis dos Regulamentos.

c. Para que a Comunidade se torne um ambiente onde haja verdadeira comunhão entre as pessoas, programem-se, com certa frequência, encontros onde se possa comunicar e informar sobre a vida da Comunidade, servindo-se também das técnicas de comunicação.

1.5.2 Para renovar o sentido evangélico da profissão religiosa. 59

a. Para que seja melhor cuidada e promovida maior sensibilidade evangélica da pobreza, os Diretórios inspetoriais estabeleçam uma verificação periódica (scrutinium pauperatis) fixando tempos e modalidades. Nesta avaliação as comunidades reflitam, também, sobre o trabalho como expressão de pobreza salesiana.

b. Para favorecer o equilíbrio psico-afetivo das pessoas e um ambiente de auxílio também para os Irmãos em dificuldade, cada comunidade avalie o estilo da própria fraternidade, cuidando do espírito de família e da oportuna “correção fraterna”, segundo o espírito do Evangelho (Mt 18, 15-17).

1.5.3 Para renovar o sentido apostólico da nossa oração. 60

a. Cada comunidade local faça, periodicamente, com espírito de fé, uma revisão da sua vida de oração, verificando seu sentido apostólico, seus conteúdos, suas formas e a participação dos Irmãos.

b. Seja particularmente cuidada a programação dos tempos de oração, em conformidade com as Constituições e os Regulamentos.

c. Cada Salesiano renove o seu empenho de fidelidade à oração pessoal, ao sacramento da Reconciliação, às práticas comunitárias e à escuta da Palavra de Deus.

61 1.5.4. Para renovar a animação comunitária.

O CG21, considerando o “ministério da animação comunitária” como um dos pontos centrais da nossa renovação, dá as seguintes orientações:

a. Cada Diretor procure desenvolver, com a oração e a reflexão pessoais, a clara consciência do seu ministério pastoral na comunidade, segundo as indicações do Concílio ⁽⁸⁰⁾. Estude pessoalmente e com a comunidade as modalidades de exercício de sua função, com paciente constância, frente às dificuldades que sempre surgem nas mudanças. Seja solícito no estabelecer relações interpessoais com todos os Irmãos ⁽⁸¹⁾, sobretudo com o “colóquio” reproposto em forma simples e maleável, mais para alimentar a fraternidade vocacional, do que para fazer observar uma norma ⁽⁸²⁾.

b. O Inspetor, como animador dos animadores, considerará como empenho prioritário, a preparação de um número adequado de animadores nos vários setores da vida inspetorial, cuidando da qualificação de “homens espirituais”, capazes de iluminar as consciências.

c. O Inspetor estude a maneira de simplificar, em cada comunidade, as tarefas do Diretor, de acordo com os critérios e as hierarquizações acima indicados, a fim de esclarecer os papéis complementares de cada um, do Conselho e da Assembléia.

d. O Reitor-Mor com seu Conselho, mande preparar, quanto antes, um Manual do Inspetor e do Diretor, esclareça e oriente o ministério da autoridade, fazendo uma síntese entre animação espiritual e autoridade religiosa, e tendo presente a diversidade das situações concretas.

Os ACS e outros subsídios especiais, ofereçam diretivas práticas sobretudo a respeito das modalidades de uma atualizada “direção espiritual” entre os Irmãos, tanto para o guia da comunidade, como para cada um individualmente.

(80) PO c. II

(81) ACGE 356

(82) cf. Reg. 71 bis

2. A COMUNIDADE ANIMADORA

Para o CGE, a “formação de verdadeiras comunidades pastorais, tendo como base a co-responsabilidade e a colaboração, é um dos principais objetivos da nossa renovação”⁽⁸³⁾.

É, antes de tudo, uma afirmação válida para a comunidade salesiana em si mesma. Esta, como toda verdadeira comunidade apostólica, é uma comunhão de co-responsabilidades pastorais: “A missão é confiada, em primeiro lugar, à comunidade, inspetorial e local”⁽⁸⁴⁾. “A consequência é que cada Salesiano recebe uma parte da missão salesiana, que deve exercer a título de membro e por isso em estreita solidariedade com os seus Co-irmãos”⁽⁸⁵⁾.

É uma afirmação válida, também para o papel particular de animação a que é chamada a comunidade, em sintonia com as indicações eclesiais e pedagógicas.

Dado o nosso carisma específico, animar a comunidade educativa da qual, juntamente conosco “são membros ativos os pais, os colaboradores leigos, os mesmos alunos unidos em diálogo e co-responsabilidade em níveis diversos”⁽⁸⁶⁾, e isto nos diversos ambientes⁽⁸⁷⁾, é uma forma de evangelização que de nós se exige, como educadores⁽⁸⁸⁾: “a colaboração responsável, a participação vivida no espírito evangélico, por sua natureza, é testemunho que não só edifica o Cristo na comunidade, mas o irradia, tornando-se sinal para todos”⁽⁸⁹⁾.

O CG21 se detém em três elementos da ação animadora da comunidade salesiana, considerando-os importantes para a avaliação e o aprofundamento da missão evangelizadora:

- a própria comunidade salesiana enquanto animadora da comunidade educativa e pastoral;
- a participação dos Cooperadores e Ex-alunos que fizeram a “escolha evangelizadora” (Mensagem dos Ex-alunos ao CG21, Estatuto art. 1) à obra educativa e pastoral dos SDB;
- a colaboração de outros leigos.

(83) ACGE 357

(84) Const. 34; ACGE 29

(85) ACGE 29. 84

(86) ACGE 357. 340. 750. 356. 395

(87) ACGE 377. 381. 386

(88) Const. 39

(89) EC 61

2.1 A comunidade salesiana animadora na comunidade educativa e pastoral

2.1.1 A situação

- 63 A verificação indica, *como ponto positivo*, que as sementes de renovação, presentes no CGE contribuíram para fazer compreender melhor que a ação educativa e pastoral tem uma estrutura comunitária e se prende à qualidade de toda a vida religiosa, inspetorial e local.

Quanto à comunidade considerada em si mesma, pode-se dizer que houve um real crescimento da consciência comunitária⁽⁹⁰⁾ e da consciência de membro responsável, em cada Irmão⁽⁹¹⁾; houve maior consciência da nossa contribuição específica nos serviços a que somos chamados. Multiplicaram-se os encontros, discutiram-se conjuntamente, com fraterna abertura, “as experiências e os projetos apostólicos em uma co-responsabilidade real”⁽⁹²⁾.

Este movimento interno da comunidade não ficou sem reflexos externos e, pelo aspecto que nos interessa, influiu também sobre a comunidade educativa.

Sinal disto são uma melhor inserção no ambiente e na Igreja local, para uma pastoral de conjunto e não de isolamento; uma co-responsabilidade mais acentuada por parte dos leigos, dos pais e dos próprios jovens, cuja importância foi mais valorizada e cuja formação foi mais bem cuidada; as tentativas para esclarecer e elaborar, conjuntamente, um projeto educativo concreto e estabelecer as condições reais para seu funcionamento; a superação de atitudes de desconfiança ou de ingenuidade, sobretudo, nos contextos ideologicamente pluralistas.

Finalmente, a exigência de relações novas e diversas com os componentes da comunidade educativa encontra eco nas deliberações dos Capítulos Inspetoriais que empenham os Irmãos numa promoção mais eficaz dos colaboradores leigos, dos que mais particularmente pertencem à Família Salesiana,

(90) cf. RRM 130-131

(91) Const. 4. 52

(92) Const. 53

porque a sua “co-responsabilidade estimula o desenvolvimento da nossa competência e da nossa credibilidade”⁽⁹³⁾.

Não faltam, porém, *aspectos negativos* que, conseqüentemente, nos levam a refletir e trabalhar. Além do que já foi sublinhado quando se falou da “comunidade fraterna”, podemos acrescentar:

64

- a nível de comunidade apostólica, as escolhas individualistas e as atividades autônomas; a falta de perspectivas orgânicas ou a insuficiente capacidade de animação no campo pastoral, a nível inspetorial e local. Tudo isto, quando o diálogo é difícil e as mentalidades são muito diversas, leva à divisão e ao enfraquecimento da ação comunitária;
- a nível de comunidade animadora se dá pouca atenção às atitudes mais propriamente humanas na comunidade⁽⁹⁴⁾; falta, assim, um pressuposto indispensável para a prática do Sistema Preventivo. A incidência do ambiente sobre a obra educativa é pouco compreendida e pouco avaliada; também por causa disto, não se estima suficientemente o papel de cada um dos componentes da comunidade educativa.

Alguns, por diversas razões de mentalidade, ou de rotina, não vêem nem mesmo a conveniência dessa integração. Não nos mostramos suficientemente preparados para as mudanças necessárias e há pouca clareza a respeito do projeto educativo salesiano, orgânico e coerente.

Além disso, nota-se verdadeira dificuldade para se criar uma autêntica comunidade educativa em obras muito diversas, mais complexas e polivalentes do que o tradicional internato ou a escola, como por exemplo, os centros juvenis, as paróquias... Nelas, os apertos do horário, a dispersão geográfica dos membros, as múltiplas responsabilidades dos animadores, tornam difíceis os encontros e convivência. Há ainda situações que sofrem interferências de caráter social, econômico, político e religioso (em nações ‘não-cristãs’, por exemplo) e que não permitem, ou tornam extremamente difícil a atuação do nosso sistema educativo.

(93) cf. Grupo de maio, Sch V, 14

(94) cf. ACGE 485-486

2.1.2 O quadro de referência

- 65 Em base à verificação, à luz do CGE e dos Documentos eclesiais é necessário insistir sobre alguns pontos para favorecer a formação e o amadurecimento da comunidade educativa, como elemento decisivo numa perspectiva pastoral de evangelização.

A '*comunidade vivida*' é a primeira contribuição evangelizadora exigida dos Salesianos⁽⁹⁵⁾. Pode-se muito bem aplicar à Congregação quanto está escrito nos ACS: "toda comunidade faz catequese, mais por aquilo que é do que por aquilo que diz"⁽⁹⁶⁾.

- 66 A evangelização, testemunho e anúncio, vivida pelos Salesianos no meio da comunidade educativa, requer que assumam a função de "animadores" frente a todas as forças que colaboram.

O art. 5 das Constituições diz isso quanto à Família Salesiana⁽⁹⁷⁾; o artigo 39 — Os leigos associados à nossa missão — é oportunamente comentado assim pela RRM: "Reconhecemos que, hoje sobretudo, não só nem primeiramente por necessidade, mas por motivos óbvios de eclesiologia e de pedagogia, temos necessidade de leigos, que sejam conscientes e capazes colaboradores nossos para integrar eficazmente a nossa obra educativa, pastoral, evangelizadora"⁽⁹⁸⁾.

- 67 Esta *função de animador* requer:

a. Uma consciência viva, a nível de mentalidade e de práxis, da *necessidade pastoral e pedagógica de agir co-responsavelmente*. Isto supõe abertura, confiança e lealdade para com os colaboradores, seu mundo, seu papel peculiar e insubstituível; a busca de múltiplas formas de colaboração e de formação mútua que respeitem a vocação e a contribuição específica de cada um. O Salesiano cuidará de evitar que a ingerência dos colaboradores afete as várias relações de natureza religiosa que o ligam à comunidade e ao Superior.

b. Uma consciência clara da *identidade evangelizadora da nossa educação e da nossa pastoral* e de um projeto assumido

(95) cf. Const. 20. 28. 33; ACGE 29. 283. 288. 293. 296. 318-320. 436. 506

(96) RdC

(97) Reg. 30-31

(98) ACS 279, 42

e realizado co-responsavelmente. “Os diversos grupos que constituem a comunidade educativa associem-se de acordo com suas competências (...) sobretudo na elaboração e realização de um projeto educativo cristão”⁽⁹⁹⁾.

É, pois, um projeto que exige a adesão livre de todos os que dele participam, a convergência de intenções e de convicções de todos os seus membros⁽¹⁰⁰⁾.

A fidelidade a este projeto educativo requer “a contínua auto-crítica e constante retorno aos princípios e aos motivos inspiradores”⁽¹⁰¹⁾.

c. A consciência de uma *função específica da comunidade salesiana*. “É dever de toda a comunidade educativa e pastoral assegurar, na prática, os caracteres distintivos que dela fazem um ambiente de educação cristã”. Nela “uma responsabilidade muito especial pesa sobre os pais cristãos”⁽¹⁰²⁾. 68

Mas ao Diretor, à comunidade salesiana e a cada um, segundo a própria função, por fidelidade ao carisma específico e por missão eclesial, cabe o dever de exercer o papel de animadores responsáveis da identidade pastoral salesiana da comunidade educativa.

Nela, a palavra definitiva, depois de um diálogo paciente, caberá ao Diretor.

Este empenho exige, de um lado, o esforço de constante formação e particular sensibilidade para com o “mundo da educação” que se adquire progressivamente; e de outro, a presença de comunidades apostólicas salesianas que, vivendo e trabalhando junto, exprimam, na comunidade educativa, o seu carisma e o seu anseio evangelizador.

2.2 A participação dos Cooperadores e dos Ex-alunos “que fizeram a escolha evangelizadora” na obra educativa e pastoral dos SDB

Não vamos tratar, aqui, o tema geral dos Cooperadores e dos Ex-alunos e de seu papel na Família Salesiana. Atenta- 69

(99) EC 70

(100) EC 58

(101) EC 67

(102) EC 73

mos somente para um dos múltiplos campos de empenho abertos às iniciativas dos Cooperadores e Ex-alunos “que fizeram a escolha evangelizadora” (Stat. Conf. art. 1). Queremos falar somente destes e da sua participação na obra educativa e pastoral dos SDB.

2.2.1 A situação

- 70 A avaliação feita pelo CG21 constata, em geral, que a Congregação dá importância à presença deles. Releva, também, uma orientação crescente neste sentido.

A RRM fala de “um relacionamento mais intenso que no passado” e de “uma colaboração muito mais ativa e eficaz com diversos destes grupos”⁽¹⁰³⁾.

Os Cooperadores e Ex-alunos, de cuja formação se cuidou mais, revelam algumas características fundamentais da vocação salesiana: a apostólico-missionária, por exemplo, atuada por Jovens Cooperadores, a qual, se bem que no início, dá razão da esperança que neles é depositada; e a educativa, que os Ex-alunos na sua Mensagem ao CG21 declaram e põem à disposição dos Salesianos.

Os CI⁽¹⁰⁴⁾ se pronunciam, a respeito, com duas “insistências”: insistência em confiar aos colaboradores leigos “responsabilidades educativas e incumbências precisas de apostolado”⁽¹⁰⁵⁾ e insistência para que eles “sejam escolhidos preferencialmente no meio da Família Salesiana”⁽¹⁰⁶⁾. Retomam uma diretriz para a ação do CGE⁽¹⁰⁷⁾.

- 71 Por outro lado, há, também, na Congregação, uma atitude de pouco interesse, que faz ver estes colaboradores da Família Salesiana mais na linha da eficiência organizativa do que na do seu valor de complementaridade na evangelização. Consta que isto acontece por quatro motivos: ou porque não se entende com clareza a originalidade da vocação de cada grupo e se corre, continuamente, o risco de troca e substituição de funções; ou porque falta a experiência viva

(103) RRM 242

(104) cf. Sch Prec 262

(105) *ib* 262 a

(106) *ib* 262 b

(107) ACGE 428

e contínua da sociedade na qual vivem nossos jovens e não se leva em conta que sua inserção na mesma seria bem melhor com a colaboração dos leigos; ou porque “faliram as iniciativas e atividades, nem sempre estudadas nos níveis devidos, ou deixadas — especialmente em cada obra — à interpretação e ao entusiasmo, nem sempre iluminado, de uma só pessoa” ⁽¹⁰⁸⁾.

Mas a razão principal foi a insuficiência ou a falha de uma “séria preparação e formação dos nossos colaboradores” ⁽¹⁰⁹⁾.

2.2.2 O quadro de referência

Julgamos a presença dos Cooperadores e dos Ex-alunos que “fizeram a escolha evangelizadora” ⁽¹¹⁰⁾ importante para os jovens, para nós e para os demais colaboradores leigos. 72

Presença importante para os jovens

— Todo leigo formado, em uma comunidade que educa para a fé, não só permite melhor eficiência e organização, onde eventualmente faltem Salesianos em número ou capacidade, mas também exerce uma função educativa específica, diversa da nossa e integrável à nossa. Nossas Constituições falam de “uma contribuição original” ⁽¹¹¹⁾. Sua presença, portanto, quando possível e sob certas condições, é enriquecimento.

— Os Cooperadores e tais Ex-alunos executam validamente essa tarefa. Mas em força da vocação salesiana que lhes coube por dom e que comunga, no trabalho apostólico com a de seus irmãos religiosos, permitem eles a integração de vocações “particulares, para que seja manifestada a riqueza do carisma do Fundador” e a presença de um modelo pedagógico cristão todo particular” ⁽¹¹²⁾.

Os jovens poderão, aí, encontrar uma dimensão humana autêntica e completa, o sentido da confiança que os torna pessoas criativas e felizes, e o sentido do mistério que a so-

(108) cf. RRM 243

(109) cf. Sch Prec 263

(110) Mensagem dos Ex-alunos ao CG21

(111) Const. 39; Sch Prec 262

(112) ACGE 159

cidade de consumo torna árido e extingue. E então perceberão que estão sendo levados a viver os valores do Evangelho dentro de um mundo não mais desconhecido, mas revelado por aqueles que nesse mundo vivem e fazem experiência: "... é o mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos 'mass media'; ... o mundo do amor, da família, do trabalho profissional" (113).

Presença importante para nós

- 73 — *Referindo-nos aos Cooperadores e àqueles Ex-alunos que, conosco, "são os portadores da vontade do Fundador e fazem frutificar as indispensáveis variedades dos ministérios para a realização da única missão", temos meio de repensar e de redescobrir de fato, a especificidade da nossa vocação de evangelizadores e os conteúdos que lhe são próprios, e nos movemos com interesse "para formar e vincular" estes irmãos leigos "para assegurar mais eficazmente a salvação da juventude"* (114).

— Não só isto. Mas a comunicação entre os que são operários, ou empregados nas fábricas e nas empresas, e os Salesianos que se dedicam à educação nas Escolas Profissionais, torna-se utilíssima pela experiência e senso do concreto que levam e transmitem aos outros. Os Salesianos modelarão sua ação educativa tendo em vista esta contribuição preciosa.

- 74 *Presença importante para os outros colaboradores leigos*

São para eles um modelo concreto de estilo e de espírito salesiano. Associá-los à obra de formação e de animação dos colaboradores leigos, como era já pensamento de Dom Bosco, é garantia que o Sistema Preventivo não corre risco de perder sua identidade salesiana e sua eficácia evangelizadora.

2.2.3 *Linhas de renovação*

- 75 Considerando todos estes fatos somos levados a agir mais e melhor na linha da formação em dois sentidos:

(113) EN 70

(114) ACGE 151. 736

— A “*Família Salesiana*” *cuide das suas estruturas de formação*

Onde a Família Salesiana existe nos seus grupos diversificados, freqüentemente falta o “conjunto” quer em nível de comunicação, quer em nível de formação e ação. O CGE augurava que a “mútua colaboração e intercomunicação entre os vários grupos salesianos” pudesse ter como objetivo, entre outros, também “os meios úteis para uma formação e uma formação comum, em ordem à missão a ser realizada”⁽¹¹⁵⁾. O Dicastério para a Família Salesiana deverá iluminar, sensibilizar e, eventualmente, coordenar este “conjunto” para esta finalidade.

— *Os Salesianos vivam, com maior consciência e responsabilidade, o empenho do seu serviço*

Reconhecemos a impossibilidade real e a desproporção crescente entre exigências e possibilidades. Mas devemos reconhecer, da mesma maneira, que alguns de nós devem ainda percorrer com maior decisão e esperança o caminho de uma autêntica conversão espiritual ao fato salesiano da FS. O Reitor-Mor, na Carta de Apresentação dos ACGE, chamava-a uma das “vigas mestras da renovação pós-capitular”.⁽¹¹⁶⁾

A isto convidam-nos as Constituições e os ACGE. Mostraremos mais empenho na obra de formação dos Cooperadores e dos Ex-alunos, cuidaremos mais da sua presença nos momentos significativos da nossa vida salesiana e nos organismos de co-responsabilidade educativa e pastoral⁽¹¹⁷⁾.

2.3 A colaboração de outros leigos na comunidade educativa

Referimo-nos diretamente àqueles leigos que, mesmo não pertencendo à Família Salesiana, compartilham com os SDB a responsabilidade na realização do projeto educativo: aos pais, antes de tudo, porque primeiros educadores; em ambiente escolar, aos professores, em particular; no ambiente de Oratório-Centro Juvenil, aos animadores de qualquer

(115) ACGE 175

(116) ACGE p. XIII cf. XVIII-XIX

(117) ACGE 744 b

setor e atividade; em ambiente de pastoral paroquial e de atividade missionária, a quantos, por títulos diversos, oferecem tempo e força para uma evangelização mais completa. Ao lado dos que trabalham no projeto de Dom Bosco por vocação específica salesiana, devemos estar atentos à presença dos leigos, quer pelo significado do seu serviço em uma comunidade educativa, quer pela sua quantidade.

Em algumas partes da Congregação, a desproporção numérica entre eles e os SDB acentua-se cada vez mais, pelo constante aumento dos primeiros e a diminuição dos segundos. É um fato que pode trazer consigo o risco da perda de identidade da nossa missão e, de qualquer forma, nos empenha numa pastoral nova e exigente. Os leigos têm o direito a uma função de colaboração e co-responsabilidade; e para este fim devem ser preparados.

2.3.1 *A situação*

- 77 Quando os colaboradores leigos são cristãos convictos, sua presença coloca os jovens frente a uma gama mais completa de modelos de vida cristã, dá maior possibilidade aos SDB de trabalhar no seu campo específico de animadores, e permite um diálogo mais vasto e atualizado com os problemas da família e da profissão ⁽¹¹⁸⁾.

Há, contudo, fenômenos de sinal negativo. Da parte de alguns Salesianos, uma falta de preparação para colaborar com leigos; uma escolha pouco cuidadosa, feita mais por causa dos títulos e da capacidade profissional do que por causa da finalidade evangelizadora; às vezes as relações recíprocas são prejudicadas pela relação patrão-operário, mal colocada ou mal entendida ⁽¹¹⁹⁾.

2.3.2 *Linhas de renovação*

- 78 Deve-se dar uma nova atenção à figura do leigo que colabora conosco na educação cristã. Nossa atitude deve abrir-se para

(118) cf. Sch Prec 262

(119) cf. RRM 195

um estilo de colaboração mais intenso e mais unitário para ajudar a comunidade educativa a crescer.

Na compreensão recíproca se poderão, mais facilmente, encontrar os pontos de acordo e de convergência sobre o “projeto educativo” no qual juntos nos inspiramos.

Para conhecer melhor este “projeto” e seu espírito, estudaremos e procuraremos juntos, em atitude de diálogo, mais que de mestres.

Neste trabalho educativo comum cada um cuide de ser ele mesmo, na sua identidade, sem que o Salesiano, com seus empenhos religiosos, comunitários etc., se comporte como leigo, e sem exigir do leigo, que tem empenhos seculares, familiares, políticos, sindicais, que se comporte como religioso.

O momento da escolha destes colaboradores é importante. Não a urgência do momento, mas sua preparação, a qualidade, as capacidades, deverão ser determinantes. O ideal seria encontrar pessoas capazes de inserir-se no nosso programa apostólico, tanto melhor se tiverem experiências de movimento juvenis cristãos ou se vierem de ambientes salesianos: a estes não se tenha medo de propor a vocação de Cooperadores Salesianos. Em todos os casos respeitem a índole e a especialidade “católica” dos nossos ambientes e das nossas atividades, também quando não entram ativamente no nosso programa apostólico. Podem até não ser batizados, contanto que manifestem os valores humanos e a sensibilidade educativa que o método salesiano requer.

Cada comunidade educativa deverá proporcionar tempos necessários de formação permanente de tais leigos, com encontros periódicos de reflexão sobre o método salesiano de educar e sobre o projeto educativo concreto de cada comunidade.

A assembléia comunitária ⁽¹²⁰⁾, como organismo a isto destinado, deverá programar, seguir a atuação e fazer a revisão das atividades.

(120) cf. ACGE 710; Reg. 168.4

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

79 2.4.1 A comunidade salesiana animadora

Os Salesianos se empenhem em requalificar-se e em promover nos ambientes onde trabalham, a comunidade educativa (ACGE 395) e a co-responsabilidade pastoral dos leigos.

2.4.2 A participação dos Cooperadores e dos Ex-alunos na obra educativa e pastoral

a. Os Inspectores em nível Inspetorial e os Diretores em nível local, procurem “dar novamente às comunidades a dimensão de núcleo animador destas forças espirituais e apostólicas”. Para este serviço privilegiado escolham como Delegados os Irmãos que tenham qualidades e preparação adequadas.

b. De acordo com um plano combinado entre os respectivos Conselhos (SDB, CC, EE) no próximo sexênio o Inspetor dê a conhecer às Comunidades as linhas referentes à pastoral vocacional e formativa dos Cooperadores e Ex-alunos e estabeleça os meios e as formas concretas, para que sejam associados co-responsavelmente a algumas iniciativas de evangelização.

c. Os Salesianos empenhem-se em formar os animadores da Família Salesiana, tendo em vista, já desde as fases iniciais da formação, o conhecimento da Família Salesiana e a assimilação de seus valores.

2.4.3 A colaboração de outros leigos

a. A nível inspetorial, seja elaborado um “estatuto do colaborador leigo”, no qual apareçam as características do nosso ambiente educativo e as qualidades humanas, profissionais, cristãs e salesianas que, neste ambiente, comporta a função de educador.

b. Sejam promovidos cursos de atualização sobre o Sistema Preventivo para os leigos em vista de mais eficiente inserção deles nas nossas comunidades educativas e nas obras pastorais.

TERCEIRA PARTE

**O PROJETO EDUCATIVO
E A FECUNDIDADE VOCACIONAL****1. O PROJETO EDUCATIVO E PASTORAL SALESIANO**

A atividade evangelizadora salesiana não se caracteriza somente a partir dos destinatários e pelo típico modo comunitário no qual é realizada, mas também pela organização peculiar dos seus *conteúdos* e objetivos e pelo *estilo*, mediante o qual se torna presente entre os jovens. 80

Por isso os Salesianos de Dom Bosco não podem aprofundar adequadamente o sentido de sua missão sem refletir operativamente sobre esse sistema educativo e pastoral que Dom Bosco deixou como herança preciosa.

Ele aparece como um “aspecto central na pastoral juvenil salesiana”, que pertence à essência mesma da nossa missão, “o nosso estilo de expressão da caridade pastoral”⁽¹⁾. Na realidade pode considerar-se quase como que a síntese de tudo o que Dom Bosco queria ser, o núcleo do programa ou projeto pedagógico-pastoral por ele posto em prática e confiado em particular à Família Salesiana, o termo de confronto necessário das modalidades e características da nossa ação pastoral.

Este apelo ao Sistema Preventivo é hoje tanto mais urgente quando os membros da Congregação, espalhados por todo mundo, se põem a testemunhar e a anunciar o Evangelho em situações culturais muito diversas e contudo querem conservar, em vista da eficácia comunitária da sua vocação, o liame vital com o Fundador e a unidade do espírito.

É bom recordar, antes de tudo, que o sistema não indica somente um conjunto de conteúdos a serem transmitidos ou uma série de métodos e de procedimento a serem comuni-

(1) RRM 183

cados; não é nem pura pedagogia nem só catequese. O Sistema Preventivo, como foi vivido por Dom Bosco e seus continuadores, apareceu sempre como síntese rica de conteúdos e de métodos; de processos de promoção humana e, ao mesmo tempo, de anúncio evangélico e de aprofundamento da vida cristã; nas suas metas, nos seus conteúdos, nos seus momentos de atuação concreta, ele lembra contemporaneamente as três palavras com as quais Dom Bosco o definia: *razão, religião, carinho*.

Por isso, no trabalho de verificação o CG21 sentiu necessidade de considerar o seu grau de segurança ou de eficácia e, em certo modo, quis provar sua vitalidade, tendo presentes dois momentos fundamentais, vitalmente ligados entre si, na ação concreta quotidiana:

— *Os conteúdos*

— *O estilo*.

1.1 Conteúdos do projeto educativo e pastoral salesiano

1.1.1 *O problema: Uma proposta unitária e diferenciada*

- 81 De acordo com a intuição de Dom Bosco e da Congregação, confirmada também pelo Concílio Vaticano II e pelo Magistério Pontifício mais recente, e em particular pela *Evangelii Nuntiandi*, uma autêntica evangelização se realiza em um projeto que tem em vista a total promoção do homem, o desenvolvimento integral do indivíduo e dos grupos.

Este projeto, por sua vez, é radicalmente aberto e positivamente orientado para a plena maturidade em Cristo: “Como testemunhas do Cristo, os Salesianos educam jovens e adultos da classe popular para a sua promoção integral cristã”⁽²⁾.

Existe, portanto, uma profunda unidade e solidariedade entre evangelização, liberação e educação. Nesta linha se move a *Evangelii Nuntiandi*⁽³⁾. Já o CG19 havia falado de um “humanismo salesiano integral”⁽⁴⁾. O CGE retomou esta expressão e falou de “promoção integral cristã” e de “edu-

(2) ACGE 59-61

(3) EN 29-33

(4) CG XIX p. 182-183 (ed. ital.)

cação libertadora cristã”⁽⁵⁾. É linguagem mesma de Dom Bosco que gostava de resumir o programa de vida proposto aos jovens com fórmulas simples mas densas. Ele fala de “bons cristãos e cidadãos honestos”⁽⁶⁾; visa à “saúde, sabedoria e santidade” de seus jovens⁽⁷⁾, e propõe um estilo de vida que abrange “alegria, estudo, piedade”⁽⁸⁾.

O CG21 não ignora as dificuldades que a realização de tal projeto comporta. **82**

Adverte, em primeiro lugar, a extrema heterogeneidade cultural na qual a Congregação desenvolve sua missão; países de tradição cristã antiga e regiões em via de descristianização: regiões nas quais o primeiro anúncio necessita de aprofundamentos consistentes da experiência cristã e da fé; imensos subcontinentes, onde a ação educativa e pastoral se encontra com religiões não-cristãs profundamente radicadas; sem falar, também, dos níveis extremamente diferenciados de desenvolvimento econômico, de estratificações sociais, de regimes políticos, de tradições.

Para tornar ainda mais difícil o empenho educativo cristão podem contribuir as resistências dos mesmos jovens e dos destinatários, em geral, que vivem em ambientes que os condicionam fortemente e criam neles atitudes de desconfiança e de hostilidade frente à proposta de valores, sobretudo se ligados à religião e a instituições religiosas. Trata-se muitas vezes, de atitudes que se encontram entre batizados, atitudes estas que não são tão difíceis de superar como as dos jovens que cresceram em outras ideologias ou sistemas religiosos, com prevenções enraizadas e preconceitos consolidados.

Por outro lado, estas dificuldades não devem fazer esquecer nem descuidar “os novos sinais de inquietude do divino no coração do homem”⁽⁹⁾. Antes, a nossa proposta educativa saberá partir dos sinais de renovação e dos profundos impulsos os quais parecem atravessar o mundo dos jovens especialmente; “das aspirações para a criatividade, para a justiça, para a liberdade e para a verdade; como também do

(5) ACGE 61

(6) MB XIII 618

(7) Epist. 2, 465

(8) *Il pastorello delle Alpi*, em *Opere edite*, vol. XV, 332-333

(9) Sin. 77 n. 2

seu desejo de co-responsabilidade eclesial e civil, da sua propensão para o amor de Deus e do próximo”⁽¹⁰⁾.

- 83 Tudo isto deve estimular ainda mais um repensamento vital que dê crescente vigor à ação educativa e evangelizadora salesiana.

A atenção e o respeito à diversidade de situações e de pessoas não devem trair o projeto do Fundador. Este deve permanecer o ponto ideal de referência comum, para um serviço pleno, cristão e salesiano, ao homem total; com medida e sabedoria, mas também com coragem e clareza; sem forçar o ritmo, mas sem deixar passar em vão os tempos da graça e da salvação.

Partindo de um projeto unitário de base será mais viável dar curso à legítima criatividade salesiana, que, através das comunidades inspetoriais e locais — e as responsabilidades pessoais — saberá encontrar os justos critérios para programas de educação de promoção humana e de uma formação cristã, clara e integral, em fidelidade *histórica*, às diversas situações e culturas⁽¹¹⁾.

1.1.2 A situação

- 84 Não é fácil uma verificação do empenho educativo e evangelizador dos Salesianos no último sexênio, pela complexidade das condições concretas nas quais a Congregação trabalha e a variedade das Instituições.

Pode-se todavia pôr em evidência alguns elementos, gerais.

O CGE influiu, *de modo positivo*, no que se refere à atividade educativa e evangelizadora na Congregação. Não em tudo e nem em toda parte isto foi desenvolvido com igual empenho; muitos elementos de renovação estão ainda no início e estão abrindo caminho com dificuldade, ou então se encontram ainda no sofrido estado de procura e de aspirações. Mas, tem-se a impressão que se retorna o caminho num clima mais tranqüilo de reflexão e de ação.

Em particular, notam-se algumas linhas de tendência que se mostram ricas de esperança: a redescoberta do valor e da atualidade das intuições pedagógicas de Dom Bosco e da

(10) Sín. 77 n. 3

(11) EN 20. 38-39

tradição salesiana; a crescente sensibilidade e o maior interesse pelos jovens das classes populares e pela justiça no mundo; um empenho mais acentuado na evangelização e na catequese.

Tudo isto levou, não em todos os lugares nem em igual medida :

- à criação de centros, de organismos, de equipes, de revistas, de subsídios para o aprofundamento e a atualização do programa educativo e pastoral salesiano;
- à exigência de uma programação mais séria e rigorosa da nossa ação educativa, também através de projetos educativos (“ideários”) em torno dos quais unificar a ação educativa não só dos Salesianos, mas também dos membros da Família Salesiana e dos leigos, empenhados conosco na missão (pais, professores, animadores, catequistas...);
- a presenças novas mais ágeis e funcionais especialmente no setor da catequese;
- à criação de novos organismos de animação, como os Departamentos para a educação da fé, iniciados em alguns países.

Releva-se, além disso:

- mais viva e responsável inserção no contexto ambiental e cultural;
- mais estreita participação na pastoral da Igreja local;
- mais ampla colaboração com a Família Salesiana e com o desenvolvimento dos Cooperadores Jovens;
- crescimento no sentido da oração e da vida litúrgica;
- atenção mais interessada para alguns setores da evangelização, tais como, os *mass media* e a animação cristã do temporal;
- uma contribuição notável, qualificada e amplamente reconhecida no setor da animação catequética e litúrgica.

- 85 Ao lado de um inegável processo de crescimento e de elementos renovadores, os CI relevam a presença de *aspectos ainda carentes*, de resistências à mudança desejada pelo CGE, e a persistência de atitudes superficiais e negativas.

Denunciam, em mais de um caso, a ausência de um projeto educativo e pastoral concreto, nascido da reflexão das comunidades, aberto às situações mutáveis do tempo, confrontando com as linhas da nossa tradição. Relevam negligência e ignorância dos elementos fundamentais do Sistema Preventivo de Dom Bosco e uma pouco equilibrada interpretação do mesmo. Constatam-se, às vezes, uma queda da força do testemunho e a carência de experiências salesianas significativas, capazes de suscitar o interesse dos jovens e o seu empenho.

Em alguns casos verificam-se incertezas sobre a finalidade específica da nossa ação pastoral, a tal ponto que alguns irmãos quedam-se reticentes ou hesitantes frente a uma proposta cristã explícita, mesmo respeitando o ritmo e os tempos de crescimento. Por conseguinte, as idéias e os conceitos sobre alguns princípios basilares do método de Dom Bosco nem sempre aparecem claros e precisos: a praxe sacramental (especialmente no que se refere à Penitência), a devoção mariana, a piedade simples e popular e a catequese sistemática e integral, estendida a todas as idades, de comum acordo com as determinações da Igreja local.

Também se notou uma escassa compreensão dos problemas que a condição juvenil e popular põe à experiência cristã, como, por exemplo: o grande pluralismo dos modelos culturais, as dificuldades da linguagem das subculturas juvenis e populares, as aspirações à participação e à co-responsabilidade em todos os níveis, a sede de igualdade e de justiça.

1.1.3 As causas

- 86 Aqui não levamos em consideração as causas que estão ligadas a condições sócio-políticas que impedem a realização plena do projeto educativo pastoral salesiano; não é em todos os lugares que a evangelização pode desenvolver-se com ampla liberdade de formas e expressões.

Mas mesmo onde existem grandes possibilidades de ação permanecem causas que limitam e desfiguram a ação educativa e evangelizadora. Reduzem-se às seguintes: uma

insuficiente “mentalização” e abertura às exigências da ação pedagógica e pastoral apresentadas pela renovação; certo estreitamento do horizonte cultural e da formação de base que torna difícil notar as mudanças da sociedade, as solicitações provindas do mundo juvenil e popular, as indicações do Magistério. Na raiz de certas carências e limites da nossa ação, encontra-se por certo a presença preponderante de colaboradores leigos, às vezes não formados adequadamente e não sensibilizados para nosso projeto, enquanto que os poucos Salesianos presentes estão empenhados sobretudo em encargos de organização e administração.

1.1.4 O quadro de referência

A avaliação da realidade efetiva tem um ponto de referência de máxima autoridade no art. 2 das Constituições que delinea a missão dos Salesianos: “realizar, na consagração religiosa, o projeto apostólico do Fundador; serem, em estilo salesiano, sinais e portadores do amor de Deus aos jovens, especialmente aos mais pobres”⁽¹²⁾. É um “serviço total” e “criativo”, que “atinge todas as *exigências verdadeiras* e todas as reais necessidades do jovem, no seu corpo e no seu espírito, no seu coração”. É uma “formação integral”, que implica a resposta generosa às suas múltiplas necessidades: “de cultura, de habitação, de atividades e de convivência nos tempos livres, de ambientes educativos, cheios de vitalidade”⁽¹³⁾.

No vértice está a “atividade evangelizadora e catequística” que é “a dimensão fundamental da nossa missão. Como Salesianos somos todos e, em qualquer ocasião, educadores da fé”⁽¹⁴⁾. “O Salesiano civiliza evangelizando e evangeliza civilizando”⁽¹⁵⁾. Nesta linha permanecem fundamentais os textos do CGE e sobretudo os já citados documentos 3 e 4, *Evangelização e Catequese*⁽¹⁶⁾ e *Renovação pastoral da ação salesiana entre os jovens*⁽¹⁷⁾, os quais revelam uma singular consonância com a *Evangelii Nuntiandi*, com os Sinodos II, III e IV dos Bispos (respectivamente sobre justiça no mun-

(12) Também: Const. 7, 17-33, 40; Reg. 1-2; ACGE 88-89

(13) ACGE 353; mais analiticamente ACGE 354. 178-182, 256-258

(14) Const. 20

(15) ACGE 134. 61

(16) ACGE 274-341

(17) ACGE 342-399

do, evangelização e promoção humana, a catequese no nosso tempo) e o recente documento sobre a *Escola Católica* da Congregação para a educação católica.

- 88 Lembramos, neste ponto, alguns objetivos, elementos essenciais para uma ação educativa pastoral salesiana fiel ao projeto do Fundador e em diálogo com as exigências dos nossos destinatários.

Será tarefa das Inspetorias e das comunidades locais retomar estes elementos e inseri-los, com adaptações oportunas, nos próprios planos ou projetos educativos a nível de Oratório, de Centro Juvenil, de Escola, e de outras presenças salesianas entre os jovens das classes populares.

A indicação sumária quer ser também um convite para um contínuo esforço de releitura e reinterpretção, à luz do espírito de Dom Bosco, da rica documentação da Congregação, da Igreja, na qual se encontram todos os pontos mencionados.

- 89 Talvez fosse oportuno tentar uma classificação adotando como critério quanto afirmava Dom Bosco: “Este sistema se apóia todo inteiro na *razão*, na *religião* e no *carinho*”⁽¹⁸⁾.

Mais que base para uma sistematização dos conteúdos, porém, este princípio fundamental indica uma tríplice aspiração conjunta, que compenetra e anima a todos e a cada um dos aspectos da experiência educativa e pastoral de Dom Bosco.

De razão, de religião e de carinho deve estar impregnado todo o rico patrimônio de valores humanos e religiosos que garantem o genuíno desenvolvimento humano, religioso e cristão de cada um, de acordo com a verdadeira teologia da encarnação.

- 90 No plano do *crescimento pessoal* queremos ajudar particularmente o jovem na construção de uma humanidade sadia e equilibrada, favorecendo e promovendo:

— um gradual amadurecimento para a liberdade, para a assunção das próprias responsabilidades pessoais e sociais, para a reta percepção dos valores;

(18) Op. Sist. Prev. 1887, em *Opere edite*, Vol. XXVIII p. 424

- um relacionamento sereno e positivo com as pessoas e as coisas que nutra e estimule sua criatividade e reduza conflitos e tensões;
- a capacidade de colocar-se em atitude dinâmico-crítica frente aos acontecimentos, na fidelidade aos valores da tradição e na abertura às exigências da história, para que se torne apto a tomar decisões pessoais coerentes;
- uma sábia educação sexual e para o amor que o ajude a compreender sua dinâmica de crescimento, de doação e de encontro, no interior de um projeto de vida;
- a procura e a projeção do próprio futuro para liberar e canalizar em direção a uma escolha vocacional precisa, o imenso potencial que está escondido no destino de cada jovem, mesmo no menos humanamente dotado.

No plano do *crescimento social* queremos ajudar os destinatários a ter um coração e um espírito aberto ao mundo e aos apelos dos outros. Com esse intuito, educamos:

- para a disponibilidade, a solidariedade, o diálogo, a participação, a co-responsabilidade;
- para a inserção na comunidade através da vida e da experiência do grupo;
- para o empenho pela justiça e pela construção de uma sociedade mais justa e humana.

1.1.5 *Um projeto positivamente orientado para Cristo*

Tal projeto, nos conteúdos, nas metas, no estilo, pode ser proposto e oferecido também a quem não compartilha a nossa visão do mundo e não participa da nossa fé. Por outro lado, não são poucos os Salesianos que trabalham em ambientes profundamente secularizados ou ainda não alcançados pelo anúncio do Evangelho. 91

Também nestes casos o sistema educativo de Dom Bosco revela-se genial nas suas intuições e fecundo de possibilidades as mais variadas. Aplicado com flexibilidade, com gradualidade e com respeito sincero para com os valores humanos e religiosos presentes nas culturas e religiões dos nossos destinatários ⁽¹⁹⁾, ele produz frutos fecundos no plano

(19) *Nostra Aetate*, n. 2

educativo, cria amizade e suscita simpatia em alunos e ex-alunos, libera grandes energias de bem, e, em não poucos casos, coloca as premissas de um caminho livre de conversão à fé cristã.

Tudo isto, porém, não impede que para o Salesiano todo projeto educativo encontre inspiração e motivações no Evangelho. A luz que o ilumina e a meta última à qual conduz é Cristo. Fazer conhecer Deus como Pai e encontrar sua vontade em todo momento e colaborar com Cristo para a chegada do seu Reino ⁽²⁰⁾, é o fim último de toda e qualquer ação educativa salesiana.

O projeto salesiano tende, então, para um outro crescimento: o crescimento em Cristo na Igreja. No nosso projeto educativo, “o Cristo é o fundamento; ele revela e promove o sentido novo da existência e transforma-a, capacitando o homem a viver de maneira divina, isto é, a pensar, a querer e a agir de acordo com o Evangelho, fazendo das bem-aventuranças a norma de sua vida” ⁽²¹⁾.

Em continuidade com o empenho de amadurecimento e de promoção dos valores mais especificamente humanos, desenvolve-se, na ação educativa e pastoral salesiana, a orientação propriamente religiosa e cristã.

As duas linhas não são, de per si, cronologicamente sucessivas, nem tão pouco divergentes; mas abrangem dois aspectos essenciais da única vocação do homem, como é delineada no plano de Deus.

- 92 No plano *religioso-cristão*, a ação salesiana tem por finalidade a educação para uma fé consciente e operante ⁽²²⁾, o despertar da esperança, do otimismo (servir ao Senhor na alegria) ⁽²³⁾, e a vida da graça. Dá impulso à caridade em uma experiência integral de vida, alimentada por uma catequese viva e por uma pregação concreta e aderente. Ensina a descobrir e a amar a Igreja como sinal eficaz de comunhão e de serviço a Deus e aos irmãos, e a ver no Papa o vínculo da unidade e da caridade na Igreja. Faz viver a experiência de alegres e juvenis celebrações litúrgicas, com intensa participação na Eucaristia. Promove uma forte devoção à

(20) cf. Const. 21

(21) EC n. 34-35

(22) ACGE 63. 64. 307-311

(23) cf. Exortação Apostólica *Gaudete in Domino*

Virgem, Auxiliadora dos Cristãos, Mãe da graça, verdadeiro modelo de vida, de fé realizada, e de pureza serena e vitoriosa ⁽²⁴⁾. Educa e suscita uma vida de oração autêntica com particular cuidado em utilizar as formas mais acessíveis e próximas da piedade juvenil e popular ⁽²⁵⁾.

Enfim, como síntese e coroamento de progressivo amadurecimento humano e cristão, está presente sempre, como objetivo, a orientação vocacional com todas as suas escolhas possíveis: leiga, religiosa, sacerdotal. É o fruto mais precioso de um processo educativo e evangelizador realizado (ver: *A fecundidade vocacional da nossa ação pastoral* n. 106-119).

Tratando do projeto educativo salesiano faz-se necessária uma breve reflexão sobre o que Dom Bosco considerava “como as colunas do seu edifício educativo”: os sacramentos da Reconciliação e da Eucaristia, e a devoção a Nossa Senhora ⁽²⁶⁾.

1.1.6 *A vida sacramental e litúrgica*

Relendo as três biografias de jovens escritas por Dom Bosco e considerando a praxe sacramental do Oratório, à luz da sensibilidade hodierna e da doutrina do Concílio Vaticano II, é fácil colher a riqueza e a atualidade de algumas insistências e aspectos da pedagogia salesiana. 93

Na *pedagogia da Penitência* é característica em Dom Bosco a continuidade entre o estilo de aproximar-se do jovem, no mesmo processo educativo, e o que consegue estabelecer no momento sacramental. Trata-se da mesma paternidade, amizade e confiança, que despertam no jovem a atenção para os movimentos da graça e o empenho em superar o pecado. O encontro sacramental normalmente requer um prévio entendimento educativo ⁽²⁷⁾. Dom Bosco dizia, com razão, que a confissão é a “chave da educação”, porque empenhando pessoalmente o rapaz, convidava-o a superar-se a si próprio. A regularidade no encontro penitencial, o diálogo franco e

(24) Const. 65; cf. *Marialis Cultus*

(25) EN 48

(26) P. Stella *Don Bosco nella storia della religiosità cattolica*, Zurich 1969, I, p. 319

(27) Bosco G. *Scritti spirituali* por J. Aubry, p. 176, notas 5 e 6

sereno, o propósito que leva à constância, oferecem ocasião de excepcional valor educativo.

Não se devem esquecer as várias oportunidades apresentadas pela liturgia ou encontradas na devoção popular, ou determinadas pela sabedoria educativa, para oferecer aos jovens momentos e celebrações comunitárias de penitência, cujo clima é de alegria e festa, como convém ao memorial da própria salvação.

Um segundo aspecto relevante que se deve ter em mente é o valor educativo do *ano litúrgico*. A participação plena e consciente na obra da salvação organiza-se, no pensamento de Dom Bosco, em torno da celebração do ano litúrgico, que dá ritmo à vida da comunidade juvenil, indicando o caminho de crescimento espiritual e o empenho gradual que assume para responder ao chamado de Deus. É um modo concreto de estruturar um projeto educativo sobre o mistério de Cristo. No centro está sempre o encontro com o Cristo na Eucaristia.

Tudo isto, à luz de uma catequese eficiente, que ajuda os jovens a ver as celebrações litúrgicas como “expressão sacramental da vida dos cristãos e de sua história. Por isso educa-os à continuidade entre Eucaristia e empenho comunitário; entre Missa e liturgia da vida; entre libertação do mal, pedida na oração, e libertação atuada na sociedade; entre gesto litúrgico de paz e a paz verdadeira levada aonde cada um vive”⁽²⁸⁾.

“Encorajar”, “proporcionar comodidade de frequentar os sacramentos”, “fazer ressaltar a beleza, a grandeza, a santidade da religião”, “nunca obrigar”, agir de tal modo que os jovens “se sintam” espontaneamente desejosos dos sacramentos e deles se aproximem de boa vontade com prazer e com fruto”: são expressões claras do sistema preventivo que nos falam da sensibilidade educativa e da pedagogia sacramental de Dom Bosco⁽²⁹⁾.

1.1.7 *Devoção mariana*

- 94 Maria esteve particularmente presente na obra evangelizadora de Dom Bosco que sempre viu na devoção à Virgem

(28) ACGE 324

(29) ACGE 326

um elemento essencial para o crescimento cristão dos seus meninos e jovens. Promoveu sua devoção e celebrou suas festas com solenidade, criando em torno delas um clima de serenidade e de alegria, e, ao mesmo tempo, de forte tensão espiritual. A devoção a Maria Auxiliadora está na raiz das nossas origens e, portanto, também da nossa renovação.

O CG21, em espírito de fidelidade a Dom Bosco, à luz do Vaticano II e da *Marialis Cultus* de Paulo VI, convida a todos os Salesianos a redescobrir e valorizar a presença de Maria na própria vida e na ação educativa entre os jovens.

Nossa Senhora tem, antes de tudo, uma função de *educadora*. As nossas Constituições recordam que “a Virgem Maria tem uma presença própria na educação desses filhos de Deus”⁽³⁰⁾ Na vida de nossos rapazes ela não é só a Mãe que acolhe e compreende, mas também sinal de vitória contra o pecado e auxílio na luta quotidiana. “Façamo-la conhecer, admirar e amar como Aquela que creu e está pronta para ajudar os cristãos em caminho”⁽³¹⁾.

O Salesiano não se contenta de nutrir para com Maria “uma devoção filial e profunda”⁽³²⁾, mas como Dom Bosco olha para Maria como a *inspiradora* da sua ação educativa. A partir do sonho dos nove anos e durante toda a sua vida, Dom Bosco aprendeu dela os traços principais do seu sistema: atitude de doçura e paciência, de pureza serena e luminosa, de trabalho e temperança.

Em sua obra de educadores da fé dos jovens os Salesianos, partindo da Sagrada Escritura e das celebrações do ano litúrgico, farão descobrir Maria “o modelo da atitude espiritual com a qual a Igreja celebra e vive os divinos mistérios”, especialmente na celebração da Eucaristia, isto é: a Virgem à escuta acolhendo a Palavra de Deus com fé; a Virgem em oração pessoal e comunitária; a Virgem, que pela sua fé e obediência, nos dá o Cristo; a Virgem oferente ao lado de Cristo...⁽³³⁾.

Partindo das instâncias e exigências dos jovens, saberão, como Dom Bosco, apresentar Maria como *modelo de vida cristã*, porque Ela “aderiu total e responsabilmente à von-

(30) Const. 21

(31) Const. 21

(32) Const. 65

(33) *Marialis Cultus*, 16-20

tade de Deus; porque acolheu a palavra e a pôs em prática; porque sua ação foi animada pela caridade e pelo espírito de serviço; porque fez de sua própria vida um culto a Deus, e do culto um empenho de vida; porque foi a primeira e a mais perfeita discípula de Cristo”⁽³⁴⁾. E isso também em vista de uma amadurecida consciência eclesial que Maria desenvolveu no povo de Deus⁽³⁵⁾.

1.1.8 *O empenho prioritário pela catequese*

95 Nenhuma prática sacramental sólida e nenhuma devoção podem, na Igreja, suprir a falta de processos de conversão e de itinerários para o crescimento na fé. Entre evangelização e sacramentos existe um liame inseparável: a evangelização, como catequese, prepara para o sacramento; e como pregação litúrgica acompanha sua celebração⁽³⁶⁾.

O primado da evangelização, e em particular da catequese, foi muito lembrado nos documentos oficiais da Igreja depois do Vaticano II, quer a nível de Igreja universal⁽³⁷⁾, quer a nível de Igrejas locais⁽³⁸⁾; e no CGE⁽³⁹⁾.

Por isso, coerentemente com quanto foi afirmado no Sínodo dos Bispos em 1977, os Salesianos intensificarão, em todas as suas obras e atividades, o empenho catequístico “de modo a dar-lhe a prioridade na sua ação pastoral... , aceitando dedicar todas as suas forças na atividade catequética ao lado da evangelização”⁽⁴⁰⁾.

A catequese, supõe, como é natural, um primeiro anúncio-testemunho do evento salvífico de Deus em Cristo, e uma primeira opção global de fé, que constitui o processo de conversão. Nesse contexto, os Salesianos, mediante a catequese, não só ocasional, mas orgânica e sistemática, intentam orientar as comunidades educativas e pastorais para o conhecimento mais profundo e a experiência integral da mensagem da salvação. Esta seja apresentada como alegre anúncio ao homem de hoje, como luz para sua vida, como

(34) *Marialis Cultus*, 35. 21

(35) LG 52-69

(36) EN 44. 47

(37) cf. p. ex.: *Diretório catequístico geral*, 1971

(38) cf. Diretórios nacionais

(39) ACGE 274-341

(40) Sín. 77 n. 18 (conclusão)

solução para seus problemas, através das múltiplas mediações da sabedoria cristã.

Nessa atividade, os Salesianos, nas pegadas de Dom Bosco, ativamente atento “às necessidades dos tempos”, terão presentes, de modo especial, as situações de ambiente pouco ou nada evangelizados, mesmo quando já iniciados na vida sacramental, dando à catequese aquela dimensão missionária que se prende aos princípios e aos fundamentos de toda verdadeira conversão. Além disso, terão em conta todas as formas que gradualmente levam à promoção de uma plena maturidade cristã com empenhos sempre maiores na comunidade civil e eclesial.

1.2 O estilo e o espírito do projeto educativo e pastoral salesiano

O problema

Como Dom Bosco, o Salesiano vê sua missão educadora e evangelizadora não somente no meio dos jovens e do povo e para eles, mas também *com* eles e *por meio* deles. “Esta presença atenta e amorosa nos abre ao conhecimento do mundo juvenil e popular, e à solidariedade com ele em todos os aspectos legítimos de seu dinamismo”⁽⁴¹⁾. É natural, então, que as exigências mais profundas da evangelização e da promoção humana exijam todo o Sistema Preventivo, não somente nos seus conteúdos, mas também no seu *estilo*. Seja ele entendido em sentido amplo e compreensivo, e não somente numa perspectiva de técnica pedagógica. Na mente de Dom Bosco e na tradição salesiana, o Sistema Preventivo tende sempre mais a identificar-se com o “espírito salesiano”: é, ao mesmo tempo, pedagogia, pastoral, espiritualidade, que associam numa única experiência dinâmica, educadores (como indivíduos e como comunidade) e destinatários, conteúdos e métodos, com atitudes e comportamentos nitidamente caracterizados⁽⁴²⁾.

(41) Const. 16

(42) Lettera di Don Bosco a Mons. G. Cagliero, 6.8.1886; e a D. G. Costamagna, 10.8.1886, Epist. IV, 327-329 e 332-336

1.2.1 A verificação

- 97 O CG21 faz a avaliação, também deste estilo e da íntima ligação entre ele e a missão educativa salesiana. Ele é condição de autenticidade evangelizadora e de conformidade real com Dom Bosco. Perder esse estilo significa perder um traço fundamental da nossa identidade salesiana: “O Sistema Preventivo seja nosso distintivo”. “Isto valha para os Salesianos entre si, entre os alunos, e outros, externos ou internos”⁽⁴³⁾.

Vários CI juntamente com a Relação do Reitor-Mor convidam para esta reflexão responsável⁽⁴⁴⁾.

Emergem da verificação alguns *sinais positivos* que devem ser lembrados.

Nota-se certo despertar de estudos salesianos sobre o Sistema Preventivo e de experiências.

No suceder-se variado e, às vezes, confuso de novas ideologias e práticas educativas nota-se, dentro e fora da Família Salesiana, uma notável demanda de pedagogia salesiana, que encontra fecunda aplicação até no âmbito da família, da escola pública, dos movimentos juvenis, e das diversas instituições formativas e pastorais da Igreja.

O interesse dos Salesianos pelo Sistema Preventivo não se traduziu somente num crescente número de encontros, congressos, “colóquios”, de grande utilidade ideal e prática⁽⁴⁵⁾, mas também no aparecimento de novos movimentos juvenis e numa presença renovada e mais incisiva na promoção educativa do tempo livre, da educação, da didática, da catequese, da pastoral, com iniciativas de organização e animação a nível nacional e internacional.

- 98 Contudo, *denuncia também* o obscurecimento, e até mesmo, o desaparecimento (ao menos em algumas regiões) de experiências típicas do Sistema Preventivo: a presença-assistência animadora, a convivência com os jovens, o clima e o estilo de família. Fica-se menos no meio dos jovens e da gente simples, vive-se menos para eles. Parece que não está sendo bem compreendido o sentido profundo da assistência sale-

(43) cf. Cartas citadas, Epist. IV, 332 e 328

(44) Sch Prec 253-258; RRM 183-185. 196

(45) RRM 185

siana ativa, também por causa de um mal entendido conceito de autonomia dos jovens e de não-diretividade; fomenta-se menos o espírito de família, exatamente no momento em que os movimentos e os grupos jovens dão grande importância às relações primárias e interpessoais; também se promovem menos as iniciativas que criam o ambiente educativo salesiano característico. Deste modo, em vários ambientes são desvalorizadas e quase completamente descuidadas atividades tidas, sem razão, como estranhas à substância do empenho propriamente educativo e evangelizador: atividades lúdicas, recreativas e expressivas, como o teatro, o canto, a música etc. A isto se acrescentem: uma generalizada ignorância do significado histórico e científico do sistema; falha adaptação à variedade das situações; falta de atualização e de contacto com as contribuições mais seguras das modernas ciências do homem; acrítica adesão a métodos educativos e pastorais incompatíveis com as finalidades e características do serviço apostólico salesiano ⁽⁴⁶⁾.

1.2.2 *As causas*

Talvez sejam remotas, como, por exemplo, a experiência de 99 práticas unilaterais e mecânicas do Sistema Preventivo que identificaram preventivo com negativo-protetor, assistência educativa com vigilância disciplinar, paternidade com paternalismo, liberdade com permissividade etc.

Uma explicação pode também ser dada pela escassa disponibilidade de documentação e literatura específicas na própria língua. Mais no fundo, pode-se encontrar, todavia, a decadência da identidade e vitalidade religiosa salesiana, que não poderia deixar de envolver também o Sistema Preventivo, se é verdade que nele Dom Bosco “condensou toda a espiritualidade da ação apostólica para seus filhos” ⁽⁴⁷⁾.

1.2.3 *O quadro de referência*

Os artigos 25 e 40 das Constituições ⁽⁴⁸⁾ oferecem um ponto preciso de referência, eco das estimulantes orientações capitulares ⁽⁴⁹⁾. Mas para mais exata avaliação da situação e das possibilidades de uma ampla recuperação 100

(46) RRM 184

(47) RRM 183

(48) cf. Const. 16 e Reg. 3

operativa, parece útil uma sumária recapitulação dos elementos “qualificantes” do Sistema.

Em *todos os protagonistas* da atividade educativa e pastoral salesiana requer-se uma atitude de procura, encontro, presença, compreensão, diálogo ⁽⁵⁰⁾; o empenho de uma educação permanente nos adultos, e a cordial disponibilidade para o desenvolvimento nos jovens.

101 Nos *educadores*, pois, como indivíduos e comunidade, adquirem uma fundamental importância algumas disposições e atitudes:

- a atenção aos jovens reais, às suas verdadeiras exigências, aos interesses atuais e aos deveres da vida que os esperam; à simpatia para com seu mundo, à capacidade de acolhimento e de diálogo;
- a estima e a justa consideração dos valores de que os jovens são portadores e a atenção aos dinamismos de seu crescimento;
- a razoabilidade das exigências e das normas, a criatividade e a flexibilidade das propostas ⁽⁵¹⁾;
- o empenho em solicitar a adesão aos valores, não pela imposição forçada, mas pelas vias da persuasão e do amor;
- a convicção, humana e cristãmente encorajadora que “em todo jovem, mesmo no mais infeliz, há um ponto de acesso ao bem; dever primário do educador é procurar este ponto, esta corda sensível e aproveitá-la” ⁽⁵²⁾;
- a franqueza de uma proposta cristã integral, embora adaptada à diversidade de idades, de nível cultural e espiritual, de capacidade de escuta e aceitação.

102 O Sistema Preventivo requer, além disso, um *ambiente intenso e luminoso* de participação e de relações sinceramente amigáveis e fraternas; o espírito de família, de simplicidade e abertura; num clima de otimismo e de alegria “reflexo da graça de Deus e da serenidade interior” ⁽⁵³⁾; um modo comu-

(49) ACGE 349. 188 e 88-105; sobretudo 360-365

(50) ACGE 360-365

(51) ACGE 362

(52) MB V 367

(53) Paulo VI ao CG21 (n. 474)

nitário de crescimento humano e cristão, vivificado pela presença amorosa e solidária, animadora e estimulante dos educadores (a “Assistência”) ⁽⁵⁴⁾; uma sábia pedagogia do tempo livre. Favorece, portanto, todas as formas construtivas de atividade e de vida associativa (as Companhias deviam ser “trabalho dos jovens” no pensamento de Dom Bosco), também como iniciação concreta para o empenho comunitário, civil e eclesial ⁽⁵⁵⁾.

Exige o empenho apostólico dos jovens que se tornam evangelizadores dos próprios companheiros e amigos. Leva a isso com plena espontaneidade e aderência e constitui uma feliz intuição de Dom Bosco, grande suscitador de apóstolos-jovens, e genial inventor das Companhias religiosas. Na vida associativa os rapazes encontram contemporaneamente espaço de protagonistas, estímulo para a criatividade e a inventividade, terreno de autêntica ação missionária.

Enfim, o Sistema será realmente posto em prática como “preventivo”: pretendemos educar o jovem para o futuro, prevenir e antecipar os tempos em profundidade, mediante o exercício gradual e amadurecedor da liberdade. Na medida do possível, queremos estar “presentes” aos jovens mesmo depois do primeiro período de formação ⁽⁵⁶⁾. Para isso os educadores “como pais amorosos, falem, sirvam de guias em toda eventualidade, aconselhem e corrijam com amabilidade” ⁽⁵⁷⁾, favorecendo a colaboração dos jovens, das famílias e de todas as forças construtivas disponíveis ⁽⁵⁸⁾.

Estas notas características do nosso patrimônio pedagógico pastoral, sabiamente dosadas e oportunamente integradas com o anúncio explícito, constituem um momento indispensável e grandemente fecundo no processo de aproximação dos jovens e do povo ao caminho da fé.

Nesse clima, a adesão e a comunicação da fé se realiza, não só através da palavra e do ensino, mas também através do ambiente, dos gestos, das atitudes e dos momentos que dão ritmo à existência. É educador e catequista não só o Salesiano que ensina ou dá catecismo, mas também o Irmão

(54) ACGE 57. 363. 188; Const. 16

(55) Const. 46; CGE 94. 321. 368

(56) Op. Sist. Prev. em *Opere edite* vol. XXVIII p. 428

(57) *ib* p. 424

(58) ACGE 321. 361-367

que compartilha a sua vida com os jovens, quer nos momentos de distensão e de divertimento, quer nos momentos da oração e da celebração litúrgica. O Salesiano evangeliza mais por aquilo que faz do que por aquilo que diz. Dá testemunho tanto com sua abertura e disponibilidade a Deus quanto com o exemplo de sua humanidade sadia, equilibrada, realizada⁽⁵⁹⁾. Também nisso é fiel ao estilo de Dom Bosco no qual as qualidades humanas, os dons de natureza e o esforço da vontade se fundem harmoniosamente com os dons da graça e os extraordinários carismas de uma vocação especial.

1.2.4 *Linhas de renovação*

- 103 Um renascimento geral e incisivo do estilo educativo e pastoral de Dom Bosco está ligado a um grande empenho em dois níveis: prático-vital e teórico-reflexo.

Todo Salesiano, como professor ou como animador de grupos juvenis, cõncio da necessidade de sua presença no grupo para fins educativos, aceitará os sacrifícios que vêm do empenho da *assistência salesianamente ativa*.

Isto significa:

- cuidar do contato pessoal periódico com cada jovem, para suscitar em cada um deles a necessidade e a busca dos valores;
- suscitar a cooperação comunitária dos jovens nos momentos mais estritamente religiosos de seus encontros, de modo análogo ao que se faz para a organização da atividade específica do grupo (atividade didática, esportiva, social etc.);
- cuidar que no meio do grupo nasçam expressões de fé vivida: momentos de oração, leitura e confronto com a Palavra de Deus, preparação para as celebrações litúrgicas e sacramentais...

Na prática educativa e pastoral todos os Salesianos se empenharão para que sejam reativados urgentemente, com sensibilidade renovada e vigilante, os elementos de Sistema Preventivo que parecem ter sido mais esquecidos: a presença-assistência, o clima de família, a educação para a fé e para o sentido da oração, o significado da vida sacramental,

(59) EN 30 e ss.

a devoção a Nossa Senhora e o amor e fidelidade à Igreja e ao Papa.

Em cada obra local, em base ao princípio da comunidade educativa, sejam promovidas iniciativas aptas a suscitar e potencializar a colaboração responsável dos educadores, dos professores, dos pais, dos jovens, do pessoal técnico e administrativo: conselho da comunidade educativa e pastoral, conferência, encontros ⁽⁶⁰⁾.

Daqui a necessidade de cada comunidade elaborar e atualizar todos os anos uma programação educativa e pastoral, explicitamente evangelizadora e atenta às exigências concretas do ambiente social. Tal programação deve ser feita juntamente com os jovens, os outros destinatários e os componentes da Família Salesiana. Na programação deve aparecer, com clareza, o projeto do ano, a meta a atingir, os pontos centrais ao redor dos quais giram os objetivos intermediários com seus conteúdos; deve aparecer também uma distribuição concreta dos encargos e responsabilidades entre os Salesianos e colaboradores leigos. Deste modo evitar-se-ão individualismos e improvisações e se facilitará a animação da comunidade inteira e a disponibilidade de todos os ambientes para a obra de evangelização. 104

Em tais projetos, ao lado dos conteúdos essenciais, indicados sumariamente no quadro de referência ⁽⁶¹⁾, não deverão faltar algumas dimensões assinaladas por muitos CI, como especialmente requeridas pelas “necessidades dos tempos”: a formação para a inserção dinâmica dos jovens numa sociedade pluralista; a educação ao trabalho pela justiça e pela paz ⁽⁶²⁾; a formação para a responsabilidade cívica, social e política; a iniciação para um empenho progressivo de serviço concreto ⁽⁶³⁾; a informação, como habilitação adequada para o confronto crítico e construtivo, sobre as ideologias contemporâneas mais relevantes.

(60) v. Assembléia Comunitária em Reg. 168 e ACGE 710

(61) v. n. 87-95

(62) Const. 19

(63) ACGE 68; cf. 54. 61

1.3 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

- 105 a. Cada Inspetoria (ou grupo de Inspetorias) deverá elaborar um projeto educativo adaptado à realidade local, como base de programação e de verificação para as suas diversas obras, na linha das opções fundamentais existentes na Congregação: Oratórios, Centros Juvenis, Escolas, Internatos, Pensionatos, Paróquias, Missões etc.

Para favorecer a unidade, na descentralização, o Dicastério da Pastoral juvenil, à luz da experiência e da reflexão salesianas, indique as linhas fundamentais deste projeto (objetivos, conteúdos, métodos, características...) observando a diversidade das situações geográficas e culturais.

b. Sob a responsabilidade do Inspetor, das Conferências Inspetoriais e do Regional, promovam-se reuniões, dias ou semanas de estudo, debates, trocas de experiências educativas e pastorais, abertas eventualmente também a educadores e professores que não pertencem à Família Salesiana, com a finalidade de favorecer o conhecimento, o aprofundamento e a reatualização do Sistema educativo de Dom Bosco, levando sabiamente em conta a condição Juvenil e popular do próprio ambiente e as contribuições válidas das modernas ciências antropológicas e pedagógicas.

c. No espírito do "Perfectae Caritatis" (n. 2) e na convicção que é extremamente importante para a Congregação, espalhada pelo mundo inteiro, reencontrar constantemente sua unidade e autenticidade no espírito do Fundador e nas intenções comuns sobre a evangelização e a promoção humana dos jovens e das camadas populares, o Capítulo Geral 21 delibera quanto segue:

O Conselho Superior, no tempo mais breve possível, erigirá um Instituto Histórico Salesiano que, com as formas ideal e tecnicamente mais válidas, ponha à disposição da Família Salesiana, da Igreja e do mundo da cultura e da ação social, os documentos do rico patrimônio espiritual deixado por Dom Bosco e desenvolvido pelos seus continuadores, promovendo seu aprofundamento, sua ilustração e difusão em todos os níveis. A Congregação toda ajudará na realização e na vitalidade dessa importante iniciativa com pessoal e meios disponíveis.

2. A FECUNDIDADE VOCACIONAL DA NOSSA AÇÃO PASTORAL

No projeto salesiano a ação educativa e pastoral contém, como objetivo essencial, uma dimensão vocacional. A descoberta do próprio chamamento, a opção livre e refletida de um projeto de vida constitui a meta e o coroamento de todo processo de maturação humana e cristã. 106

A mensagem evangélica, que congrega o povo de Deus ⁽¹⁾ é um chamamento comunitário; e, para cada fiel, acolher a mensagem evangélica é acolher um chamamento pessoal para assumir a missão mesma da Igreja, de acordo com sua vocação particular ⁽²⁾.

A pastoral vocacional será, portanto, um serviço de evangelização, com acento especial na ajuda e assistência a todo fiel para entrar, com todo o seu ser pessoal e sua escolha livre, no plano de Deus ⁽³⁾.

2.1 O problema fundamental e seus aspectos

A progressiva diminuição em toda a Igreja, do número de vocações sacerdotais e religiosas, despertou, nos últimos decênios, uma reflexão sempre mais aprofundada, a qual tem contribuído para trazer à luz, de modo melhor, a verdadeira natureza e a importância do problema. 107

A Congregação salesiana atravessou também, nos anos passados, a mesma crise e a averiguação feita pelos CI revela que esta crise ainda não foi superada. Mas também para nós, a reflexão, iniciada pelo CGE, deu nova visão ao problema. É verdade sim que tocamos com as mãos dolorosamente a escassez de novas turmas, que, talvez pudesse fazer temer pelo futuro da nossa missão; todavia, a luz que nos vem da reflexão de toda a Igreja ⁽⁴⁾, nos ajuda a ver esta crise e escassez numérica como um dos sinais por meio dos quais o Senhor nos faz tomar consciência do essencial. De fato, somente uma Igreja toda ministerial, mobilizada em cada membro, de acordo com o dom e a vocação que o Espírito dá a cada um, é capaz de sério empenho de evangelização.

(1) cf. EN 15

(2) cf. PO 6; EN 18; ACGE 661-662

(3) cf. RdC 41. 43. 131

(4) cf. RFIS; SDV; Ministeria quaedam

É, pois, um problema vital para a Igreja, este da vocação pessoal de cada cristão: é o problema da educação à fé, o problema da total disponibilidade para Cristo. O Senhor chama hoje como ontem, e quem tem o coração aberto compreenderá se ele o chama a participar de modo mais íntimo da sua missão.

Não se trata, portanto, principalmente de um problema de escassez numérica, mas de um problema básico da própria evangelização que permanece, qualquer que seja, no futuro, a situação numérica das vocações religiosas e sacerdotais.

2.2 A situação

108 Para uma interpretação não distorcida da situação da Congregação é necessário notar que nunca houve tantos estudos, reflexões, encontros sobre a pastoral vocacional como nestes últimos anos. *Devemos reconhecer que também cresceram a sensibilidade e o empenho neste assunto.*

Não devemos, pois, olhar a situação atual de escassez unilateralmente e com muito pessimismo, para atribuímos à falta de princípios teóricos ou de boa vontade, situações que dependem também de outros fatores.

Como transparece da Relação do Reitor-Mor sobre o estado geral da Congregação ⁽⁵⁾ e das reflexões dos CI, a pastoral vocacional deu bons passos à frente; foram constatados por quase todos os CI: maior clareza de idéias, sensibilidade mais atenta ao problema e empenho maior nas Inspetorias (embora não em todos os Irmãos).

Existem, todavia, alguns *pontos fracos* que fazem com que nossa ação seja ainda insuficiente no momento histórico atual:

- alguns sinais de desorientação na nossa identidade salesiana de evangelização dos jovens;
- um testemunho de vida evangélica deficiente ou pouco compreensível;
- falta de clareza, frente aos jovens, no que concerne à nossa missão (destinatários, projeto educativo salesiano, tipo de obras etc.);

(5) cf. RRM 205ss

- pastoral inadequada, que freqüentemente nos torna incapazes de atingir os jovens na sua individualidade (carência de verdadeira pedagogia e pastoral vocacional, falta de assimilação dos princípios inspiradores, organização inspetorial insuficiente etc.);
- absenteísmo, cansaço, desânimo, desilusão de muitos Irmãos, que talvez olhem exclusivamente para o lado humano da situação.

E além do mais a situação dos jovens de hoje. Imersos em uma cultura em transformação, desorientados e instrumentalizados de todos os lados perante uma Igreja da qual não conseguem entender muitos aspectos, eles nos pedem um empenho maior e atualizado, para responder à sua necessidade de orientação, de verdade. de Cristo.

2.3 O quadro de referência

Partindo do Concílio Vaticano II ⁽⁶⁾ e de documentos posteriores da Igreja ⁽⁷⁾, o CGE apresentou em seus documentos e nas Constituições um quadro de princípios e de orientações, dentro do qual a Congregação pode encontrar uma linha renovada de pastoral vocacional ⁽⁸⁾. 109

Depois, o Reitor-Mor, em uma carta ⁽⁹⁾ encorajou a Congregação a trabalhar mais intensamente na linha traçada pelo CGE. Com a mesma finalidade, um subsídio do Dicastério da Pastoral Juvenil "Guia educativo das vocações", trouxe um auxílio para a reflexão nas Inspetorias.

O CG21 quer agora oferecer aos Irmãos um caminho de renovação deste aspeto importante da nossa missão juvenil, indicando as metas que considera fundamentais e tidas como pontos-chave para enfrentar a situação atual, e dando algumas diretrizes para a realização das mesmas.

Metas fundamentais são:

110

a. *Empenhar a Congregação*, as Inspetorias e as comunidades locais e os indivíduos a desenvolverem a própria missão

(6) cf. sobretudo OT 2; PO 6. 11; PC 4

(7) cf. SDV, RC, RFIS

(8) cf. ACGE 50. 99. 250. 374. 382. 397. 576. 661-665. 692; Const. 12. 22. 107; Reg. 72-73

(9) cf. ACS 273

evangelizadora, esforçando-se para fazer emergir o chamado pessoal que Deus faz a cada jovem; a tornarem-se *mediadoras de uma mensagem evangélica* que atinja toda a pessoa na sua singularidade⁽¹⁰⁾ e a ajude a “desenvolver a própria vocação batismal com uma vida quotidiana progressivamente inspirada e unificada no Evangelho”⁽¹¹⁾.

b. Revitalizar concretamente (na atitude e nas iniciativas de ação) um dos componentes da nossa vocação salesiana: prestar à Igreja um serviço ativo no *cultivo da vocação dos jovens* que o Senhor chama à vida sacerdotal e religiosa, aos diversos ministérios eclesiais e ao empenho de liderança leiga⁽¹²⁾.

c. Como portadores — comunitária e individualmente — de um dom de Deus feito à sua Igreja, tomar consciência da responsabilidade de *manter vivo nela o carisma salesiano* nas suas múltiplas formas, colaborando ativamente com o Espírito Santo para suscitar vocações salesianas, quer consagradas quer leigas⁽¹³⁾.

2.4 As linhas de renovação

111 Como base para uma metodologia concreta para alcançar as metas assinaladas, o CG21 pensa que se devam colocar algumas opções que indiquem as direções nas quais deve caminhar a nossa ação de promoção vocacional:

1. Partir dos destinatários da nossa pastoral vocacional.
2. Definir as escolhas pastorais fundamentais.
3. Visar à animação vocacional sem descuidar na organização.

2.4.1 Partir dos destinatários da nossa Pastoral Vocacional

Todos os jovens, que são colocados pelo Senhor, de um modo ou de outro, no nosso caminho, têm direito à nossa ajuda para orientar-se na construção de sua personalidade e de sua vida “segundo o Evangelho”.

(10) cf. EN 18

(11) Const. 22; cf. ACGE 374; EN 24.72

(12) cf. Const. 12; MB XII, 87; ACGE 50. 374, 397; Const. (1966) 6

(13) cf. Const.; ACGE 169

Devemos ajudá-los *em todas as idades*, a orientar-se na descoberta e no desenvolvimento de sua vocação: na infância, na pré-adolescência, na adolescência, na juventude e além, pois que cada uma destas etapas da vida tem sua tarefa de crescimento e requer decisões proporcionadas que cada jovem deve aprender a assumir com responsabilidade.

Como exige a nossa vocação salesiana⁽¹⁴⁾, devemos dedicar-nos seriamente, com atividades e estruturas adequadas, a acompanhar, em seu desenvolvimento vocacional, os *jovens que apresentam sinais de um chamado* de Deus para a vida de consagração (sacerdotal ou religiosa) e ao empenho cristão leigo.

- Seguindo as orientações atuais da Igreja, é necessário que nos posicionemos na linha de promoção das vocações para os vários *ministérios eclesiais leigos*⁽¹⁵⁾.
- Teremos especial cuidado com as vocações para a nossa Congregação e para toda a Família Salesiana (FMA, VDB, CC etc.).
- Vemos que hoje é necessário sublinhar o empenho pelas vocações de *Coadjutores*. É um esforço que nos ajudará a compreender e exprimir melhor o sentido verdadeiro da *vocação religiosa salesiana*⁽¹⁶⁾.
- As vocações *missionárias* têm um lugar especial na pastoral vocacional salesiana.

2.4.2 Definir as escolhas pastorais fundamentais.

a. Colocar como base da nossa ação evangelizador-pastoral *uma profunda oração-conversão*⁽¹⁷⁾, que permite ativar os muitos recursos espirituais que cada comunidade possui como dom do Espírito. Isto não deve ser coisa ocasional, mas atitude habitual de uma comunidade eclesial que vive à procura da vontade de Deus e se purifica continuamente para ser fiel a seu chamado, vivendo antes de tudo ela mesma as palavras do Senhor: “Pedi ao Dono... que mande operários para sua messe”⁽¹⁸⁾.

(14) cf. Const. 22; ACGE 50

(15) cf. EN 73

(16) cf. ACGE 692s

(17) cf. ACGE 540; ACS n. 273 pág 32-39

(18) Lc 10,2; cf. OT 2; SDV 12; RFIS 8. 9 a

b. *Enfrentar o problema a partir da pessoa do Salesiano, da vida de comunidade, e da qualidade evangelizadora de seu testemunho. A autenticidade de sermos cristãos e salesianos é fundamental, como também o é uma imagem da Congregação que apresente uma identidade salesiana “clara” (nas suas motivações evangélicas, nos seus destinatários e no seu projeto educativo), que esteja verdadeiramente em sintonia com os jovens e se manifeste numa doação alegre* ⁽¹⁹⁾. O testemunho e a ação de cada irmão será sempre o estímulo mais forte e a mediação mais eficiente para ajudar os jovens a uma resposta generosa a Cristo.

c. *Conhecer e respeitar a natureza espiritual da vocação. O ato de ajuda oferecido a pré-adolescentes, a adolescentes, jovens e adultos, na construção de sua identidade cristã, deve ser extremamente respeitoso do componente espiritual da vocação (que devemos conhecer, antes de tudo, por experiência pessoal). É o chamado de Deus, é a ação do Espírito Santo que se manifesta durante todo o ciclo da vida, dentro das situações individuais da história pessoal e social* ⁽²⁰⁾.

113 d. *Empenhar-nos a fim de que em toda nossa atividade pastoral, especialmente a juvenil, esteja presente de modo “explícito” e “sistemático”, a orientação vocacional, como dimensão essencial. Isto não fique só em nível de princípios intencionais, mas seja de fato a base de um repensar sobre o posicionamento, a programação e metodologia educativa da nossa escola, movimentos e grupos ...; seja um ponto de vista privilegiado na catequese e na direção espiritual* ⁽²¹⁾. Este é um ponto central, do qual devemos dar o devido relevo, para uma verdadeira renovação da Pastoral Vocacional.

e. *Ter a coragem de apresentar aos jovens também as vocações mais empenhativas. O respeito ao plano de Deus para cada pessoa, requer que, além de levar cada um a uma compreensão de si mesmo e da realidade comunitária humana e eclesial, à luz da fé, se tenha a coragem de uma total honestidade e uma completitude em ajudá-los a colocar-se com disponibilidade defronte a todas as vocações na Igreja: empenho leigo na realidade humana, serviço dos diversos*

(19) cf. PC 24

(20) cf. PO 11; Sedes Sapientiae II-III; RFIS 5-6

(21) cf. ACGE 374. 382. 419 e-f

ministérios leigos da Igreja, serviço diaconal, vida consagrada, sacerdócio ministerial ⁽²²⁾.

Um jovem cristão não pode deixar de considerar também a hipótese da vida consagrada e do sacerdócio. Não propor a ele o exame de tais possibilidades, ao invés de respeitar, limita sua liberdade. Dom Bosco tinha uma arte especial de apresentar as grandes necessidades da Igreja e da juventude, entusiasmar para o ideal missionário e dirigir pessoalmente aos jovens chamados — como Jesus fazia com os Apóstolos — o convite para segui-lo.

f. *Agir com uma perspectiva eclesial aberta.* Toda vocação é ordenada para a missão de Cristo e da Igreja: construir, mediante a comunidade eclesial e no mundo dos homens, o Reino de Deus. Trabalhamos, como cristãos e como salesianos, para a Igreja, sem particularismos mesquinhos; temos em mira o bem geral da Igreja. No plano das vocações isto corresponde a um nosso empenho preciso ⁽²³⁾.

A perspectiva eclesial nos chama a atenção para uma outra orientação pastoral, também importante: “O dever de promover as vocações diz respeito a toda a comunidade cristã” ⁽²⁴⁾. Trabalhamos no meio de comunidades cristãs nas quais o Senhor suscita vocações para as diversas tarefas necessárias à construção da comunidade. Devemos ser, nestas comunidades, “animadores” e suscitadores da sensibilidade para com este problema. Paróquias, famílias, comunidades educativas, grupos e movimentos devem tornar-se a terra fértil na qual a vocação amadurece. De modo especial devemos animar este aspecto particular entre todos os membros da *Família Salesiana*, envolvendo-os efetivamente neste apostolado.

2.4.3 *Visar a animação vocacional sem descuidar da organização*

Nas Inspetorias e nas comunidades locais far-se-á de modo sistemático *uma ação de sensibilização* e de preparação dos Irmãos, em primeiro lugar, e de todos os componentes da Família Salesiana e da comunidade educativa, para a obra de orientação cristã dos jovens, a fim de que, esta ação se desenvolva realmente a partir da comunidade. 114

(22) cf. RFIS 7

(23) cf. Const. 12; cf. RFIS 7

(24) cf. OT 2; RFIS 8

Isto exige, quer a nível inspetorial quer local, uma *séria programação* (e respectiva averiguação) da ação pastoral vocacional, em estreita união com a programação geral, para tornar possível que cada atividade nossa seja efetivamente uma ação orientadora.

É necessária, em cada Inspetoria, a presença de algum *responsável pela animação vocacional*. Pode ser uma pessoa ou uma equipe de pessoas que, pelo seu testemunho salesiano, sua preparação e prestígio frente aos Irmãos, estejam em condição de serem “animadores” da comunidade inspetorial e das comunidades locais. Mais do que pessoas “delegadas para” devem ser estimuladores e informadores das diversas comunidades, ao mesmo tempo em que mantêm ligação com os organismos eclesiais. As eventuais equipes abrangem todos os membros da Família Salesiana (Salesianos sacerdotes e coadjutores, FMA, Cooperadores, VDB).

Função importante da equipe animadora será a de ajudar a comunidade inspetorial a colocar-se e a se manter em atitude de oração e de disponibilidade.

A nível local o primeiro responsável da animação vocacional é o Diretor, justamente pela sua função de guia da comunidade; promova, em clima de fé e oração, um escrutínio vocacional periódico.

Haja também um ou mais Irmãos que mantenham sempre presente, na programação e na ação, a dimensão orientadora cristã.

115 a. Algumas “constantes” ou elementos que devemos ter presentes em qualquer momento ou lugar de ação:

— O clima de família, de liberdade, de acolhimento, de alegria e de fé, característicos da pedagogia de Dom Bosco, encarnados exemplarmente na comunidade salesiana acolhedora, e aberta, antes de tudo, aos jovens (cf. *Projeto educativo e pastoral salesiano*).

— O contato pessoal, sobretudo como direção espiritual cuidadosa e ao mesmo tempo em nível de convivência ⁽²⁵⁾. “Não há vocação que amadureça se não houver um sacerdote que a assista” (Paulo VI) ⁽²⁶⁾.

(25) cf. Const. 12

(26) Do discurso de Paulo VI ao Congresso Mundial das Vocações

- A animação dos grupos, o cuidado das associações e movimentos juvenis salesianos, como lugares indispensáveis de experiência comunitária e de procura vocacional ⁽²⁷⁾.
- A formação espiritual, colocada no centro de todo o desenvolvimento da pessoa, com um cuidado especial pela formação para a oração pessoal, a participação litúrgica e sacramental, a devoção mariana.
- A experiência vivida em tonalidade cristão-apostólica da responsabilidade eclesial (catequistas, animadores); o conhecimento e o interesse pelos problemas e as necessidades da Igreja e do mundo, sobretudo juvenil ⁽²⁸⁾.
- A possibilidade de um conhecimento experimental do carisma e da ação salesiana: a nível de vida, em todos os momentos do desenvolvimento; a nível mais reflexo e sistemático, nos momentos mais avançados da evolução vocacional. Preparem-se “subsídios” formativos para esta finalidade, com a apresentação da vida de Dom Bosco, as biografias dos jovens, escritas por ele, as vidas de missionários e salesianos eminentes etc.

b. *Alguns “momentos” de “concentração” espiritual, necessários para manter vivo o “sentido vocacional” no desenvolvimento da pessoa.* 116

A nossa ação de “acompanhamento” deve ser constante, mas diversificada e aderente à experiência interior do desenvolvimento vocacional do jovem. Ele passa de uma fase de disponibilidade e procura inicial para outra, na qual, depois de descartar muitas hipóteses de projeto vital, concentra-se numa delas e tenta sua verificação.

Neste “continuum”, alguns momentos de intensidade especial são indispensáveis para uma reflexão séria. Como mais importantes e úteis podemos assinalar:

- Exercícios espirituais, baseados na procura da vontade de Deus na própria vida;
- Encontros de oração e reflexão, principalmente para uma iniciação à liturgia e à meditação;
- Encontros “projeto de vida” para ajuda específica na averiguação das várias hipóteses de vocação cristã;

(27) cf. ACGE 692

(28) cf. EN 72

- Campos de orientação (de procura, de proposta etc.) sob diversas formas;
- Momentos de contato com a comunidade salesiana (isso especialmente para jovens maduros) na oração, no trabalho apostólico, à mesa etc.

117 c. *Alguns “lugares” e ambientes da nossa ação vocacional:*

- As nossas obras são ambiente privilegiado para esta ação orientadora, que é um direito dos jovens que nos são confiados diretamente, nas escolas, oratórios, paróquias, centros e grupos juvenis etc. Daí se segue que é dever e empenho que a missão nos impõe.
- Deve-se promover uma animação vocacional também *fora dos nossos ambientes*, contanto que nela se faça verdadeira obra de orientação educativa, superando um simples contato ocasional. As vocações são expressão da comunidade cristã, que deve ser ajudada a tomar consciência do seu ser-Igreja.

118 — Para os jovens nos quais descobrimos maior sensibilidade, disponibilidade e riqueza espiritual, é imprescindível um cuidado diferente e particular ⁽²⁹⁾.

* A forma metodológica “*aspirantado*” (que hoje está utilmente dividida em duas fases: uma de orientação e procura ainda genérica, e outra mais claramente centrada na hipótese de vocação salesiana) revela-se sempre válida e, em algumas situações, indispensável.

É necessário, porém, que mais do que qualquer outra instituição juvenil, seja um verdadeiro ambiente salesiano no qual a inspiração educativa de Dom Bosco seja vivida em plenitude; que tenha objetivos e projeto educativo bem claros e periodicamente verificados; que possa contar com um pessoal que dê aos jovens o testemunho de vida salesiana autêntica ⁽³⁰⁾.

* O cuidado, em tempo oportuno, destes jovens *pode ser feito também de outras maneiras*: comunidade de índole vocacional, clubes vocacionais, incorporação dos jovens em alguma de nossas comunidades, encontros periódicos

(29) cf. OT 3; RFIS 11, 13; Const. 12; Reg. 73; SDV 14

(30) cf. ACS n. 273 pag 40ss; 28-29; RFIS 12-17

locais e regionais etc. O importante é que o processo de amadurecimento vocacional, de reflexão, de verificação, seja verdadeiramente garantido e guiado ⁽³¹⁾.

Hoje, mais do que nunca, é necessário pensar, a exemplo de Dom Bosco, em ambientes nos quais possa ser cultivada a vocação *daqueles que se sentem chamados ao sacerdócio ou à vida religiosa em idade mais avançada* (trabalhadores, universitários, laureados etc.) ⁽³²⁾.

Aspirantado e outras formas não se excluem mutuamente. Cada Inspetoria pondere sobre qual ou quais formas são mais adaptadas à sua situação e proceda à avaliação. Mantenha-se com firmeza o que é responsabilidade da comunidade inspetorial, e que, portanto, não deve ser deixado ao sabor de decisões de cada comunidade ou pessoa.

- Em todos os ambientes indicados, é fundamental envolver as *famílias dos jovens* nesta obra de orientação cristã para a vida e trabalhar em estreita colaboração com elas para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento vocacional.
- Um papel especial como lugar de orientação vocacional, devem exercer nossas *casas de retiros ou de oração*. Que não sejam lugares somente para hospedar quem queira rezar, mas, possivelmente, tenham uma equipe que atue sistematicamente na orientação espiritual.

2.5 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

a. As Inspetorias preparem, o mais breve possível, seu plano particularizado, em estreito contacto com a Igreja local e em harmonia com o plano vocacional elaborado por elas. Ponto essencial desse plano deve ser a sensibilização e a formação dos Irmãos para a animação vocacional. Enviem ao Dicastério da Pastoral Juvenil este plano, a fim de que se possa realizar um intercâmbio de experiências entre todas as Inspetorias. 119

b. A nível de Conferências Inspetoriais ou de Grupos de Inspetorias, cuide-se, também com subsídios especiais, da prepa-

(31) cf. OT 3; RFIS 18; ACS n. 273 pág. 46

(32) cf. Const. (1966) 6; RFIS 19; OT 3; ACGE 692 b

ração dos Irmãos encarregados do ensino religioso; sejam preparados a tornar a necessária dimensão vocacional eficazmente presente na catequese.

c. Ainda neste sexênio programem-se nas Inspetorias que têm possibilidade, algumas iniciativas concretas de serviço vocacional em favor das Igrejas locais ⁽³³⁾.

d. O Dicastério da Pastoral Juvenil, para facilitar o que está determinado no art. 72 dos Regulamentos e nas diretrizes para a ação, letra a, prepare e envie às Inspetorias as linhas essenciais para a formação de um plano inspetorial de pastoral vocacional.

(33) cf. Const. 12

QUARTA PARTE

AMBIENTES E CAMINHOS DE EVANGELIZAÇÃO

Premissa

A reflexão do CG21 sobre *evangelização, testemunho e anúncio*, na perspectiva de uma avaliação operativa de quanto foi feito e quanto resta a fazer para realizar o CGE volta-se agora para atividades e estruturas pastorais concretas. 120

São os instrumentos e ambientes nos quais se encarnam os projetos de evangelização e nos quais se exprime, na variedade das situações, a dimensão evangelizadora da missão salesiana.

Lembremos a novidade apresentada pelo CGE a respeito.

Fez um convite bem claro para preocupar-nos sobretudo com as pessoas ⁽¹⁾ e com a orientação pastoral na ação educativa ⁽²⁾; entender as atividades e as estruturas como caminhos para chegar aos nossos destinatários e ajudá-los a assumir o empenho de promoção integral.

Ainda é atual a afirmação do CGE: “Estas atividades nem sempre alcançam suficientemente sua finalidade global. Torna-se necessária uma consciência operante de que toda a nossa ação comunitária e pessoal só encontra justificação, se for dirigida, organizada e realizada tendo em vista a evangelização dos jovens” ⁽³⁾.

Por isso o CG21 considera atentamente *alguns ambientes*, não para repetir a rica doutrina já apresentada pelo CGE, mas para examinar os problemas que surgiram no último sexênio, e para procurar uma resposta, uma indicação do caminho, um estímulo de renovação.

(1) cf. Const. 26

(2) cf. Const. 27

(3) ACGE 344

Para *outros ambientes* que assumem modalidades diversas em cada região e que atuam uma promoção humana e ao mesmo tempo uma evangelização (pensemos, por exemplo, nos Internatos, nos Pensionatos para estudantes, para trabalhadores, para universitários etc.), o CG21 confirma as indicações do CGE e convida os Irmãos empenhados nestas atividades, que hoje apresentam dificuldades e problemas novos, para que orientem sua ação educativa e pastoral para uma evangelização segundo o estilo de Dom Bosco, como é apresentada neste documento.

1. O ORATÓRIO E O CENTRO JUVENIL: ambientes de evangelização

- 121** O Oratório, como “obra primeira e típica” da Congregação, foi repetidamente estudado e reproposto pelos Capítulos Gerais⁽¹⁾ e por outros documentos autorizados da Congregação. Especialmente os Capítulos Gerais 19 e 20 refletiram sobre as condições externas e internas que atualmente influenciam na eficácia pastoral dos oratórios e encorajaram os Salesianos a um “novo vigor” através da renovação dos que já existem e a criação de novos, mesmo sacrificando presenças de outro tipo.

Ao verificar a ação evangelizadora destas presenças, recolhendo os dados novos trazidos pelos últimos seis anos de experiência, o CG21 pretende propor algumas orientações para uma metodologia mais adequada à sua função de evangelização e de crescimento da fé dos jovens.

1.1 A realidade, os “nomes”, o projeto pastoral

- 122** Como qualquer obra inserida na vida e na realidade, também o Oratório muda, adapta-se e assume formas novas.

Um rápido olhar sobre a realidade pastoral da Congregação evidencia que, com os termos “Oratório” e “Centro Juvenil” indicam-se realidades diferentes em regiões diversas: realidades que provêm da mesma intuição pedagógica e do mesmo espírito, mas que se diferenciam pela escolha dos destinatários, dos objetivos imediatos e da metodologia.

Os dois termos, porém, permanecem imprecisos mesmo em textos normativos⁽²⁾ de tal modo que podem nascer ambi-

giidades com o perigo de que, falando de uma atividade pastoral tão variada e flexível, o que se escreve e se diz preste-se a interpretações contrastantes, ligadas mais à experiência pessoal que a critérios objetivos.

Nem tudo o que se disse a respeito do “Centro Juvenil” se aplica a todo Oratório, quer quanto aos destinatários, quer quanto ao relacionamento grupo-massa, quer no que diz respeito à metodologia pedagógica a ser usada. A ação salesiana neste campo tem uma grande diversidade de nomes..., e a estrutura “Oratório” “Centro Juvenil” não se pode realizar do mesmo modo nas diversas regiões.

No intento de favorecer a clareza e tornar possível um diálogo e um intercâmbio de experiências, entendemos aqui:

- por *Oratório*: um ambiente para os meninos com maior abertura para a massa, e com objetivos e métodos próprios;
- por *Centro Juvenil*: um ambiente destinado aos jovens, atento às suas exigências, onde prevalece o relacionamento de grupo, os contatos pessoais são facilitados e o empenho humano e cristão assume um peso decisivo sobre outras atividades (esportivas, recreativas etc.);
- por *Oratório-Centro Juvenil*: um ambiente complexo que tem como destinatários tanto os meninos quanto os jovens, e onde a metodologia e as orientações são aplicadas de modo diferente, de acordo com a faixa etária dos destinatários.

1.2 A situação

O CGE determinou esta finalidade para o Oratório e o Centro Juvenil: tenham por finalidade a evangelização e a catequese dos meninos e dos jovens de determinada região, sobretudo através das atividades do tempo livre, organizadas em formas abertas ^(2bis).

123

Este objetivo requer pessoal preparado e suficiente, e, ao mesmo tempo, a hierarquização das atividades de modo que os fins não fiquem comprometidos. Não há dúvida de que esta modalidade exige uma contínua adaptação na organi-

(1) ACGS 192-272; 376-379 e referências aí indicadas

(2) Const. 28; Reg. 5. 7. 24

(2bis) cf. ACGE 376

zação e na escolha dos conteúdos. A verificação destes anos assinala que, onde faltou a presença dos Salesianos entre os jovens, perdeu-se também o ritmo das mudanças, das exigências, dos interesses dos jovens e não se instaurou na região uma presença eficiente.

Onde diminuiu a capacidade de ajudar os jovens a empenhar-se nos ideais cristãos, predominou a tendência — já forte, por causa dos estímulos reais e ambientais — para empenhos simplesmente esportivos e recreativos, ou sociais, sem uma orientação cristã clara.

Os limites não provêm só nem principalmente das disposições das pessoas. Hoje o chegar-se aos jovens se tornou difícil por causa das numerosas oportunidades para o tempo livre que os atraem a instituições e ambientes diversos. E de nossa parte, num momento de diminuição numérica, não houve, talvez, uma decidida escolha pastoral para destinar o pessoal necessário para esta presença, tão especificamente salesiana. Acrescente-se a crise do associacionismo católico⁽³⁾ e, em muitas Inspetorias, a falta de uma planificação⁽⁴⁾.

Não obstante estes limites, onde os Oratórios e Centros Juvenis reforçaram ou recuperaram seu caráter “integral”; onde se fizeram escolhas operativas endereçadas à “massa”, aos grupos, às pessoas, oferecendo propostas preciosas em ordem à formação dos jovens; onde houve a franqueza de apresentar a proposta explícita do Evangelho com um programa de educação para a fé, com atividades de oração e intensa vida sacramental, aí as características pastorais salesianas apareceram com especial e insólita clareza e o Evangelho se fez presente na região.

1.3 Um ambiente, um programa, um estilo!

- 124 As características fundamentais que definem estes ambientes pastorais e os ligam estreitamente à intuição original de Dom Bosco são: o relacionamento pessoal de “amizade” do salesiano com o rapaz, e a “presença” fraterna do educador entre os rapazes; a criação de um ambiente que facilita o encontro; a oferta de variadas atividades no tempo livre; o sentido missionário das “portas abertas” a todos os rapazes que quiserem entrar; a abertura à “massa”, mas com aten-

(3) RRM 203

(4) RRM 201

ção à pessoa e ao grupo; a formação progressiva de toda a comunidade juvenil mediante a pedagogia da festa, a catequese ocasional e mesmo sistemática, o empenho de solidariedade, a vida de grupo... com o escopo de levar a formação de uma personalidade forte, tanto humana quanto cristã. Algumas destas características, como a abertura à massa e as diversas atividades para o tempo livre, esportivas, turísticas etc., exigem dos educadores particular atenção, para que não prevaleçam, com prejuízo dos jovens que delas participam.

1.4 A presença das meninas

A verificação relevou também, em algumas regiões, uma presença notável de meninas nos nossos Oratórios e Centros Juvenis⁽⁵⁾. O fato certamente tem raízes culturais e sociológicas que devem ser levadas em consideração.

125

Em casos particulares, vieram também à tona com relação a isso escolhas pedagógicas pouco claras, escasso entendimento com a pastoral das Igrejas locais, pouco diálogo com agentes pastorais ou com Institutos religiosos de tradições educativas próprias, que trabalham na mesma região.

O conceito de *Oratório misto* está fora da perspectiva dos textos capitulares e normativos⁽⁶⁾, quer pela idade dos que o freqüentam, quer pela abertura à massa que não permite uma presença mista indiscriminada, mas exige normalmente diversificação e separação.

Quanto ao *Centro Juvenil* segundo os Regulamentos⁽⁷⁾ e o CGE⁽⁸⁾, o contexto sociológico e a necessidade de uma educação integral nos aconselham, “em certos lugares e circunstâncias, a aceitar grupos e atividades mistas, com todas as reservas e responsabilidades que trazem consigo”⁽⁹⁾. Esta é “uma resposta à exigência pedagógica que manda tomar o jovem numa visão total, imerso no seu mundo, a fim de tentar sua promoção global”⁽¹⁰⁾.

(5) *Dati statistici delle Opere della Congr.* Roma, 1977, pág. 54; além disso: RRM 171b. 172b. 197

(6) cf. ACGE 51 d; Reg. 7

(7) Reg. 7

(8) cf. ACGE 51. 355. 356. 378

(9) ACGE 355

(10) ACGE 355

É o CGE esclarece ainda: “As atividades dos grupos mistos verdadeiramente educativos devem tender para o desenvolvimento dos interesses formativos e sociais”... (11) “É necessário cuidar tanto da maturidade e da preparação dos Irmãos, quanto da colaboração de leigos qualificados, como também de locais aptos para esse tipo de atividade” (12).

Essas diretivas conservam todo o seu valor (13) e em especial tenha-se presente que é necessária a referência à comunidade, à Igreja local e às normas inspetoriais (14).

1.5 Linhas de orientação

- 126 1.5.1 À reafirmada validade do Oratório e do Centro Juvenil devem corresponder escolhas proporcionadas para assegurar à obra o pessoal necessário, preparado, *unido à comunidade*, que o ampara com ambientes e meios adequados e assegura relativa estabilidade para que o encarregado possa animar a co-responsabilidade dos jovens e dos adultos no cuidado pastoral e na organização das tarefas. Tudo isto fará que seja superado o estado de perpétua “emergência” que faz recomeçar sempre de novo a implantação da ação catequística e educativa. Sobretudo se sente a necessidade de “animadores” salesianos capazes de propor aos jovens empenhos fortes. Existe o perigo de o Oratório e o Centro Juvenil, nascidos com a finalidade de promoção e evangelização, não abrirem os horizontes cristãos aos jovens por falta de estímulos profundos de fé.

1.5.2 Sejam previstas a programação e a revisão periódica, a nível inspetorial, da ação pastoral desenvolvida no Oratório e no Centro Juvenil, especialmente no que se refere ao projeto educativo e à catequese sistemática, às orientações da Igreja local.

1.5.3 O Centro Juvenil, para ser *proposta e ambiente* de promoção cristã integral para os *jovens* deverá proceder a escolhas metodológicas precisas, tais como:

- a organização em grupos preferindo os de caráter formativo e apostólico, e desenvolvendo neles uma educação explícita para a fé;

(11) ACGE 355

(12) ACGE 355

(13) cf. também a indicação apresentada ao CG21 na carta do Card. Villot (n. 448)

(14) ACGE 356

- a formação da comunidade educativa, com a participação ativa e responsável dos jovens, dos colaboradores leigos, especialmente os pais, e dos Salesianos na parte de animadores;
- a hierarquização, nas várias atividades, para responder às exigências da espontaneidade, aos interesses da criatividade e às exigências do “tempo livre” dos jovens; e para empenhar os jovens em atividades apostólicas e sociais no ambiente e na região, inspiradas no ideal cristão;
- um verdadeiro esforço nas escolhas para abrir-se com espírito missionário e de diálogo a todos os jovens, sobretudo os arredios.

1.5.4 Mas o motor de todo este trabalho é “o Salesiano”. O Salesiano, no Oratório e no Centro Juvenil é o bom pastor, o evangelizador dos jovens; não pertence a si mesmo; existe para eles, está com eles, é o sinal do amor de Deus no meio deles.

1.6 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

a. Cada comunidade se mantenha inserida na região e na Igreja local, conservando, potenciando e promovendo formas, mesmo novas, de Oratório e de Centro Juvenil, como expressão tipicamente salesiana de promoção humana e de evangelização. 127

As paróquias salesianas considerem-nos como seu elemento caracterizante, plenamente inseridos na própria pastoral.

b. Todo Oratório e todo Centro Juvenil estude e prepare o próprio projeto educativo com a participação de todos os responsáveis pela sua animação e partindo de uma atenta análise da situação local; isto tudo em harmonia com o projeto educativo da comunidade inspetorial.

c. Nos Centros Juvenis respeitem-se as normas estabelecidas pelo CGE que foram aqui confirmadas (ver n. 125) para os grupos e atividades mistas. Os responsáveis e as comunidades sigam tais atividades, avaliem seus resultados, e onde for necessário, o Conselho Inspetorial dê indicações ulteriores a respeito.

2. A ESCOLA como ambiente de evangelização

128 A Evangelização na escola e através da escola, além da reflexão sobre pontos concernentes ao fato escolástico e catequístico, comporta o aprofundamento de problemas eclesiais e culturais, tais como a relação entre evangelização e cultura, entre cultura e sociedade, entre sociedade e escola. Para nós Salesianos, comporta também uma atenção renovada às características da nossa presença no ambiente escolar. O CG21 não pretende fazer uma análise e aprofundamento de tais problemas, mas refletir sobre eles, para chegar a sugestões e propostas concretas. Uma resposta esclarecida ajuda a organizar melhor a práxis ⁽¹⁾.

2.1 A situação

129 Em bom número de nossas escolas, neste sexênio, houve experiências positivas e também um esforço notável para organizar a ação pastoral para que correspondesse às características da escola e dos jovens de hoje. Muitos Salesianos empenharam-se nesta renovação, e em numerosas comunidades educativas verificou-se um movimento positivo de participação e de partilha que viu pais, docentes leigos e jovens empenhados em mais estreita colaboração. A escola salesiana apresenta-se como uma resposta educativa válida, procurada por numerosas famílias, e, em muitos lugares, aparece como um centro de promoção social, com capacidade de unir a inteira comunidade do bairro para alcançar objetivos comuns.

Por outro lado, pressões novas pesam sobre a escola: a crescente complexidade organizativa, a dependência de um sistema às vezes objetivamente fechado à entrada do Evangelho, a diminuição de Salesianos prontos a trabalhar nas mesmas, o emprego de Salesianos em cargos de direção, administração e organização, o aumento do número de alunos, a exigência de escolas mistas, o número crescente de leigos com pouco conhecimento do Sistema Preventivo, a falha relação entre cultura e evangelização, a dificuldade criada pela mudança de mentalidade e pelo pluralismo, têm deixado os Irmãos em situações de reconsideração e, em não poucos casos, de perplexidade.

(1) cf. EC 2. 12-15. 24-31

Parece a alguns que o ambiente escolar apresenta ao Salesiano poucas possibilidades de evangelização, quer porque, em muitos contextos sociais, dominados por leis civis desfavoráveis, não se conseguem alcançar os destinatários prioritários, isto é, os jovens pobres, quer porque a figura pastoral do Salesiano, e em particular do sacerdote, fica obscurecida por intervenções fortes de tipo disciplinar e escolástico, quer porque certo número de jovens que freqüentam as nossas escolas mostra-se pouco disponível à mensagem e ao empenho evangélico.

2.2 A Congregação reafirma a validade de sua presença na escola

O CG21 reconhece que a raiz do problema encontra-se nas mudanças profundas e rápidas por que passa toda a sociedade contemporânea e isto exige de quem trabalha na escola uma “nova fundação” que a torne operadora de mudança na sociedade. O CG21 sabe também que não se podem dar indicações muito particularizadas, visto que as condições e possibilidades pastorais da escola são diversas nos diversos contextos culturais ⁽²⁾ e, portanto, diversas as possibilidades de evangelização. 130

Mas, apesar da pluralidade de situações, na linha da tradição salesiana, reafirmada pelo CGE e à luz da recente declaração da S. Congregação para a Educação Católica, o CG21 vê na escola um ambiente aberto e válido.

Convém eliminar um preconceito difundido em muitos ambientes, mesmo de Igreja local: a escola católica não tem uma função somente supletiva, não deve ser abandonada tão logo outras instituições queiram substituí-la ⁽³⁾. “Ela é, para a Igreja, um meio privilegiado de formação integral do homem”, é um centro no qual se transmite um conceito específico do mundo, do homem e da história ⁽⁴⁾, tem, na linha da evangelização, sua eficácia específica que a distingue de outras “vias”, tende a uma assimilação sistemática e crítica da cultura numa visão cristã da realidade ⁽⁵⁾, torna-se elemento de transformação da sociedade e força libertadora total da pessoa. “A educação integral abrange, de maneira inseparável a dimen-

(2) *ib* 2

(3) *ib* 20

(4) *ib* 8

(5) *ib* 38-43

são religiosa; esta contribui eficazmente para o desenvolvimento dos outros aspectos da personalidade, proporcionalmente à sua integração na educação geral" (6).

A escola oferece possibilidades de encontro e de relacionamento pessoal com muitos jovens; dá oportunidade para formar com eles comunidades nas quais o empenho cultural é iluminado e permeado pela fé; a ação pastoral alcança também os pais e os colaboradores, encarnando a mensagem em um projeto temporal de promoção da pessoa. Permite afirmar, com os fatos, o direito a projetos alternativos de educação em sociedades nas quais a hegemonia cultural ou o monopólio educativo limitam os direitos da família no tocante à educação dos filhos (7).

Por isso o CG21 encoraja a perseverar neste trabalho os Irmãos empenhados no serviço dos jovens nas escolas, nos internatos e nos pensionatos.

Este convite é dirigido também a quantos, em força de uma missão recebida, colaboram num projeto de educação e de evangelização em estruturas escolares não salesianas.

2.3 Especificidade da presença salesiana na escola

- 131 O estilo pastoral de Dom Bosco e o seu sistema educativo deram uma fisionomia própria às escolas por ele fundadas e àquelas que a Congregação, no correr dos tempos ofereceu aos jovens. A fisionomia própria da escola salesiana se caracteriza pelos destinatários, pelo relacionamento educativo inspirado na familiaridade e na confiança, pelo clima ou ambiente de serenidade que cria, pela abertura social que a torna centro de coesão de um bairro, e sobretudo, pelos objetivos nos quais o ideal cristão de santidade se funde, em unidade inseparável, com o desenvolvimento humano e social do indivíduo e da comunidade. Estas características tornaram atuais e apreciadas as mais diversas formas de escola na história salesiana: humanistas, profissionais, agrícolas, noturnas para adultos, de recuperação etc.

Nas mudadas situações sociais e escolares, este estilo deve continuar sendo o sinal da presença de Dom Bosco entre os jovens. A escola salesiana quer, pois, manter hoje algumas constantes que a caracterizam:

(6) *ib* 19

(7) *ib* 8

2.3.1 *Escola popular*, quer pela classe a que se dirige, quer pelo lugar em que se situa, pelos contatos que cria com o povo, pelo tom e estilo que adota, pelas especializações que faz, ou especialmente, porque segue com amor os que mais precisam.

2.3.2 *Escola livre e aberta*, porque a escola salesiana nasceu livre e quer se manter tal, mesmo pedindo a ajuda de todos; porque quer ser afirmação dos direitos da família e da Igreja, especialmente nas sociedades que os conculcam ou limitam; porque acolhe a todos que estão dispostos a empreender um caminho de libertação total; porque educa para valores universais de liberdade e quer ser escola que leva a transformar o ambiente em que está situada.

2.3.3 *Escola que coloca o jovem no centro da realidade educativa*. Ela recebe o garoto como é, e no ponto em que se encontra. Ajuda-o a crescer, reconhece, por meio de propostas educativas concretas, a sua necessidade de se nutrir, de brincar, de confrontar-se, de tornar-se responsável pelas próprias escolhas. Não se contenta, portanto, só com as horas de aula, mas alterna o estudo com atividades artísticas, recreativas, culturais, religiosas, sociais etc.

2.3.4 *Escola que procura criar uma comunidade juvenil*, “uma família”, segundo a expressão de Dom Bosco, onde se favorecem e cultivam os relacionamentos pessoais, a solidariedade, a amizade; onde se estimula a criatividade e se forma um ambiente de empenho, de alegria e de confiança. Desta comunidade participam pais e educadores; nela os jovens encontram espaço para *grupos* organizados com finalidades formativas e funcionais.

2.3.5 *Escola caracterizada pela presença dos mestres entre os alunos*, e pela participação dos educadores naquilo que interessa aos jovens. Eles não só ensinam, mas “assistem”, divertem-se, trabalham, estudam e rezam junto com os jovens. São pessoas que querem estar com os jovens, capazes de assumir seus problemas. “Mestres na sala de aula e irmãos no pátio” (Dom Bosco).

2.3.6 *Escola de trabalho* porque ensina a viver a característica espiritual do trabalho, mantém ligação habitual e cordial com o mundo do trabalho; mas, sobretudo, porque em muitos lugares realiza cursos de alfabetização e cursos noturnos para trabalhadores; prepara, com a formação profissionali-

zante, os jovens aprendizes a entrarem no mundo do trabalho, com uma qualificação.

2.3.7 *Escola evangelizada e evangelizadora*, onde se segue com respeito o desenvolvimento pessoal, a dimensão religiosa ocupa o lugar certo e o rapaz pode, com alegria, encontrar a Deus, conhecer e amar a Jesus Cristo, e percorrer o caminho da fé até à santidade.

2.3.8 *Escola que tem uma atenção vocacional especial*, em fazer crescer cada um segundo o projeto de Deus, ajudando a amadurecer os germes de vocações leigas, religiosas e sacerdotais que Deus coloca em muitos jovens.

A escola salesiana torna-se ambiente de evangelização à medida que consegue atualizar estas características.

2.4 Algumas linhas de ação

132 O CGE⁽⁸⁾ indicou critérios e opções que ainda são válidos e que o presente CG21 reafirma e recomenda.

A rica experiência destes seis anos nos diversos contextos, e o estudo da situação escolar presente, nos sugerem as seguintes linhas de trabalho, nas quais cada escola e as Inspetorias são convidadas a empenhar-se:

- Formar a *Comunidade educativa* com a participação dos salesianos como animadores, dos colaboradores leigos, dos pais e dos alunos. As modalidades, os níveis e as formas de participação dependem das situações. Aos Salesianos tocará dirigir o processo, a fim de que esta comunidade seja evangelizada e evangelizadora;
- Planejar e criar uma “formação permanente” e cristã com os leigos que colaboram em cada escola;
- Elaborar e atuar com toda a comunidade educativa o projeto educativo explicitamente inspirado no Evangelho e nos ensinamentos de Dom Bosco;
- Personalizar o relacionamento educativo, conforme o Sistema Preventivo. Para tal fim são de grande valia o serviço de orientação educacional, os contatos “informais” dos educadores, a didática individualizada, as atividades em grupos etc.;

(8) cf. ACGE 381-385

- Programar um plano de educação explícita para a fé, rico de propostas, oferecido aos jovens em clima de liberdade e de acordo com uma sã pedagogia, catequese, celebrações litúrgicas juvenis, iniciação e vida sacramental, grupos de reflexão e de empenho, retiros espirituais, abertura a iniciativas apostólicas;
- Participar ativamente como educadores — Salesianos ou leigos — no diálogo e no confronto educativo presente em toda sociedade, através de projetos alternativos de educação; e colaborar com todos os que se batem pacificamente por uma escola livre e “igual” diante das leis.
- Inserir nossas escolas na pastoral da Igreja local, assumindo os critérios pastorais que ela propõe, participando dos organismos que animam a pastoral escolar, apoiando as organizações que lutam pela liberdade da escola;
- Dar clara preferência, nas nossas escolas, aos jovens necessitados e fazer todo o esforço para voltarmos aos ambientes de nítida pobreza.

2.5 Opções para a atuação das linhas de ação

As linhas mencionadas tornar-se-ão realidade somente quando os Salesianos, em nível local ou inspetorial, enquadrarem a sua ação dentro de objetivos claros e constantemente aprofundados, e com a constante atenção à finalidade concreta da educação cristã.

133

2.5.1 *Em nível local é necessário começar pelo essencial:*

- A equipe dos Salesianos mantenha na escola e, onde for possível, também em cada secção, os postos-chave que lhes permitam animar cristãmente a comunidade educativa.
- As funções específicas do Diretor, do Diretor escolar e dos encarregados pastorais, sejam melhor estudadas e definidas dentro de cada Inspeção, a fim de manter certa homogeneidade que facilite as trocas;
- Toda escola prepare um projeto educativo que possa servir como plataforma de entendimento e de revisão para educadores, pais e alunos;
- Toda comunidade escolar programe anualmente atividades e encontros que ajudem a superar o nível burocrático do relacionamento e a instaurar “um ambiente comunitá-

rio, impregnado do espírito evangélico de liberdade e caridade”.

2.5.2 *Em nível inspetorial* há metas a cumprir, mesmo se com programas a longo prazo:

- Preparar pessoas que atuem na área escolar. Trata-se de um trabalho especializado, com tarefas e possibilidades que requerem longa formação cultural e conhecimentos pastorais específicos;
- Unir, em âmbito inspetorial, os colaboradores leigos de nossas obras e os pais de nossos alunos para torná-los mais co-responsáveis na educação. Em cada escola haja um Salesiano encarregado de uma melhor formação cristã dos pais. O encarregado das escolas em nível inspetorial, assuma também o empenho da promoção das “associações de pais”. Onde esta união já foi feita, houve um aumento do sentido de pertença, houve oportunidade de formação profissional cristã e houve um esclarecimento melhor entre os leigos da especificidade da escola salesiana.
- O serviço inspetorial para a escola ajude as várias escolas na formulação do plano educativo e estude os programas pastorais para a formação permanente dos colaboradores leigos.
- O CG21 chama a atenção dos Conselhos Inspeitoriais para o art. 12 dos Regulamentos. E convida-os a não permitir que as nossas escolas se abram para as meninas, a não ser por motivos graves. As motivações de tal decisão sejam enviadas ao Conselho Superior.

2.6 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

134 a. Cada Inspeitoria ou Conferência Inspeitorial faça objeto de reflexão e de estudo o documento da S. Sé sobre a escola católica e os documentos das Igrejas locais.

b. Com a ajuda e a reflexão de cada comunidade, a inspeitoria elabore um projeto educativo salesiano para o setor escolar, no qual possam inspirar-se todas as escolas da Inspeitoria e, deste modo, manter e desenvolver a própria identidade e a unidade entre nossas escolas.

c. O Dicastério para a Pastoral Juvenil, com programas de encontros e estudo, faça circular as melhores experiências da Congregação no campo escolar, para favorecer a iniciativa apostólica dos Salesianos.

3. A PARÓQUIA: aspectos particulares da presença salesiana evangelizadora

“No espírito de caridade apostólica do Fundador”⁽¹⁾, os Salesianos evangelizam os jovens também com a ação nas Paróquias, entendidas como ambientes e vida de evangelização, as quais, no elenco das “nossas atividades e obras”⁽²⁾ têm um lugar preciso, bem delineado no Documento n.º 5 do CGE e expresso sinteticamente no artigo 31 das Constituições.

É indispensável a referência constante a esta documentação do CGE, ainda atual.

Dois problemas principais se apresentam neste setor: o do número e o da salesianidade nas paróquias animadas por Irmãos nossos.

3.1 O problema do número de Paróquias

O primeiro problema que se apresenta neste campo é o desenvolvimento numérico das Paróquias⁽³⁾. O Capítulo fez uma

(1) Const. 31

(2) cf. cap. IV das Constituições

(3) Apresentamos as estatísticas da Secretaria Central para as Paróquias, junto à Casa Geral.

A morte de Dom Bosco (1888) as Paróquias eram 7; durante o reitorado do P. Rua (1888-1910) somaram-se mais 31; durante o do P. Albera (1910-1922) aumentaram de 33; no período do P. Rinaldi (1922-1931) aumentaram mais 54; nos anos 1932-1938, CG 15, o aumento foi de 40; do 15.º ao 16.º CG (1947) o aumento foi de 99; até o ano de 1952, 17.º CG, o aumento foi de 100; no CG18 (1959) aumento de 75; do 18.º ao 19.º CG (1965) verificou-se um aumento de 152; entre o 19.º e o 20.º (1971) o crescimento foi de 150; do CGE ao CG21 (1977) houve um aumento de 141. O total atual é de 882 paróquias.

Ao elenco supracitado acrescentem-se outras cifras, como por exemplo, o número de paróquias missionárias (65), um número que se refere a paróquias “incertas” (41); e ainda, o número das paróquias dirigidas a título pessoal (87), ou confiadas *ad tempus* (18).

É oportuno saber que só a Polônia conta com 125 paróquias, e que outras 136 estão situadas na Europa Central; são mais que evidentes as motivações ligadas à situação sócio-política particular.

Uma última observação colhida na SECRETARIA CENTRAL PARA AS PARÓQUIAS: “É útil lembrar que o conceito de Paróquia não é análogo em todas as partes”. Em seguida, vêm algumas exemplificações que interessam à Europa, à Índia e aos territórios missionários.

Isto, talvez, justifica a apresentação de algumas cifras, que parecem excessivas, quando se fala de paróquias salesianas.

leitura do fato material numérico quer como reflexão da avaliação quer como orientação operacional que, como consequência, deverá tirar.

Os Salesianos são chamados a trabalhar em ambientes diversos.

Nas *Missões*, a Paróquia representa um ponto de chegada, porque, mesmo que a Congregação esteja presente com obras mais especializadas em favor dos jovens (Oratório, Escola Profissional), é claro que o fim da ação missionária, expresso também nas Constituições, é a “fundação da Igreja num grupo humano”.

Além disso, acontece encontrar-se em *países totalmente desprovidos de clero*, onde a descristianização é tão progressiva que não se compreende o emprego de Salesianos, sobretudo sacerdotes, num grupo particular, como seriam os jovens, sem que se interessem pela vida cristã daqueles entre os quais estão inseridos, no ambiente em que vivem, assumindo o cuidado pastoral e missionário: porque, também esta, em certo sentido, é região e terra de missão ^(3bis).

Em algumas nações, por situações peculiares, concretas, independentes de nós, a única forma possível de ação pastoral é a Paróquia. Veja-se esta situação com realismo, porque procura-se dar vida a outras atividades salesianas, por meio da Paróquia, e de torná-la um centro a serviço de uma região, empenhando toda a comunidade salesiana na sua tarefa de animação.

Em ambientes pastoralmente bem organizados e vivos só a aceitação de uma Paróquia pode favorecer o nascimento de um Oratório-Centro-Juvenil.

Enfim, a Paróquia é vista com interesse, porque permite alcançar alguns jovens em seu ambiente natural, onde vivem, e de segui-los em todo o período de seu desenvolvimento; oferece melhor possibilidade de envolver para a sua educação, pais e adultos que os cercam; favorece sua inserção natural na Igreja local e no território, permitindo um contato pastoral mais direto que noutras atividades apostólicas.

- 136 O CGE constatando uma situação já consolidada e aprofundando o significado do empenho salesiano na Paróquia eliminou a excepcionalidade do trabalho paroquial; mas sublinhou,

ao mesmo tempo, a prioridade a ser respeitada em toda iniciativa, e também em cada Inspeção: “Deve estar em primeiro lugar o empenho pelo apostolado diretamente juvenil” (4).

No plano operacional, não se pode negligenciar a orientação tão clara deixada pelo CGE.

Hoje o CG21 ainda se interroga. Coloca-se frente aos muitos Irmãos empenhados na pastoral paroquial (5), que sentem necessidade de um esclarecimento acerca da autenticidade salesiana da sua ação apostólica; coloca-se frente às exigências que as Igrejas locais e as circunstâncias apresentam e apresentarão ainda mais à Congregação no futuro próximo. Antes de assumir novos empenhos no setor paroquial, é preciso determinar os critérios de aceitação aos quais devem ater-se as comunidades inspetoriais.

O CG21 apresenta estes critérios em forma de “características” salesianas que a Paróquia deve assegurar em concreto.

3.2 O problema da salesianidade nas Paróquias

O CG21, em fase de verificação, em vista do pedido de alguns Capítulos Inspeção e de Irmãos, tendo em consideração a RRM (6), pretende esclarecer o que comporta *agir com estilo Salesiano*, na pastoral paroquial; faz referência, portanto, àquele conjunto de opções e atitudes que manifestam uma autêntica presença “salesiana”, que realizam o “específico” salesiano, a identidade salesiana. 137

O CGE havia já indicado uma linha de resposta: vivemos o ministério paroquial “como verdadeiro apostolado salesiano, na medida em que nos permite continuar fiéis à nossa missão e tornar atual o carisma do Fundador no serviço aos jovens e à classe popular” (7).

O CG21 reafirma alguns traços característicos deste capítulo:

3.2.1 *A Paróquia salesiana tem como responsável e animadora a comunidade religiosa.* O projeto apostólico 138

(4) ACGE 402

(5) Os Irmãos empregados em tempo integral na pastoral paroquial em 1977 são 2199; em tempo parcial são mais ou menos 1400. É difícil dizer exatamente o que significa “tempo parcial”: (cf. SARTI, *Dati Est.* pp. 73-74)

(6) RRM 171. 214-219

(7) ACGE 400

deve realizar-se em conjunto. Toda a comunidade salesiana é constituída como sinal e portadora da missão: “A missão é confiada, em primeiro lugar, à comunidade”⁽⁸⁾. “A primeira característica de uma Paróquia salesiana é, pois, ser guiada por uma comunidade religiosa que quer viver na Igreja a sua missão específica. Isto é, caracterizamo-nos por aquilo que somos”⁽⁹⁾.

Isto importa numa vida religiosa que, com seus ritmos de oração⁽¹⁰⁾, com a vida de comunhão fraterna, com a distribuição responsável dos empenhos apostólicos no território, seja verdadeiramente na região “sinal e testemunho dos valores espirituais, ligados aos conselhos evangélicos”⁽¹¹⁾ e ao espírito das bem-aventuranças.

Do espírito comunitário procede uma visão de serviço orgânico unitário e co-responsável pela evangelização, procede o estilo salesiano de ação apostólica e de relações pastorais, que privilegia a construção da Paróquia como “comunidade” e “família de Deus”⁽¹²⁾; procede a programação por parte da comunidade paroquial das atividades e da escolha de intervenções que correspondam melhor às necessidades locais. Cada Salesiano sente-se ligado a um testemunho que é a um tempo, pessoal e comutário.

139 3.2.2 A paróquia salesiana realiza a opção prioritária dos *meninos e dos jovens*, especialmente os mais pobres. Tendo presente uma comunidade completa, composta de adultos e de jovens interdependentes no seu crescimento humano e cristão, trata-se de privilegiar a missão salesiana, antes de tudo, quanto aos destinatários, e em seguida, quanto ao serviço a prestar.

a. *A propósito dos destinatários*, é atual também na ação pastoral paroquial, a indicação da orientação operacional que

(8) Const. 34

(9) ACGE 406

(10) No primeiro Regulamento para as Paróquias existentes nas deliberações do Terceiro-Quarto Capítulo Geral e apresentado por Dom Bosco em 1887, se lê, por exemplo: “Seja cuidado do pároco fixar o tempo mais oportuno para a meditação diária e para a leitura espiritual, procurando estar presente regularmente, com seus auxiliares. Se é possível, façam-na na Igreja, para que os paroquianos se edifiquem”. (S. G. Bosco, *Opere edite*, Vol. XXXVI, pág. 259).

(11) ACGE 407

(12) cf. ACGE 417-518

o CGE consigna à missão salesiana: “Prioridade absoluta para a pastoral juvenil quererá significar:

- de uma parte que as atividades e as obras em favor da juventude empregarão a maior parte do nosso tempo, do nosso esforço, do nosso pessoal;
- de outro lado que as atividades e as obras em favor dos adultos, realizadas segundo suas exigências, conservarão a preocupação voltada para os jovens”⁽¹³⁾.

Isto significa que o Salesiano *se interessa prioritariamente pelos jovens, sobretudo os mais pobres*, e por meio deles, atinge os pais.

Além disso, envolve os jovens nas diversas atividades paroquiais, de modo que sejam de estímulo aos adultos para que assumam com mais coragem a sua responsabilidade frente à comunidade paroquial, com preferência para os jovens mais pobres.

b. A Paróquia salesiana constrói a comunidade paroquial tendo em conta, de modo particular, os jovens. A pastoral de uma Igreja local tem aspectos unitários que são compartilhados, mas o carisma salesiano valoriza o momento juvenil, como momento de renovação, de crescimento e de vitalidade de toda a comunidade paroquial.

Na pastoral de conjunto de toda a Diocese a que devemos continuamente referir-nos e que devemos apoiar⁽¹⁴⁾, oferecemos o nosso serviço específico e propomos nosso humilde testemunho com a inserção dos jovens na vida da Igreja local, criando para eles maior espaço de intervenção.

O presente documento do CG21 contempla nas páginas precedentes uma reflexão mais particular sobre o Oratório-Centro-Juvenil que aprofunda um aspecto tão característico da ação salesiana na Paróquia⁽¹⁵⁾.

Reafirma-se aqui que o apostolado juvenil do Oratório é, para nós Salesianos, um “elemento necessário e insubstituível” da nossa presença numa paróquia⁽¹⁶⁾, e que “o cuidado especial da juventude e a catequese” são “empenhos pastorais primários”⁽¹⁷⁾.

(13) ACGE 180

(14) ACGE 416

(15) cf. ACGE 432

(16) ACG XIX 130

(17) Reg. 24

140 3.2.3 *A paróquia salesiana evangeliza segundo o estilo e o espírito do nosso projeto educativo e pastoral.*

A nossa Congregação foi, em sua origem, “um simples catecismo”. A atividade evangelizadora e catequista é a dimensão fundamental da nossa missão ⁽¹⁸⁾. Uma pastoral de evangelização nos obriga a superar hábitos e cansaços; nos mantém num estilo potencialmente aberto a todos, não se limita a cuidar das elites, mas se estende à massa. Nessa linha a Paróquia salesiana:

a. *valoriza a catequese sistemática*, a começar da do batismo, que inicia as famílias na educação cristã dos filhos, oferecendo ocasião propícia de atingir os adultos, até a catequese familiar e ambiental. E não só envolve os pais, mas também co-responsabiliza os colaboradores leigos. Na preparação aos sacramentos procura criar um ambiente no qual possa crescer a fé, e por isso mesmo, procura o amadurecimento da comunidade inteira, pela escuta atenta e serena, da Palavra de Deus, pelas celebrações e pela oração comunitária, cheias de alegria e simplicidade; envolvendo a todos num itinerário catecumenal que tem como etapas a ano litúrgico e como referência apostólica constante a juventude paroquial, em todo o período do seu desenvolvimento.

b. *A paróquia salesiana não separa a evangelização do empenho pela promoção humana*. No estilo de Dom Bosco, aproximamo-nos de todos os irmãos e colocamo-nos a seu serviço ⁽¹⁹⁾, com solidariedade e simpatia ⁽²⁰⁾, vivendo a evangelização e a promoção humana em um único movimento de caridade.

A única missão, para a qual somos chamados, tende a realizar a “compenetração da cidade celeste e da terrestre”, empenhando-nos como Salesianos em “comunicar a vida divina e tornar mais humana a família e a história dos homens”⁽²¹⁾.

c. *A paróquia salesiana descobre as vocações de cada pessoa*, valorizando concretamente os dons de cada um em vantagem da Igreja inteira. A comunidade salesiana manifesta, deste modo, que vive um traço significativo do estilo de Dom Bosco: a confiança para com todos pelas suas capaci-

(18) Const. 20

(19) cf. Const. 7

(20) cf. Cont. 16

(21) ACGE 60 que cita GS 40

dades, pelas possibilidades de ajuda concreta, pelos dons e carismas de que são portadores; e aceita, sem reservas, os ensinamentos conciliares sobre o papel dos leigos na missão da Igreja, promovendo-os aos diversos ministérios.

“Dentro da comunidade da Igreja a sua ação é tão necessária que sem ela o próprio apostolado dos Pastores não poderia muitas vezes alcançar o seu pleno efeito”⁽²²⁾. Este clima é particularmente apto para o nascimento da Família Salesiana e para o desenvolvimento de novos grupos de Cooperadores. Dom Bosco escrevia: “Uma das solitudes (do pároco) será favorecer as associações católicas e principalmente a dos Cooperadores Salesianos”⁽²³⁾.

Uma atenção tão clara para com as pessoas, favorece a descoberta dos recursos espirituais de cada vocação. Os meninos e os jovens poderão amadurecer mais facilmente uma opção apostólica, religiosa e sacerdotal⁽²⁴⁾.

3.2.4 A Paróquia Salesiana é popular. Motivos:

141

- sua localização, pois é preferivelmente instalada em ambientes populares e populosos das grandes cidades;
- o estilo de sua ação, que procura chegar-se ao povo e não pretende ser uma comunidade enrocada e fechada, ou uma igreja para poucos; cuida da liturgia e das festas, nas quais o povo possa encontrar-se com naturalidade e simplicidade; dá atenção e vê com simpatia as expressões da piedade popular e sabe orientá-las, com respeito, através de uma pedagogia de evangelização⁽²⁵⁾.
- sua abertura à vida do bairro; embora evitando todo espírito de partidarismo, participa dos problemas da gente humilde com a qual vive e comparte alegrias e dores, desilusões e esperanças.

Concluindo

Convidamos a reler o que está escrito nos Atos dos Capítulos Gerais 3.º e 4.º, apresentados por Dom Bosco em 1887: “Os enfermos, os jovens e as crianças sejam objeto das solitudes especiais do Pároco. O Pároco mais amado é aquele de

(22) AA 10

(23) Don Bosco, *Op. ed.* XXVI pág. 263

(24) cf. Const. 12 e Parte III, 2 *Fecundidade Vocacional* (n. 106-119)

(25) cf. EN 48

quem as crianças e os pobres sempre se podem aproximar” (26). E continua: “O Pároco salesiano, que tenha o espírito da Congregação... , não deixará de ser apóstolo no meio do povo, que Deus confiou aos seus cuidados, e santificando-se a si mesmo, ganhará muitas almas para o Céu” (27).

142 3.3 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

a. Cada Paróquia cuide e verifique a própria conotação salesiana, segundo as linhas específicas indicadas, no contexto da Igreja local e em união com os organismos inspetoriais.

b. Cada Inspeção, no plano de redimensionamento, preveja a eventualidade de restituir à Diocese as Paróquias que, pela mudança de situação, não oferecem mais a possibilidade de um apostolado tipicamente salesiano: porque não unidas a uma comunidade salesiana; porque não alcançam, de forma prioritária, os jovens; porque não situadas em ambiente popular.

c. Não se aceitem novas Paróquias se não existirem as características acima recordadas.

d. Os Irmãos destinados à Paróquia recebam uma formação específica, que sublinhe e desenvolva também os valores do estilo salesiano na vida e na ação.

Empenhe-se cada um deles na própria formação permanente, mas seja-lhes também oferecida oportunidade de uma atuação teológico-pastoral periódica.

(26) Don Bosco, *Op. ed.* XXVI, pág 263

(27) *ib* pág. 265

4. AS MISSÕES

O tema geral do CG21, os estímulos eclesiais destes últimos anos, especialmente a *Evangelii Nuntiandi*, o interesse e o empenho surgido em toda a Congregação por ocasião das celebrações do Centenário das Missões Salesianas, exigem uma reflexão e um exame sobre o tema das Missões. 143

Esta reflexão se prende necessariamente, ao CGE que preparou um documento sobre “A ação missionária salesiana”⁽¹⁾, inseriu nas Constituições e nos Regulamentos alguns artigos importantes sobre nossa atividade missionária⁽²⁾ e instituiu um Dicastério para as Missões⁽³⁾.

A presente reflexão tem objetivos específicos, determinados e limitados pela perspectiva do Tema Geral e do CG21, que é um Capítulo de verificação. Trata-se, pois, de relevar os aspectos mais significativos do caminho percorrido neste sexênio, de aprofundar algum ponto particular, para poder assumir com vontade operativa, algumas orientações que guiem nosso empenho missionário nos próximos anos.

Não pretende, por isso, enfrentar os múltiplos aspectos da presença salesiana nas missões; não tem a intenção de propor, mesmo numa perspectiva salesiana, as linhas principais de uma pastoral missionária.

Este Capítulo Geral que, pela primeira vez *depois do Centenário das Missões*, vê reunidos representantes de toda a Congregação Salesiana, sente o dever e a necessidade de louvar e agradecer a Deus, pelas maravilhas que operou por meio dos Filhos de Dom Bosco, sustentados em todo tempo por Maria Auxiliadora. Da mesma forma quer exprimir um sentimento vivo e sincero de admiração e de gratidão para com os milhares de salesianos e FMA que, nestes 100 anos, escreveram páginas luminosas na história das duas Congregações, e deixam para todos nós um patrimônio de coragem, audácia apostólica, criatividade pastoral, trabalho incansável, sofrimento e até martírio, que constitui uma herança preciosa e um estímulo para sempre novos empenhos.

(1) ACGE 472-480

(2) Const. 15. 24. 142; Reg. 15-20

(3) Const. 142

4.1 A situação

- 144 Mesmo que não seja fácil condensar em poucas linhas uma situação tão variada e complexa, parece contudo útil colocar em relevo alguns aspectos particularmente significativos⁽⁴⁾. Emergem, antes de tudo, algumas linhas que testemunham *vitalidade e empenho de renovação*.

A celebração do Centenário abriu caminho a uma variedade de iniciativas a nível mundial, inspetorial e local, que, com frequência, interessaram e envolveram toda a Família Salesiana: encontros, reflexões, empenhos concretos etc. Nesse contexto, mesmo se o ultrapassa, merece ser lembrada a publicação de obras e estudos missionários salesianos, especialmente as publicações do Centro de Estudos da História das Missões Salesianas e a realização de documentários filmados sobre a vida e ação missionária salesiana.

Do ponto de vista estrutural procedeu-se, nestes anos, à Organização progressiva do Dicastério para as Missões.

Mas é sobretudo a nível de solidariedade e de empenho pelo pessoal que se constata as realizações mais consoladoras e promissoras: solidariedade e vitalidade expressas pelo número bastante significativo de Irmãos que nestes últimos cinco anos partiram para as missões (270 mais ou menos), e dos que, partindo como voluntários por 5 anos, depois de 1965, decidiram, na grande maioria, continuar no seu empenho. Solidariedade que adquire relevo especial na contribuição de pessoal que algumas inspetorias missionárias começaram a dar a outras inspetorias. É um fato rico de significação eclesial e de perspectivas para o futuro. Deve-se lembrar também, neste âmbito, a experiência dos "*gemmelaggi*".

Estes esforços vêm juntar-se ao zelo apostólico e à criatividade pastoral das comunidades e Irmãos em regiões missionárias. Outro aspecto positivo e rico de esperança para toda a Congregação é o notável incremento de vocações em algumas regiões missionárias, por exemplo, em certas nações da Ásia, onde a percentagem do pessoal local já é preponderante (77%).

Significativa, ainda que não muito numerosa, é a presença, em alguns continentes, de jovens leigos com explícito empenho missionário.

(4) Fontes desta verificação: RRM 248-277; Sch Prec. 279-280; Relatório sobre as atividades do Dicastério para as Missões 1972-1977, 42 páginas.

Merecem ser lembrados também os esforços realizados, quer no centro quer a nível local, para a formação de missionários, para a qualificação missiológica de alguns Irmãos e para formação de equipas capazes de enfrentar com seriedade, a pastoral missionária atual.

Sob outro ponto de vista, deve-se lembrar a solidariedade manifestada concretamente de muitas outras maneiras, por exemplo, com o apoio econômico através das procuradorias, com a instituição de fundos especiais ou de forma esporádica. Tudo isto torna-se muito significativo, se se considera que coincidiu com um momento histórico no qual a Congregação viveu uma crise profunda e, muitas vezes, dolorosa. A permanência do *élan* missionário aparece como sinal de vitalidade e esperança, que reflui sobre toda a atividade da Congregação.

Sempre de modo resumido, mas com a mesma objetividade, convém recordar a presença de *aspectos negativos e que freiam* a nossa ação missionária. A animação missionária na Congregação, em várias partes, deixa ainda a desejar e está longe de suscitar um verdadeiro interesse entre os jovens, das nossas obras. 145

Não existem salesianos qualificados, em número suficiente, capazes de orientar a reflexão e a ação missionária na base de estudos sérios.

Por causa de situações de isolamento e de empenhos pastorais individuais ou excessivos, não é possível a formação permanente para muitos missionários, ou são pouco frequentes os momentos fortes de oração e de reflexão.

Em certos casos, a organização da pastoral missionária, não por falta de boa vontade é claro, revela preparação cultural insuficiente e atenção inadequada na planificação pastoral e na metodologia missionária.

Falta, ou pelo menos, é insuficiente “um movimento salesiano para missionários leigos”: neste sentido o empenho da Congregação foi pouco relevante. Para tornar mais difícil a situação apareceram, em não poucos países, complicações de caráter externo, que impedem ou reduzem bastante a liberdade de ação e de iniciativa.

4.2 Quadro de referência

146 A verificação e a reflexão feita a nível de Congregação, a partir do Centenário das Missões, trazem à tona alguns aspectos ligados à nova sensibilidade missionária que superam, em parte, o ambiente salesiano.

1. *Missões — situações de missão — estilo missionário*

É fato real que nas terras tradicionalmente cristãs, grande parte da população, especialmente a juvenil, vive, hoje, em um clima de descristianização, e necessitam de um primeiro anúncio ou de uma segunda evangelização. Tal perspectiva exige, inevitavelmente, uma mudança na “geografia missionária”: todos os países do mundo podem ser considerados, hoje, “terra de missão”. Por isso qualquer *ação evangelizadora* assume um *significado missionário*.

Esta compreensão mais ampla do conceito de missão e o ampliar-se da perspectiva evangelizadora a toda a ação da Igreja não deve, porém, diminuir o significado peculiar da *presença missionária específica*, que, para a Igreja, é uma urgência vocacional, já desde seus inícios⁽⁵⁾.

Pouca abertura para novos povos pode significar uma insensibilidade frente à perspectiva futura da história; o fechar-se do mundo cristão dentro de si mesmo traz diminuição da fecundidade evangelizadora no seu interior.

“Numa altura em que não falta quem pense e mesmo quem diga que a época das missões já passou”, o Papa, na *Evangelii Nuntiandi* lembra que “a Igreja conserva bem vivo o seu espírito missionário e deseja mesmo que ele se intensifique” porque “ela sente-se responsável perante povos inteiros. Ela não descansa enquanto não tiver feito o melhor para proclamar a Boa Nova de Jesus Salvador”⁽⁶⁾.

À luz destas afirmações, nossa reflexão se concentra na ação missionária em seu sentido específico.

4.2.2 *Missão salesiana e Missões*

O lugar que a ação missionária ocupa na vida salesiana foi afirmado com clareza pelo CGE e reafirmado pelo Reitor-Mor por ocasião do Centenário⁽⁷⁾. Em síntese são essas as prin-

(5) EN 51. 53

(6) EN 53. 51-52

(7) ACS 267

cipais afirmações: a ação missionária em sentido específico constitui “um *elemento essencial*, indispensável, caracterizante” da nossa Congregação ⁽⁸⁾.

“As Missões *não são uma obra*... que se possa pôr ao lado de outras obras... Não são sequer um setor de atividades abrangendo certo número de obras... Na tradição salesiana as Missões se devem considerar... como um *lugar privilegiado onde exercer a missão salesiana*, e um espírito com que realizá-la” ⁽⁹⁾.

4.2.3 *Ação missionária e estilo salesiano*

O serviço e o estilo salesianos parecem estar em singular consonância com as exigências da pastoral missionária.

A experiência tem demonstrado algumas convergências que mereceriam um estudo mais atento.

Indicamos algumas: a relação profunda entre o empenho de evangelização e o de promoção humana; a atenção preferencial para com os jovens pobres e as classes populares; o espírito de adaptação e criatividade; a sensibilidade catequística e a piedade simples e concreta; uma presença particularmente encarnada e atenta aos valores humanos e religiosos da cultura local; um relacionamento humano fácil, marcado pelo otimismo evangélico, que suscita simpatia e exerce particular atração para a nossa proposta...

4.2.4 *Aspectos sublinhados na ação missionária de hoje*

Para situar num contexto mais atualizado a pastoral missionária, os Salesianos deverão olhar com visão renovada a “missão” e os seus conteúdos. Isto requer entre outras coisas:

- integração entre promoção humana e evangelização, entre cultura e ação pastoral;
- maior insistência sobre a realidade própria da Igreja local, e, portanto, esforço de apoio, integração, e presença co-responsável na mesma;
- empenho para abordar o fato missionário com uma perspectiva cientificamente válida, que integre seus diversos componentes;

(8) ACS 267, pág. 13

(9) ACS 267, pág. 20

- orientação da ação missionária para as regiões mais necessitadas, mais sensíveis e mais decisivas para o futuro do mundo;
- envolver os leigos, quer através da ação missionária direta, quer a nível de apoio, transformando, nas terras de missão, os evangelizados em evangelizadores...

4.2.5 *Animação missionária*

O novo vigor do espírito e da ação missionária em toda a Igreja e, para nós, na Congregação, requer que o problema da sensibilização e da animação da comunidade inspetorial e local seja tratado como problema fundamental, tendo em vista mais profunda consciência missionária, um renovado serviço no conteúdo e na metodologia, um empenho evangelizador que, para ser crível, deve voltar-se, ao mesmo tempo, para dentro e para fora da própria comunidade.

O art. 16 dos Regulamentos confia ao Inspetor e ao seu Conselho a primeira responsabilidade por esta tarefa.

O CG21, confirmando o que foi dito no CGE, relembra os múltiplos serviços que podem ser prestados pelas Assessorias, Procuradorias, Centros missionários, estabelecidos a nível inspetorial ou interinspetorial: manter vivo o interesse dos Irmãos e de todos os membros da Família Salesiana; suscitar vocações missionárias; manter contato permanente com os Irmãos da Inspetoria que foram para as Missões; colaborar com o Dicastério para as Missões, com as Dioceses e com outros Institutos Religiosos; levar avante projetos e obter ajuda dos órgãos governamentais, eclesiais, particulares etc.

4.3 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

147 O CG21 reafirma a validade de quanto foi estabelecido pelo CGE, em particular o que se refere à afirmação da ação missionária e à formação permanente dos missionários⁽¹⁰⁾; estabelece algumas linhas operacionais para a orientação e a renovação da ação missionária nos próximos anos:

a. O relançamento missionário requer objetivos concretos, exige a adoção de uma estratégia orientada para os países

(10) Const. 142; Reg. 15-20; ACGE 480; cf. também Documento sobre a "Formação para a vida salesiana"

nos quais a ação missionária é mais urgente. Por isso, no início do segundo centenário da presença salesiana, recordando o desejo profético de Dom Bosco ⁽¹¹⁾, os Salesianos, sem excluir a possibilidade de iniciar e desenvolver sua ação missionária em outras regiões promissoras ou necessitadas, empenhem-se em aumentar de maneira significativa sua presença na África.

b. Cada inspetoria se interesse em favorecer a participação de leigos, especialmente da Família Salesiana, na ação missionária direta. Para esta finalidade prepararão instrumentos operacionais idôneos, usufruindo também dos serviços técnicos de outras organizações, e mantendo-se em contacto com experiências análogas de outros Institutos Missionários. O Dicastério para às Missões, em colaboração com o Dicastério para a Família Salesiana e o da Pastoral Juvenil, colaborará na mesma linha, a nível mundial.

c. A situação atual da pastoral missionária, a importância e a amplitude de nosso empenho exigem que se enfrente o problema das Missões com base em estudos científicos sérios. Para isto institua-se uma Cátedra de Missiologia na UPS; e se cuide para que em cada Inspeção missionária haja algum Irmão qualificado neste assunto.

d. O missionário evangeliza, antes de tudo, com seu testemunho. Para torná-lo sempre mais claro, todo missionário procurará ser fiel aos empenhos da comunidade religiosa. Aproveitá de boa vontade os encontros e os períodos de atualização, para seu crescimento espiritual, para intercâmbio fraterno e para o confronto de experiências pastorais. Seja empenho das comunidades inspetoriais e locais oferecer aos Irmãos espaço e tempo para essa reflexão e atualização, e sobretudo para os momentos fortes de oração, que os ajudem a renovar o significado da missão à luz da Palavra de Deus.

(11) MB XVI 254

5. A COMUNICAÇÃO SOCIAL: Caminho para a evangelização

5.1 Relevância da CS

- 148** O CGE tinha já apresentado nos ACGE 443-445 algumas reflexões sobre a relevância da CS. Acrescente-se que atualmente a CS, por causa da ação incisiva que é produzida pelo uso combinado de instrumentos técnicos muito refinados e das mais sofisticadas formas da linguagem das imagens, assumiu e exerce um papel decisivo na dialética cultural, na vida social e nos costumes.

Ela deve ser considerada não tanto como “veículo”, “conjunto de instrumentos”, mas como realidade complexa e dinâmica, que possui em si mesma uma enorme capacidade de persuasão que enriquece, para o bem e para o mal, as mensagens que transmite.

A CS torna-se sempre uma presença educativa de massa, plasmadora de mentalidades e criadora de cultura. Por meio dela são elaboradas e difundidas as evidências coletivas que estão na base dos novos modelos de vida e dos novos critérios de julgamento. Sua eficácia incisiva e sua presença sempre mais maciça fazem da CS uma verdadeira e autêntica escola alternativa para grandes camadas da população mundial, especialmente juvenis e populares.

5.2 Comunicação social e evangelização

- 149** “No nosso século tão marcado pelos ‘mass media’ ou meios de comunicação social, o primeiro anúncio, a catequese ou o aprofundamento ulterior da fé, não podem deixar de se servir destes meios... A Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. Servindo-se deles a Igreja ‘apregoa sobre os terraços’ a mensagem de que ela é depositária. Neles encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito. Graças a eles consegue falar às multidões” ⁽¹⁾.

(1) EN 45; cf. CP 13; Sín. 77, 9

5.3 O pensamento de Dom Bosco

Dom Bosco no seu tempo considerou a imprensa e a difusão dos bons livros, das revistas, das obras teatrais para a juventude, da música e do canto, não somente como instrumento a serviço de específicas obras apostólicas e educativas (oratórios, internatos, escolas, missões), mas também como “empresas apostólicas originais”, ordenadas por si mesmas à realização da missão juvenil que lhe fora confiada pela Divina Providência ⁽²⁾.

Desde então ele intuiu que os jovens e as massas populares tornar-se-iam os maiores consumidores e as primeiras vítimas da violência de uma comunicação social manipulada e subjugada. Neste sentido foi que afirmou que a boa imprensa era “um dos fins principais da Congregação” ⁽³⁾.

5.4 A situação

O Relatório do Reitor-Mor, e do Dicastério de Pastoral dos Adultos e os Esquemas Precapitulares do CG21, à base de experiências colhidas, individuaram claramente alguns elementos de *crescimento e de empenho renovado*. 150

O esforço da Congregação neste setor específico desenvolveu-se ao longo de dois eixos importantes:

5.4.1 A primeira linha de desenvolvimento é a de uma mais madura e fecunda *utilização* da CS como “conjunto de instrumentos” por parte do Salesiano “comunicador”. Verificou-se um inegável incremento da CS:

- pela informação salesiana interna e externa da Congregação e da Família (NI, ANS, BS, curtas-metragens, *fono* e *videocassette*, diapositivas...);
- para o desenvolvimento da ação apostólico-educativa nas nossas obras juvenis (oratórios, escolas, etc.), nas Paróquias e nas Missões, usando os ‘mass media’ (cinema, rádio-televisão com circuito interno) e os meios menores ou *group-media* (audiovisuais em geral, expressão corporal, teatro, música...).

5.4.2 A segunda direção na qual se consolidou o empenho da Congregação foi o da *produção* de material, instrumentos,

(2) cf. Epist. IV, 318; Relatório de D. Bosco à Santa Sé 1877

(3) ACGE 451

programas de CS “a serviço do Evangelho” para “ampliar quase ao infinito o campo de escuta da Palavra de Deus e fazer com que a Boa Nova chegue a milhões de pessoas” (4).

Nesta linha lembramos algumas obras que constituem lugares e momentos originais e privilegiados onde a nossa missão juvenil e popular se realiza:

- a atividade dos centros editoriais para a produção e a difusão de livros, subsídios, revistas para os jovens;
- as emissoras de rádio e televisão;
- os centros de pesquisa e de produção de programas: audiovisuais (discos, *cassettes*, *videocassettes*, fotos, filmes, *posters* . . .), e radiofônicos e televisivos, que são considerados de per si, obra pastoral salesiana (5).

Enfim, devem ser lembrados os esforços feitos nestes últimos anos para se chegar a uma coordenação a nível interinspetorial, ou nacional, ou regional, de iniciativas editoriais para reforçar e alargar sua eficácia e para não desperdiçar pessoas e meios em duplicatas inúteis.

151 Dos vários documentos e relatórios relevamos os seguintes *pontos fracos*:

- na formação dos Salesianos para a CS: carência de planos, programas e homens especializados para a formação sistemática;
- na informação salesiana: falta de uma “orientação autorizada, estável e segura”, para os Boletins e a informação salesiana (6); falta de “correspondentes com o Centro” para a informação salesiana (7);
- na CS a serviço da evangelização: iniciativas a nível individual, não ligadas às comunidades e nem sustentadas adequadamente por elas; insuficiência de ligação entre Centros de produção e de distribuição; falta de estruturas de animação e de coordenação com o Centro, a nível inspetorial e nacional; conexão limitada com os organismos eclesiais da CS.

(4) EN 45

(5) cf. Sch Prec 185, 187 c

(6) cf. RRM 239 c

(7) RRM 239 d

Mas o *ponto mais fraco* e delicado é a preocupante escassez de pessoas e de grupos de Salesianos capazes de elaborar, através das novas linguagens da CS, os conteúdos e as mensagens de uma evangelização adaptada ao homem do nosso tempo. Faltam, ou são absolutamente insuficientes, os grupos de reflexão, de pesquisa, de experimentação, e de elaboração alicerçados em sólidas bases científicas.

À base desta situação, estão, sem dúvida, problemas de escassez de pessoal, mas também carência de perspectiva. Predispueram-se instrumentos e estruturas, cuidou-se da necessária preparação técnica e instrumental; mas não se deu igual e necessária atenção à preparação das pessoas e à pesquisa do conteúdo cultural.

5.5 Linhas de ação

As estruturas centrais (dicastério, secretariado) e as inspetoriais se encarreguem, cada uma no seu ambiente e competência, do problema da formação de Salesianos para a CS. Para isto são necessários programas-base, para os diversos graus de formação; é preciso, sobretudo, encaminhar para estudos especializados os Irmãos que deverão cuidar deste setor. Destinar alguns irmãos para a qualificação e especialização em CS não significa desperdiçar forças apostólicas, mas torná-las mais eficientes e multiplicá-las.

152

Outra linha de renovação consiste em introduzir “a linguagem total da Comunicação” na ação pastoral.

O audiovisual, a expressão dramática, a criatividade (pintura, desenho, gráficos...), a música e o canto não devem ser considerados como atividades complementares e subsidiárias, a se usarem apenas ocasionalmente. Constituem uma verdadeira linguagem que não pode ser desprezada nem desvalorizada no diálogo educativo com os jovens das novas gerações, para os quais estas formas de comunicação parecem particularmente conaturais.

A experiência demonstra que a utilização das novas linguagens se revela eficaz e fecunda não só no plano da didática escolar e da expressão artística, mas também na animação catequética, na educação para a oração e na liturgia.

Será útil uma ação sistemática que tenha em mira o entendimento e o intercâmbio entre Inspetorias e Regiões, com a finalidade de evitar a duplicação de despesas e de fadigas.

Incremente-se de modo mais eficaz e de acordo com as possibilidades concretas das Conferências inspetoriais, dos Grupos e das Comunidades inspetoriais, a criação e a consolidação de “atividades específicas” nos diversos países, em harmonia com os planos do episcopado, e ligadas organicamente entre si por um serviço de comunicação social destinado e aberto aos jovens (rádio/tevé livres, editoras, cooperativas teatrais juvenis, centros de produção de programas cine-vídeo etc.).

A fim de sensibilizar os diversos ambientes à novidade da linguagem e à mudança de mentalidade programem-se nas escolas, nos Centros juvenis e nas Paróquias, cursos sistemáticos de formação para a recepção crítica dos programas culturais e informativos transmitidos pelos *mass media*, e estes utilizem-se como meios ordinários de comunicação educativa. Em particular se desenvolva o uso criativo do audiovisual e da dramatização nas atividades didáticas e catequísticas.

Dê-se especial relevo no desenvolvimento da CS à relação cultura-evangelização.

Para acelerar e intensificar a nossa contribuição a uma mais adequada CS, instituam-se cursos de formação profissional para jovens orientados para as atividades profissionais da Comunicação Social.

5.6 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

- a. Na dependência do Dicastério para a Família Salesiana o Secretariado para a Comunicação Social cuide da coordenação, do desenvolvimento e da animação da CS na Congregação; disponha de um quadro de pessoas adequado que garanta o cuidado dos setores e a melhor realização dos serviços a ele confiados; o Secretariado organize em níveis oportunos, encontros regulares de programação, de colaboração e de verificação para as diversas atividades dos Salesianos no campo da CS. 153
- b. Para a promoção da pesquisa científica, para o estudo e a verificação de problemas de comum interesse salesiano em matéria de CS, o Dicastério dê vida a uma Comissão Central de Consulta de peritos, Salesianos e externos.
- c. Estabeleçam-se, a nível inspetorial, (ou de Conferência), encarregados para a coordenação, animação e consulta no setor da CS, em estreita ligação com o Dicastério, a serviço da formação para a CS, da nossa missão evangelizadora, e da informação salesiana.
- d. Para tornar fácil o acesso dos Irmãos às fontes da história e da espiritualidade salesiana e aos documentos originais, seja fomentado o estudo da língua italiana, como língua de unidade e de comunicação dentro da Família Salesiana.

6. UMA NOVA PRESENÇA SALESIANA NA EVANGELIZAÇÃO

- 154 No término da reflexão sobre o tema geral *evangelização, testemunho e anúncio, duas exigências da vida salesiana entre os jovens*, o CG21 está consciente de ter tocado em muitos pontos problemáticos das nossas comunidades.

Em todo o documento, que queria ser uma verificação realista e serena da vida e da ação dos Salesianos, particularmente no último sexênio, volta, como perspectiva do futuro e como medida do passado, a referência à *renovação*. Nem podia ser diferente, desde que o CGE, com seu caráter de “especial” como quis o Concílio, “colocou toda a Congregação em estado de ‘renovação’”⁽¹⁾.

Desejamos concluir refletindo ainda sobre este argumento, que põe em relevo o aspecto dinâmico da renovação na fidelidade.

Por isso, se fala de *nova presença salesiana*, indicando com esta expressão, iniciativas diversas, a nível interior e pessoal e a nível de estrutura e organização, com reflexos no espírito e nas modalidades de ação.

6.1 “Nova presença salesiana”

- 155 O CGE, quando faz a análise da nossa ação pastoral entre os jovens, afirma: “A missão salesiana não foi capaz em muitos lugares de encontrar aquela *presença nova* que era exigida por um mundo em transformação”⁽²⁾.

Não se trata de afirmação isolada. Reportando-nos a um tema tão central no nosso CG21, o *Projeto Educativo Salesiano*, recordamos outra expressão do CGE: “Nas situações dos jovens de hoje, o ‘sistema preventivo’ exige que se procure uma *presença ‘nova’*. A nossa eficácia educativa liga-se à fidelidade renovada ao Sistema Preventivo de Dom Bosco”⁽³⁾.

É importante, e em alguns aspectos é essencial, acolher o insistente convite da Congregação.

(1) ACS 283, pág. 16

(2) ACGE 393

(3) ACGE 188

“Consciente de que uma renovação eficaz começa freqüentemente com iniciativas de homens e grupos particularmente disponíveis, o Capítulo Geral encoraja oportunas experiências de novos tipos de testemunho e de serviço em meio aos mais pobres, segundo o espírito missionário de Dom Bosco, pronto a intervir onde são mais urgentes as necessidades”⁽⁴⁾. Relendo a orientação do CGE, parece-nos encontrar algumas indicações significativas:

6.1.1 Um relançamento do *espírito de iniciativa*

Não é uma descoberta dos nossos dias.

Os Salesianos da primeira geração aprenderam na escola de Dom Bosco o espírito empreendedor e a coragem.

A história da expansão salesiana no mundo é uma clara demonstração do ensinamento eficaz do nosso Fundador.

O P. Albera afirma: “É necessário unir o espírito de iniciativa pessoal com a devida submissão ao Superior; é precisamente *deste espírito* que a nossa Sociedade recebe a *modernidade genial* que lhe torna possível fazer o bem exigido pelas necessidades dos tempos e dos lugares”⁽⁵⁾.

O P. Rinaldi, mais tarde, com palavras mais incisivas, escreve: “*Esta elasticidade de adaptação* a todas as formas de bem que continuamente surgem no meio da humanidade é o espírito próprio das nossas Constituições: e o dia em que se introduzisse uma variação contrária a este espírito, a nossa Pia Sociedade estaria acabada. A aprovação de 1874 *consagrou este princípio*, e a nossa Pia Sociedade começou a ser de todos os tempos, à medida que se estendia a todos os lugares. Mas este crescente desenvolvimento *criou a necessidade de modificar as Constituições*”⁽⁶⁾.

Em perfeita sintonia está também a explicação que o P. Caviglia deu da história salesiana: “Deve-se a isso... o fato de que as pessoas por ele destinadas a iniciar novas fundações, enquanto se atinham ao espírito de instituição, puderam dar a cada uma delas o cunho que as condições peculiares do

(4) ACGE 619

(5) ACS 2 (1921), 4

(6) ACS 3 (1923), 21

lugar requeriam, e mostrarem-se essas mesmas pessoas, o que não é pouco mérito, *outros tantos fundadores* de obras de grande diversidade e eficácia.

“Quem conhece a vida e sabe a história, entende quanto há de verdadeira genialidade e sabedoria no conceber e realizar um princípio como este” (7).

6.1.2 Uma atenção à *intuição e sensibilidade* de alguns Irmãos

“Uma renovação eficaz começa frequentemente de iniciativas de homens e grupos especialmente disponíveis”, afirma o CGE. Trata-se, parece-nos, de uma disponibilidade ao Espírito de Deus que fala e urge; de uma sensibilidade ao apelo dos meninos e jovens que chamam e esperam (8).

6.1.3 Um cuidado para trabalhar *segundo o espírito missionário* de Dom Bosco

Assegurando a “identidade congregacional” do nosso projeto religioso “no seu espírito e na sua forma” (9). Não é suficiente que uma iniciativa se apresente como nova, como apostolicamente válida e entusiasmante para que possa definir-se como salesiana.

Há alguns critérios a verificar.

Antes de tudo, *a forma de vida e o estilo* apostólico deverão ser *comunitários*.

“Viver e trabalhar juntos é para nós Salesianos uma exigência fundamental e caminho seguro para realizar a nossa vocação” (10). É um caminho, muitas vezes, fadigoso de fazer com que a inteira comunidade inspetorial participe do processo de renovação; mas é a garantia de êxito, segundo o plano de Deus, tanto do empreendimento apostólico como da vocação salesiana.

Um segundo critério, intimamente ligado ao aspecto comunitário da missão, é o do “*mandato recebido*”.

A caridade pastoral exige a comunhão hierárquica.

(7) A. Caviglia, *Don Bosco, Profilo Storico*, SEI, Torino, 1934, pág 169-170

(8) cf. Discurso de Paulo VI ao CG21 (n. 477)

(9) Intervenção do RM na Assembléia 30.1.78

(10) Const. 50

A “carta de obediência” não tem só valor jurídico: “os Superiores e as comunidades (são) como intérpretes quotidianos da vontade de Deus” (11).

6.2 Realizações de uma “nova presença salesiana”

6.2.1 Existe uma *nova presença salesiana* que empenha diretamente o coração dos Irmãos, que somente a sua *santidade* conseguirá exprimir vez por vez, respondendo generosamente à graça do Espírito, revivendo o carisma da vocação salesiana. Renovando-se interiormente, os Irmãos tornam nova a Congregação! 156

A este propósito, o CG21 convida a todos os Irmãos a repensarem a afirmação do CGE: “Para realizar o discernimento e a renovação necessários, não bastam nem os historiadores, nem os teólogos, nem os políticos, nem os organizadores. São necessários os homens chamados ‘espirituais’, homens de fé, sensíveis ao que é de Deus, prontos à obediência corajosa, como foi o nosso Fundador.

A verdadeira fidelidade a Dom Bosco consiste não em copiá-lo exteriormente, mas em entrar na fidelidade de Dom Bosco ao Espírito Santo” (12).

6.2.2 Existe uma *nova presença salesiana* ligada ao trabalho e à atividade que os irmãos e as comunidades locais e inspetoriais desenvolvem nas obras surgidas durante toda a história passada, e que nós chamamos *obras e atividades tradicionais*. 157

Este documento tentou apresentar, refletindo sobre os ambientes e as vias de evangelização, indicações práticas para revitalizar as iniciativas que o tempo, as mudadas condições sociais, culturais e eclesiais, o cansaço dos Irmãos arriscam tornar insignificantes e ineficientes. Encoraja para uma re-

(11) Const. 91. O Decreto conciliar PO que se pode referir aqui, afirma: “Esta obediência que conduz a uma liberdade de filhos de Deus mais madura, exige por sua natureza, que os Presbíteros, no desenvolver sua missão, enquanto são levados pela caridade a procurar prudentemente VIAS NOVAS para um maior bem da Igreja, façam conhecer com confiança suas iniciativas e exponham claramente as necessidades do próprio rebanho, dispostos sempre a submeter-se ao juízo dos que exercem uma função superior no governo da Igreja de Deus” (n. 15).

(12) ACGE 18

novação real, mesmo que, por vezes, difícil. A RRM exprime-se assim: “Com frequência... o conceito de presença nova foi empobrecido e visto ‘num único sentido’, isto é, de acordo com um só ‘modelo tipo’. Parece que, por exemplo, não se tentou — segundo o espírito do CGE — a renovação da presença salesiana nas obras tradicionais, como poderia ser a fundação de uma escola verdadeiramente ‘piloto’, ou uma nova perspectiva pastoral para uma presença diferente da escola ou do Centro Juvenil no bairro, etc.”⁽¹³⁾.

A renovação não se faz somente a nível metodológico, pastoral, operacional. Deve atingir também o nível comunitário.

“Por isso é necessário *renovar as nossas comunidades, pequenas e grandes*, para que sejam ‘constantemente’ animadas pelo espírito evangélico, alimentadas pela oração e marcadas generosamente pela mortificação do homem velho, pelas disciplinas necessárias para a formação do homem novo e pela fecundidade do sacrifício da Cruz”⁽¹⁴⁾.

158 6.2.3 Existe uma *nova presença salesiana*, fruto da *criatividade pastoral* que sabe cobrir lacunas, a favor especialmente dos jovens, até hoje tidos em pouca consideração. A título de exemplo, apresentam-se algumas dessas lacunas:

a. a necessidade espiritual de grande número de *jovens das grandes cidades*, indiferentes ou afastados da Igreja e da fé;

b. o interesse, a nível de promoção humana e cristã, pela juventude e o povo dos *ambientes de marginalização*, não só nos assim chamados países em via de desenvolvimento, mas também nos industrializados⁽¹⁵⁾;

c. a animação de *movimentos juvenis*, enquanto se assiste à procura e ao desejo dos jovens de uma união que supere os limites da própria região.

As Constituições apresentam bem estas situações e estas exigências: “Devemos agir com a constante criatividade pastoral herdada de Dom Bosco, renovando as existentes, adaptando-as à evolução dos jovens e criando outras, mais de acordo com as novas exigências dos tempos”⁽¹⁶⁾.

(13) RRM 175

(14) ET 41

(15) cf. Conclusões do Congresso “Salesianos e promoção humana e cristã em ambientes de marginalização” — Roma, Casa Geral, 19-24 fev. 1977.

(16) Const. 27

Os serviços que nascem serão prestados:

- em alguns casos, pelos Irmãos, individualmente ou em grupo, em tempo integral ou limitado de uma comunidade dedicada fundamentalmente a outra atividade;
- em outros casos, por comunidades especialmente criadas, geralmente com um número reduzido de Irmãos; sempre com o intento de “educação e gradual evangelização dos muitos jovens, sobretudo os mais pobres, que podem ser alcançados somente no seu ambiente natural e no seu estilo espontâneo de vida”⁽¹⁷⁾.

O serviço salesiano ao qual nos dedicamos será oferecido ou diretamente às instituições da Igreja local, ou às iniciativas que são promovidas pelas nossas instituições para atender às necessidades locais⁽¹⁸⁾.

Com realismo, não se deve esconder a problemática que nasce de tal “criatividade pastoral”.

Em geral se polariza ao redor de alguns pontos centrais: entre estes os seguintes são mais significativos:

- o relacionamento difícil entre a nova presença salesiana e o ambiente que, com as contradições e tensões diversas, acentua a dificuldade em definir o sentido da nossa presença e torna instável o equilíbrio entre exigências religiosas e serviço apostólico;
- o relacionamento difícil entre esta nova presença salesiana e a comunidade inspetorial deve atribuir-se também às falhas de uma comunicação oportuna, e entendimentos sobre algumas opções de trabalho particulares, à fuga aparente de tais irmãos dos empenhos anteriormente assumidos pela Inspetoria.

6.2.4 Existe uma *nova presença salesiana* que, depois dos ACGE, chamamos, na Congregação, de *pequenas comunidades*. 159

Com a diversidade de formas, adaptadas aos lugares e às urgências, o CGE⁽¹⁹⁾ dava como características fundamentais as seguintes:

(17) Const. 3

(18) cf. ACGE 81.82

(19) cf. ACGE 510.515

- procura de uma vida salesiana mais inserida entre os destinatários, pela semelhança de estilo de vida e de habitação;
- serviços menos estruturados, mais ágeis e com mais facilidade de corresponder às exigências específicas da região;
- natureza experimental de tais iniciativas, nascidas “por um lado, do desejo de intensa comunhão entre as pessoas e, por outro, de uma vocação a inserir-se em especiais ambientes de vida e de trabalho” ⁽²⁰⁾.

6.3 Verificação do CG21 sobre uma das realizações de nova presença: as pequenas comunidades

Entre o que chamamos de nova presença salesiana, as pequenas comunidades despertaram maior preocupação em algumas partes da Congregação, no sexênio passado. Por isso sobre elas fixamos mais a atenção, para colher os aspectos positivos e negativos da experiência ⁽²¹⁾.

160 6.3.1 *Positivamente*, as pequenas comunidades suscitaram em algumas inspetorias, uma atenção maior e mais concreta para com os jovens marginalizados, uma procura de estratégias de intervenção adequadas às necessidades reais de algumas regiões pastoralmente afastadas e impenetráveis.

Às vezes ofereceram novos campos de ação apostólica a grupos juvenis de nossas obras, contribuindo para empenhá-los cristãmente. A alguns Irmãos ofereceram a possibilidade de redescobrir o sentido da participação pessoal, da co-responsabilidade, da pobreza ⁽²²⁾.

Ajudaram a suscitar em ambientes estranhos, e às vezes hostis à influência da Igreja, as interrogações da fé e do sentido da vida, envolvendo jovens e adultos num crescimento cristão progressivo, até a empenhos de testemunho e de serviço no ambiente de sua vida.

(20) ACGE 510

(21) Foram utilizados:

- a) RRM, particularmente os n. 135-136 e 175;
- b) Sarti, *Dati Statistici sulle Opere della Congr.*, p. 138-139;
- c) o material dos CI 77, recolhido pelo chamado “Gruppo di maggio”, vol. 2.º e 4.º

(22) cf. Gruppo di maggio, Esq V

6.3.2 *Entre os aspectos negativos*, citamos aqueles que maiormente influíram no fracasso de algumas experiências. Alguns defeitos e erros evidenciam-se mais facilmente nas “pequenas comunidades” embora não faltem também nas outras:

- defeitos de convivência, evidenciados pelo imediatismo da vida comum; ou referência a ideologias não aceitáveis, do ponto de vista religioso e eclesial ⁽²³⁾;
- dificuldade de reinserção nas comunidades ordinárias;
- problemas e carências no exercício da autoridade, devidas a uma falha de clareza na orientação geral;
- trabalho nem sempre bem organizado e, às vezes, dispersivo;
- irregularidade nos ritmos de oração comum, devida muitas vezes à variedade de empenhos apostólicos ⁽²⁴⁾;
- atitude de contestação da autoridade e das normas por ela emanadas;
- procura de formas de comunidade composta não só de religiosos, fora das determinações constitucionais.

6.3.3 *O quadro de referência* que o CG21 propõe, refere-se às determinações do CGE: 161

- comunhão sincera com a Inspeção e seu centro, quer no início da obra, quer quando já em funcionamento;
- projeto apostólico concreto nos seus objetivos e elaborado comunitariamente, de comum entendimento com o inspetor e seu Conselho, segundo as determinações da Igreja local;
- escolha de pessoal adaptado e numericamente suficiente, com exclusão de jovens Irmãos em fase de formação inicial;
- determinação, por parte dos órgãos inspetoriais, do modo de exercer a autoridade ⁽²⁵⁾;

(23) RRM 135

(24) RRM 135

(25) cf. ACGE 515

- ritmos de oração e de encontro, segundo as Constituições e os Regulamentos, realizando “a união entre as exigências da vida comunitária e as do apostolado, dois aspectos diversos mas inseparáveis da caridade apostólica”⁽²⁶⁾;
- não se realiza uma “nova presença” para experimentar novas formas de comunidade religiosa, mas para oferecer um serviço que, de outro modo, não poderia ser oferecido⁽²⁷⁾;
- os Irmãos conservem a disposição de reentrar nas comunidades salesianas habituais⁽²⁸⁾;
- o Inspetor com o seu Conselho tenha freqüentes e fraternos encontros como sinal de comunhão e de apoio, e faça periodicamente, como ajuda, uma verificação do empenho e do trabalho dos irmãos.

* * *

A última palavra ainda é: renovar-se e renovar, em vista da evangelização.

“A compreensão profunda das tendências atuais e das instâncias do mundo moderno deve fazer com que as nossas nascentes borbulhem com frescor e vigor renovados. Este empenho é exaltante, em proporção com as dificuldades”⁽²⁹⁾.

(26) ACGE 508

(27) A frase deve ser lida no contexto do documento “Uma nova presença salesiana” e o *grupo técnico* a entende à luz de quanto se diz:

* no n. 160, nas duas últimas linhas: “entre os aspectos negativos... procura de formas de comunidade composta não só de religiosos fora das determinações constitucionais”.

* no n. 155, 6.1.3, da 5.ª linha para a frente: “Há alguns critérios a verificar. Antes de tudo, a *forma de vida e o estilo* apostólico deverão ser *comunitários*. ‘Viver e trabalhar juntos é para nós Salesianos uma experiência fundamental e caminho seguro para realizar a nossa vocação’ (Const. 50)”.

* no n. 155, 6.1.3, da 14.ª linha para a frente: “Um segundo critério, intimamente ligado ao aspecto comunitário da missão, é o do *‘mandato recebido’*”.

(28) cf. ACGE 515

(29) ET 51

CONCLUSÃO

Dom Bosco, um modelo e uma presença

Toda obra de evangelização constrói-se por meio de um encontro, “pelo qual a consciência pessoal (...) é atingida, tocada por uma palavra realmente extraordinária” (1).

Dom Bosco foi escolhido por Deus para ir ao encontro dos jovens mais necessitados. Deus lhe deu uma humanidade particularmente adaptada para este fim, e com os dons da graça, tornou-a ainda mais capaz de anunciar e transmitir-lhes sua vida. 162

Paulo VI descreve-o como uma “síntese admirável de aptidões e capacidades humanas e de dons sobrenaturais, gênio reconhecido da moderna pedagogia e catequese, mas, ainda, gênio de santidade” (2).

Nós Salesianos somos chamados a participar do seu projeto apostólico. Para isto temos o dom de conhecê-lo e somos levados a amá-lo como nosso Pai e Fundador. Ele não é para nós uma simples lembrança do passado, mas uma presença carismática, viva, operosa e projetada para o futuro. 163

Nele nós compreendemos melhor a nós mesmos, e encontramos o verdadeiro sentido de pertença à Congregação, a qual “não nasceu apenas de projeto humano, mas por iniciativa de Deus” (3).

Ele dá sentido de unidade também a todos e a cada um dos elementos da nossa vida salesiana: da vida interior à coesão fraterna, à co-responsabilidade, às programações apostólicas.

Destas profundas raízes, nasceu, parece-nos, também este documento e sua mensagem. 164

A Igreja, Dom Bosco e os jovens nos convocam a sermos evangelizadores com estilo salesiano:

- ser Salesianos para ser evangelizadores;
- ser evangelizadores para ser salesianos;

(1) EN 46

(2) Discurso do S. Padre aos Capitulares (n. 469)

(3) Const. 1

- ir de encontro aos jovens na sua realidade pessoal e na sua “condição” de hoje;
- realizar a evangelização e fazer dela uma resposta concreta na vida dos jovens, através do Projeto educativo e pastoral salesiano, com seus conteúdos, seu estilo e espírito, seus caminhos, nos diversos ambientes nos quais trabalhamos.

165 Estes empenhos interpretam o momento histórico que atravessamos e as suas indicações.

Sentimo-los dentro da nossa vida e da nossa vocação que se renova. São importantes e decisivos e, na perspectiva da evangelização, representam um aprofundamento e, em certo sentido, uma novidade com relação ao CGE.

Para estes empenhos chama-nos Deus em Dom Bosco e a Ele respondemos com alegria salesiana. “Sim, com alegria, porque (...) a alegria é uma necessidade incoercível do menino e do jovem, mas é também um reflexo da graça de Deus e da serenidade interior”⁽⁴⁾

(4) Discurso do S. Padre aos Capitulares (n. 474)

CG21 424/4.0.41

DOCUMENTO 2

**O SALESIANO
COADJUTOR**

**Uma vocação de “religioso leigo”
a serviço da missão salesiana**

SUMARIO

	n.
INTRODUÇÃO	166-170
1. O SC na Comunidade Salesiana	171-196
1.1 Traços fundamentais da identidade vocacional do SC ..	172-180
1.2 A ação apostólica do SC	181-185
1.3 Alguns traços da vida espiritual do SC	186-191
1.4 Participação na vida e no governo da Congregação	192-193
1.5 Correlatividade essencial entre o SC e SP	194 196
2. A Congregação Salesiana e o SC	197-198
3. O serviço do Superior Salesiano e o SC	199-205
3.1 O problema	199
3.2 A reflexão e as deliberações do CGE	200
3.3 O Congresso Mundial do Salesiano Coadjutor e os CI 77	201-202
3.4 O CG21	203-205
4. Orientações práticas	206-211

O SALESIANO COADJUTOR

uma vocação de “religioso leigo”
a serviço da missão salesiana

INTRODUÇÃO

O coração grande de Dom Bosco queria salvar o mundo todo: para isso andou constantemente à procura de colaboradores que o ajudassem a realizar o seu sonho apostólico. Os primeiros foram os seus próprios meninos, depois é que vieram os sacerdotes, clérigos e leigos. Alguns de entre esses tornaram-se os seus Salesianos “sacerdotes, clérigos e leigos”, previstos e queridos desde a primeira redação, manuscrita, das suas Regras (1858-60) ⁽¹⁾. 166

Dom Bosco indicou aos SC um caminho específico para a santidade na prestação de variados serviços à Comunidade: responsabilidades de administração e direção em setores particulares; tarefas educativas e apostólicas; atividades de evangelização em terras de missão e uma escala muito vasta de outras atividades. Via a necessidade e a riqueza de sua presença na Congregação como participantes do trabalho apostólico da comunidade, ocupando mansões mais próprias do leigo que do sacerdote, e ainda na possibilidade de dar um testemunho cristão e exercer trabalho evangelizador onde fosse inoportuna ou impossível a presença do sacerdote ⁽²⁾.

O primeiro século de história da Congregação testemunha o progressivo, e nem sempre fácil, realizar-se da intuição que Dom Bosco teve, em formas cada vez mais ricas, variadas e profundas.

O CG19 (1965), atento à nova sensibilidade e às novas exigências da Igreja em Concílio, analisou, entre outras questões, a figura do SC, sublinhando sua realidade original e característica. 167

(1) MB V 937

(2) MB XII 152, 823; XIV 394, 783; XVI 312-314

Lembrou como é ele “um elemento constitutivo da Sociedade Salesiana, que sem o Coadjutor já não seria a que Dom Bosco quis”⁽³⁾; cuidou de uma sua inserção mais viva na vida da Congregação⁽⁴⁾; interessou-se para que a sua formação fosse cada vez mais completa⁽⁵⁾ “confiando aos órgãos competentes da Congregação a tarefa de continuar o estudo da particular realidade do SC sob o aspecto teológico espiritual, jurídico, histórico e apostólico, com vistas a elaborar uma doutrina e uma espiritualidade do irmão leigo”⁽⁶⁾.

- 168** O CGE (1971) que devia definir de maneira renovada a identidade global da Congregação, tratou do SC no contexto da missão salesiana exercida pela comunidade salesiana. Falando dos co-responsáveis da nossa missão, afirmou a complementaridade das funções, a necessidade de coesão e co-responsabilidade fraterna entre todos os membros para alcançarem os objetivos pastorais salesianos. E delineou a identidade do SC, sua vocação divina e original, sua participação em todas as formas educativas e pastorais salesianas que não dependam do ministério sacerdotal, o seu papel integrante e insubstituível no bom sucesso do trabalho comum⁽⁷⁾.

Concluiu com algumas orientações práticas, em que, além do mais, se afirma:

“O trabalho mais importante e decisivo a fazer é a sensibilização ou mentalização, como se diz, de toda a Congregação relativamente ao Coadjutor salesiano”⁽⁸⁾. Com essa finalidade estabeleceu que se organizassem reuniões inspetoriais, regionais e mundial⁽⁹⁾.

- 169** O “Congresso mundial do Salesiano Coadjutor”, que se realizou em Roma de 31 de agosto a 7 de setembro de 1975, tratou dos seguintes temas: identidade do SC em seus aspectos

(3) ACS 244 p. 65

(4) ACS 244 p. 69

(5) ACS 244 p. 71-72

(6) ACS 244 p. 70

(7) Const. 34; ACGE 145-149

(8) ACGE 184

(9) ACGE 184

históricos, teológicos, jurídicos; sua ação apostólica; sua formação; apresentação da vocação religiosa laical aos jovens da sociedade atual.

Desse Congresso a par de contribuições doutrinárias dignas de nota resultavam também problemas evidentes⁽¹⁰⁾ sobre os quais se voltaram a um ano de distância numerosos Capítulos inspetoriais convocados para a preparação do CG21. Pediram a este CG recolhesse organicamente os estudos e reflexões dos últimos anos na tentativa de responder aos problemas que ainda estivessem abertos⁽¹¹⁾.

Talvez a crise atual de vocações mais grave para os coadjutores do que para os sacerdotes, e as dificuldades de convivência e colaboração que se delineiam às vezes nas comunidades, se devam também a um conhecimento incompleto e, por isso, a um menor apreço da figura do SC. “Diversamente da crise do sacerdote que é de esvaziamento e deformação da própria identidade, a essência da crise do SC é de ignorância da própria identidade, ou, se quisermos, se origina de um conhecimento inadequado, apagado ou mesmo falseado. Essa ignorância infelizmente se lamenta freqüentemente nos Salesianos sacerdotes e... às vezes até nos mesmos Irmãos coadjutores”⁽¹²⁾.

O CG21 quer antes de tudo afirmar a total validade da vocação de religioso leigo em todas as expressões que Dom Bosco quis e nas requeridas pela missão salesiana no dia de hoje.

170

Em segundo lugar quereria responder ao menos em parte às expectativas da Congregação reconsiderando a figura do SC no quadro do CGE e à luz da teologia do Concílio Vaticano II. O estudo, longe de esgotar o argumento, continua a reflexão e estimula ulteriores pesquisas na linha traçada pelo Concílio no campo da teologia da vida religiosa em geral e da vida religiosa laical em particular.

O nosso trabalho se põe assim na linha do tema proposto para o CG21: “testemunhar e anunciar o Evangelho”, porque o SC é componente indispensável da comunidade salesiana evangelizada e evangelizadora e chamado como tal a ser sempre e em toda a parte testemunha autêntica e evangelizador fiel.

(10) ACMSC p. 545-554

(11) Sch Prec 349-351

(12) ACMSC p. 607

1. O SALESIANO COADJUTOR NA COMUNIDADE SALESIANA

- 171 Dom Bosco, no empenho que tinha de salvar a juventude, não se serviu só de colaboradores ocasionais e isolados, mas, por inspiração do Espírito Santo, reuniu os mais fiéis e afeiçoados numa Congregação. Não serão, pois, os indivíduos que difundem a sua mensagem, mas as suas comunidades, “formadas de eclesiásticos e leigos”, fraterna e profundamente integrados num só corpo⁽¹³⁾. Por isso tão somente na comunidade fraterna e apostólica é que pode ser estudada e avaliada adequadamente a dimensão exata de cada Salesiano.

Para tratar da identidade vocacional do SC é preciso, pois, tomar como ponto de partida a sua condição de membro da comunidade salesiana e ter isso presente durante todo o decurso da exposição. Na comunidade ele vive, se desenvolve, dá testemunho da sua vocação; nela, revela a si e aos outros sua verdadeira identidade.

1.1 Traços fundamentais da identidade vocacional do SC

- 172 Numa primeira visão de conjunto resulta que o SC não é um “eclesiástico”⁽¹⁴⁾ e nem sequer um “leigo”⁽¹⁵⁾ simplesmente: é um batizado chamado por Deus e dar-se totalmente a Ele em Cristo, para servi-lo como “religioso-leigo” na Congregação Salesiana. Nela e em comunhão com o Salesiano sacerdote, realiza com o espírito de Dom Bosco a missão específica de promover a educação integral cristã dos jovens, especialmente os mais pobres⁽¹⁶⁾. Convém agora examinar com pormenores alguns elementos.

1.1.1 *Uma vocação salesiana completa e significativa*

- 173 Rezam as constituições: “O cristão que entra na Sociedade como coadjutor responde a uma vocação divina original: a de viver a consagração religiosa leiga a serviço da missão salesiana”⁽¹⁷⁾.

(13) ACMSC p. 88-89; Const. manuscritas MB V 937

(14) cf. LG III especialmente o n. 28

(15) cf. LG 31

(16) cf. Const. art. 2-7, 9-10, 17-20, 40

(17) Const. 37

Essa vocação é uma realidade:

- *concreta*. Deus não chama para ser salesiano genericamente, mas dá a entender, às vezes gradativamente, que o chamamento é para realizar o projeto de Dom Bosco como religioso leigo;
- *completa* em si. No seio da Congregação não há dois graus diversos, pois o SC participa de todos os elementos que compõem a vocação salesiana: missão juvenil, comunhão fraterno-apostólica, consagração religiosa, espírito salesiano ⁽¹⁸⁾. Participa portanto da missão a título próprio e não derivado de outros ⁽¹⁹⁾.
- *original*. O SC é uma “criação genial do grande coração de Dom Bosco, inspirado pela Auxiliadora” (P. Rinaldi) ⁽²⁰⁾. Essa vocação é por isso característica em relação às outras: na Igreja, porque a serviço da missão salesiana, e na família salesiana, porque vivida como religioso leigo numa comunidade com características próprias que herdou do Fundador.
- *significativa*. Ela abraça todas as dimensões da vida e oferece possibilidade de pleno desenvolvimento da própria personalidade.

1.1.2 Vocação que se enxerta na vocação cristã

A vocação do SC é um desenvolvimento da consagração conferida pelos sacramentos do batismo e crisma, pela qual vive integralmente os valores cristãos do povo de Deus: santificado e enviado por Deus Pai para a salvação do mundo, participa da missão e ação de Cristo profeta, sacerdote e pastor, inserindo-se assim na missão própria da Igreja de testemunhar e anunciar o Evangelho.

174

Na sua vocação de religioso leigo salesiano, o SC valoriza as atitudes cristãs fundamentais: a consciência da dignidade comum de filhos de Deus e irmãos em Cristo, da co-responsabilidade comum na edificação do seu Corpo e da vocação comum à santidade; a liberdade evangélica, dom do Espírito, o sentido vivo de pertença à Igreja local presidida pelo Bispo, a presença renovada na sociedade e por fim a solidariedade

(18) cf. PC 10

(19) cf. Const. 3

(20) cf. ACS 40 p. 572

cristã especialmente com os pobres, a sensibilidade e a abertura aos “sinais dos tempos”, a atenção operosa às necessidades concretas ⁽²¹⁾.

1.1.3 *A serviço da missão salesiana*

- 175 Dom Bosco pensava que para realizar plenamente a sua missão de promoção humana e cristã entre meninos pobres e abandonados precisava da contribuição do religioso leigo.

A vocação faz de cada SC um participante da missão confiada à comunidade e um co-responsável pela sua realização. Cada SC “recebe parte da missão que se deve realizar *a título de membro*, e portanto em íntima solidariedade com os seus irmãos”, por conseguinte qualquer “serviço que preste na comunidade, mesmo que não seja apostolado direto, participa da missão comum e constitui serviço e testemunho de dimensões eclesiais” ⁽²²⁾.

1.1.4 *Vivida e realizada na comunidade*

- 176 O projeto apostólico de Dom Bosco é comunitário. Por isso o SC recebe de Deus a vocação salesiana com vistas à sua entrada na comunidade, dentro da qual a vive com a consciência da dignidade comum de irmão, como Dom Bosco queria, e a tradição salesiana tem muitas vezes inculcado ⁽²³⁾. Fé e caridade são o fundamento dessa fraternidade salesiana que se caracteriza pelo espírito de família. E é esse espírito que cria na comunidade o “clima de afeto recíproco, feito essencialmente de estima e confiança mútua, de que resulta intercâmbio e partilha fraterna de bens” ⁽²⁴⁾. Participa da comunhão de preces, da escuta da Palavra de Deus, dos sacramentos da Eucaristia e da Reconciliação.

Toma parte com co-responsabilidade na programação, execução e revisão do projeto apostólico da comunidade.

É constantemente encorajado na fidelidade à sua vocação específica e se torna com seus irmãos sinal da fraternidade nova e definitiva que Cristo inaugurou.

(21) cf. ACMSC p. 116-126

(22) cf. ACGE 29

(23) cf. ACG 19 p. 65-67; ACGE 146

(24) ACGE 499

1.1.5 *Com a profissão dos Conselhos evangélicos*

O SC tem consciência de que a santificação pessoal e a missão que lhe é confiada são compromissos superiores às forças humanas. Mas sabe que Nosso Senhor, depois que o chamou, torna-o capaz de realizá-los com uma consagração particular que impregna toda a sua vida e atividade. Sob a ação do Espírito o SC responde ao chamado de Deus, oferecendo-lhe a totalidade do seu ser e agir em favor dos jovens.

177

Exprime o seu compromisso nos votos religiosos com que dá testemunho de ser discípulo de Cristo, e anuncia a vida nova e a ressurreição futura. A profissão dos Conselhos evangélicos constitui elemento essencial do seu ser de salesiano ⁽²⁵⁾.

Além disso o SC descobre na profissão religiosa um nexó profundo com a missão salesiana e a vida de comunhão. Encontra nos votos garantia de autenticidade e eficácia sobrenatural para a sua missão, fonte de fraternidade e caridade pastoral, de estímulo e dinamismo apostólico. Os votos tornam-no ainda totalmente disponível aos outros e empenham-no a viver integralmente o Evangelho que deve testemunhar e comunicar aos jovens ⁽²⁶⁾.

1.1.6 *Caraterizada pela laicidade*

A dimensão laical é a forma concreta com que o SC vive e age como religioso salesiano. Essa é a sua característica específica, valor relevante e essencial da sua identidade. A laicidade não deve, pois, ser entendida como algo de negativo; nem sequer se reduz a serviço ou simples função; é, pelo contrário, o conjunto dos valores que caraterizam o cristão leigo qualificado pela consagração religiosa salesiana.

178

Eis como o CGE delinea a laicidade: “O SC vive com as características próprias da vida religiosa a sua vocação de leigo que procura o Reino de Deus tratando das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus, exercendo o sacerdócio batismal, a sua função cultural, profética e de testemunho e o seu serviço de realeza, de modo a participar verdadeiramente na vida e missão de Cristo dentro da Igreja; realiza com a intensidade que provém da sua consagração específica, e por “mandato” da Igreja, não por si mesmo como simples

(25) cf. LG 44 e Const. 3

(26) cf. Const. 68-72; ACGE 106, 117-125

secular, a missão de evangelização e santificação extra-sacramental; desenvolve a sua ação de caridade com maior doação no seio de uma Congregação que se dedica à educação integral dos jovens mais necessitados; finalmente, como religioso que renunciou à secularidade, anima cristãmente a ordem temporal, por meio de um apostolado efficacíssimo, educando os jovens na animação cristã do trabalho e dos outros valores humanos” (27).

A dimensão laical penetra toda a vida do SC: a missão salesiana, a vida de comunidade, a ação apostólica, a profissão religiosa, a oração e a vida espiritual são por ele vividas como religioso leigo. Desse modo toda a sua existência se transforma num testemunho salesiano concreto tanto para os irmãos sacerdotes, como para os destinatários e para todos os grupos da Família Salesiana. E isso faz também com que a comunidade salesiana assuma um caráter que lhe é próprio, como Dom Bosco queria: enriquecida pela dimensão laical, está pronta para se pôr em contato com o mundo de um modo mais apostolicamente válido (28).

- 179 Pela consagração religiosa o SC se diferencia dos seculares sacerdotes e leigos; como religioso *salesiano* se diferencia dos consagrados de outras famílias religiosas, ou Institutos seculares, e dos outros grupos da Família Salesiana; como Salesiano leigo se diferencia do Salesiano sacerdote. E não se trata de diferença de classe, mas carismática, que nem se deve diluir em genericidade salesiana que não leva em conta as diferenciações concretas, nem isolar-se da dimensão sacerdotal complementar, visto que em nossa Congregação “O SC tem a sua laicidade característica em íntima relação de integração com a sacerdotalidade do Salesiano padre” (29). Corre-se o primeiro risco quando se põem em relevo os elementos comuns aos SC e aos SP, afirmando só que “todos somos Salesianos”; demonstraríamos assim considerar a laicidade ou a sacerdotalidade como elemento acidental e secundário. Considerando, ao invés, os SC e os SP, individualmente, sem os liames de comunhão que os unem vitalmente uns aos outros, nos arriscaríamos a cair numa visão individualista, ou pior ainda, classista da vida salesiana.

(27) ACGE 149

(28) cf. ACMSC p. 147-154, 574-576

(29) cf. ACMSC p. 574

A diversidade carismática exige que na formação de base do SC se ponham em justo relevo os elementos específicos da sua identidade⁽³⁰⁾. Também a pastoral vocacional deve apresentar a vocação salesiana nos seus dois componentes, o laical e o sacerdotal⁽³¹⁾.

Devemos confessar que o estudo da identidade do SC encontra ainda hoje dificuldades particulares por falta de pesquisas adequadas sobre os temas laicado-laicidade (o laicado cristão na Igreja e nas comunidades cristãs particulares — laicidade e vida religiosa — carismas e autoridade da vida religiosa com respeito à laicidade). Pesquisar ulteriormente o significado da laicidade na vida e ação da comunidade salesiana em geral e do SC em particular, explicitando-lhe riquezas, possibilidades e exigências concretas, é um trabalho sugestivo que se oferece a todos os Irmãos para os próximos anos: deve ser feito numa linha a um tempo salesiana e aberta ao desenvolvimento teológico. 180

1.2 A ação apostólica do Salesiano Coadjutor

O SC por causa dos sacramentos do batismo e crisma e da sua vocação participa da missão salesiana na Igreja. Tem, pois, dever e direito de exercer ação apostólica, profética, santificante e renovadora da ordem temporal, como membro educador e evangelizador da comunidade salesiana. Pelo fato de participar da missão confiada à comunidade com a sua característica de religioso leigo se segue que há um modo laical que lhe é próprio de prestar os serviços de promoção humana e cristã com que é realizada a missão salesiana. 181

Esse modo se realiza no exercício de funções e misteres tipicamente laicais com que se exerce a missão salesiana; no desempenhar tarefas as mais variadas dentro da comunidade apostólica, de cuja missão também ele participa; no cumprir todos os papéis educativos, pastorais e missionários que não dependem do ministério presbiterial, dando neles um testemunho todo seu de educador para a fé⁽³²⁾.

(30) cf. Reg. 92; CG21 Documento sobre a "Formação" n. 263

(31) cf. CG21 Doc. "Os Salesianos evangelizadores dos jovens" n. 111

(32) cf. Const. 37; ACGE 149; ACMSC p. 134-141, 148-154, 185-186, 555-557, 641-642.

182 Todas as atividades do SC, sejam elas catequísticas, missionárias, evangelizadoras, ou educativas, culturais, administrativas, burocráticas ou domésticas, têm um sentido e valor educativo-pastoral na comunidade salesiano-apostólica, constituem verdadeiro testemunho comunitário, estão profundamente ligadas entre si e todas juntas finalizadas em Cristo ⁽³³⁾.

A esse respeito, também para responder aos pedidos dos CI ⁽³⁴⁾, releva-se a necessidade de confirmar e explicar a dimensão apostólica do trabalho e da ação educativa do SC, evitando uma visão tão-só profissional da sua atividade.

Será ainda oportuno, onde for possível, dar ao SC também a circunstância explícita de educador da fé. O que o ajudará a unir mais profundamente, na sua ação, promoção humana e formação cristã; abri-lo-á a exigências mais amplas de formação e colaboração com vistas a um serviço salesiano aos jovens mais eficaz ⁽³⁵⁾.

O CG21 acolhe o convite de Paulo VI: “Os leigos também podem sentir-se ou ser chamados a colaborar com os próprios pastores no serviço da comunidade eclesial, para o seu crescimento e vitalidade, exercendo ministérios diversíssimos, segundo a graça e carismas que o Senhor lhes quiser distribuir” ⁽³⁶⁾, e faz votos que também os SC, convenientemente preparados tenham a possibilidade de exercer, como religiosos, os “ministérios não ordenados” ⁽³⁷⁾ a serviço da ação evangelizadora da comunidade salesiana.

O SC pode, pois, participar de todas as tarefas educativas e pastorais salesianas, não dependentes do serviço especificamente sacerdotal ⁽³⁸⁾. Isso quer dizer que na comunidade salesiana, fora dos ministérios e encargos estritamente laicais ou sacerdotais, não há áreas ou ações absolutamente próprias dos SC ou dos SP. A sua contribuição específica consiste antes em exercer os diversos encargos ou tarefas do serviço salesiano com estilo, espírito e dimensão laical ou sacerdotal: assim é que irá crescendo a riqueza e a eficácia da missão de ambos.

(33) cf. Const. 37; ACGE 29

(34) cf. Sch Prec. 367-371, 400

(35) cf. ACMSC p. 338-342, 555-557

(36) EN 73

(37) EN 73

(38) cf. Const. 37

Considerando, porém, a natureza de certas atividades e o meio sócio-cultural em que se desenvolvem, pode suceder que algumas sejam sinais mais evidentes e significativos da identidade do SC. Assim é que se se olha para a importância e a incidência que o “mundo do trabalho” tem em muitas nações, é claro que as atividades relativas à área do trabalho não são as únicas, mas certamente das mais significativas para a ação apostólica do SC nesses lugares⁽³⁹⁾. 183

Dom Bosco, com a sensibilidade própria do seu tempo, já havia relevado que uma das tarefas características do SC devia ser a de animar cristãmente o mundo do trabalho, no qual percebera alguns valores, atuais ainda hoje: o caráter de ascese e de severa autodisciplina; o testemunho e eficácia apologética de religiosos trabalhadores, frente à opinião pública particularmente sensível ao significado do trabalho.

Hoje o trabalho não se reduz só a isso. É fenômeno novo e vasto que torna interdependentes as categorias sociais, determina as características de um grupo social, cria novos modelos culturais, forja um tipo de homem; é fator poderoso de desenvolvimento para a pessoa humana. Por isso a expressão “mundo do trabalho” se refere não tanto à materialidade do trabalho, quanto ao trabalho como fato cultural e social.

As várias presenças do SC nesse campo terão sentido com estas duas condições: 184

- jamais se esqueça de que é sempre e em toda a parte educador salesiano, cujo objetivo deve ser levar os diferentes elementos da realidade social ao serviço dos valores pessoais e coletivos do indivíduo, a fim de que com essa promoção se abra e encontre na fé sua plena e total realização;
- seja fiel ao seu ser de “religioso salesiano leigo”: o que inclui numerosos deveres;
- saber perceber o bem que está presente no mundo do trabalho (um projeto personalista, comunitário e solidário da sociedade e do homem), mas assinalar ao mesmo tempo os males que o ameaçam (visão materialista da vida, fechamento às realidades espirituais, individualismo, inveja, sentimentos de hostilidade, tentação da violência); defender e promover tais valores: religioso que é, orien-

(39) cf. ACMSC p. 322-338

tado todo para Cristo, fundamento e vértice dos valores humanos, poderá mais facilmente assinalar os perigos que ameaçam esses valores e ajudar os outros a superá-los;

- testemunhar pelo desinteresse e pelo amor com que se devota incessantemente, uma solidariedade profunda e universal que deveria pôr em crise toda forma de egoísmo, exploração, busca exclusiva da própria vantagem;
- revelar o Reino de Deus já presente no mundo e na história e anunciar profeticamente o Reino futuro precisamente nesse modo específico.

- 185 Escola profissional, centro juvenil operário, movimentos cristãos de operários jovens são, entre outras, estruturas válidas para a ação educativa do SC segundo um projeto alternativo de trabalhador.

O SC é, finalmente, indicado de modo particular para animar Cooperadores e Ex-alunos trabalhadores em sua formação humana e cristã e em sua ação apostólica ⁽⁴¹⁾.

1.3 Alguns traços da vida espiritual do Salesiano Coadjutor

- 186 Vida espiritual aqui se entende como forma concreta de aceitar, experimentar, amadurecer e viver a santidade cristã e salesiana. O SC é chamado a viver e testemunhar na comunidade salesiana uma experiência de fé e de Igreja, correspondente à vocação especial que recebeu. Também isso faz parte da sua identidade vocacional.

Espiritualidade salesiana não existe em abstrato, mas sim encarnada concretamente e vivida por leigos, religiosos, sacerdotes. O SC aceita-a e vive-a como leigo religioso, para ser também animador de um apostolado de tipo laical ⁽⁴²⁾.

- 187 Em sintonia com as linhas essenciais da espiritualidade salesiana, o SC tem união e adesão vital a Cristo apóstolo do Pai, que todos chama constantemente à salvação; sabe que participa da caridade preferencial de Cristo pelos jovens

(41) cf. ACGE 744, 750

(42) cf. ACMSC p. 154-157, 186, 189-191; *Spiritualità dell'azione* aos cuidados do M. Midali, Roma 1977, p. 278-282

pobres; tem consciência de cooperar com Deus como instrumento útil, mas também necessário e eficaz; tem um arraigado sentido de pertença à Igreja e à comunidade salesiana; em sua vida e ação tem constantemente diante dos olhos a pessoa, estilo e espírito de Dom Bosco, seu Fundador e modelo. Sabe, mais, que essas atitudes nascem do Espírito Santo que recebeu no Batismo e Crisma: vivifica constantemente a sua vocação especial e orienta-a à glória do Pai e à salvação da juventude necessitada.

Essa experiência espiritual tem por certo caráter profundamente pessoal e por isso não é facilmente comunicativa. Seria contudo oportuno a respeito disso coligir testemunhos de SC que tiveram intensa vida de oração e união com Deus, grande amor ao trabalho, vivo sentido de pertença à Congregação e profundo apego a Dom Bosco.

Podem-se indicar agora alguns elementos da vida espiritual do SC tirados de sua experiência salesiana, ao longo dos anos: 188

- o SC vive com alegria a sua vocação de religioso salesiano leigo como um valor positivo e completo, significativo e essencial à Congregação: considera-a dom de Deus e ao mesmo tempo uma resposta livre e pessoal; faz dela a única razão da própria vida, o único caminho de santificação⁽⁴³⁾;
- vive uma vida de fraternidade, trabalho e oração juntamente com sacerdotes. Desse fato se segue que uma característica da sua espiritualidade deve ser a experiência profunda da sua comunhão com o SP, o que lhe comunica vivo sentido da Igreja como família em que todos são filhos do mesmo Pai, e igualmente responsáveis embora com ministérios e papéis diferentes, que enriquecem mutuamente. Tem por isso consciência da própria responsabilidade, da originalidade da sua contribuição indispensável e ao mesmo tempo da necessidade do SP⁽⁴⁴⁾;
- as características do “mundo do trabalho” — frequente campo da ação apostólica do SC — (solidariedade, concretude, adaptabilidade, revisão, etc.) permitem-lhe fazer uma experiência própria de alguns dos valores do espí-

189

(43) cf. Const. 37. 4

(44) cf. Const. 2,34

rito salesiano, isto é, sentido do concreto e das urgências, espírito de iniciativa e criatividade, capacidade de revisão e adaptação; ⁽⁴⁵⁾

- a situação laical do SC e o tipo de trabalho que frequentemente exerce permitem-lhe “uma aproximação nova e especial” dos jovens e dos leigos; torna-o capaz de pôr em prática de modo original “o estilo salesiano de relações”: abertura e cordialidade, simplicidade, delicadeza de modos, desenvolvimento das qualidades sociais recomendadas ao leigo; ⁽⁴⁶⁾
- em geral, o tipo de trabalho do SC aproxima-o mais da criação, da técnica, da arte, tornando-o capaz de exercitar de modo particular o otimismo salesiano. Acolhe assim com gratidão os valores terrestres ⁽⁴⁷⁾, admira a criação e o poder que Deus nela confia ao homem, alegra-se com os sucessos do progresso humano;

- 190 — o SC é um religioso santamente preocupado em transformar todas as suas atividades, das mais humildes às mais brilhantes, em oferta a Deus para a sua glória e para o seu Reino: a sua vida recebe assim particular “impulso filial e sacerdotal; torna-se liturgia para exclusiva glória do Pai”; ⁽⁴⁸⁾
- o Vaticano II afirma que a profissão religiosa permite conformar-se “ao gênero de vida virginal e pobre que Cristo Senhor escolheu para si e que a Virgem sua Mãe abraçou” ⁽⁴⁹⁾, e apresenta aos leigos Maria como “modelo perfeito da sua vida espiritual e apostólica” ⁽⁵⁰⁾. Neste sentido a devoção mariana do SC pode ser vivida de maneira característica e pessoal.

- 191 A profundidade da vida espiritual toca o seu ponto culminante e se torna riqueza para toda a Congregação quando, à imitação de Dom Bosco, atinge a perfeição da caridade em grau heróico.

(45) cf. Const. 43

(46) cf. Const. 45; AA 4i, 29e

(47) cf. Const. 47

(48) cf. Const. 67,70

(49) cf. LG 46b; PC 25

(50) cf. AA 4

Temos motivos suficientes para crer que esse dom foi concedido a não poucos Salesianos coadjutores. Todo irmão tem presente alguma figura de SC que realizou essa plenitude em lugares diversos e situações variadas, ainda as mais escondidas e sacrificadas. Muitos entraram na história da Congregação; alguns dentre eles, mártires da fé ou heróis da caridade, são candidatos à glorificação dos santos.

Todos esses testemunhos nos dão uma prova ulterior da riqueza carismática que há na vocação salesiana laical.

1.4 Participação na vida e no governo da Congregação

O SC membro que é da Congregação salesiana acha-se numa dimensão de correlação e co-responsabilidade proveniente da sua vocação salesiana original em que é irmão entre irmãos. 192

Toda a tradição salesiana vem demonstrando a rica e variada contribuição do SC na vida da comunidade com responsabilidade direta até nos órgãos de governo a todos os níveis:

- a nível local exerce diversas responsabilidades tanto na comunidade religiosa como na educativa: diretor de estudos, chefe de oficina, diretor técnico, ecônomo . . . membro do Conselho; ⁽⁵¹⁾
- a nível inspetorial participa de todas as estruturas de animação da Inspeção (comissões de consulta, secretariados . . .), faz parte do Conselho inspetorial ⁽⁵²⁾ e pode ser delegado para o Capítulo inspetorial; ⁽⁵³⁾
- a nível mundial pode ser membro do Capítulo Geral ⁽⁵⁴⁾ e fazer parte do Conselho Superior da Congregação ⁽⁵⁵⁾.

O SC dá assim a sua contribuição responsável e operosa, correlativa e orgânica ⁽⁵⁶⁾ à animação da comunidade fraterna e apostólica com verdadeira autoridade que se funda nos princípios de participação, subsidiariedade e descentralização ⁽⁵⁷⁾. A autoridade é por ele exercida constantemente “em

(51) Cont. 185-189

(52) Const. 171-176

(53) Const. 179

(54) Const. 156

(55) Const. 146

(56) cf. Const. 34

(57) cf. Const. 126, 127

(58) Const. 125

nome e à imitação de Cristo no Espírito de Dom Bosco, como serviço aos irmãos, para procurar e cumprir a vontade do Pai”⁽⁵⁸⁾.

- 193 O CG21 pôde constatar que os SC participam em número considerável de Conselhos locais, estão presentes nos Conselhos inspetoriais de uma quase metade das Inspetorias; sua participação, porém, nos CI 77 foi escassa, e muito escassa sua presença no CG21. A esse respeito tanto CMSC⁽⁵⁹⁾ como os CI 77⁽⁶⁰⁾ pediram seja garantida e se torne mais efetiva a participação, que já é possível, de SC nos Conselhos e especialmente nos Capítulos.

Considerando a natureza e as finalidades dos CI e do CG⁽⁶¹⁾ parece que tem razão de ser o pedido de garantir neles uma presença real e significativa dos SC para que a Congregação não fique privada da contribuição direta da experiência laical salesiana em momentos tão importantes de reflexão, revisão e decisão sobre sua vida e missão.

Não se trata de garantir a participação de um “grupo ou classe de irmãos”, nem sequer de responder a uma exigência sociológica. É, pelo contrário, exigência carismática, à qual talvez não sejamos ainda suficientemente sensíveis; com uma participação significativa de SC aos CI e aos CG quer-se garantir neles a presença das duas dimensões, sacerdotal e laical, que compõem a Congregação.

Se se constata que a participação laical é muito diminuta, parece de dever providenciar do melhor modo possível em preencher essa lacuna. O CG21, em vez de multiplicar normas jurídicas, erê mais oportuno confiar na sensibilidade salesiana dos Irmãos.

1.5 Correlatividade essencial entre o Salesiano Coadjutor e o Salesiano Padre

- 194 Dissemos no início que, por vontade de Dom Bosco, as comunidades salesianas se compõem de sacerdotes e de leigos. O que faz que o SC viva a sua vocação salesiana com toda a sua fisionomia e riqueza, apresentadas até agora, não sozinho, mas em fraternidade e correlatividade com o SP. “Em

(59) ACMSC p. 552, proposta 7

(60) Sch Prec 372-374

(61) Const. 177-151

nossa Congregação, afirma o P. Ricceri, o SC tem a sua laicidade característica em íntima relação de integração com a sacerdotalidade do SP... A laicidade não existe sozinha e independente... subsiste entre nós em simbiose com a sacerdotalidade do SP; ambas se compenetraram mutuamente numa espiritualidade original de ação, própria da comunidade salesiana na Igreja... A sacerdotalidade também, entre nós, não existe sozinha e independente... Laicidade e sacerdotalidade se compenetraram em nossa Congregação. Há aqui todo um aspecto carismático original que se deve pesquisar... Essa é a realidade viva sobre a qual refletimos: uma comunidade de padres e leigos que permutam vitalmente no espírito as riquezas de suas diferenças vocacionais em vínculo intrínseco à missão comum da pastoral juvenil e popular" (62).

A correlatividade, então, não significa subordinação ou oposição, nem sequer perda ou fusão das características próprias. É, ao contrário, algo que caracteriza as pessoas e a comunidade salesiana apostólica.

Assim a presença do SC enriquece a comunidade; torna presentes aos sacerdotes os valores da vida religiosa laical e lembra-lhes constantemente a viva colaboração com os leigos; realiza o projeto de Dom Bosco que quer chegar aos jovens com uma ação que é feita de íntima colaboração entre padres e leigos, irmãos na mesma comunidade religiosa; "lembra ao SP... uma visão e compromisso apostólico bem concreto e complexo, que vai além da atividade sacerdotal e catequística em sentido estrito" (63).

Dá aos jovens testemunho dos valores da vida religiosa laical, como alternativa à vida religiosa sacerdotal; apresenta a quantos não se sintam chamados à vida consagrada um modelo mais próximo de vida cristã, de santificação do trabalho, de apostolado laical. Permite à comunidade uma encarnação particular no mundo e uma peculiar presença na Igreja.

Correlativas entre si no seio da comunidade salesiana, SC e SP se caracterizam e influenciam reciprocamente; não se pode definir adequadamente a identidade do SC sem que se deva referir à identidade do SP, e vice-versa. A crise de identidade ou a mudança da figura de um, envolve mais ou

(62) ACMSC p. 574-577

(63) P. Luís Ricceri, cf. ACMSC p. 575

menos profundamente o outro. As suas riquezas espirituais se alimentam mutuamente, e a pobreza da vida espiritual laical ou sacerdotal respectivamente repercute de modo negativo em ambos.

A fim de que a comunidade salesiana fique fiel ao projeto original e os seus membros desenvolvam fielmente a própria fisionomia característica, será preciso que sacerdotes e coadjutores se compreendam e se abram uns aos outros na contemplação do dom de Deus.

“Assim se realiza o admirável intercâmbio, onde cada um é o que é, mas para os outros, e todos para aqueles aos quais são enviados. Em última análise um sacerdote que não considere assim o próprio irmão coadjutor e lhe diminua a presença real e seu alcance profético, é como quem combate o seu próprio significado.

“A mesma inquietação deveria perturbar a consciência dos coadjutores e o seu desejo de fraternidade, pois eles se comprometeram livremente a uma vida de comunhão, quando houvesse padres que, parece, não deixam que N. Senhor os questione de todo e vão mercadejando o próprio ministério com clericalismos, terrenismos, ou com espiritualismos desencarnados” (64).

Quanto à correlatividade, o Reitor-Mor, P. Egidio Viganó, afirmou: “Penso seja bem útil que os doutos continuem a pesquisar esse tipo especial de fusão e complementaridade orgânica entre ministério sacerdotal e laicidade na consagração salesiana” (65).

Por isso a Congregação deve continuar a reflexão de como a laicidade e a sacerdotalidade caracterizam de modo correlativo e complementar o SC e o SP no seio da única comunidade salesiana apostólica.

2. A CONGREGAÇÃO SALESIANA E O SALESIANO COADJUTOR

197 Até agora falamos quase exclusivamente da vocação pessoal do SC. Agora queremos estender o estudo às dimensões da Congregação.

(64) ACMSC p. 307-308

(65) CG21; Intervenção na Assembléia 24, 1, 1978, n. 235

Do que se disse até aqui segue-se que o SC é uma riqueza para nossa sociedade, uma dimensão essencial e indispensável. A vocação específica de religioso salesiano leigo influi na tonalidade global da Congregação, e juntamente com a dimensão sacerdotal a define.

O tema do SC “toca a imagem da Congregação... Perguntar quem é o SC significa perguntar imediatamente: qual é a natureza da Congregação, sua missão, seu espírito. Com efeito, a Congregação querida e fundada por Dom Bosco não se pode imaginar senão como comunidade apostólica de leigos consagrados e de clérigos. Se bem se considera, os problemas dos SC se identificam com os da Congregação, são os nossos problemas mais verdadeiros e essenciais”⁽⁶⁶⁾.

Deve ela, pois, conservar-se fiel à sua natureza carismática querida por Dom Bosco. E não somente com fidelidade teórica ou doutrinal, mas concreta e histórica. A saber, não deve só afirmar que é clerical e laical, mas deve sê-lo verdadeira e visivelmente na consciência, nas atitudes, na vida e nas manifestações externas. Congregação salesiana sem a presença de membros leigos não seria a Congregação que Dom Bosco quis. Seria historicamente infiel, mesmo se nos documentos continuasse a dizer que se compõe de sacerdotes e leigos. 198

Talvez se possa ainda acrescentar que quando a proporção entre SC e SP esteja comprometida em alguma Inspeção, nela não estamos dando testemunho completo e exato do que somos por carisma.

O CG21 com o P. Ricceri afirma que “a redescoberta e reatualização do SC significarão maior fidelidade ao projeto de Dom Bosco e um aprofundamento da nossa vida comunitária de Salesianos”⁽⁶⁷⁾.

3. O SERVIÇO DO SUPERIOR SALESIANO E O SALESIANO COADJUTOR

3.1 O problema

Depois de um século de tradição pacífica e universal com relação à exigência do caráter sacerdotal para os que devem 199

(66) P. Luís Ricceri, ACS 272 p. 59-62; ACMSC p. 588, 590-591

(67) ACS 272 p. 6; ACMSC p. 591

guiar e animar as comunidades salesianas⁽⁶⁸⁾, no seio da Congregação, em alguns lugares mais, em outros menos, levantou-se a questão sobre a possibilidade de acesso do SC ao serviço de Superior.

Perguntas que se fazem: por que o SC não pode guiar a comunidade salesiana? Não pode a comunidade salesiana cumprir a sua missão mesmo animada por um SC? Por que nas Constituições não se elimina neste ponto toda distinção entre SC e SP?

A questão parte antes de tudo do fato de que não parece plenamente realizada a igualdade fraterna na Congregação se não desaparecer do nosso direito particular toda diferença nesse ponto, e de que tão-somente com esta condição é que parece possível um desenvolvimento da vocação salesiana laical e uma apresentação vocacional da mesma compreensível aos jovens de hoje.

Outras considerações derivam da sensibilidade renovada e da nova posição que o laicado tomou na Igreja, sobretudo depois do Concílio Vaticano II. As perguntas se fazem com o vivo desejo de interpretar hoje a vontade do Fundador⁽⁶⁹⁾.

É claro que não se trata de uma questão unicamente jurídica, nem sociológica, ou de algo que diga respeito genericamente à vida religiosa na Igreja. Trata-se de realidade eclesial religiosa específica, isto é, "salesiana". Refere-se de fato a um determinado modo de vida da comunidade salesiana, que Dom Bosco iniciou e estruturou, que é vivido na Igreja e por ela aprovado, em ordem ao desenvolvimento da missão concreta que o Espírito Santo confiou ao nosso Fundador e Pai⁽⁷⁰⁾.

3.2 A reflexão e as deliberações do CGE

200 A questão foi levantada e muito no CGE (1971), que tinha a tarefa de refletir sobre a identidade da Congregação sale-

(68) "É um dado de fato que não se pode negar, de que o Diretor na Congregação foi sempre "sacerdote". Discurso do Reitor-Mor, P. Egidio Viganó, 24.1.1978 n. 214

(69) cf. Contributo di studio allo Schema III, n. 579-592, especialmente n. 579. 580. 584; ver Sch Prec 318

(70) cf. P. Ricceri, Discurso de encerramento do CMSC, em ACMSC p. 576-577 n. 3.3.4

siana, com vistas à revisão das próprias Constituições⁽⁷¹⁾. Pela sua cuidadosa preparação se pôde conhecer a questão em suas motivações e ressonâncias⁽⁷²⁾.

O problema do sacerdócio como condição para a função de Superior salesiano foi de modo particular analisado no estudo sobre "Os co-responsáveis da nossa missão"⁽⁷³⁾; foi discutido a fundo, porque se tratava de coisa que tocava as raízes do espírito e da vida salesiana, quer no seio das comunidades, quer relativamente ao método pastoral próprio da nossa missão.

O CGE concluiu a sua reflexão com a decisão que entrou em o novo texto constitucional: "segundo a nossa tradição, a comunidade salesiana tem como guia para esse encargo apostólico um sócio, que, pelo sacramento da ordem e pela experiência pastoral, pode orientar o espírito e a ação de seus irmãos"⁽⁷⁴⁾.

O iter pós-capitular, que devia ajudar a aplicar as deliberações do CGE, programou, além do mais, reuniões para coadjutores a fim de estudar os documentos capitulares que lhes dissessem respeito⁽⁷⁵⁾, esclarecer a sua identidade e sugerir orientações práticas à luz do CGE⁽⁷⁶⁾.

3.3 O Congresso Mundial do Salesiano Coadjutor e os CI 77

A resposta autorizada do CGE não impediu, porém, que a 201
questão continuasse a ser vivamente levantada em diversos lugares da Congregação.

Realizou-se em Roma (1975) em clima de verdadeira salesianidade⁽⁷⁷⁾, o CMSC e foi aí, na análise dos vários temas sobre a identidade do SC, sua ação apostólica e formação⁽⁷⁸⁾, que aflorou o aspecto psicológico de chamada "paridade jurídica"⁽⁷⁹⁾.

(71) cf. ES II 3; PC 2.3

(72) cf. "O que pensam os Salesianos da sua Congregação hoje" (1969) vol. IV cap. VI, p 135-146

(73) cf. Sch Prec 319

(74) Const. 35

(75) cf. ACGE 763, 4b

(76) cf. ACGE 184.4a

(77) cf. Discurso do P. Ricceri, ACMSC p. 569-571 n. 1

(78) cf. Sch Prec n. 334-340

(79) cf. Discurso do P. Ricceri, ACMSC p. 573 n. 3.3; Sch Préc 342; v. "Propostas e moções do CMSC" n. 4, ACMSC p. 548-551

No discurso de encerramento, o Reitor-Mor P. Luís Ricceri, enquanto manifestava a intenção de mandar ainda estudar assunto de tamanha importância⁽⁸⁰⁾, declarou: “Diante deste problema vejo que a consciência da Congregação deu resposta até agora pelos pronunciamentos expressos de maneira formal pelo CGE, onde o problema foi apresentado, analisado e codificado oficialmente nas Constituições⁽⁸¹⁾.”

Ele fez notar que, para uma eventual mudança nesse ponto, seria necessário esclarecer se se trata, ou não, de elemento “substancial” do nosso carisma. Para isso lembrou três condições que se devem ter presentes ao se querer iluminar esse ou quaisquer outros pontos que se refiram ao carisma fundacional:

- vontade explícita, que se possa verificar, do Fundador,
- nexa desse elemento com a missão própria,
- declaração formal da Igreja⁽⁸²⁾.

202 A luz desses critérios é forçoso admitir que os estudos feitos especialmente nos últimos anos a esse respeito, não manifestam possibilidade evidente para a mudança que tem sido proposta⁽⁸³⁾.

Na preparação do CG21, certo número de CI voltaram ao assunto: uns pediram se eliminasse das Constituições toda disparidade jurídica entre SC e SP, outros confirmaram a opção do CGE, outros pediram se analisasse ainda problema tão importante⁽⁸⁴⁾.

Os motivos que os CI aduziram, quer pela manutenção da situação atual, quer pela mudança, não modificavam essencialmente os já expressos no CGE e no CMSC⁽⁸⁵⁾.

3.4 O CG21

203 O CG21, tendo em conta os pedidos dos CI e as moções do CMSC, tencionava fazer nova reflexão sobre este assunto.

(80) Discurso do P. Ricceri, ACMSC p. 573, n. 3.2

(81) P. Ricceri, ACMSC p. 578 n. 3.3.5

(82) cf. Discurso do P. Ricceri, ACMSC p. 579 n. 3.3.6

(83) cf. Estudos apresentados ao CMSC, em ACMSC

(84) cf. Sch Prec n. 47-53

(85) cf. Sch Prec n. 48.49.51; Contributo allo Schem III (1977) n. 578-601. “As razões de que se dispõe são na essência as mesmas que foram consideradas pelo CGE” ib 603

No início dos trabalhos o Card. Secretário de Estado de Sua Santidade mandou em nome do Papa Paulo VI ao Reitor-Mor, P. Luís Ricceri, uma carta “de exortação e orientação aos religiosos capitulares”. Nela o Card. Villot se refere diretamente ao nosso tema com as seguintes palavras: “Por fim, vendo com confiança a crescente eflorescência organizativa da Família Salesiana, o Vigário de Cristo faz votos para que o Instituto permaneça fiel ao seu projeto constitutivo também quanto à figura e à função do Diretor, de modo que, munido dos carismas da Ordenação sacerdotal, possa guiar com sabedoria eclesial as várias e crescentes falanges de quantos tencionam militar sob a guia e o espírito de São João Bosco”.

O significado dessa mensagem foi sublinhado primeiro pelo Reitor-Mor, P. Luís Ricceri, que terminava seu mandato e, mais tarde, pelo novo Reitor-Mor, P. Egídio Viganó. 204

“A carta continha evidentemente uma orientação bem definida ao trabalho do nosso Capítulo; um suplemento de luz para ver melhor e com certeza, como disse o P. Ricceri, no responder a algumas perguntas: ‘são as palavras do Pai que convida a estudar com serenidade, completamente, com sentido salesiano os problemas do Capítulo e especificamente, os que tocam ao vivo nossa identidade. São as palavras de Quem nos guia no discernimento em que nos sentimos empenhados, com fatos e não com palavras, como a mediação mais qualificada para garantir a identidade e a autenticidade da nossa vocação”⁽⁸⁶⁾.

O CG21, cōscio da própria responsabilidade, analisou demoradamente a realidade do SC e delineou com amplitude a figura do Superior salesiano, para relevar sobretudo o seu papel de animador espiritual da comunidade e guia pastoral da nossa missão Salesiana⁽⁸⁷⁾. 205

Em atitude de “veneração e adesão especial” ao Sucessor de Pedro⁽⁸⁸⁾, supremo superior de nossa Sociedade, e acolhendo com docilidade o seu magistério⁽⁸⁹⁾, lembrando o modo de pensar de Dom Bosco, segundo o qual “a palavra do Papa deve ser a nossa Regra em tudo e para tudo”⁽⁹⁰⁾, na oração,

(86) cf. n. 221

(87) cf. “Os salesianos evangelizadores dos jovens” n. 46-57

(88) cf. Const. 44

(89) cf. Const. 128

(90) MB VI 494

na reflexão e na busca sincera da vontade de N. Senhor, o Capítulo decidiu manter, em concordância com a vontade do Papa, a tradição salesiana codificada pelo CGE no artigo 35 das Constituições: “A comunidade salesiana tem como guia um sócio que, pelo sacramento da Ordem e pela experiência pastoral, pode orientar o espírito e a ação de seus Irmãos”.

O CG21 confia a todos os Salesianos o compromisso de empregar todo o esforço para aumentar a sensibilidade de verdadeira e profunda fraternidade salesiana que Dom Bosco queria como alma e forma das nossas comunidades.

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

- 206 **Nós Salesianos devemos prestar atenção particular em acolher e valorizar a riqueza da identidade vocacional do SC e o seu significado essencial para a vida e a missão da Congregação.**
- a. **Todas as Inspetorias programem então os meios eficazes para fazer com que os Irmãos, sacerdotes e coadjutores, aprofundem o sentido justo da vida laical consagrada do SC e o seu compromisso comunitário e específico. Momentos muito oportunos podem ser os Exercícios Espirituais e os Cursos de Formação Permanente.**
- 207 b. **Para favorecer um conhecimento correto do SC dentro da realidade Salesiana, para alimentar sua vida espiritual e favorecer-lhe a pastoral vocacional, garanta o Dicastério para a formação a continuação da reflexão sobre os traços mais novos dessa vocação, e a publicação de biografias de salesianos coadjutores.**
- 208 c. **A fim de que a igualdade e a diversidade radicadas no ser salesiano de SC e SP sejam recebidas como riqueza para a comunidade salesiana, e se tornem realidade vivida cotidianamente, é necessário que cada Salesiano as aceite no seu interior e manifeste-as visivelmente por atitudes básicas: o sentido profundo da igualdade fundamental e da respectiva diversidade; o espírito de família; a co-responsabilidade fraterna; o reconhecimento alegre da “mútua limitação”; a correlatividade e solidária generosidade; o reconhecimento prático da própria, embora relativa, autonomia e responsabilidade.**

- d. A presença do SC na comunidade salesiana toca profundamente a identidade da própria Congregação. Sintam as Inspetorias no próximo sexênio a urgência de intensificar a pastoral vocacional do SC; qualifique-se a presença apostólica do SC entre os jovens, a fim de que o seu testemunho seja para esses mesmos jovens significativo e compreensível. 209
- e. A presença significativa do SC nos Conselhos e Capítulos é sobretudo um serviço prestado à comunidade salesiana pelo carisma específico da laicidade consagrada. Por isso, na indicação dos Conselheiros inspetoriais e eleição dos Delegados aos CI, considerem os Irmãos a conveniência da presença de Salesianos coadjutores. 210
- f. Na eleição dos Delegados da Inspetoria ao CG, os membros do CI tenham presente a possibilidade de escolher seus representantes também entre os Irmãos coadjutores, sobretudo quando a Inspetoria tenha o direito de mandar mais de um Delegado ao CG.
- g. Para dar testemunho fiel à Igreja e ao mundo do dom carismático que recebeu de Dom Bosco é preciso que a Congregação em todos os níveis apresente uma correta imagem oficial de comunidade religiosa de sacerdotes e leigos, e procure não tratar privilegiadamente uma figura de Salesiano de preferência a outra. 211

Intervenção do Reitor-Mor P. Egídio Viganó sobre a

“PARTICIPAÇÃO NA VIDA E NO GOVERNO DA CONGREGAÇÃO”

Este discurso, pronunciado pelo Reitor-Mor a 24 de janeiro de 1978, é colocado imediatamente após do Documento 2, e não entre os Anexos, dado seu caráter peculiar e por utilidade prática.

Sinto o *dever de consciência* de intervir sobre o tema proposto à nossa reflexão nos últimos dias: o tema da “participação na vida e no governo da Congregação”, e também sobre o valor da carta recebida do S. Padre a respeito. É coincidência e escolha falar-vos eu justamente hoje, 24 do mês e festa do nosso Patrono São Francisco de Sales.

1. SIGNIFICADO DA MINHA INTERVENÇÃO

212 Move-me a fazer esta intervenção a própria função de Reitor-Mor, que investiu a minha pessoa de responsabilidades concretas na orientação deste CG (cf. Const. 155) e na guia da Congregação durante o próximo sexênio (cf. Const. 129 ss). Não entendo envolver nem a Presidência nem a Comissão Central de coordenação, mas a minha responsabilidade pessoal de Reitor-Mor, iluminada pela oração e pela reflexão, e avaliada e tratada com aquele que designastes como o meu “mais próximo colaborador” (Const. 138), o Vigário: P. Caetano Scrivo.

Intervenho, pois, com particular seriedade e, espero, também com suficiente clareza e precisão, porque se trata de um ponto que toca as raízes do espírito e do estilo salesiano e acarreta conseqüências bem concretas para o devir da nossa renovação, para a unidade da Congregação, para a identidade dos sócios, e para a animação de toda a Família Salesiana.

Falo, evidentemente, numa conjuntura histórica circunscrita a este CG21, e em vista do mandato de Reitorado dos pró-

ximos seis anos; é normal que sejam sempre bem situados a vida concreta e o realismo de governo. O que importa salientar é que, precisamente nesta conjuntura, sinto o dever de recorrer modesta e familiarmente ao exercício prático do alto ministério de unidade e guia próprio do Reitor-Mor.

2. O PROBLEMA QUE PROVOCA A VERDADEIRA PERGUNTA

Deixai-me ir logo ao nó da questão. Estamos todos, assim espero, mais que de acordo quanto à importância do Salesiano Coadjutor e à necessidade da sua promoção. Mas não é precisamente esse o problema que nos mantém um tanto suspensos: é claramente outro, ainda que de fato ligado a este. 213

Já antes do CGE surgira a seguinte pergunta: *no projeto constitutivo salesiano, o serviço da autoridade acha-se substancialmente vinculado, ou não, ao ministério sacerdotal?*

A pergunta colocava-se então como um problema geral do exercício da autoridade na Congregação a todos os níveis (Diretor, Inspetor, Reitor-Mor); agora ao invés, a extensão do problema limitou-se ao nível do Diretor. A justa colocação desse argumento exige que se considere diretamente que tipo de autoridade deve animar e servir à comunidade salesiana. Nenhum sócio tem direito na Congregação de galgar funções de autoridade (nas eleições de 15 de dezembro passado, quando ouvia a proclamação dos nomes, nem de longe pensei em algum direito; senti apenas temor e tremor). É ao invés a comunidade, segundo a índole peculiar própria do nosso Instituto, que tem o direito de ser convenientemente servida pela autoridade; portanto, são todos os sócios em mútua comunhão que têm direito de serem guiados e animados por um determinado tipo concreto de autoridade.

Ora, é um dado de fato inegável que o Diretor na Congregação foi sempre "sacerdote", e que a sua figura mereceu, nas preocupações de Dom Bosco, de todos os seus sucessores e dos Capítulos Gerais, uma atenção e importância centrais. 214

O problema apresentado põe-nos, por conseguinte, frente à possibilidade de uma *mudança qualitativa* na vida da comunidade salesiana. Seria inconsciência esconder ou menoscar esse aspecto; quem deve proceder a uma mudança qualitativa deve conhecer-lhe com suficiente clareza e profun-

didade os valores, as motivações e as conseqüências, com as relativas vantagens e desvantagens.

215 A proposta de uma possível “virada radical” a respeito partia de um modo diferente de avaliar a função da autoridade na comunidade salesiana:

- para uns, a caridade pastoral da comunidade salesiana deve ser por projeto constitutivo, animada, alimentada e guiada, por um tipo de autoridade enriquecido da graça do ministério sacerdotal, fortemente aprofundado e eclesiologicamente reatualizado pelo Vaticano II como resposta aos sinais dos tempos e com vistas a uma época histórica;
- para outros, o estilo e a atividade da comunidade salesiana deve saber-se adaptar aos sinais dos tempos captados no seu vasto processo de secularização e socialização, iluminados outrossim pela eclesiologia conciliar do Povo de Deus, no qual emergem os valores igualitários do Batismo para a Vida Religiosa e a importância do laicado na Igreja. Portanto, o tipo de autoridade salesiana reclamado nos tempos novos não deveria mais ser necessariamente vinculado ao ministério sacerdotal.

Sobre essas duas posições recolheram-se, já no CGE, os argumentos pertinentes. São eles vários: de tipo eclesiológico-religioso, de tipo sócio-cultural, de tipo psicológico, de tipo perspéctico, de tipo histórico-salesiano. Nos vários encontros de discussão posteriores ao CGE foram-se repetindo, mais ou menos, os mesmos argumentos, sem ulteriores progressos substanciais, e por vezes perdendo-se a serenidade do diálogo.

3. É UM PROBLEMA ESPECÍFICO DOS “SALESIANOS DE DOM BOSCO”

216 Devia já ser claro que não nos encontramos face a um tema “genérico” de teologia do Sacerdócio ou de teologia da Vida Religiosa, mas de uma bem individuada e concreta “experiência carismática”: a da Sociedade de São Francisco de Sales iniciada por Dom Bosco e que cresceu no seu espírito.

Nesse sulco de realidade vivida é que nos devemos aprofundar a fim de argumentar de maneira válida.

Quais são os componentes da “índole própria” do nosso Instituto? Quando é que um determinado elemento deve ser considerado “substancialmente” próprio da nossa índole fundacional?

O advérbio “substancialmente”, desculpai a observação, deve ser entendido em “sentido técnico” semelhante ao empregado na teologia quando se fala da “substância” de um Sacramento, a qual depende da livre determinação da vontade do Instituidor, mais que de exigências ideológicas ou de argumentações abstratas e genéricas. Não nos encontramos diante de um problema doutrinal de essência metafísica, mas da individuação prática de uma pedagogia histórica, que não se deduz por raciocínio da própria natureza das coisas, mas da vontade do Fundador que estruturou determinado projeto pedagógico-pastoral.

Na Vida Religiosa há múltiplos Institutos, cada um com o seu projeto constitutivo, segundo uma multiformidade verdadeiramente admirável de carismas. Com efeito, o estado religioso “não constitui um estado intermediário entre o clerical e o laical”, mas provém de ambos como peculiar dom para toda a Igreja (cf. LG 43); por isso existe de fato na Vida Religiosa também uma variada gama de tipos de autoridade, que vão da inclusão constitucional do ministério sacerdotal à sua irrelevância, à sua impossibilidade e até à sua exclusão.

Isso tudo ajuda a colocar o problema, mas ainda não o resolve.

4. A SOLUÇÃO DADA PELO CGE

Uma vez levantado o problema tivemos uma tomada de posição oficial do CGE, chamado pela sua própria natureza de CG “especial” a enfrentar o tema da identidade de todo o nosso projeto constitutivo (Cf. Esquemas pré-capitulares, I Comm. A, 4b “Forma própria da Congregação dos Salesianos religiosos”, p. 109-151. Essas páginas serviram de base para que os capitulares discutissem e depois aprovassem a solução apresentada).

217

A solução do CGE é uma resposta oficial e qualificada; é uma tomada de posição consciente, preparada, discutida, qualitativamente aprovada e explicitamente formulada pela

suprema autoridade da Congregação num CG especial, propositadamente encarregado pela S. Sé e por todos os Irmãos de tratar e decidir se a figura e a função do Diretor na Congregação, por tradição constitutiva, comportava as modalidades e os dons do ministério sacerdotal.

A essência da resposta capitular acha-se modificada no texto renovado das Const., no art. 35, no qual se afirma que “segundo a nossa tradição” a comunidade deve ser guiada por uma figura de Superior, cuja função esteja enriquecida pela graça especial do sacramento da Ordem.

O CGE preparou além disso todo um íter de renovação, no qual se punha de forma bem definida a verificação e a promoção da figura do Salesiano Coadjutor. Tal programação de atividades teve a sua expressão suprema no Congresso Mundial SC.

- 218 Como a apresentação inicial do nosso problema, antes do CGE, havia sido colocada por vários em conexão direta com a promoção do Coadjutor, como se fora o aspecto mais significativo de uma falha “paridade jurídica”, aconteceu que continuaram por diferentes motivos (sobre os quais seria útil refletir) discussões, incertezas e pesquisas. Encontramo-las reunidas e ordenadas nos Atos do CMSC; algumas foram ulteriormente expostas em vários CI e em algumas Propostas enviadas a este CG21 (cf. Esquemas pré-capitulares).

Como ler e que significado dar a essa persistência pós-CGE do problema?

- Devemos primeiramente tomá-la em consideração, porque representa um fenômeno concreto a enfrentar. Somos todos co-responsáveis pela vida da comunidade salesiana e pelo seu bom estado de saúde. Devemos ainda encontrar um ponto comum de unidade fraterna e de perspectiva de crescimento, que nos faça superar as dificuldades e nos ajude a ver mais claro, por amor a Dom Bosco.
- E depois, por objetividade é preciso que o digamos, trata-se de um fenômeno limitado a determinadas zonas e grupos de Irmãos que sugerem uma “proposta” mas não garantem uma solução. Um congresso, mundial embora, como um de vós já o fez notar, não é um CG nem ordinário nem muito menos especial. Tem, não há dúvida, apreciável peso indicativo e de pesquisa, mas não se lhe pode

atribuir um valor de solução ou de orientação constitucionalmente qualificado.

O Reitor-Mor P. Luís Ricceri, no seu discurso de encerramento do CMSC ressaltou a delicadeza do problema, e afirmou com discrição: "Parece-me a mim que se está tocando ao vivo em algo constitutivo inerente à natureza do nosso tipo de comunidade religiosa. . . Diante de possível dúvida acerca da pertença de determinado elemento à própria forma constitutiva da nossa Congregação, não se pode proceder a uma mudança por simples razões de possibilidade genérica", porque ao fazê-lo, no caso do Diretor, sem razões graves objetivamente comprovantes, "correríamos o risco de prescindir de uma opção explícita do Fundador, com a consequência de empobrecer a Congregação e toda a Família Salesiana de um valor orientativo radical; e assim fazendo havíamos de tornar, a longo prazo, menos autenticamente salesianos os membros da nossa Família, e, pois, a própria figura do Salesiano Coadjutor que queremos" (ACMSC p. 579). 219

Onde, porém, encontrar as razões para determinar se um elemento pertence ou não substancialmente ao nosso carisma salesiano? No mesmo discurso indicam-se três condições determinantes: 220

- a. a vontade explícita e que se possa verificar do Fundador;
- b. a aprovação e determinação da Sagrada Hierarquia;
- c. o liame de conveniência de tal elemento com a metodologia do Sistema Preventivo na realização prática da nossa missão (cf. ACMSC p. 579).

Nestes últimos anos fizeram-se vários estudos mais ou menos esclarecedores nessa tríplice pista; é por certo possível aprofundar ainda melhor o argumento, e é para desejar que nossos estudiosos o façam, com competência e amor.

5. A INDICAÇÃO EXPLÍCITA DO PAPA SOBRE A FIGURA DO DIRETOR

No início deste nosso CG21 interveio pessoalmente o S. Padre com uma carta que nos foi enviada pelo Card. Villot e lida solenemente no dia da abertura oficial do Capítulo. 221

A indicação papal é clara na sua formulação: “O Vigário de Cristo faz votos para que o Instituto permaneça fiel ao seu projeto constitutivo quanto à figura e à função do Diretor, de modo que, munido dos carismas da Ordenação sacerdotal, possa guiar com sabedoria eclesial as várias e crescentes falanges de quantos tencionam militar sob a guia e o espírito de São João Bosco”.

A carta era evidentemente portadora de uma orientação bem definida para os trabalhos deste nosso Capítulo; constituía um suplemento de luz para ver melhor e com certeza, como disse o P. Ricceri ao responder a algumas perguntas:

“São as palavras do Pai que convida a estudar com serenidade, com completeza, com sentido salesiano os problemas do Capítulo e especificamente os que tocam no âmago da nossa identidade. São palavras de Quem nos guia no discernimento em que nos sentimos empenhados, com fatos e não com palavras, como a mediação mais qualificada para garantir a identidade e a autenticidade da nossa vocação”.

Eu observaria além disso que a carta, no seu terceiro ponto referente ao Diretor, acrescenta à clareza e à precisão um tom mais intenso de autoridade: fala, com efeito, de “Vigário de Cristo” e de “fidelidade” precisamente a um “projeto constitutivo”.

6. ALGUNS DESENVOLVIMENTOS CAPITULARES

222 Pois bem: de que maneira se deveria tomar a intervenção do Papa no processo dos trabalhos capitulares?

Alguém fez propostas para dar justa importância e relevo à carta e às suas orientações nos documentos finais do Capítulo.

Detenho-me, neste momento, no ponto a que chegamos na discussão deste esquema.

A Comissão havia apresentado sinteticamente, na última parte do seu texto (cf. CG21 424/4.0.28), as duas posições conhecidas, redigindo um documento provisório de trabalho destinado exclusivamente à Assembléia capitular. Nele se afirma, no n. 131, que “o único caminho adequado para uma eventual mudança é realizar um discernimento espiritual e comunitário a respeito. Uma vez feito o discernimento por parte do CG21, cabe à S. Sé o juízo sobre a autenticidade e o

exercício do nosso carisma (LG 12; Const. 151-153)". Propunha para tanto apresentar à Assembléia também quatro quesitos de sondagem.

Num diálogo entre a presidência da IV Comissão e a Comissão central de coordenação discutiu-se o significado desse conceito de "discernimento" que entendia abrir uma discussão na Assembléia sobre as duas posições opostas como igualmente possíveis, para depois submeter a conclusão, caso fosse negativa, à S. Sé para aceitar o seu juízo definitivo.

A Comissão central de coordenação julgou unanimemente que se era esse o método proposto, havia necessidade de informar antes a Assembléia; parecia-lhe de fato que a carta do card. Villot não necessitava da exigência de nossa parte de nenhuma outra instância esclarecedora, mas comportava logo uma verdadeira adesão; atitude diversa haveria de causar maravilha à maioria dos Irmãos dentro e fora do CG.

Dialogou-se neste sentido até chegar a um acordo sobre os três quesitos de sondagem que votamos terça-feira, 10 de janeiro passado. O resultado da votação apontou o caminho a seguir, e a IV Comissão tomou-o em consideração, e reelaborou o seu texto nesse sentido.

7. REFLEXÕES SOBRE A AUTORIDADE DA CARTA

Conhecemos todos como se desenvolveu enormemente nestes anos, também na Igreja, a capacidade crítica e hermenêutica; nos seus justos limites, ela nos ajuda a ser mais razoáveis e adultos na nossa vida de fé. Mas se exagerada e desorientada, serve para destruir os valores mais vitais e centrais da própria vocação cristã.

223

Se sob o ponto de vista hermenêutico de análise alguém formulasse uma pergunta como a seguinte: mas que valor tem e que tipo de adesão exige uma carta como esta, redigida numa situação bem definida?, deveria saber juntar a essa pergunta mais estouta: e qual é a autoridade específica deste CG21 sobre o problema proposto e a sua atitude genuinamente salesiana? De fato, um CG não pode deixar de ser expressão de fidelidade a Dom Bosco na consciência clara das suas finalidades e limites; porque, como já afirmei, a autoridade capitular é verdadeiramente limitada e também ela situada em circunstâncias bem definidas.

Uma carta oficial da Secretaria de Estado, através do cardeal Secretário Villot, quer exprimir de forma autorizada o juízo formulado pelo S. Padre sobre o problema da figura e função do Diretor a ser tratada no CG21.

- 224 Para iluminar tal autoridade pode servir-nos de exemplo a intervenção do Papa sobre um argumento análogo na última Congregação Geral da Companhia de Jesus. A 3 de dezembro de 1974 o mesmo Secretário de Estado card. Villot enviava uma carta ao P. Geral dos Jesuítas, presidente da XXXI Congregação Geral, sobre um argumento em parte semelhante ao nosso. Exprimia-se nela o pensamento do S. Padre, com discrição, da seguinte maneira: “O Sumo Pontífice deseja lhe seja comunicado que tal inovação, atentamente examinada, parece apresentar graves dificuldades, que impediriam a necessária aprovação por parte da S. Sé.

O P. Luís González contou-nos, durante os Exercícios Espirituais, como aconteceram as coisas. O Papa, informado das discussões e da votação capitular sobre o problema por ele especificado, quis ter dele uma relação objetiva. Depois, a 15 de fevereiro de 1975 escreveu ao P. Geral uma nova carta (desta vez assinada pelo próprio Papa), em que reafirmava “quanto o Nosso Cardeal Secretário de Estado lhe escreveu, por Nossa incumbência, a 3 de dezembro passado: . . . nenhuma inovação quanto ao mérito”. E após haver garantido que não o movia “certamente um sentimento de menor consideração ou conhecimento menos sofrido dos problemas”, mas o amor à Companhia a fim de que conservasse a fidelidade ao Fundador e desta sorte trouxesse um grande incremento à obra sempre mais difícil da Igreja no futuro, acrescentava literalmente: “Justamente nessa perspectiva exprimimos-lhe a dúvida, que nos foi causada por orientações e atitudes surgidas nos trabalhos da Congregação Geral: poderá a Igreja confiar ainda em vós, como sempre? Qual deverá ser a atitude da hierarquia eclesiástica com relação à Companhia? Como poderá confiar-lhe, com espírito livre de temores, a prossecução de tarefas tão importantes e delicadas? . . . O momento é decisivo para a Companhia de Jesus, para a sua sorte futura, e também para todas as Família religiosas. Pensamos nas incalculáveis repercussões que uma atitude, Deus não permita, em contraste com a linha indicada, poderia ter sobre a Companhia e também sobre a Igreja”.

Quando tudo terminou de maneira positiva, como sabemos, o S. Padre escreveu ainda uma outra carta a 7 de março de 1975 ao Padre Geral e seus Assistentes; nela volta a insistir sobre a importância da fidelidade à “formula Instituti” que garante a identidade da Companhia e assegura-lhe a fecundidade do apostolado.

Esse episódio, inicialmente semelhante ao nosso, e outras 225 intervenções análogas da S. Sé com outras Congregações, fazem-nos conhecer o valor objetivo que a S. Sé dá a esse tipo de cartas e ao estilo discreto com o qual se indica o pensamento do Papa. Deve mais, fazer-nos considerar que o problema do Diretor, colocado por alguns somente a nível de promoção da figura do SC, entra num mais vasto movimento eclesial. Trata-se na realidade de todo um delicado confronto da Vida Religiosa com o atual processo de secularização, que tende perigosamente a degenerar por vários aspectos em secularismo, com cedimentos de tipo sociológico na eclesiologia. Esse dado concreto parece-me esteja a obrigar a S. Sé a considerar com cautela certos fenômenos e tendências ideológicas, enquanto ferem, por exemplo, os valores do ministério presbiteral. Para julgar um problema como o nosso, a S. Sé dispõe de uma visão mais ampla e de uma informação mais global e de maior perspectiva.

8. CONFIRMAÇÃO E NÃO IMPOSIÇÃO

Por outro lado a carta do S. Padre confirma e ilumina quanto a suprema autoridade da nossa Congregação já havia precisado no CGE. É esse um dado de fato que não se deve transcurar, que pesa objetivamente numa leitura desapassionada das coisas. Alguém observou até que essa intervenção pode ser considerada como um gesto providencial que vem sanar a desorientação provocada na Congregação pelo decreto da S. Sé no princípio do século com relação ao ministério sacerdotal do Diretor: a ferida do famoso espinho no coração do P. Rua. Não posso deixar de ler convosco uma página confidencial do P. Rinaldi sobre esse delicado acontecimento: 226

“Não pude nunca contar como aconteceram as coisas — diz o P. Rinaldi —. Quando foi emanada a ordem, o P. Rua me disse que provavelmente Roma havia de levar em conta quanto Dom Bosco havia feito. *O golpe, para quem o considerasse*

àquela época, parecia realmente grave. Era preciso ter sido superiores antes e depois, para compreender o que aconteceu com essa disposição. Temia-se que os Diretores corressem o perigo de se tornarem simples administradores. Começou-se então a colocar o escritório do Diretor perto da portaria, para atender as pessoas de fora, coisa antes reservada aos prefeitos. *A figura do Diretor foi-se modificando.* Apesar de tudo parecia-me que Roma não haveria de ceder; e vendo quão delicado era o passo que o P. Rua estava para dar, insisti várias vezes que não o fizesse, porque Roma não havia de ceder. A iniciativa foi totalmente sua: quis escrever a Roma. Parecia-lhe faltar, se calasse, ao juramento feito a Dom Bosco no leito de morte, de manter fielmente todas as tradições, e dizia: *Não posso violar aquele juramento, eu prometi.* Roma há de ver e decidir. Nós faremos sempre como a Igreja e o Papa mandarem fazer. Escreveu. Dias depois Roma respondeu; o P. Rua reuniu o Capítulo e a primeira coisa que fez foi ler a resposta: era uma condenação formal. Todos os Capitulares ficaram atentos, desarvorados. O P. Rua ao invés, após a leitura do documento, pôs de lado com toda a calma a carta e inteiramente dono de si, como se nada fosse, deu início à exposição dos diversos assuntos ao passo que aos Capitulares custava reaverem-se ante o que havia acontecido” (E. Ceria, *Don Filippo Rinaldi*, Torino SEI 1932, p. 172-173).

227 Dessa preciosa página do P. Rinaldi podem-se facilmente deduzir duas coisas:

- era claro para o P. Rua que o Fundador queria que o Diretor fosse Pai no ministério sacerdotal;
- e era tamanha a adesão ao Papa no espírito de Dom Bosco que fazia com que o seu primeiro sucessor, não obstante o juramento, aceitasse mudar um elemento importante querido pelo Fundador, quando explicitamente ordenado pela S. Sé.

9. UMA ATITUDE NOSSA GENUINAMENTE SALESIANA

228 Mas qual é o testemunho, ou seja, o obséquio interior de reflexão na fé e a atitude específica de conformidade sincera e operativa que deve oferecer o CG aos Irmãos e a toda a Família Salesiana?

Desde o dia da inauguração do Capítulo meditei pessoalmente sobre este argumento, e alguma vez conversei com alguns amigos. Penso se deva recuperar um pressuposto vital e uma intuição global, digamos assim, de “hermenêutica salesiana”, que precede e guia a capacidade crítica e a análise reflexiva; é uma atitude de virtude, uma inclinação conatural do nosso espírito peculiar, que comporta uma emblemática experiência de fé no mistério de Pedro; ela foi vivida fortemente por Dom Bosco, e vimo-la arraigada permanentemente na nossa tradição como uma das colunas da tríade espiritual do Salesiano: a Eucaristia como centro da família, o aspecto mariano da nossa espiritualidade apostólica, e o realismo eclesial de adesão sobrenatural consciente e operosa ao Papa.

Sabemos que Dom Bosco não cedia facilmente a este ou 229
aquele monsenhor de Cúria, e mesmo a este ou àquele bispo, quando se tratava da índole própria da sua nova Congregação. Mas tinha uma suma docilidade, imediata e também heróica quando se lhe manifestava o pensamento explícito, um desejo ou exigência, do Papa. Considerava-o Fundador, pela participação direta que havia tido nas próprias origens do Instituto. Escrevendo a Pio IX, a 1.º de março de 1873, afirmava: “Societas Salesiana quam Tu, Beatissime Pater, opere et consilio fundasti, direxisti, consolidasti” (*Op. ed. XXV, 337*).

O P. Lemoyne nos processos apostólicos assegura que “o obséquio que Dom Bosco prestava ao Papa era efeito de um amor apaixonado, que se confundia com o amor que tinha para com Jesus Cristo” (*Positio super virt. I, 395, par. 399*).

Do P. Rua, como vos disse há pouco, sabemos quanto sofreu pelo decreto da S. Sé e como reagiu qual perfeito salesiano. Quero ler convosco as expressões mais marcantes da sua carta confidencial, enviada às casas, tratando do assunto e comunicando quanto se devia fazer:

“Até agora, de conformidade com as Deliberações dos Capítulos Gerais, tínhamos um caminho que nos parecia mais apropriado às nossas circunstâncias; agora Quem foi encarregado por Deus de ensinar os povos e também os seus mestres, faz-nos saber que devemos modificá-la; e nós, reconhecidos e respeitosos, com plena e prazerosa obediência executamos quanto nos é prescrito, imitando assim o nosso bom Pai Dom Bosco, que manifestava tanta veneração e obediência sempre a qualquer orientação da Santa Sé...

Julguemos que é disposição da amorosa Providência; que é o próprio Jesus que se digna falar-nos por meio do seu vigário; e esforcemo-nos por executar as ordens com a maior fidelidade. A data desta — 6 de julho, Oitava dos SS. Apóstolos Pedro e Paulo — deve-nos lembrar que é São Pedro que, por meio do seu Sucessor Leão XIII gloriosamente reinante, nos faz entregue do precioso documento” (P. Ricaldone, *La pietà, Maria Auxiliadora, Il Papa*, Torino LDC 1951, p. 477).

230 Há ainda o episódio da confissão que não houve do P. Rinaldi. “Um dia, para lembrar um caso, depois dessa nova ordem de coisas, apresentei-me ao P. Rua como de costume para confessar-me, e ele deu-me com a porta na cara” (E. Ceria, *Don Filippo Rinaldi*, Torino SEI 1972, p. 172).

231 Do P. Ricaldone ouvi citar uma frase que teria dito após perdido uma causa que defendia junto à cúria a favor da Obra do Cottolengo: “Se o Papa julgasse um dever seu mesmo suprimir a nossa Congregação, eu ser-lhe-ia plenamente dócil”. É um modo paradoxal de exprimir o que Dom Bosco já havia dito com sentido de profunda fé: “Se as nossas Regras, se a nossa Congregação, não redundarem em maior glória de Deus, ficarei absolutamente contente com que o Senhor faça sair das dificuldades não aprovando nem as primeiras nem a segunda” (MB VI 721).

Na Congregação somos filhos de formidáveis “homens de fé”; a Providência nos estimula hoje a imitá-los.

232 Portanto: é sobre essa atitude tipicamente salesiana que somos chamados a fazer, pessoalmente e também em grupos, um verdadeiro discernimento espiritual, para não parecermos nem meninos assustadiços, incapazes de julgar e aprofundar, nem críticos de anatomia que não têm um tesouro de vida a defender e desenvolver.

O nosso testemunho claro, simples, viril, serenamente objetivo diante do problema e sabiamente contemplativo da mediação autorizada do Vigário de Cristo, influirá sobre a nossa identidade, sobre a unidade da Congregação e sobre a renovação de toda a Família Salesiana, mais do que qualquer reticência ou disfarce de subtis disquisições.

10. O PLANO OPERATIVO DESTES SEXÊNIO

Vamos mais explicitamente ao concreto.

233

Parece-me que a Assembléia está de pleno acordo com uma prática de indubitável e claro obséquio ao S. Padre.

Devemos, porém procurar a maneira de manifestar esta nossa atitude não só aos Irmãos, mas a toda a Igreja que olha para nós, como nos lembrava o card. Pironio.

Nosso gesto deve ser tal que dê testemunho público tanto da espiritualidade realista que herdamos de Dom Bosco, como da maturidade de reflexão salesiana que uma fé adulta nos ajuda a fazer após o nosso CGE.

Deve ficar claro sobretudo que este CG21 orientará as iniciativas de animação e governo do próximo sexênio a todos os níveis na linha fixada à luz e com a ajuda da indicação papal, tanto mais que ela veio praticamente confirmar quanto a nossa práxis centenária já comprovou.

234

Não deve ser tão-somente um compromisso de nível jurídico, mas um verdadeiro compromisso prático e global da nossa atividade de vida e apostolado. Estamos convencidos de que mediante as diretrizes do Magistério nos chega uma graça do Espírito com a qual nos é garantida uma como “infallibilidade biológica”, como escrevia o card. Journet; ou seja, a certeza de estar trilhando o caminho justo da saúde e do crescimento, sem o temor de nos havermos desviado por um falso caminho. O compromisso deve centralizar-se na renovação da figura e da função do Diretor:

- a Congregação o pede: confrontar os Esquemas pré-capitulares nos n. 245, 246, 247;
- a novidade de presença salesiana evangelizadora o exige quer em vista dos destinatários quer pela mútua complementaridade e comunhão dos sócios (cf. o tema “Os Salesianos evangelizadores dos jovens” n. 1-165);
- a carta do Papa é luz e estímulo.

Se este CG21 não recebesse na história outro qualificativo que de haver sido o “Capítulo do Diretor”, reintegrado no seu papel original, o seu influxo sobre o crescimento futuro da Congregação seria notável.

11. E PARA O SALESIANO COADJUTOR?

235 Disse no princípio que tencionava referir-me diretamente ao problema que causava certo nervosismo na Assembléia. O tema do SC nos entusiasma e preocupa em plena e total sintonia, ainda que com sensibilidades e propostas diferentes. Penso não ter sido pouco o que este CG21 fez quanto à questão. O resultado de todo o conjunto dos trabalhos e acontecimentos capitulares parece-nos fortemente positivo:

- esclareceu-se a *importância e a influência* do componente laical no nosso projeto pedagógico-pastoral comum;
- afirmou-se e aprofundou-se a *complementaridade da dimensão ministerial e laical* na comunidade apostólica salesiana;
- calculou-se com exatidão, com a ajuda do Papa, a dosagem de fusão entre uma e outra; não uma complementaridade indiferente e quase casual conforme as circunstâncias, nem uma complementaridade categorial de tensão, mas uma complementaridade objetivamente orgânica, que comporta, para todos e comunitariamente, caminhar juntos sob a guia pastoral de quem serve a comunidade com os dons de um ministério que permite operar verdadeiramente “in persona Christi” (cf. PO 2).

Penso ser muito útil continuem os estudiosos a aprofundar esse tipo peculiar de fusão e complementaridade orgânica entre ministério sacerdotal e laicidade na consagração salesiana.

12. O NOSSO PROGRAMA PRÁTICO

236 Um plano para o futuro, ou seja as orientações para o próximo sexênio, para nós Salesianos não se podem traduzir primariamente numa pesquisa doutrinal, mas num empenho de vida e operatividade.

O verdadeiro nó de todos os nossos problemas está nesta linha: como inventar autênticas presenças salesianas na cultura que emerge? Como fazê-lo, conservando fielmente o nosso estilo comunitário? Que tipo de atividade escolher segundo o projeto apostólico original do nosso Instituto? Onde buscar os destinatários e como evangelizá-los civilizando-os? Como se reatualiza hoje o Sistema Preventivo? Como suscitar vocações entre os jovens? etc.

Eis o verdadeiro problema que nos devia encontrar a todos unidos no campo prático.

Nos próximos seis anos dediquemo-nos e com razão a corrigir os vários defeitos encontrados em relação à figura do SC na dependência de uma época cultural e eclesiástica claramente ultrapassada; dediquemo-nos também a exorcizar ao perigos, não fictícios, de uma perspectiva sócio-cultural e eclesiológica subtilmente desviada e antropocêntrica. Mas não fiquemos apenas nesse programa, parcial e negativo, que nos conduzirá a estéreis polémicas. 237

Empenhomo-nos, sobretudo, em agir positivamente e programar de maneira criativa, embora modesta, para o crescimento do Reino de Deus entre os jovens mais necessitados: nascemos de fato de um generoso compromisso de “exercício prático da caridade para com o próximo”. Os trabalhos do CG21 e a mensagem do S. Padre propõem-nos três objetivos bem difinidos de ação:

1.º O anúncio do Evangelho aos jovens segundo o peculiar projeto apostólico salesiano. Nesse empenho o Papa nos lembra que “as necessidades sociais e eclesiásticas dos tempos modernos parece mais do que nunca corresponderem às índole do apostolado dos Filhos de São João Bosco, voltado com particular interesse e dedicação para a juventude masculina”;

2.º O testemunho, pessoal e comunitário, da nossa “sequela Christi”, dedicando-nos a conhecer melhor, a aprofundar e a viver sinceramente as Constituições da nossa Sociedade, dando “o primeiro lugar”, como nos sugere o Papa, “ao espírito religioso”;

3.º A animação da comunidade salesiana, visando de maneira realista e com vigilante estratégia a renovar a figura e a função do Diretor, em consonância com o primitivo espírito das origens e na fidelidade à indicação pontifícia.

A propósito do terceiro objetivo, impressionou-me fortemente a coincidência das considerações que fazem hoje muitos Irmãos com as reflexões que fazia há 50 anos o P. Filipe Rinaldi, terceiro sucessor de Dom Bosco e “figura-ponte entre a primeira e a segunda geração dos Salesianos; último Reitor-Mor que teve com Dom Bosco familiaridade de vida 238

e pensamento” (E. Valentini, *Don Rinaldi, maestro di pedagogia e di spiritualità salesiana*, Torino-Crocetta 1965, p. 3). Os Esquemas pré-capitulares, com efeito, depois de enumerar os “pontos emergentes” acerca da animação das comunidades locais, apresentam-nos nas “linhas de solução” o argumento que deveria constituir o núcleo central a cuidar. Afirmam precisamente:

“O ministério da animação comunitária (= função do Diretor) poderia tornar-se um dos pontos focais do CG21” p. 158 n. 246). E logo depois precisam o trabalho de aprofundamento a realizar acerca da figura do Diretor e da sua qualificação e preparação (cf. n. 247).

Cinqüenta anos faz o P. Rinaldi, além do que li anteriormente, dizia numa conferência: “Quando veio o decreto da Santa Sé... com o pretexto de evitar qualquer inconveniente, foi-se além do que dispunha o decreto... Meus caríssimos Inspectores e Diretores, esconjuro-vos pelas vísceras da caridade de N. S. Jesus Cristo a fazer reviver em vós e em torno de vós a tradição da paternidade espiritual, que infelizmente se vai apagando, com grande dano das almas juvenis e da nossa fisionomia salesiana” (E. Valentini, *o.c.*, p. 76-77).

E CONCLUSO

239 Disse de começo que a data de hoje, 24 do mês, era feliz coincidência, e também uma escolha de minha parte para falar-vos sob o patrocínio da Virgem Auxiliadora e com o clima festivo da festa de São Francisco de Sales no qual se inspira, na variedade eclesial dos carismas, a fisionomia da nossa vocação.

Em 1887, ao celebrar-se o jubileu sacerdotal do Papa Leão XIII, Dom Bosco foi convidado a escrever um artigo para um fascículo de homenagem ao S. Padre. Eram os últimos da vida do nosso Fundador. Noto isso porque desse modo suas afirmações adquirem para nós um caráter como de testamento. Dom Bosco redigiu um breve artigo, desenvolvendo o tema da adesão ao Papado do santo Bispo de Genebra, Francisco de Sales. A conclusão do seu escrito visava a orientar paternamente o modo concreto de agir dos seus filhos:

“Entendo que os alunos da humilde Congregação de São Francisco de Sales não se afastem jamais dos sentimentos

desse grande Santo e nosso Patrono, para com a Sé Apostólica; não só acolham prontamente, respeitosamente e com simplicidade de espírito e de coração, as decisões do Papa quanto ao dogma e à disciplina, mas também nas coisas discutíveis abracem sempre o seu parecer mesmo como mestre particular, de preferência à opinião de qualquer teólogo ou mestre deste mundo” (MB 18, 277).

O pensamento do Pai é claro: não será por certo o seu um conselho a dar a quem devesse redigir cientificamente uma tese de láurea, mas é preciosa orientação de vida para quem opera e programa no clima espiritual da sua santidade.

Somos herdeiros de grandes homens de fé! Que São Francisco de Sales alcance para o nosso CG21 a capacidade de programar inteligentemente o próximo sexênio, percorrendo o mesmo caminho de fé e operosidade realista dos nossos “pais” no espírito salesiano!

Obrigado!

CG21 423/4.1.7

DOCUMENTO 3

**A FORMAÇÃO
PARA A VIDA SALESIANA**

SUMÁRIO

	n.
Introdução	240
1.ª Parte: A UNIDADE DA FORMAÇÃO	241-261
1. Premissas	242-246
1.1 A unidade da formação nos conteúdos	244
1.2 A unidade da formação na comunidade	245
1.3 A unidade da formação na descentralização	246
2. Situação	247-250
2.1 A unidade da formação nos conteúdos	247
2.2 A unidade da formação na comunidade	248-249
2.3 A unidade da formação na descentralização	250
3. Deliberações	251-261
2.ª Parte: AS FASES DA FORMAÇÃO	262-306
Premissas	262-264
1. Continuidade e igualdade da formação de base	262-263
2. Aspecto do processo formativo	264
1. Período de maturação vocacional até à Profissão Perpétua	265-291
1.1 Preparação imediata para o noviciado	265-270
1.2 Noviciado	271-277
1.3 Período dos votos temporários	278-291
1.3.1 Imediato pós-noviciado	279-284
1.3.2 Tirocínio	285-289
1.3.3. Preparação imediata para a profissão perpétua ...	290-291
2. Preparação específica do Salesiano sacerdote e coadjutor	292-306
2.1 Formação do Salesiano sacerdote	292-298
2.2 Formação do Salesiano coadjutor	299-306

3.ª Parte: A FORMAÇÃO PERMANENTE	307-342
1. A situação atual	307
2. Linhas de reflexão	308-313
2.1 O conceito de Formação Permanente	308
2.2 Motivações	309-310
2.3 O sujeito	311
2.4 Objetivos	312
2.5 Áreas da Formação Permanente	313
3. Orientações práticas	314-342
3.1 Critérios de organização	314-317
3.2 Responsáveis aos vários níveis	318-320
3.3 Estruturas	321-325
3.4 Linhas de ação	326-342

A FORMAÇÃO PARA A VIDA SALESIANA

INTRODUÇÃO

240 Do trabalho de verificação feito pelos CI, especialmente sobre o tema central da Evangelização, evidenciou-se a necessidade de examinar com particular atenção o problema da formação para a vida salesiana. Por isso o CG21 julgou conveniente examinar atentamente se, como e em que medida se realizou a renovação proposta pelo CGE⁽¹⁾, e tomar as providências necessárias e oportunas para que se faça com segurança e novo impulso.

Diante disso o CG21, dado o seu caráter operacional e de verificação, mais que emanar formulações doutrinárias sobre a formação — já suficientemente apresentadas pelo CGE — pretende examinar os problemas urgentes que surgiram na aplicação das Constituições e dos Regulamentos renovados e dos ACGE.

Apreciadas as propostas provindas das Inspetorias, examinada a Relação do Reitor-Mor sobre o estado da Congregação, estudados os documentos oficiais do Dicastério para a Formação, viu-se com certa clareza que os pontos que requeriam esclarecimentos e sugestões práticas concentravam-se em três áreas:

- a unidade da formação nesta fase de descentralização;
- o papel e a característica de cada fase do processo formativo;
- a formação permanente dos Salesianos.

Neste estudo o Capítulo deseja tratar de forma unitária e diversificada a formação do Salesiano sacerdote e do Salesiano coadjutor.

(1) cf. ACS 283, p. 5

PRIMEIRA PARTE

A UNIDADE DA FORMAÇÃO

Os principais problemas sobre os aspectos gerais da formação salesiana convergem de maneira significativa para o tema da unidade em relação aos conteúdos, à comunidade formadora e à descentralização⁽²⁾. Nota-se que a unidade da formação é condição, instrumento e garantia da unidade da Congregação⁽³⁾. O CG21, pois, no seu empenho de verificar, quer privilegiar essa problemática não na totalidade dos seus aspectos, mas nos que mais exigem atenção e cuidado, como ponto de convergência de muita expectativa na Congregação hoje⁽⁴⁾. 241

A descentralização exigida pelo CGE conserva todo o seu valor. Salientar a unidade não significa, pois, esquecer a descentralização. A unidade, com efeito, se realiza hoje na descentralização, e um genuíno processo de descentralização implica um explícito e concreto empenho de unidade⁽⁵⁾. Logicamente o princípio é válido também para a formação.

1. PREMISSAS

O Capítulo observa que toda a formação tende ao desenvolvimento da identidade vocacional dos Salesianos. Salienta ainda que a formação mergulha as raízes da sua unidade na identidade vocacional. Constitui ela, para além das legítimas diferenças sócio-culturais, a unidade qualitativa e a realidade mais profunda da Congregação⁽⁶⁾. 242

(2) cf. Sch Prec 444-447; 460-463; 482-487; RRM 143-144; RDF p. 13

(3) cf. Const. 99; ACGE 659

(4) cf. Sch Prec 445-447.428; RRM 143; RDF p. 15

(5) cf. ACS 272, p. 6

(6) ACS 272, p. 6

Essa unidade qualitativa ou identidade vocacional salesiana encontra as suas principais linhas mestras nos elementos seguintes:

- a presença viva entre nós do Senhor e do seu Espírito que hoje nos move a reatualizar o dom permanente iniciado em Dom Bosco ⁽⁷⁾;
- a missão que a Igreja nos confiou ⁽⁸⁾;
- os conteúdos do “espírito salesiano” ⁽⁹⁾;
- um projeto original de vida evangélica ⁽¹⁰⁾;
- uma específica identidade salesiana sacerdotal e laical ⁽¹¹⁾;
- uma peculiar dimensão comunitária em espírito de família ⁽¹²⁾;
- um estilo de presença apostólica, “o Sistema Preventivo” ⁽¹³⁾.

Tais aspectos unificam-se harmonicamente na missão que o Espírito Santo nos confiou através de Dom Bosco. Na realidade ela especifica a missão que temos na Igreja, fazendo-nos participantes da própria missão de Cristo apóstolo do Pai ⁽¹⁴⁾.

A unidade da formação acha-se em estreita relação com as fases da formação e com a formação permanente. Ela de fato representa a realidade de fundo na continuidade das diversas fases da formação e em todo o processo harmônico da formação permanente.

243 Ao mesmo tempo afirmamos que a unidade da formação e o princípio da formação permanente interdependem. Na nossa exposição todavia visamos principalmente às fases iniciais da formação, uma vez que a elas é que se referem os problemas apontados pelos CI e também por apresentarem características formativas peculiares e irrepetíveis.

(7) ACGE 1-22

(8) ACGE 23-57

(9) ACGE 85-105

(10) ACGE 106-127

(11) Const. 36-37; ACGE 140-150

(12) ACS 272 p. 10; ACGE 84.481-503

(13) Const. 25; ACGE 58-84. 93.360.365

(14) cf. Const. 2-3. 49.4; ACGE 26; Sch Prec 459

1.1 A unidade da formação nos conteúdos

Salesianos de Dom Bosco, formamos uma comunidade que vive de forma sacerdotal e laical uma única vocação ⁽¹⁵⁾. A natureza dessa vocação, especificada pelos valores da consagração religiosa, comunidade fraterna e missão apostólica, determina a orientação específica e unitária da nossa formação no âmbito dos seus conteúdos. 244

Maturação humana e preparação intelectual e profissional, aprofundamento da vida religiosa e gradual inserção no apostolado, são fatores que a formação harmoniza em unidade vital, vivificando-os à luz da pessoa de Cristo, modelo no qual nos inspiramos ⁽¹⁷⁾.

O Evangelho de Jesus, pois, vivido no estilo e no espírito de Dom Bosco, constitui a salesianidade. Ela é o elemento unificador dos conteúdos da nossa identidade, que permite nos formemos e preparemos quais autênticos educadores e pastores salesianos ⁽¹⁸⁾.

1.2 A unidade da formação na Comunidade

A comunidade formadora é realmente tal ⁽¹⁹⁾, quando encarna na realidade concreta das pessoas a nossa identidade salesiana. A unidade da comunidade formadora é, portanto, um fator necessário para a comunicação dos valores da unidade vital da nossa vocação. Com efeito, o que forma é a própria vida da comunidade unida em Cristo pelo Espírito ⁽²⁰⁾. 245

A comunidade formadora local está em estreita relação com a comunidade inspetorial, “formadora” também ela ⁽²¹⁾. A formação, com efeito, é a “resultante da ação concorde de todos os Irmãos, tanto da comunidade local como da inspetorial” ⁽²²⁾.

A identidade vocacional contrói-se com a contribuição de todos os membros da comunidade formadora, ainda que na

(15) cf. Const. 2

(16) cf. Const. 3.100

(17) cf. Const. 101

(18) cf. Const. 41.49.101; ACGE 661-672

(19) v. os requisitos de uma comunidade formadora no n. 251 e em Reg. 73 bis (cf. n. 438)

(20) cf. Const. 99.104; ACGE 680a; Reg. 78

(21) cf. Reg. 89

(22) ACGE 672

diversidade das funções ⁽²³⁾. Especial atenção merece o dinamismo de maturação pessoal no crescimento comunitário dos valores da salesianidade ⁽²⁴⁾. Isto é possível graças ao clima familiar de fecunda comunicação característico do espírito salesiano ⁽²⁵⁾.

A unidade da formação acha-se garantida na comunidade quando ela, “família unida na confiança mútua e na convergência dos esforços” ⁽²⁶⁾, possui uma equipe bem acorde de formadores, sacerdotes e coadjutores, e um relacionamento sereno e construtivo entre formadores e formandos ⁽²⁷⁾. Nela o Diretor é o principal responsável, animador e unificador da formação ⁽²⁸⁾.

O CG21 reafirma o papel determinante da participação pessoal e comunitária dos formandos na construção da comunidade formadora ⁽²⁹⁾ e, na situação atual, salienta a função insubstituível dos formadores e as particulares qualidades que deles se exigem. Na realidade de nada valeriam as melhores descrições da nossa identidade salesiana caso os principais animadores da comunidade não dessem dela um testemunho prático.

1.3 A unidade da formação na descentralização

246 A descentralização como adequada distribuição de responsabilidades de governo nos diversos níveis ⁽³⁰⁾, é a concretização, no setor das estruturas, do princípio fundamental de subsidiariedade e multiformidade ⁽³¹⁾.

Nas estruturas da formação salesiana, a descentralização outorgou responsabilidades novas e importantes à instância local ⁽³²⁾, inspetorial ⁽³³⁾ e interinspetorial ⁽³⁴⁾.

(23) cf. Const. 54

(24) cf. Const. 52

(25) cf. Const. 50.53

(26) cf. Const. 105

(27) cf. ACGE 683-686

(28) cf. ACGE 678

(29) cf. ACGE 680.683

(30) cf. Const. 127

(31) cf. ACGE 137.139.706

(32) cf. Reg. 85

(33) cf. Const. 106

(34) cf. Reg. 130,2

As estruturas locais de formação podem adaptar-se mais facilmente às diversidades culturais das várias regiões. Servem assim à multiformidade dos modos de viver a única vocação salesiana ⁽³⁵⁾.

Entretanto as estruturas descentralizadas devem concorrer para a unidade da formação. Na verdade trata-se sempre de fazer crescer os Salesianos, em todas as regiões, na única e unitária vocação salesiana: os modos de expressão cultural são multiformes, mas o projeto salesiano de vida é único ⁽³⁶⁾.

2. SITUAÇÃO

2.1 A unidade da formação nos conteúdos

As rápidas mudanças que se deram na Igreja e na cultura durante os últimos anos refletiram-se inevitavelmente na problemática da formação. A Congregação fez notável esforço, após o CGE, a fim de encontrar novas soluções que garantissem a integração dos conteúdos da formação tendo em vista a unidade da vocação salesiana. Não é difícil entretanto compreender que os resultados não atingiram ainda os níveis desejados. 247

Problema dos mais sentidos, ao qual se referiram numerosos CI ⁽³⁷⁾, é sem dúvida o enfraquecimento e às vezes até falta de conteúdos tipicamente salesianos na formação. Essa carência, acentuada também pela necessidade de adaptar as estruturas da formação às exigências dos diversos lugares e culturas, produziu um sentido de excessiva genericidade com riscos de se perder a identidade salesiana.

Destacam de modo especial as seguintes carências :

- esquecimento parcial das fontes da espiritualidade salesiana;
- os estudos, além de se ressentirem de insuficiente solidez e sistematização, não foram muitas vezes unificados pela dimensão salesiana;

(35) cf. ACGE 139.665

(36) cf. ACS 272 p. 11; ACS 276 p. 66

(37) cf. Sch Prec 483

- pobreza de preparação pedagógica e catequética salesiana, com repercussão sobre os trabalhos apostólicos;
- influxo negativo do enfraquecimento geral da vida sacramental e da oração ⁽³⁸⁾ sobre o ambiente formativo;
- ausência de conteúdos específicos para a formação do Salesiano sacerdote e do Salesiano coadjutor;
- insuficiente conhecimento da teologia da vida religiosa.

2.2 A unidade da formação na comunidade

248 Os esquemas pré-capitulares, a relação do Reitor-Mor e do Dicastério para a formação, e bem assim a reflexão do CG21, mostram que neste sexênio procurou-se em diversas partes criar comunidades formadoras na linha prevista pelo CGE, com base nas Constituições e nos Regulamentos.

Foi determinante em tais comunidades uma equipe de formadores. Houve outrossim um crescimento de co-responsabilidade, diálogo e vida fraterna. Pôde-se realizar adequada abertura e conveniente flexibilidade. Cresceu a sede de salesianidade. O mais das vezes as comunidades formadoras deram, dentro da Inspeção, um testemunho de primeira plana.

249 Ainda assim a verificação leva a descobertas negativas. “Muitas vezes não se fez esforço para formar autênticas e específicas comunidades formadoras, com clareza de objetivos, número suficiente de formadores, meios adequados à formação” ⁽³⁹⁾. O que muitas vezes dependeu de uma inexata interpretação do artigo 105 das Constituições e do artigo 81 dos Regulamentos.

Sentiu-se em toda a Congregação a dificuldade de encontrar Irmãos idôneos para a tarefa de formadores. Não é raro ver professores que descumram da responsabilidade formadora. Observou-se em alguns casos que mergulhavam em verdadeiras crises ou cediam a um primado da ideologia sobre a fé. A qualificação e requalificação dos formadores nem sempre foi uma prioridade na programação inspetorial ⁽⁴⁰⁾.

Aliás, devido a uma inexata compreensão do espírito de família e do sentido de participação, pôs-se em dúvida em al-

(38) cf. RRM 80

(39) RDF p. 14

(40) RDF p. 14

guns lugares a necessidade dos formadores ou da autoridade ⁽⁴¹⁾.

O assunto torna-se ainda mais delicado quando se trata da figura do Diretor que deveria ser capaz de exercer uma verdadeira direção espiritual. Em geral “nota-se uma trágica falta de mestres e guias espirituais” ⁽⁴²⁾, com graves repercussões mesmo nas fases iniciais da formação ⁽⁴³⁾.

Por fim, a falta da devida relação entre a vida da comunidade formadora local e a da comunidade inspetorial, e vice-versa, cria por vezes perigosa desorientação no momento da passagem de uma para outra.

Deve-se além disso lamentar a ausência de Salesianos Coadjuutores formadores nas comunidades formadoras.

2.3 A unidade da formação na descentralização

A nível inspetorial,

nota-se a incipiente assunção de responsabilidades locais, em diversas Inspetorias, contudo não se deu atenção prioritária a este setor, como se vê no Diretório não feito ou mal elaborado e, conseqüentemente, na fragmentariedade e instabilidade de iniciativas a nível de novas estruturas, programas e formadores.

250

A nível interinspetorial,

ao lado de interessantes iniciativas de colaboração verificam-se também dificuldades entre as diversas Inspetorias para resolverem conjuntamente problemas de formação que superam as possibilidades de cada uma. As vezes não funcionaram as estruturas intermédias como as Conferências inspetoriais e o “Curatorium”, ou seja, um organismo colegial de colaboração entre um Estudantado interinspetorial e as Inspetorias que o mantêm.

A nível mundial,

observa-se a necessidade de maior esclarecimento das funções do Dicastério para a formação e a necessidade de orien-

(41) RDF p. 14

(42) RDF p. 15

(43) cf. AÇGE 678c

tações mais específicas particularmente com referência aos estudos ⁽⁴⁴⁾.

Em resumo, verificou-se nestes anos em diversas partes um como vazio ou a não assunção de responsabilidades a diversos níveis, por falta de suficiente conhecimento, tempo, pessoas idôneas, meios e normas claras.

3. DELIBERAÇÕES

251 3.1 A importância das comunidades formadoras exige neste sexênio por parte do Inspetor e do seu Conselho uma privilegiada responsabilidade no momento da sua constituição e revisão. Para que uma comunidade seja formadora, deve ser adrede estruturada, e nela se deverão encontrar:

- um Diretor especialmente qualificado e uma equipe de formadores;
- verdadeira direção espiritual;
- clima de co-responsabilidade na diversidade dos papéis e na clareza das metas formativas;
- estilo salesiano de vida, estudo e trabalho, com programação, revisão e avaliação periódicas;
- e por fim uma especial sensibilidade inspetorial.

252 3.2 O Inspetor e o seu Conselho cuidem que os Diretores das comunidades formadoras tenham uma atualização específica e periódica que lhes seja de ajuda no cumprimento da delicada e necessária tarefa da direção espiritual comunitária, e também pessoal na forma prevista pelo CGE ⁽⁴⁵⁾.

253 3.3 Cada Inspeção deverá organizar a própria Comissão Inspetorial para a formação. Suas funções específicas serão indicadas pelo Diretório inspetorial para a formação.

(44) cf. RDF p. 11

(45) cf. ACGE 678 a, c

3.4 O Conselheiro para a formação, em diálogo com os respectivos Conselheiros regionais e Inspetores, estimule nas Inspetorias uma sempre maior co-responsabilidade e participação ativa na análise da situação atual das comunidades formadoras e coordene uma série de intervenções capazes de garantir uma oportuna realização das decisões capitulares. 254

3.5 O Dicastério para a formação deve ser potencializado a fim de ser instrumento mais eficaz a serviço da unidade da formação. Isto se alcançará com a organização de uma equipe de pessoas competentes nos vários setores da formação. 255

3.6 O Reitor-Mor com o seu Conselho providencie mediante o Conselheiro para a formação a criação na UPS de um Centro idôneo para preparar os futuros formadores e requalificar os atuais. E de acordo com os grupos regionais promova cursos breves e encontros para maior aderência com os problemas de cada zona. 256

3.7 Para aprofundar os elementos que integram a unidade vocacional salesiana, o Dicastério para a formação incremente as publicações de espiritualidade salesiana e a sua tradução em diversas línguas. 257

3.8 Ratio Fundamentalis Institutionis Salesianae 258

Muitos dos problemas citados se poderão mais facilmente resolver numa visão global e harmônica da formação. Por isso o Reitor-Mor com o seu Conselho faça elaborar mediante o Dicastério para a formação e quanto antes promulgue para toda a Congregação a Ratio Fundamentalis Institutionis Salesianae.

- A Ratio exponha de maneira orgânica o conjunto dos princípios e normas sobre a formação que se encontram nas Constituições e nos Regulamentos, nos ACGE e nas deliberações do CG21, além dos elementos válidos para a Congregação que foram expostos nos diversos documentos eclesiais e salesianos publicados após o CGE.
- Insista de modo particular na importância e necessidade do desenvolvimento integrativo dos diversos aspectos formativos: maturação humana, preparação intelectual e profissional, vida religiosa e apostólica, na unidade da vocação salesiana.

- Especial atenção dedicará a Ratio à formação espiritual salesiana em todo o processo formativo. Nessa perspectiva indicará a fisionomia e a identidade própria do Salesiano sacerdote, coadjutor e diácono.
- 259 — Fará parte do documento uma Ratio Studiorum concebida como o conjunto das normas gerais a respeito da formação intelectual na Congregação. Esta Ratio deve garantir os elementos principais de um currículo para os Salesianos (sacerdotes e coadjutores), quer para a formação de base, quer para a formação específica, sacerdotal ou laical. Indicará por fim os conteúdos orgânicos de salesianidade para as diversas fases do processo formativo.
- 260 — A Ratio tomará em consideração a necessária e prévia experiência pastoral para os formadores⁽⁴⁶⁾ e a gradual proporcionalidade dos trabalhos apostólicos para os formandos, acentuando nos mesmos o valor insubstituível da presença orientadora dos formadores. Para tais trabalhos apostólicos escolham-se ordinariamente obras salesianas.

3.9 Diretório Inspetorial da formação

- 261 Apenas publicada a Ratio, cada Inspeção elabore ou reveja o Diretório Inspetorial da formação, segundo as exigências da própria Ratio⁽⁴⁷⁾.

(46) cf. ACGE 679

(47) cf. Const. 106

SEGUNDA PARTE

AS FASES DA FORMAÇÃO

PREMISSAS

1. Continuidade e igualdade da formação de base

No estudo das fases da formação o CG21 teve sempre presente duas instâncias do CGE: a continuidade do processo formativo e a igualdade da formação de base, com as necessárias distinções. 262

1.1 *Continuidade do processo formativo*

Ainda que metodologicamente o assunto se divida em partes, a unidade e a continuidade do processo formativo é uma premissa que se deve ter sempre presente ao longo de todo o período formativo, que não termina com o fim da formação inicial, mas continua e dura toda a vida mediante a formação permanente. De fato “o processo formativo deve ser unitário e contínuo nas suas várias fases. Cada fase deve ser continuação da precedente e preparação à seguinte”⁽⁴⁸⁾. Essa continuidade no crescimento pressupõe o princípio da gradualidade dos diversos aspectos do processo formativo.

O caráter unitário e ao mesmo tempo complexo do processo formativo exige estejam presentes em todas as fases, harmonizados numa unidade vital, os diversos aspectos da formação salesiana: o amadurecimento humano e cristão, a preparação intelectual, o aprofundamento da vida religiosa salesiana e a inserção no trabalho apostólico⁽⁴⁹⁾. Mas, a acen-

(48) ACGE 691

(49) cf. Const. 101

tuação desses aspectos será diversa consoante o caráter específico de cada fase:

- a maturação humana e cristã, na preparação para o noviciado;
- o aprofundamento da vida religiosa salesiana, no noviciado;
- a preparação intelectual no imediato pós-noviciado;
- a inserção no trabalho apostólico, no tirocínio;
- a dimensão sacerdotal, durante os estudos teológicos para os candidatos ao sacerdócio.

1.2 Igual formação de base

- 263** “Coadjuutores e futuros sacerdotes recebem igual formação de base com um currículo de nível paritário”⁽⁵⁰⁾. Isto significa que o período de formação salesiana até à profissão perpétua tem as mesmas fases, com objetivos, conteúdos e duração semelhantes para todos os sócios, conforme a própria vocação específica laical ou sacerdotal, as funções específicas do nosso apostolado e os dotes e aptidões pessoais⁽⁵¹⁾.

2. Aspectos do processo formativo

- 264** O processo formativo, nas suas várias fases, tem estes dois aspectos:

- a *maturação vocacional* até à profissão perpétua, paritária para todos os Salesianos, segundo a especificação laical ou sacerdotal;
- a *preparação específica* do Salesiano coadjutor e do Salesiano sacerdote.

Conquanto diferentes, os dois aspectos não são separáveis no conjunto da formação. Em momento algum temos o Salesiano “genérico”. Contudo, por necessidade de clareza, falamos num primeiro momento dos aspectos genéricos e comuns da formação salesiana e num segundo momento dos aspectos específicos da formação do Salesiano sacerdote e do Salesiano coadjutor.

(50) Const. 103

(51) cf. Const. 103

Será este o índice da nossa explanação:

1. Período de maturação vocacional até à profissão perpétua
 - 1.1 Preparação imediata para o Noviciado
 - 1.2 Noviciado
 - 1.3 Período dos votos temporários
 - 1.3.1 Imediato pós-noviciado
 - 1.3.2 Tirocínio
 - 1.3.3 Preparação para a profissão perpétua
2. A preparação específica do Salesiano
 - 2.1 Sacerdote
 - 2.2 Coadjutor

1. PERÍODO DE MATURAÇÃO VOCACIONAL ATÉ À PROFISSÃO PERPÉTUA

1.1 Preparação imediata para o noviciado

Não temos um Postulantado canônico juridicamente estruturado. Mas as Constituições apresentam a preparação imediata ao noviciado como uma das fases “necessárias tanto para o candidato como para a comunidade”⁽⁵²⁾ e apontam, de forma sucinta, seus objetivos, a metodologia, o clima e o lugar⁽⁵³⁾. Por isso preferimos empregar para esta fase a denominação “preparação imediata para o noviciado”.

O CGE não estabeleceu nenhuma estrutura fixa e única para esse período, deixando à decisão das Inspetorias o modo de organizá-lo “segundo as exigências dos lugares e em conformidade com as diretrizes da Igreja e da Congregação”⁽⁵⁴⁾. Um documento posterior⁽⁵⁵⁾ explicitou melhor a natureza, os objetivos e as modalidades da preparação imediata para o noviciado, remetendo a programação concreta aos Diretórios da formação de cada Inspetoria.

(52) Const. 108

(53) Const. 109

(54) Const. 106

(55) ACS 276 p. 68-73

Situação

- 266 “Num bom número de Inspetorias o pré-noviciado já é uma realidade bem organizada e dá bons frutos”⁽⁵⁶⁾. Mas em alguns lugares a sua necessidade não foi bem compreendida⁽⁵⁷⁾. Pode-se dizer que não é ainda uma fase formativa bem programada e realizada em todas as Inspetorias.

DELIBERAÇÕES

- 267 O CG21 reafirma a necessidade de um período de preparação imediata para o noviciado e dá as seguintes indicações:

a. Os objetivos apontados pelo artigo 109 das Constituições indicam, em geral, um clima e uma metodologia para “amadurecer a própria vocação” aprofundando-lhe os motivos, e “decidir” consciente e livremente fazer-se religioso salesiano⁽⁵⁸⁾. Somente quando o candidato houver feito a opção pela vida salesiana estará capacitado a começar a preparação imediata para o noviciado.

- 268 b. A estruturação dessa fase, embora flexível e diversa conforme os lugares e as circunstâncias⁽⁵⁹⁾, deverá oferecer ao candidato a possibilidade de aprofundar a própria opção vocacional mediante:

- um conhecimento mais profundo de si próprio;
- a direção espiritual;
a abertura à Palavra de Deus, a vida sacramental e a oração;
- um conhecimento geral de Dom Bosco e da Sociedade salesiana;
- uma experiência de vida comunitária;
- uma experiência apostólica salesiana.

- 269 c. Neste período deve-se de maneira particular avaliar a maturidade humana e cristã do candidato para ver se atingiu o nível necessário para começar bem o noviciado⁽⁶⁰⁾. O constante entendimento dos formadores dessa fase com os do

(56) RRM 147

(57) cf. RRM 147

(58) cf. ACS 276 p. 70, 1.3.1

(59) cf. Const. 110; ACS 276 p. 70-72: 1.3.1-1.3.6

(60) cf. Reg. 73 ter

noviciado, especialmente com o mestre dos noviços, tornará mais fácil tal avaliação.

d. A preparação imediata para o noviciado deve durar normalmente um ano e não seja ordinariamente inferior a seis meses. As modalidades concretas desse período serão estabelecidas pelo Diretório da formação de cada Inspeção. 270

1.2 Noviciado

O noviciado é o início da experiência religiosa salesiana ⁽⁶¹⁾. Tem, pois, uma função muito importante em relação à unidade e ao desenvolvimento da vocação salesiana no seu devir histórico ⁽⁶²⁾. 271

A sua organização é de suma importância. A diversidade de tipos de noviciado salesiano devida ao número variável de noviços, aos diversos contextos culturais e pastorais, impede a existência de uma linha uniforme para organizar os noviciados ⁽⁶³⁾. Há entretanto um *critério fundamental*: o ambiente e as estruturas do noviciado devem ser capazes de dar uma autêntica formação, isto é, de fazer atingir os escopos e os conteúdos do noviciado ⁽⁶⁴⁾.

Situação

“Em geral as informações sobre os noviciados são positivas” ⁽⁶⁵⁾. O número exíguo de noviços ⁽⁶⁶⁾ e a impossibilidade de contar com uma equipe de formadores suficiente e qualificada impediu em alguns lugares a criação de um ambiente adequado para atingir os objetivos dessa fase. Em tais casos os noviciados interinspetoriais apresentam evidentes vantagens ⁽⁶⁷⁾. Devem-se todavia resolver neles os problemas que dizem respeito à co-responsabilidade das Inspeções interessadas. Nos últimos anos em consequência da complexidade crescente da vida religiosa, apostólica e cultural viu-se a necessidade de uma qualificação específica do mestre. 272

(61) cf. Const. 111; RC 13,1

(62) ACS 276, 2.3.1

(63) cf. ACS 276, 2.3.3; Const. 106

(64) ACS 276, 2.3.3

(65) RRM 148

(66) RRM 149

(67) RRM 148

DELIBERAÇÕES

273 O ideal a propor aos noviços é servir comunitária e totalmente a Cristo nos jovens segundo o nosso espírito. Esse ideal encontramos-lo nos dois livros fundamentais do nosso pensamento e da nossa vida: o Evangelho e as Constituições ⁽⁶⁸⁾. Para que essa fase seja verdadeiramente eficaz, o CG21 crê oportuno deliberar:

a. Características do noviciado

274 Todos os elementos da vida do noviciado visem a iniciar o noviço no conhecimento e na prática da vida religiosa salesiana. O noviço com a ajuda da comunidade e especialmente do mestre interioriza os valores salesianos e adquire uma mentalidade de fé tornando-se capaz de discernir a vontade de Deus acerca da sua vocação.

Os aspectos mais diretamente intelectuais e prático-pastorais devem-se orientar no sentido de aprofundar e iluminar a sua experiência espiritual salesiana ⁽⁶⁹⁾. Sendo a nossa Sociedade um Instituto consagrado à atividade apostólica, a “formação no noviciado deve ter em maior conta a necessidade de preparar os noviços desde o princípio e de forma mais direta ao gênero de vida ou atividade que lhes será próprio no futuro, e de ensinar-lhes assim a realizar a pouco e pouco na própria vida as condições da harmoniosa unidade que associa a contemplação e a ação apostólica” ⁽⁷⁰⁾.

Uma especificação mais precisa dos escopos e critérios de escolha do adestramento apostólico no noviciado encontra-se nos ACS 276 ⁽⁷¹⁾.

275 b. Conteúdos do noviciado

Também os conteúdos essenciais desta fase acham-se formulados nos ACS 276 ⁽⁷²⁾. A proposta e a assimilação de tais conteúdos faz-se num duplo nível constantemente integrado: estudo-reflexão e prática-experiência.

(68) cf. ACS 276, 2.2.2; Const. 101

(69) cf. ACS 276, 2.2.1.2

(70) RC 5

(71) ACS 276 p. 79-81

(72) cf. ACS 276, 2.2.2.1-2.2.2.5

c. Qualificação dos Mestres de noviços

276

No próximo triênio as Inspetorias qualificarão em espiritualidade salesiana os Irmãos que possuindo suficientemente experiência prático-apostólico-salesiana ⁽⁷³⁾, estão destinados a exercer o cargo de mestre dos noviços.

É importante que os mestres de noviços sejam abertos aos valores espirituais e culturais que os noviços trazem consigo.

d. Noviciados interinspetoriais

277

Quando para maior incidência formativa for aconselhável o noviciado interinspetorial, a responsabilidade de cada Inspetoria sobre os próprios noviços manifestar-se-á:

- na participação das Inspetorias interessadas com pessoal idôneo;
- nas relações dos noviços com o Inspetor de origem;
- no papel do Inspetor de origem no eventual afastamento dos noviços.

As Inspetorias interessadas, mediante comum entendimento, estabelecerão as normas para regular a própria co-responsabilidade.

(73) cf. ACGE 684a

1.3 Período dos votos temporários

- 278 Os objetivos da formação após o noviciado visando à profissão perpétua são: desenvolver os diversos aspectos da vocação salesiana e continuar o processo de amadurecimento do jovem Irmão ⁽⁷⁴⁾.

Tais objetivos não mister de maior explicitação conforme as diversas acentuações dos vários períodos que compõem essa fase, isto é, o imediato pós-noviciado, o tirocínio e a preparação imediata para a profissão perpétua.

1.3.1 *Imediato pós-noviciado*

- 279 O noviciado é por certo uma fase basilar como indicação ⁽⁷⁵⁾ na vida salesiana. Mas tem necessidade de um complemento e de um desenvolvimento posterior ⁽⁷⁶⁾. O imediato pós-noviciado é a primeira fase complementar. É indispensável a coerência e continuidade entre o trabalho realizado durante o noviciado e depois ⁽⁷⁷⁾, evitando uma mudança brusca e forte de estilo de vida, que possa provocar uma 'queda de tensão' no crescimento vocacional ⁽⁷⁸⁾. Por esse motivo o imediato pós-noviciado é um momento delicado e importante para o amadurecimento religioso-salesiano dos jovens Irmãos.

Situação

- 280 Olhando o conjunto da situação, a realidade, por motivos os mais diversos, mostra-se muito variada, um tanto confusa e em alguns casos não bem colocada ⁽⁷⁹⁾. Muitas vezes a formação religioso-salesiana apresenta deficiências por falta de programas, tempo, organicidade, comunidades adequadas ou de homens qualificados para exporem a parte doutrinal. A direção espiritual, tão importante nesse período, é pouco praticada. Falta em muitos lugares uma séria organização dos estudos. A natureza e os objetivos dessa fase ⁽⁸⁰⁾ não eram claros e por isso não foram compreendidos por muitos.

(74) cf. Const. 114

(75) cf. RC 4

(76) cf. ACGE 691

(77) cf. ACS 276, 3.2.2

(78) cf. ACS 276, 3.3.3

(79) RRM 153

(80) cf. Const. 114; Reg. 81

DELIBERAÇÕES

a. Objetivos do imediato pós-noviciado

281

maturação e desenvolvimento:

O CG21 assinala que o imediato pós-noviciado é um tempo de

- na fé, mediante uma progressiva integração fé-vida, fé-cultura⁽⁸¹⁾, feita especialmente por meio da reflexão comunitária e da direção espiritual⁽⁸²⁾;
- na vocação salesiano-religioso-apostólica vivida pelos jovens Irmãos mediante uma adequada preparação catequística e pedagógica teórica e prática, tendo ao centro Dom Bosco educador e o Sistema Preventivo, especialmente visando ao tirocínio⁽⁸³⁾;
- na formação intelectual-cultural, com uma introdução fundamental no mundo da cultura (conhecimento do homem, do mundo, de Deus). Para tanto faz-se indispensável o estudo sistemático da filosofia⁽⁸⁴⁾ que dê resposta aos problemas de hoje e não se dissocie da cultura própria de cada região.

b. Comunidades formadoras dessa fase

282

É de importância decisiva para esta fase constituir uma comunidade explicitamente formadora e um ambiente salesianamente válido. São possíveis dois tipos de estrutura:

- o estudantado, isto é, uma comunidade formadora com seu próprio Centro de estudos;
- uma comunidade formadora para os jovens Irmãos que freqüentam os estudos fora.

Dê-se preferência ao estudantado de acordo com o artigo 81 dos Regulamentos.

Em casos julgados necessários o Reitor-Mor com o seu Conselho pode permitir que os formandos sejam integrados numa comunidade ativa, freqüentando os estudos fora.

(81) cf. ACGE 677, 689

(82) cf. ACGE 678

(83) cf. Reg. 88; ACGE 675.676

(84) cf. RF 59

283 c. Centro de estudos

O delicado processo de síntese cultural e religiosa desse período requer cuidadosa escolha de um Centro de estudos com programação de conteúdos compatíveis e adequados ao desenvolvimento vocacional, privilegiando os centros de estudos salesianos, mesmo a nível interinspetorial.

284 d. Diretório inspetorial da formação

O Diretório inspetorial da formação deve fixar diretrizes concretas para esta fase formativa: lugar apropriado, comunidade idônea, duração (não inferior a dois anos), ordenamento dos estudos, atividades apostólicas.

1.3.2 *Tirocínio*

285 O tirocínio é “um confronto vital e intenso com a ação salesiana” numa “experiência de caráter educativo-pastoral” em que o jovem Irmão “se exercita na missão salesiana e no espírito do Sistema Preventivo para buscar a maturação das próprias aptidões, interesses e responsabilidades⁽⁸⁵⁾.”

Para que tal experiência vital se torne formativa o tirocinante deve encontrar “na comunidade e especialmente no Diretor uma atitude de compreensão, estímulo e apoio”⁽⁸⁶⁾. Deve outrossim fazer o tirocínio normalmente em grupos⁽⁸⁷⁾.

Situação

286 Se bem organizado, esse período de prova será dos mais belos e positivos do currículo salesiano⁽⁸⁸⁾. Todavia o tirocínio reduz-se muitas vezes a um período de trabalho excessivo numa atividade ou obra, com prejuízo da formação religiosa e espiritual do jovem Irmão⁽⁸⁹⁾. As comunidades, por vezes, não são apropriadas e a falta de orientação e direção espiritual é freqüente.

(85) cf. Const. 116; Reg. 88

(86) ACGE 696

(87) cf. ACGE 696

(88) RRM 154

(89) RRM 155

DELIBERAÇÕES

a. Comunidades apropriadas

287

As comunidades em que se faz o tirocínio:

- sejam comunidades capazes de influir positivamente com o próprio estilo de vida coerente, dinâmico, fraterno e familiar, onde o tirocinante se sinta à vontade, como membro responsável;
- sejam comunidades em que o tirocinante tenha a possibilidade de dar a própria contribuição original na certeza de ser positivamente aceito;
- tenham um Diretor e Irmãos capazes de conhecer, seguir, ajudar e avaliar a experiência do tirocinante;
- ofereçam ao tirocinante um trabalho pastoral proporcionado à sua preparação e às suas forças, a possibilidade de reflexão comunitária e a direção espiritual para ajudá-lo a realizar a integração pessoal entre as suas intensas atividades e os valores espirituais da vida religiosa ⁽⁹⁰⁾, numa síntese de contemplação e ação tão característica da espiritualidade salesiana.

b. Assistência salesiana

288

O tirocínio é o período mais apropriado para formar concretamente para a assistência salesiana, entendida como presença ativa e fraterna entre os jovens ⁽⁹¹⁾. É esta uma das tarefas mais importantes para os Salesianos da comunidade onde o Irmão faz o tirocínio, e eles a cumprirão sobretudo mediante o testemunho.

c. Diretório inspetorial da formação

289

O Diretório inspetorial da formação determine com clareza quanto a esse período:

- o tipo de trabalho mais conveniente;
- as modalidades de uma avaliação periódica que ajude o tirocinante na sua experiência;
- reuniões formativas periódicas, a nível local e inspetorial.

(90) cf. "Il tirocinio pratico, Resoconto di una consulta", 1, 23, p. 3; II, 2, p. 5

(91) cf. Const. 16, 25

290 1.3.3 *Preparação imediata para a profissão perpétua*

A profissão perpétua é a meta de todo esse período de amadurecimento vocacional e desta forma todo o período formativo é uma preparação à mesma. Mas, como ponto culminante do compromisso religioso, a profissão perpétua deve ser precedida por um período conveniente de preparação imediata ⁽⁹²⁾.

Situação

Essa preparação mais explícita e imediata para a profissão perpétua tem sido frequentemente descurada.

DELIBERAÇÕES**291** O Diretório inspetorial da formação **determine:**

- as modalidades para a avaliação periódica dos professores temporários;
 - um tempo conveniente de reflexão para ajudá-los a amadurecer a opção definitiva;
- um programa para a preparação imediata à profissão perpétua com modalidades precisas (forma, conteúdos, duração).

(92) ACGE 698d

2. PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO SALESIANO SACERDOTE E COADJUTOR

2.1 Formação do Salesiano sacerdote

Ao estabelecer que coadjutores e futuros sacerdotes recebem igual formação de base, as Constituições não esqueceram as necessárias distinções determinadas pela natureza específica da vocação e pelas funções do nosso apostolado ⁽⁹³⁾. Um desses elementos específicos, para os Salesianos sacerdotes, é o ministério sacerdotal. A formação sacerdotal específica, com um currículo já estabelecido em linha geral pela Igreja, é estabelecido com precisão pela Congregação ⁽⁹⁴⁾ para o candidato salesiano à vida sacerdotal. 292

Esse elemento específico deve encontrar-se presente ao longo de todo o processo formativo conforme a natureza das diversas fases, embora receba um cuidado especial por ocasião dos estudos teológicos.

As Constituições ⁽⁹⁵⁾ e o CGE ⁽⁹⁶⁾ indicam-nos algumas características do Salesiano sacerdote que nos podem orientar na sua formação.

Situação

293

Com relação à formação sacerdotal dos Salesianos há presentemente na Congregação uma variedade de situações: *estudantados* teológicos, grupos de estudantes de teologia que frequentam centros de estudos não salesianos (Universidades católicas, Centros inter-religiosos, Seminários...) e até, aqui e acolá, jovens Irmãos inseridos em casas quaisquer sem cuidados especiais ⁽⁹⁷⁾.

Os *estudantados*, de certo não tão cheios como outrora, prestam, malgrado inevitáveis defeitos, um bom serviço. As tensões de anos atrás desapareceram em boa parte e o bom andamento de tais institutos é condicionado em grande parte pelo pessoal docente e formativo que neles trabalha ⁽⁹⁸⁾.

(93) cf. Const. 103

(94) cf. ACGE 660

(95) Const. 35.36

(96) ACGE 141-144

(97) RRM 159

(98) RRM 160

A situação dos numerosos *grupos de estudantes* que freqüentam centros salesianos e não salesianos varia muito de grupo para grupo e de lugar para lugar. Onde existem bons formadores (que talvez lecionam nos centros de estudo) pode-se dizer que estamos em geral satisfeitos. Em tais casos são vários os aspectos positivos: o contacto com estudantes de outras Congregações desperta nos nossos um sentido mais vivo de pertença à nossa Sociedade e comunica aos outros as nossas riquezas espirituais; tem-se a possibilidade de uma visão mais ampla da Igreja local e do mundo real. Mas o centro apresenta por vezes deficiências, ou então os responsáveis do grupo não são capacitados; ou ainda a comunidade em que o grupo se acha inserido não contribui por um conjunto de motivos para a formação desse jovens ⁽⁹⁹⁾.

Da situação emergem alguns problemas:

- falta de específica formação sacerdotal salesiana: alguns Irmãos sentem-se simplesmente padres; outros não chegam a ver a especificidade sacerdotal na sua vida salesiana ⁽¹⁰⁰⁾;
- falta de seriedade, pastoralidade e salesianidade nos estudos;
- dificuldade das relações comunidade formadora-centro de estudos ⁽¹⁰¹⁾.

DELIBERAÇÕES

294 a. Características da formação sacerdotal do Salesiano padre

Convencido da necessidade de salientar a especificidade salesiana dos nossos candidatos ao sacerdócio o CG21 indica para a “Ratio Institutionis” os seguintes conteúdos e confia-os nomeadamente aos formadores e aos Irmãos interessados, como objeto de aprofundamento e reflexão constante:

- **ressaltar a figura de Cristo pastor, do qual o Salesiano, como Dom Bosco, é testemunha para os jovens necessitados, especialmente na pregação do Evangelho e na admi-**

(99) RRM 161

(100) cf. Sch Prec 447.479

(101) cf. Sch Prec 480

nistração dos sacramentos particularmente da Eucaristia e da Penitência ⁽¹⁰²⁾;

- aprofundar o sentido eclesial de unidade e comunhão com a Igreja, sobretudo com o Papa e os Bispos, acolhendo com docilidade o seu magistério e ajudando os jovens e os fiéis a aceitarem os seus ensinamentos ⁽¹⁰³⁾;
- viver o ministério sacerdotal dentro e de dentro da comunidade local e inspetorial ⁽¹⁰⁴⁾ em complementariedade recíproca com o Salesiano coadjutor;
- cultivar-lhe a capacidade de discernir nos acontecimentos e pessoas a vontade de Deus, preparando-o para a animação e direção espiritual, especialmente dos jovens;
- desenvolver a sensibilidade própria do espírito salesiano pela dimensão catequística ⁽¹⁰⁵⁾, vocacional ⁽¹⁰⁶⁾ e mariana ⁽¹⁰⁷⁾ no exercício do seu ministério sacerdotal;
- criar a consciência de que, para ele, o sacerdócio é uma dimensão específica de sua vocação salesiana, presente em todas as suas atividades, sendo ele, como Dom Bosco, padre sempre e em toda a parte ⁽¹⁰⁸⁾.

b. Formação teológico-pastoral

295

Haja uma séria formação teológico-pastoral com os estudos prescritos pela Igreja ⁽¹⁰⁹⁾, com uma duração mínima de quatro anos, ordenados e desenvolvidos segundo a nossa específica intencionalidade vocacional. Cuide-se particularmente dos estudos de salesianidade com explícita referência à figura de Dom Bosco padre. Não se permitam compromissos e estudos outros que os afastem do trabalho específico desse período formativo.

c. Prática pastoral

Uma prática pastoral precisa, programada e devidamente avaliada com a presença orientadora dos formadores prepare o salesiano para ser sacerdote:

296

(102) cf. Const. 36.41

(103) cf. Const. 44.128

(104) cf. Const. 34

(105) cf. Const. 20

(106) cf. Const. 29.107

(107) cf. Const. 65

(108) cf. Const. 36

(109) cf. "La Formazione Teologia dei futuri sacerdoti", lettera della S. C. per l'Educaz. Cattolica, 1976

- no meio dos jovens a serviço da missão da comunidade inspetorial;
- encarnado no seu contexto social e eclesial;
- capaz de assumir as responsabilidades de animação na Família Salesiana ⁽¹¹⁰⁾.

297 d. Comunidade formadora e centro de estudos

Valem para esta fase as normas estabelecidas para o imediato pós-noviciado a respeito dos tipos de estruturas possíveis ⁽¹¹¹⁾. As relações entre comunidade formadora e centros de estudo sejam bem precisadas para cada caso de maneira a assegurar as exigências específicas de ambas.

298 e. Identidade do Salesiano sacerdote

O CG21 reconhece que o aprofundamento da identidade do Salesiano sacerdote na linha das Constituições (art. 35-36) e do CGE (141-144) tornará mais fácil o trabalho da formação sacerdotal do Salesiano padre. Pede ao Dicastério para a formação que nos próximos anos continue a aprofundar este ponto.

2.2 Formação do Salesiano coadjutor

- 299** A especificidade do salesiano coadjutor na comum vocação religioso-salesiana exige que se aprofunde a laicidade consagrada numa única formação de base. Portanto, embora seja plenamente válido para o Salesiano coadjutor quanto neste documento se afirmou sobre as fases da formação nos n.^{os} 262-291, devemos acrescentar ainda uma palavra sobre a formação específica.

Ao passo que para o candidato à vida sacerdotal a Congregação é chamada a precisar o currículo formativo já estabelecido em linhas gerais pela Igreja, “para o Coadjutor trata-se muitas vezes de potencializar, senão de criar, a praxe forma-

(110) cf. Const. 5

(111) cf. n. 282-283 deste Documento

tiva que garanta o desenvolvimento harmonioso e integral da sua personalidade humana e religiosa tendo em vista a missão apostólico-educativa que são chamados a cumprir no seio da Congregação ⁽¹¹²⁾.

O CG19 ⁽¹¹³⁾, o CGE ⁽¹¹⁴⁾ e o Dicastério para a formação ⁽¹¹⁵⁾ estabeleceram normas e orientações a respeito. O CMSC ⁽¹¹⁶⁾ estudou com profundidade o argumento, esclarecendo-o e enriquecendo-o.

Toda a formação recebe a sua orientação específica da natureza da vocação salesiana ⁽¹¹⁷⁾. É necessário, pois, ter presente quanto afirma o documento do CG21 sobre o Salesiano coadjutor ao tratar da sua identidade e da sua ação apostólica.

Devemos tomar consciência da urgente necessidade de uma formação adequada e atualizada para o Salesiano coadjutor ⁽¹¹⁸⁾: deve considerar-se problema absolutamente prioritário.

Situação

300

Não obstante as orientações do CGE e de outros documentos sucessivos, os CI 77 reconhecem que estamos ainda longe de uma preparação adequada do Salesiano coadjutor.

Iniciativas houve de várias espécies e algumas realizações promissoras. Bom número de Inspetorias preocupou-se com o problema nos Capítulos inspetoriais e aprovou diversos programas para a formação dos Salesianos coadjutores, mas no conjunto verifica-se insuficiente preparação, cultural e pastoral, apropriada às exigências religiosas e apostólicas de hoje ⁽¹¹⁹⁾ e aos novos misteres que a Congregação confia ao Salesiano coadjutor.

Houve dificuldades para providenciar após o noviciado adequada formação não somente técnico-profissional, mas também religiosa, apostólica e salesiana ⁽¹²⁰⁾. Quando na realidade

(112) ACGE 660

(113) cf. ACS 244 p. 71-75

(114) cf. ACGE 660.688.692d.701b

(115) cf. "Formazione salesiana", Roma 1973, p. 28-35

(116) cf. ACMSC p. 375-478 e 558-562

(117) cf. Const. 100

(118) cf. ACMSC p. 19

(119) Sch Prec 382

(120) RRM 158

o Salesiano coadjutor é chamado a ser sobretudo educador e apóstolo salesiano.

De modo geral faltam ainda na Congregação novas experiências concretas e talvez também programas, conteúdos, tempos e modos de formação que possam orientar e servir de base aos diversos Diretórios inspetoriais da formação ⁽¹²¹⁾.

A grande diversidade de funções do Salesiano coadjutor na comunidade salesiana e também o escasso número de vocações tornam difícil uma programação formativa bem como a sua realização ⁽¹²²⁾.

DELIBERAÇÕES

301 a. Currículo formativo

As possibilidades concretas de viver na Congregação a laicidade consagrada são múltiplas e variadas. Essa multiformidade exige que os Diretórios inspetoriais da formação prevejam um currículo formativo sério, mas flexível e adaptável quer à natureza própria das diversas tarefas, quer às possibilidades concretas dos candidatos.

Quando a idade ou a preparação cultural do Salesiano coadjutor o exigirem, o Inspetor com o seu Conselho pode adaptar o currículo comum a essas situações particulares.

302 b. Algumas características da formação laical do Salesiano coadjutor

O CG21 assinala alguns elementos específicos da formação do Salesiano coadjutor, que se devem ter presentes em todas as fases e constantemente integrar a nível de estudo-reflexão e de prática-experiência:

- **uma formação religioso-salesiana que ajude a compreender e garantir sempre melhor o sentido e o valor da laicidade consagrada na Congregação salesiana. No progressivo aprofundamento da espiritualidade salesiana procure-se desenvolver sobretudo os aspectos específicos da sua**

(121) ACMSC p. 559, prop. 19; Sch Prec 405

(122) cf. RRM 158

laicidade consagrada ⁽¹²³⁾, e a sua recíproca complementariedade com o Salesiano sacerdote dentro da comunidade salesiana ⁽¹²⁴⁾;

- uma formação que tenda a fazer do Salesiano coadjutor um educador salesiano leigo ⁽¹²⁵⁾. Por isso é necessário oferecer a todos os Salesianos coadjutores, segundo as suas funções, adequada preparação pedagógica, humanista e salesiana ⁽¹²⁶⁾;
- uma formação teológico-catequística suficiente para aprofundar o sentido da própria vocação religiosa e apostólica, para melhor compreender a presença de Deus nas realidades do mundo em que se acha inserido e para testemunhá-la e anunciá-la com coerência de vida e ação ⁽¹²⁷⁾.
- uma preparação técnico-profissional que lhe dê, conforme as próprias possibilidades e o caráter educativo-pastoral da sua vocação, competência pelo menos igual à de um leigo que na sociedade civil exerça a mesma profissão ⁽¹²⁸⁾;
- uma educação social-política que o prepare para a ação educativa específica, particularmente no mundo do trabalho ⁽¹²⁹⁾.

c. O imediato pós-noviciado

303

É desejável que clérigos e coadjutores levem vida comum na mesma comunidade formadora ⁽¹³⁰⁾ onde vêm valorizadas as duas formas da única vocação salesiana.

É conveniente que os estudos técnico-profissionais sejam acompanhados de uma preparação filosófica, pedagógica e catequística necessária para o apostolado dos Salesianos coadjutores e proporcionada às diversas situações.

d. Formação superior

304

Concluída a experiência apostólica e formativa do tirocínio, o Salesiano coadjutor que continua os estudos a nível supe-

(123) cf. n. 186-191

(124) cf. n. 294

(125) cf. Reg. 92

(126) cf. ACGE 688

(127) cf. ACGE 688, 701b

(128) ACMSC p. 560, prop. 19.3b

(129) cf. ACMSC p. 560, prop. 19.3a

(130) cf. n. 281-284

rior, deve encontrar os meios e as facilidades necessárias ⁽¹³¹⁾. Muito importante é a escolha do centro de estudos e de um ambiente comunitário particularmente rico de experiências salesianas e de reflexão vocacional.

Essa formação deve ser acompanhada, ou seguida imediatamente, de estudos teológicos e salesianos proporcionados aos estudos técnico-científicos feitos ⁽¹³²⁾ para ajudar o Salesiano coadjutor na progressiva maturação da sua vida religioso-apostólica ⁽¹³³⁾.

305 e. Os formadores

Por fidelidade ao carisma de fundação os formadores devem procurar conhecer, apresentar e fazer apreciar melhor a identidade salesiana nas duas dimensões da vocação religioso-salesiana: a laical e a sacerdotal ⁽¹³⁴⁾. Isto se faça sobretudo ao longo de todo o período formativo:

- o Salesiano coadjutor deve estar presente, sempre que possível, nas estruturas de formação não somente com funções de formação cultural e técnica, mas sobretudo com empenhos de formação para a vida religiosa e salesiana. Por isso, nos próximos seis anos tenha-se especial cuidado na preparação de Salesianos coadjutores capazes de desempenhar convenientemente a função de formadores;
- o Salesiano sacerdote que participa do processo formativo do Salesiano coadjutor tenha presentes as características laicais dessa vocação específica a fim de saber compreender, promover e fazer crescer eficazmente o jovem chamado por Deus para seguir a Cristo na laicidade consagrada salesiana.

306 f. fter pós-capitular

Nos próximos anos o Inspetor com o seu Conselho, através da Comissão inspetorial para a formação, programe com particular cuidado os diversos elementos do currículo formativo do Salesiano coadjutor, integrando-os no Diretório inspetorial da formação.

(132) cf. CGE 688

(133) cf. "Gli studi e la formazione intellettuale del Salesiano", Roma 5.8.77 n. 94-95

(134) cf. ACGE 184. 2

(131) cf. Reg. 82

TERCEIRA PARTE

A FORMAÇÃO PERMANENTE

1. A SITUAÇÃO ATUAL

A rapidez atual das transformações sócio-culturais evidencia em alguns Salesianos formas de inaptidão educativa e apostólica e de desgaste da vida consagrada que demonstram a necessidade urgente de uma renovação pessoal e comunitária ⁽¹³⁵⁾. 307

Para atender tal urgência e aplicar as deliberações do CGE ⁽¹³⁶⁾, o Conselho Superior, as Inspetorias, os Grupos de Inspetorias e as comunidades locais realizaram certo número de iniciativas de formação permanente ⁽¹³⁷⁾.

Algumas iniciativas e experiências podem considerar-se bem sucedidas, outras tiveram resultado menos satisfatório ⁽¹³⁸⁾.

Entre as causas das deficiências podem-se apontar: falta de mentalização dos Salesianos e das comunidades que têm ainda um conceito estático da formação ou se acham presos a formas de trabalho que os esvaziam interiormente; certo equívoco pelo qual a formação permanente é vista somente como atualização cultural; número insuficiente e limitações dos cursos; falta de tempo para frequência e assimilação; a falta de animadores e peritos ⁽¹³⁹⁾.

Por isso o CG21 julga necessário repropor sistematicamente o assunto.

(135) RRM 71.177; "Formazione Salesiana", Doc. del Dicastero per la Formazione, 1973 n. 646

(136) ACGE 690f. 701; Const. 118; Reg. 93.94; "Formazione salesiana" n. 313

(137) RRM 7.164, 165, 166; numerosos Atos dos CI 77; RDF 3,13; 4,2; 5,3

(138) RRM 165.166

(139) RRM 76. 166; RDF 5,3

2. LINHAS DE REFLEXÃO

308 2.1 O conceito de formação permanente

A formação não é, ou quando menos não é apenas uma determinada estrutura formativa, nem uma etapa provisória da vida. Não se esgota, por conseguinte, nos cursos de requalificação e atualização teológica, pastoral e profissional, ainda que necessários.

Não é sequer uma fase ulterior da primeira formação, embora a pressuponha.

A formação permanente é um princípio organizador que inspira e orienta a formação ao longo de todo o período da vida.

Formação e cultura pessoal concebem-se hoje mais como capacidade indefinida de aprender frente à vida, do que como aquisição de noções.

Assim sendo a formação permanente comporta:

- uma continuidade essencial durante toda a vida do processo formativo, do crescimento da pessoa e da sua inserção construtiva na sociedade;
- uma atitude de conversão permanente, no discernimento da voz do “Espírito que renova a face da terra”;
- um empenho pessoal e comunitário para renovar continuamente a própria fidelidade dinâmica e criativa, no hoje da história, ao ideal de Dom Bosco, para ir aos jovens com uma proposta educativa adequada e atual ⁽¹⁴⁰⁾.

Conquanto seja antes de tudo uma atitude pessoal e um empenho comunitário geral, não pode reduzir-se a simples estado de ânimo. Ela compromete o Salesiano individualmente e as comunidades, e concretiza-se em atividades determinadas, pessoais e comunitárias, em estruturas mestras, num clima de animação salesiana e de viva participação comunitária.

2.2 Motivações

309 A formação permanente é necessária por diversos motivos:

- o carácter evolutivo e dinâmico da personalidade humana impõe constante abertura quer a nível de síntese doutrinária quer de projeto de vida;

(140) ACGE 659; Const. 118

- a vida cristã é de sua natureza um crescimento contínuo em Cristo, na atenção vigilante ao Espírito, presente nos acontecimentos da história, os quais esperam de nós uma decifração e uma resposta de fé; a própria Igreja acha-se em estado de contínua renovação;
- a vocação salesiana, voltada para a juventude, isto é, para a parte da humanidade que mais que qualquer outra é sempre nova e imprevisível, exige criatividade e dinamismo sempre renovados.

Mas hoje é para nós particularmente urgente pelo fato que: **310**

- os ritmos sempre mais acelerados das transformações do mundo em que vivemos nos provocam de maneira muitas vezes inquietante e nos apresentam perguntas que exigem respostas exatas a nível pessoal;
- sob o estímulo do progresso técnico, a rapidez e a continuidade das informações levaram a uma sociedade e a uma cultura pluralista na qual é indispensável constante confrontação crítica sobre a base do projeto de vida escolhido;
- as próprias transformações solicitam-nos a contínua renovação a fim de manter legível o nosso testemunho e eficiente o nosso serviço apostólico;
- as funções formativas confiadas pelo CGE a toda a comunidade inspetorial impõem-lhe a urgência de um reabastecimento espiritual e apostólico e de uma atualização doutrinária que a torna deveras formadora.

2.3 O sujeito

311

O sujeito da formação permanente é antes de tudo a pessoa do Salesiano. Nada poderá substituir-se ao seu empenho livre e convicto. Ninguém poderá percorrer por ele o itinerário da renovação.

Sujeito da formação permanente é além disso a comunidade salesiana enquanto educadora dos seus membros, mas também enquanto necessitada ela própria de contínua renovação na fidelidade a Dom Bosco e de discernimento do Espírito.

A comunidade salesiana é sujeito de formação permanente na sua essencial relação educativa com os jovens. É essa relação que estimula a renovação também espiritual, que ofe-

rece motivações, critérios de verificação e indicação de atualização.

2.4 Objetivos

- 312 Objetivos da formação permanente são por conseguinte: a renovação dos Irmãos individualmente, a reatualização da sua vocação salesiana, da sua eficiência apostólica, da sua maturidade humana (mentalidade aberta e crítica, sentido de responsabilidade, capacidade de comunicação e diálogo, oblatividade, criatividade, etc.).

A formação permanente propõe-se além disso a renovação da comunidade como tal na comunhão fraterna, na capacidade de anúncio e de testemunho, na inserção orgânica numa pastoral de conjunto.

2.5 Áreas da formação permanente

- 313 A formação permanente, como esforço de crescimento vital, abrange todos os aspectos da personalidade do Salesiano, e conseqüentemente:
- a espiritualidade mediante um aprofundamento da fé dirigido a uma contínua conversão e à busca da plenitude vocacional;
 - a identidade salesiana, portanto o projeto religioso-apostólico de Dom Bosco e o seu método pedagógico pastoral ⁽¹⁴¹⁾;
 - o âmbito teológico-pastoral, a dinâmica de comunidade, a hodierna condição juvenil;
 - a profissionalidade, as novas metodologias operativas e o repensamento de mentalidade que comportam.

(141) ACGE 670

3. ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

3.1 Critérios de organização

As iniciativas, estruturas e programas para fomentar a formação permanente inspiram-se nestes critérios: 314

3.1.1 Unidade e descentralização segundo as normas das Constituições⁽¹⁴²⁾. A qualidade formativa e salesiana das iniciativas de formação permanente deve ser garantida pela assistência, orientação e decisões oportunas do Conselho Superior. Caberá a ele aprovar a criação dos Centros interinspetoriais e inter-regionais.

As Regiões e as Inspetorias respectivamente, programam a execução e a adaptação local e por elas se responsabilizam segundo as exigências reais da própria situação e cuidando do patrimônio carismático da unidade.

3.1.2 Continuidade e gradualidade⁽¹⁴³⁾. 315

A formação permanente do Salesiano deve desenvolver-se sem rupturas, sem soluções de continuidade ou negação da formação recebida. Isso deve resultar claro tanto nos conteúdos doutrinários, de vida espiritual, quanto no método, linguagem e formas didático-pedagógicas, sem que por isso se reduza a pura repetição ou ampliação do currículo inicial.

3.1.3 Caráter prático e vital⁽¹⁴⁴⁾ 316

O protagonista da formação permanente é um indivíduo inserido na vida concreta. Dificuldades, possibilidade de crescimento e funções são condicionadas pela sua situação. A programação e o método da formação permanente devem atender essa instância, e as finalidades propostas devem referir-se especialmente a ela.

(142) Const. 106

(143) ACGE 660.691

(144) ACGE 671

317 3.1.4 Salesianidade ⁽¹⁴⁵⁾

A vocação salesiana deve ser o tema unificador e qualificador da formação permanente e na totalidade dos conteúdos e perspectivas ocupe um lugar de relevo.

3.2 Responsabilidade aos vários níveis**318 3.2.1 O Salesiano**

Cada Irmão como responsável pelo crescimento próprio e da comunidade em que vive e age, reforce ou eventualmente recupere com oportuno programa de vida a capacidade e o hábito da leitura sistemática, do estudo das ciências próprias da sua missão, a disposição à oração pessoal, à meditação, à direção espiritual e à liturgia penitencial ⁽¹⁴⁶⁾.

Nesse trabalho será fraternalmente assistido pela Congregação através dos vários responsáveis. Estes acompanham o empenho ordinário do crescimento e provêm às iniciativas indispensáveis.

3.2.2 Nas iniciativas ordinárias têm especiais responsabilidades:

319 a. O Diretor. Sendo a comunidade local o lugar ordinário da formação permanente, a figura do Diretor, o seu testemunho, ação e mentalidade têm importância decisiva. A sua tarefa de animação religiosa e pastoral e de direção espiritual ocupe lugar privilegiado no desenvolvimento do seu serviço, em relação aos demais compromissos ⁽¹⁴⁷⁾.

b. O Inspetor. Cabe-lhe animar a vida religiosa e cuidar da formação integral e permanente dos irmãos⁽¹⁴⁸⁾. Para tanto:

— apóie com o contacto pessoal o empenho de renovação dos Irmãos;

— programe com o seu Conselho as atividades e iniciativas que dizem respeito à formação permanente dos Irmãos e a qualificação dos formadores e animadores, especialmente dos Diretores ⁽¹⁴⁹⁾;

(145) ACGE 660; Const. 100

(146) ACGE 659

(147) ACGE 672; Const. 182; Reg. 153.155.157

(148) Const. 168

(149) ACGE 690f

— zele pelo cumprimento dessa programação seguindo de modo particular a vida ordinária das comunidades locais ⁽¹⁵⁰⁾.

c. Animadores-formadores. A formação permanente requer pessoas preparadas para essa função e, ao menos a nível interinspetorial, com possibilidade de dedicar-se a ela por tempo integral.

d. Pessoal salesiano qualificado. O pessoal salesiano qualificado considere este serviço aos Irmãos como prioritário com relação a outros trabalhos ocasionais e além das próprias obrigações.

3.2.3 Nas iniciativas extraordinárias e para a animação em campo mais vasto:

a. Os Conselheiros regionais. São responsáveis, com os Inspectores interessados, pela atuação dos programas interinspetoriais de formação permanente. Favoreçam, pois, maior colaboração e coordenação entre as Inspetorias. 320

b. O Conselheiro para a formação. “Cabe-lhe o cuidado e a responsabilidade da formação integral e permanente do Salesiano” ⁽¹⁵¹⁾. De acordo com o respectivo Regional exige das Inspetorias a programação e a atuação de linhas práticas respeitantes a formação permanente dos Irmãos; tenha especial cuidado do andamento dos Centros de formação permanente e das casas de espiritualidade.

c. O Reitor-Mor. Como pai e centro de unidade, promove constante e renovada fidelidade à vocação salesiana ⁽¹⁵²⁾. O que comporta também a função de animar os Irmãos na formação permanente. E o fará com o governo ordinário, com o magistério (palestras e circulares), com contactos, visitas e encontros com grupos e pessoas ⁽¹⁵³⁾.

3.3 Estruturas

3.3.1 Inclua-se nos documentos normativos da formação salesiana (Ratio Institutionis, Ratio Studiorum, Diretórios Inspetoriais) um capítulo sobre a formação permanente. O tra- 321

(150) Reg. 93

(151) Const. 139

(152) ACGE 714. 719; Const. 129

(153) ACGE 701

tado sobre a formação inicial assuma a perspectiva da formação permanente como princípio organizador e orientador.

- 322 3.3.2 A Comissão inspetorial para a formação compete também a programação da formação permanente dos Salesianos e a sua atuação sob a dependência do Inspetor e do seu

Conselho.

- 323 3.3.3 As Regiões, os Grupos lingüísticos, ou as Conferências inspetoriais tenham, segundo a possibilidade e conveniência, seu Centro de formação permanente. As iniciativas interinspetoriais que nele se desenvolvem estão sob a responsabilidade dos Inspetores da Região ou Conferência interessada, do Conselheiro regional e do Conselheiro para a formação.

- 324 3.3.4 O Centro "Salesianum" de Roma tenha como uma das suas tarefas específicas a de preparar Diretores e Animadores para os outros Centros regionais.

- 325 3.3.5 Para os cursos de formação permanente dos Irmãos pode-se aproveitar também dos Centros inter-religiosos, mormente quando a inserção na pastoral da Igreja local o aconselhe, e a presença dos Salesianos comporte um intercâmbio enriquecedor com os outros religiosos.

3.4 Linhas de ação

3.4.1 A nível local

- 326 a. Faça-se da comunidade local o lugar privilegiado da formação permanente evitando qualquer dicotomia ou descontinuidade entre paradas fortes e vida de comunidade. A vida de comunhão e trabalho apostólico é ocasião contínua de desenvolvimento pessoal. A comunidade apóia este processo valorizando e enriquecendo todos os tempos, meios e aspectos comunitários que nos levam a maior compreensão e profundidade da nossa vocação ⁽¹⁵⁴⁾.

(154) Const. 100

Deles citamos:

- os tempos de oração comunitária, meditação participada, reflexão sobre o Evangelho e revisão de vida; os retiros mensais e trimestrais;
- os momento de participação e de co-responsabilidade (Conselho, Assembléia, reuniões) e de comunicação comunitária;
- as ocasiões de aprofundamento salesiano como o colóquio com o Diretor, as conferências ⁽¹⁵⁵⁾, as boas-noites;
- a comunicação com a comunidade inspetorial e com a Congregação mediante a leitura em comum e comentada das comunicações do Inspetor e das diretrizes do Reitor-Mor;
- a participação nos interesses da Igreja mediante o conhecimento pessoal e comunitário das suas orientações.

b. As comunidades locais deverão programar a própria atividade de maneira a garantir aos Irmãos a participação nos tempos de oração, reflexão em comum e também “o tempo necessário para uma atualização pessoal contínua” ⁽¹⁵⁶⁾. 327

c. A comunidade favoreça o empenho do Irmão com meios oportunos: ocasiões de intercâmbio a nível de estudo, participação em conferência e encontros pastorais, adesão às propostas de formação da Igreja local, aprendizado e exercício sistemático de comunicação (training de comunicação), biblioteca funcional atualizada, um ambiente comunitário reservado ⁽¹⁵⁷⁾, que favoreça o clima de recolhimento, oração e trabalho pessoal. 328

d. A comunidade local favoreça também a formação dos Irmãos mediante os encontros de reflexão e as experiências religiosas com os jovens e os outros destinatários da nossa missão. 329

(155) cf. Reg. 157

(156) Reg. 93

(157) Reg. 39

3.4.2 A nível inspetorial

- 330 a. Os Inspectores e os Delegados, ao apresentarem os documentos capitulares, ponham em evidência a importância da formação permanente. A Comissão inspetorial para a formação continue depois o trabalho mediante oportunas intervenções.**
- 331 b. Meios e ocasiões ordinárias a nível inspetorial são as reuniões dos Diretores, Ecônomos, Animadores pastorais e de outros Irmãos. Nelas, além de tratar de aspectos administrativos e organizacionais, haja também a preocupação com a vida religiosa e com o progresso espiritual e doutrinal dos Salesianos.**
- 332 c. Os Exercícios Espirituais têm particular eficácia sobre o crescimento pessoal e a comunhão inspetorial e devem ser valorizados mediante a preparação dos Irmãos, e a atualização das formas e dos Animadores.**
- 333 d. A Inspeção programe também encontros breves segundo as próprias possibilidades para favorecer o esforço de formação permanente (por exemplo, sobre temas bíblicos, catequísticos, pastorais, de vida religiosa, salesianidade, etc.).**
- 334 e. A Inspeção cuidará de maneira particular dos sacerdotes que se encontram nos primeiros anos de ministério: além do acompanhamento pastoral providenciará uma ulterior preparação nas disciplinas próprias do sacerdote salesiano: catequese, pastoral juvenil, etc. Tome-se análoga providência em relação aos salesianos coadjutores nos primeiros anos da sua inserção plena no trabalho pastoral.**
- 335 f. Ofereça-se periodicamente a todos os Salesianos, após a profissão perpétua, a possibilidade de um tempo de conveniente duração para a renovação da sua vida religiosa e pastoral. As Inspeções na sua programação de trabalho tenham em conta essa exigência. Cada Irmão responda generosamente a este apelo de formação para o bem próprio e da comunidade.**

- g. Dê-se prioridade no próximo sexênio ao tema da salesianidade e ao estudo das Constituições.** 336
- h. Cada Inspetoria ou Grupo de Inspetorias providencie no próximo triênio a preparação de peritos em salesianidade aproveitando do serviço da UPS.** 337
- i. A formação permanente requer o redimensionamento das obras e das atividades como fato de crescimento qualitativo. O CG21 confirma a necessidade de aplicar os critérios de redimensionamento dados pelo CGE também para possibilitar a formação permanente dos Irmãos.** 338
- 3.4.3 A nível regional e mundial**
- a. Programem-se para o próximo triênio cursos longos no "Salesianum" de Roma para Diretores e Animadores de Centros regionais de formação permanente.** 339
- b. O Conselho Superior organizará periodicamente iniciativas tendentes à qualificação específica dos Inspetores para o seu papel de animadores das comunidades inspetoriais.** 340
- c. A qualificação específica dos Diretores será feita mediante iniciativas interinspetoriais organizadas, ao menos cada três anos, sob a coordenação da Conferência ou do Regional com os Inspetores interessados.** 341
- d. As Conferências ou Grupos lingüísticos devem providenciar bibliografia salesiana suficiente e atualizada na própria língua. É também desejável a formação, a nível regional, de grupos de estudos salesianos, com possibilidade de serviços e publicações.** 342

CG21 425/4.2.6

DOCUMENTO 4

**“OPERA PAS”
E UNIVERSIDADE
PONTIFÍCIA
SALESIANA**

SUMÁRIO

	n.
PREMISSAS	343-345
1. Linhas de verificação	346-352
1.1 Principais pontos pacíficos	346-347
1.2 Aspectos positivos	348-350
1.3 Aspectos problemáticos	351-352
2. Orientações práticas	353-370
2.1 Caráter claramente eclesial e salesiano dos objetivos ..	354
2.2 Atenção especial à realidade juvenil e popular	355
2.3 Programações apropriadas	356
2.4 Destinatários identificáveis nos objetivos e nas programa- ções da UPS	357
2.5 Particular co-responsabilidade dos Salesianos	358
2.6 Especializações e programas	359
2.7 Reestruturação no campo da organização didática	360
2.8 Cursos não acadêmicos	361
2.9 Intercâmbio salesiano	362
2.10 Professores	363-365
2.11 Aspecto financeiro	366
2.12 Comunidades salesianas e formadoras	367-369
2.13 Modificações de Estatutos	370

“OPERA PAS”

e

UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA SALESIANA

PREMISSAS

1. Em conformidade com o mandato do CGE (ACGE, 705.i) o Conselho Superior ofereceu aos membros do CG21 uma útil síntese de avaliação da vida do PAS-UPS dos anos de 1972-1977 e sublinhou a oportunidade que o Capítulo deliberasse “as orientações concretas com relação ao conseguimento da finalidade específica dessa universidade, em vista da qual a Congregação a sustenta e incrementa”. 343

O CG21 assumiu responsavelmente essa tarefa, no âmbito do trabalho de verificação da vida da Congregação e das perspectivas de ação nos próximos anos. Sua intervenção é, além disto, expressão de fraterna solidariedade com os Irmãos que, no maior Centro acadêmico salesiano, são chamados a realizar de forma particularmente significativa, a missão da Congregação ⁽¹⁾.

Tendo presente que no CGE a denominação P.A.S. compreendia tanto a atual “Opera PAS”, quanto a UPS, o CG21 voltou sua atenção para o inteiro conjunto religioso e acadêmico. Todavia, julgou dever ocupar-se de preferência com a UPS, focalizando na Relação do Conselho Superior (concl. b) “um juízo global positivo a respeito da reestruturação da “Opera PAS” e um progresso na realização das orientações do CGE”, enquanto “ainda resta levar adiante o delicado trabalho da reorganização unitária do setor acadêmico” ⁽²⁾.

(1) Const. 2

(2) Para a exata compreensão do documento é oportuno ter presente que o que se costumava chamar de PAS, compreende hoje:

a) A Universidade Pontifícia Salesiana (UPS); assim: o centro de estudos constituído por 5 Faculdades (Teologia, Direito Canônico, Filosofia, Ciências da Educação, Letras Clássicas e Cristãs).

b) A Delegação da “Opera PAS”: um grupo escolhido de Irmãos organizados em comunidade na circunscrição romana da Piazza Ateneo Salesiano, 1, com o escopo específico de desenvolver a missão da nossa Congregação através da Universidade Pontifícia Salesiana. A “Opera PAS” é dirigida por um Superior, delegado

- 344 2. Ao cumprir esse compromisso de avaliação e orientação, os membros do CG21 tiveram à disposição uma vasta documentação. Porém, mais imediatamente se valeram do seguinte:
- 2.1 as *Diretrizes para a ação* do CGE no que se referem ao PAS, n. 702-705;
 - 2.2 a carta do Reitor-Mor — Grão Chanceler ao Reitor da UPSm de 10.1.1977;
 - 2.3 *a relação do Conselho Superior a respeito da reestruturação do PAS de 1972 a 1977* (CG21 1/6.7 Roma 1.12.77); em particular:
 - a. as conclusões da Comissão pós-capitular,
 - b. as conseqüentes deliberações do Conselho Superior e algumas realizações,
 - c. os dados relativos à visita canônica do P. Egídio Viganó e à primeira Assembléia Capitular da Comunidade “Jesus Mestre”,
 - d. as informações a respeito da ereção da Delegação da “Opera Pas” e a estrutura atual,
 - e. os resultados e as deliberações do Capítulo 1976-1977 da Delegação PAS,
 - f. o conjunto dos estudos, não concluídos, sobre a reestruturação acadêmica da UPS,

do Reitor-Mor, com faculdades específicas, análogas às que competem a um Inspetor; um especial “Estatuto da Delegação” lhe regula as modalidades de vida e de trabalho em harmonia com os Estatutos acadêmicos.

c) Na Delegação existem:

— *Comunidade do pessoal da UPS*: hoje elas são duas: a de “Jesus Mestre” e a de “S. Domingos Sávio”; e

— *Pensionatos para estudantes salesianos* na UPS: são também dois: o de “S. João Bosco” e o do “Bem-aventurado Miguel Rua”. Estes pensionatos são comunidades para Irmãos não mais em período de “formação inicial”.

d) Os jovens alunos do 1.º ciclo de filosofia e de teologia entram na Universidade vindos de comunidades formadoras não dependentes da Delegação da Obra PAS.

- 2.4 os Esquemas Pré-capitulares, n. 466-467;
- 2.5 o trabalho de síntese realizado por um grupo de estudo formado por Capitulares (grupo UPS do CG21).
3. O processo de conhecimento e discernimento e as relativas propostas permitiram atingir os seguintes objetivos: **345**
- 3.1 realizar uma *verificação* conjunta do PAS-UPS no quinquênio 1972-77;
- 3.2 determinar, aperfeiçoar e reatualizar as *orientações práticas* do CGE em vista das futuras tarefas.

1. LINHAS DE VERIFICAÇÃO

O CG21 constata que também no PAS-UPS o CGE encontrou eco positivo, produzindo bons frutos em muitos setores, embora deixando abertos alguns problemas que julga suscetíveis de rápida solução.

Antes, porém, de focalizar alguns aspectos positivos ou mesmo problemáticos, o CG21, considerando globalmente a história do PAS-UPS e suas finalidades institucionais, assume como pacíficos alguns dados fundamentais.

1.1 Principais pontos pacíficos

- 1.1.1 A legítima função da UPS no quadro da realidade salesiana, a serviço da Congregação e como expressão qualificada da sua missão na Igreja, com um específico potencial cultural e formativo. **346**
- 1.1.2 A existência de comunidades de Irmãos, expressamente destinados a realizar na UPS a missão salesiana.
- 1.1.3 A estrutura da UPS com as cinco Faculdades e respectivas atividades de âmbito eclesial, que estão no fundamento da sua qualificação de Universidade Pontifícia Salesiana, conforme o significado que lhe foi atribuído pelo "Motu Proprio *Magisterium Vitae*" de Paulo VI (24.5.1973) e em conformidade com quanto afirmou o CGE⁽³⁾.
- 1.1.4 As conseqüências imediatas oriundas desta realidade, já colocadas em foco por sucessivos documentos e radicalmente pelos ACGE: **347**

(3) cf. ACGE 702

a. empenho de serviço à Igreja e na Igreja, na fidelidade à tradição e ao Magistério católico ⁽⁴⁾,

b. serviço específico prioritário institucional à Congregação Salesiana e à sua missão ⁽⁵⁾,

c. abertura também para alunos externos, eclesiásticos e leigos ⁽⁶⁾,

d. sério nível universitário, didático e científico, com a relativa autonomia acadêmica e os caracteres próprios de um instituto científico de nível máximo, nos moldes reconhecidos pelos Estatutos ⁽⁷⁾,

e. desempenho de particular significado e responsabilidade com relação à especificidade salesiana, da Faculdade de Ciências da Educação, quer pelos aspectos de conteúdo eminentemente pedagógicos e catequéticos, quer pelos aspectos metodológicos (didático-formativos), como se deduz da carta do Reitor-Mor de 10.1.1977, n. 21, e do documento "*Magisterium Vitae*", que confere ao Ateneu o título de Universidade, determinando uma inserção toda especial na vida da Igreja: "O Pontifício Ateneu Salesiano vive e age eficazmente quase em todo o mundo, para promover, com os critérios e os métodos próprios do magistério universitário, a formação daqueles que, uma vez preparados, devem tornar-se formadores de outros, consoante o espírito do Santo Fundador, que se desenvolve no chamado 'sistema preventivo', e que não sem divina inspiração haure sua genuína natureza e força do mesmo Evangelho".

348 1.2 Aspectos positivos

1.2.1 Constituição da "opera Pas" como Delegação (junho de 1975) após um laborioso iter, começado no momento da supressão da Inspeção (outubro de 1972), com comunidade de Salesianos operando de modo estável, direta ou indiretamente, a serviço da UPS.

1.2.2 Inserção na Delegação e reorganização de apropriados Pensionatos para estudantes salesianos que terminaram o período da "formação inicial".

(4) cf. ACGE 702 B

(5) cf. ACGE 702 C

(6) cf. ACGE 702 A

(7) cf. SGUPS 1-3 e 6; ACGE 702 A

1.2.3 Profunda consciência do caráter universitário eclesial e salesiano da UPS e reorganização das suas atividades em conformidade com as orientações do CGE e dos novos Estatutos. De modo particular:

a. revisão e aprovação “ad experimentum” dos novos Estatutos (4.9.1973) cuja redação está em harmonia com as “Normae Quaedam” e com o novo “status” do PAS como universidade;

b. elaboração por parte das Faculdades das respectivas habilitações e programas, segundo a nova divisão curricular em ciclos; e ativação dos vários organismos colegiais exigidos pelos Estatutos;

c. particular vitalidade e funcionalidade salesiana das habilitações em Espiritualidade e Catequética, segundo ainda o que é relevado na Relação do Reitor-Mor ⁽⁸⁾;

d. sensível aumento de afluxo de Estudantes especialmente Salesianos para o 2.º ciclo da Faculdade de Teologia, enquanto continua boa a frequência à Faculdade de Ciências da Educação por parte de Estudantes, tanto eclesiásticos como leigos e, quanto à Catequética também por Salesianos (menos presentes nos currículos de Metodologia pedagógica e de Pedagogia da Escola);

e. primeira reestruturação dos Institutos e dos Centros, reorganização do Centro de Estudos Dom Bosco e constituição do Centro de estudos de História das Missões Salesianas (ambos os Centros gozam de particular regulamentação, que lhes sanciona o vínculo especial com o Conselho Superior);

f. melhor diligência na gestão econômica com balanços regulares anuais preventivos e consuntivos, rigorosamente examinados pelo Conselho de Administração e pelo Conselho acadêmico da UPS e pelo Conselho de Administração geral da “Opera PAS”;

g. consolidação e ampliação das afiliações de Centros Salesianos de Estudos Teológicos (Messina, Verona, Cremisan-Belém, Benediktbeuern, Barcelona, Salamanca, São Paulo, Guatemala) à Faculdade de Teologia (à qual está anexa como secção para a parte académica o Centro de Estudos Teológicos de Turim-Crocetta) e início — após as novas orien-

(8) cf. RRM 168

tações da S. Congregação para a Educação Católica — de afiliações à Faculdade de Filosofia (Benediktbeuern, Guatemala, Los Teques-Venezuela);

h. intensificação da atividade editorial (antes, através da PAS-Verlag de Zurique e agora pela LAS-Editora de Roma) com acentuado interesse por temas teológicos, filosófico-religiosos, pedagógicos e salesianos;

i. empenho direto ou participação de Faculdades, professores em reuniões, semanas e dias de estudo e cursos de Formação permanente.

- 350** 1.2.4 Trabalho de discussão e aprofundamento de problemas atinentes a melhor funcionalidade das estruturas acadêmicas, nascidas em força dos novos Estatutos. Esse trabalho foi realizado pela UPS em constante diálogo com os Superiores do Conselho, levando a evidenciar possíveis soluções (as quais, para serem consolidadas esperam as indicações contidas na nova Constituição da Igreja sobre os estudos eclesiais).

Entre os êxitos positivos de tal colaboração podem-se elencar:

- a.* a expressa disponibilidade à colaboração interdisciplinar;
- b.* a utilidade por todos admitida de uma organização didática em departamentos, com o objetivo de tornar efetiva a co-responsabilidade colegial formativa das Faculdades e a eliminação de inúteis duplicações no ensino e de cursos pouco interessantes em vista do seu conteúdo;
- c.* o avançado estado de elaboração de alguns problemas, já bem próximos da fase de realização concreta, como se indica nas *Orientações práticas*.

1.3 Aspectos problemáticos

- 351** Restam ainda alguns nós problemáticos, que exigem a reflexão operativa, sem contar este CG21, de todos os responsáveis pela fecundidade formativa específica da UPS.

1.3.1 Ativação de habilitações e especializações sem adequada coordenação recíproca e com duplicações não suficientemente motivadas (assim, as duas habilitações em Catequética; as habilitações em Pastoral Juvenil, Catequética, Metodologia pedagógica).

1.3.2 Caracterização pedagógica, não de todo satisfatória, de habilitação em Psicologia da educação (Cursos, tirocínios, dissertações para a licenciatura e o doutorado); e incerta finalização educativa e pastoral dos ensinamentos e pesquisas no campo das ciências humanas (Biologia, Psicologia, Sociologia).

1.3.3 Multiplicação de Institutos e de Centros e inadequada inserção de alguns nas estruturas acadêmicas (na UPS e nas Faculdades).

1.3.4 Carência de unidade formativa, causada pelo insuficiente entrosamento programático entre disciplinas, cursos, habilitações: o conceito rígido de autonomia das Faculdades, não superado pelo parcial intercâmbio de cursos e professores, causa inevitavelmente sensível diferença de atitudes mentais entre os respectivos alunos.

1.3.5 Dificuldades de encontrar, preparar e qualificar pessoal salesiano, docente e técnico, com incidências negativas sobre uma razoável mobilidade e sobre a oportunidade de colaboração e intercâmbio com outros Centros de Estudos Salesianos. **352**

1.3.6 Pequeno número de estudantes salesianos em algumas Faculdades e falta de aproveitamento de típicos cursos pedagógicos, como Metodologia pedagógica e Pedagogia escolar.

1.3.7 Sérias dificuldades econômicas, até hoje resolvidas com sacrifício por parte de quantos trabalham no PAS-UPS e do Economato Geral.

2. ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

O CG21 crê oportuno dar uma contribuição para superar as dificuldades e secundar os esforços em ato a fim de aumentar a vitalidade da UPS e reforçar-lhe a efetiva credibilidade, formulando algumas *orientações práticas*. **353**

Nesta colaboração com a UPS, o CG21 visa a colocar-se em sintonia com as intenções que estão na origem da fundação do máximo Centro de Estudos da Congregação e com a sua história, já autorizadamente interpretada pelo Reitor-Mor-Grão Chanceler, P. Luís Ricceri na carta ao Reitor da UPS de 10.1.1977.

As precisas indicações operativas que se seguem, são dadas para que o rico potencial da UPS se manifeste em níveis ainda mais altos para benefício da Congregação salesiana e para a dilatação da sua missão específica na Igreja.

2.1 Caráter claramente eclesial e salesiano dos objetivos

354 Para uma melhor compreensão prática do lugar que a UPS ocupa na Congregação e na Igreja e tendo presentes algumas perplexidades e incertezas verificadas ainda nestes anos dentro e fora da UPS, o CG21 quer reafirmar o caráter claramente eclesial e salesiano que a UPS deve constantemente apresentar.

Sobre este ponto vital, o CG21 retorna à constante e coerente aplicação dos Estatutos gerais (em particular o art. 2) e de cada Faculdade. Isto implica entre outras coisas:

2.1.1 operar constante e fielmente à luz do Magistério da Igreja e em harmonia com as Constituições Salesianas, mesmo na diversidade das relações exigidas pela autonomia metodológica das várias ciências;

2.1.2 cuidar com particular sensibilidade da vida da comunidade cristã e salesiana, na qual e pela qual a UPS existe e opera, e que deve orientar suas opções de campo;

2.1.3 promover o incessante diálogo entre as ciências humanas e as ciências religiosas e teológicas, aliás comum a todas as Universidades Católicas e particularmente exigente para as Universidades Eclesiásticas, reforçado pela peculiar intuição salesiana da vida de fé encarnada e vivida na realidade juvenil e popular, como salientou S.S. Paulo VI: “Difundi o anúncio evangélico mediante a contribuição viva, séria e meditada para a cultura catequética, pedagógica, psicológica”, que integra “o apostolado direto e pessoal no mundo juvenil, com particular atenção e dedicação às classes pobres, necessitadas e marginalizadas”⁽⁹⁾.

Tal clareza eclesial e salesiana, que é exigida para todas as Faculdades, torna-se ainda mais empenhativa para a Faculdade de Ciências da Educação. De fato, essa característica atinge de modo particular a nossa Universidade na Igreja⁽¹⁰⁾;

(9) cf. Paulo VI aos participantes do CG21, 26.1.78; n. 475

(10) cf. RCS, conclusão

nasceu, conforme a expressa vontade do P. Pedro Ricaldone, antes de tudo para “preparar... sempre melhor os Sócios Salesianos para a alta missão de educadores segundo o Sistema Preventivo que nos foi deixado como preciosa herança pelo nosso Santo Fundador” e “valorizar e difundir sempre mais os princípios de Pedagogia Católica”, com uma acentuação extremamente exigente do mesmo P. Ricaldone: “Parece-me supérfluo acrescentar que a Catequética terá sempre, no Instituto de Pedagogia do Ateneu e nas Casas de Formação, um lugar de absoluta preferência”⁽¹¹⁾.

2.2 Atenção especial à realidade juvenil e popular

355

Portanto, o serviço salesiano na Igreja da nossa Universidade participará plenamente dos conteúdos e do estilo da missão salesiana da Congregação, conforme as Constituições, segundo tudo quanto, em síntese, está sancionado no art. 2 dos Estatutos Gerais:

“A UPS ao cuidado de promover o progresso científico unirá a solicitude pastoral com relação aos problemas dos jovens e da sua educação, tendo presente o espírito e o ensinamento de Dom Bosco”⁽¹²⁾.

Efetivamente, “o eixo central de todo o trabalho é a organização da Universidade orientada para um serviço especializado da nossa missão juvenil e popular no mundo”⁽¹³⁾.

2.3 Programações apropriadas

356

Segue-se que a UPS deve programar seus cursos em vista destes fins, quer dizer, do tipo específico de serviço que a Congregação quer prestar. Este critério claro e qualificativo guiará constantemente a escolha das atividades, a organização dos cursos, a formação científica e pessoal oferecida. Para salientar ainda mais esta clareza ideal de orientação e serviço, o CG21 faz votos para que as Faculdades da UPS cuidem que nos planos de estudo dos estudantes salesianos sejam

(11) cf. ACS 106, 25 de agosto de 1941

(12) cf. Deve-se integrar com o art. 1,2 dos Estatutos da Faculdade de Teologia, como art. 1 dos Estatutos da Faculdade de Direito Canônico e com o art. 1,2 dos Estatutos da Faculdade de Ciências da Educação.

(13) cf. LGC conclusão; ACGE 703 e Sch Prec 198

introduzidos cursos que abordem aspectos significativos da salesianidade.

357 2.4 Destinatários identificáveis nos objetivos e nas programações da UPS

Consideram-se legítimos destinatários da UPS todos os que, pertencentes ou não à Família Salesiana — eclesiásticos, religiosos e leigos — aceitam-lhe a programação com seus caracteres específicos em relação aos *fins* e à qualificação própria da Universidade: *Pontifícia e Salesiana*.

Mas um ambiente particularmente favorável à própria qualificação e especialização, devem encontrar ali os alunos Salesianos enviados em vista dos serviços específicos que são chamados a prestar nas respectivas Inspetorias.

358 2.5 Particular co-responsabilidade dos Salesianos

Naturalmente tudo isto empenha a UPS, mas envolve toda a Congregação.

2.5.1 De uma parte, a existência da UPS está justificada pela possibilidade de prestar um serviço eficiente antes de tudo na Congregação e para a Congregação; disso deriva a necessidade de não faltarem alunos Salesianos, principalmente nas disciplinas filosóficas, pedagógicas, teológicas e pastorais, que atendem sobretudo à vocação e à missão salesiana. Ainda que a UPS não cumpra suas tarefas somente mediante a atividade didática, todavia esta constitui sempre sua razão de ser mais visível, a ponto de polarizar e estimular todas as demais formas de apostolado cultural.

2.5.2 De outro lado, a estrutura universitária não é independente; subsiste e age por força das intenções da Congregação que é responsável pela sua gestão. À Congregação, portanto, mediante seus órgãos de decisão (Capítulo Geral, Reitor-Mor, Conselho Superior) cabe influir na natureza dos programas e serviços, consoante os pedidos das Inspetorias e ainda conforme a vontade de desenvolver, através da UPS, um ou outro aspecto da própria missão na Igreja e no mundo, em harmonia com as atribuições institucionais e constitucionais.

2.6 Especializações e programas

A respeito da organização didática, levando em conta os resultados até aqui atingidos, o CG21 faz votos para que: 359

2.6.1 quanto antes, com um trabalho conjunto da Universidade e do Conselho Superior, sejam especificados o tipo e o número de licenciaturas, láureas e diplomas que as Faculdades deverão promover num futuro imediato; neste momento será muito precioso o parecer dos Inspetores;

2.6.2 igualmente, sejam definidos os Quadros orgânicos (cátedras etc.), que delimitem claramente os compromissos e permitam uma planificação adequada (pessoal, meios económicos etc...);

2.6.3 sejam redigidos e aprovados os textos, segundo as normas estatutárias, dos ordenamentos (Ordinationes) completos de cada Faculdade e da Universidade no seu conjunto.

2.7 Reestruturação no campo da organização didática

É convicção do CG21 que resultados ainda mais fecundos e um carácter mais unitário de conteúdos e de inspiração — científica, eclesial, salesiana — poderão ser atingidos pela UPS, se se chegar quanto antes a uma mais racional organização programática e didática: indicam-se as seguintes resoluções prioritárias: 360

2.7.1 Torne-se efetivo também no plano estrutural e, portanto, estatutário, o princípio de organização interdisciplinar e departamental. As Faculdades permanecerão organismos académicos de programação e administração, ao mesmo tempo que a gestão departamental garantirá a unidade da formação.

2.7.2 Faça-se uma seleção cuidadosa das matérias de ensino, de modo que sejam coerentemente funcionais a fim de atingir os objetivos que são visados por cada um dos grupos de estudantes, conforme os respectivos e legítimos interesses. Nesta perspectiva, será também possível manter uma relativa distinção entre o campo da pesquisa científica do professor, que tem características em parte diversas da sua atividade didática, e matérias efetivamente ensinadas, que se dirigem

aos alunos bem definidos em níveis culturais e formativos diferenciados em diversos momentos ou ciclos acadêmicos e com finalidades precisas.

2.7.3 Sejam salvaguardados na sua especificidade e no respectivo fim e nível formativo, os diversos ciclos de ensino, igualmente necessários à vida da Universidade. Com efeito, também o 1.º ciclo tem uma função precisa no conjunto, essencial não apenas para a organicidade cultural, mas também para a unidade da mesma formação intelectual.

2.7.4 Deve-se também encorajar o envio até para os primeiros ciclos, de Irmãos que pelas qualidades religiosas e intelectuais se mostrem particularmente idôneos para específicas tarefas na Congregação. Também para eles a UPS estará capacitada a oferecer sólidas bases formativas e culturais para ulteriores especializações, enquanto apropriadas comunidades formadoras contribuirão para seu emadurecimento global ⁽¹⁴⁾.

2.8 Cursos não acadêmicos

361 Conforme está previsto pelos Estatutos e pelas “Ordinationes” da Universidade, a UPS cuidará, ao lado dos currículos acadêmicos, de cursos mais breves, endereçados para a qualificação ou requalificação, principalmente dos Salesianos empenhados na vida ativa. Eis os de particular interesse para a Congregação:

- Cursos anuais ou bienais de espiritualidade e de pedagogia.
- Cursos anuais de atualização nas ciências eclesásticas, pastorais e educativas.
- Cursos intensivos para categorias particulares: Diretores, Mestres de Noviços, formadores de Salesianos, vigários, secretários inspetoriais, animadores, catequistas, professores, etc.
- Cursos anuais ou de verão sobre salesianidade, eventualmente ligados com o estudo da língua italiana.

Poder-se-ia pensar para o futuro, em cursos por correspondência (também com valor acadêmico) ou deslocados para outras regiões da Congregação.

(14) cf. RCS 12d

2.9 Intercâmbio salesiano

362

Mais: na linha das indicações do CGE 703-704, a UPS com seu pessoal qualificado — ulteriormente potencializado em quantidade e qualidade — intensificará a própria colaboração com as Inspetorias e com os Centros de Estudo, de pesquisa e de formação da Congregação: afiliações, intercâmbio de professores, atividades de animação, indicações críticas de livros e instituições científicas, relacionamento com os Ex-alunos e Amigos.

A “Opera PAS” e a UPS estarão ativamente disponíveis para encontros periódicos com os Superiores Regionais e Inspectores para troca de informações e avaliações a respeito de problemas de comum interesse.

2.10 Professores

363

Cientes da extraordinária responsabilidade formativa, não apenas no plano cultural e científico, os professores zelarão com solicitude pela dimensão universitária da própria vocação salesiana e pela solidariedade com a vida da Congregação e da Igreja. Nesta perspectiva eles poderão aprofundar a competência científica e a respectiva especialização, com espírito de iniciativa e sincera fidelidade aos deveres na Universidade.

O CG21 sublinha alguns aspectos do problema que parecem de maior urgência:

364

a. para a nomeação como professor adjunto sejam inseridas nas “Ordinationes”, as seguintes condições que explicitam quanto dispõe o art. 22,2 dos Estatutos:

- um período de experiência na específica atividade salesiana,
- a publicação de algum trabalho científico elaborado com a orientação de um professor.

b. A responsabilidade direta da Congregação na inteira vida da UPS exige que se estabeleça no Estatuto (ou nas “Ordinationes”) que o Colégio dos Professores seja constituído exclusivamente de Salesianos. A colaboração de outros será através da figura de professor “convidado”⁽¹⁵⁾.

(15) cf. SGUPS 20,4

c. Seja mais explícita nos Estatutos (ou nas “Ordinationes”) a condição “religiosa” do professor salesiano, de modo que se tenha por normal sua disponibilidade para outros encargos na Congregação.

365 d. O professor Salesiano da UPS não assumirá encargos de caráter contínuo e estável noutras Universidades — civis ou eclesiásticas — ou noutra organização-salesiana, sem o prévio e explícito consentimento do Grão-Chanceler. A mesma autorização é exigida antes que um professor da UPS comece o processo para participar em concursos, cátedras ou semelhantes. Esta norma será inserida nos Estatutos (ou nas “Ordinationes”).

e. As autoridades competentes providenciarão com urgência à progressiva e real internacionalização do pessoal docente ou de algum modo adstrito à UPS-“Opera PAS”.

366 2.11 Aspecto financeiro

Enquanto fica bem clara a viva apreciação pelos esforços conjuntos do Economato Geral e dos Irmãos que trabalham na “Opera-PAS”, o CG21 faz votos para que sejam estudadas formas de financiamento que ajudem a afrontar com relativa segurança as constantes dificuldades que envolvem particularmente a Delegação da Obra-PAS e a Congregação.

Em particular, recomenda que se fundem, com a contribuição de toda a Família Salesiana e de outros benfeitores, bolsas de estudo para Estudantes, principalmente salesianos, mandados pelas Inspetorias em dificuldade do ponto de vista econômico.

367 2.12 Comunidades salesianas e formadoras

A diferente composição e colocação das Comunidades do pessoal e dos estudantes da UPS não permitem orientações operativas unívocas. O CG21 deseja, todavia, oferecer algumas indicações.

a. As comunidades do pessoal sejam constituídas de maneira a responderem a todas as exigências da comunidade salesiana querida pelas *Constituições* e pelos *Regulamentos*, mas também de promoverem eficazmente aquela “clara orientação salesiana e eclesial” e aquela síntese da cultura e vida, que consintam a quantos trabalham no PAS-UPS viverem em plenitude a específica missão científica e formativa.

b. Particular importância para a preparação de pessoal salesiano solidamente estruturado, assumem as comunidades para estudantes salesianos, quer as inseridas na Delegação, quer as separadas dela ⁽¹⁶⁾.

368

Organizadas como “Comunidades formadoras” propriamente ditas, promoverão, com critérios seguros e modernos, a educação, isto é, o crescimento total da pessoa em todas as direções, de que o estudo é uma parte de importância decisiva, proporcionada através do ensino científico, eclesial e salesianamente qualificado da UPS, e outras atividades integrativas.

As autoridades religioso-formativas de tais comunidades são responsáveis, juntamente com os professores da UPS, pela inteira formação dos alunos, sobre os quais são competentes para darem juízos e tomarem providências, levando em conta não apenas o aproveitamento acadêmico, mas todo o amadurecimento da personalidade humana, eclesial e salesiana do estudante e, para os candidatos às Ordens sagradas, da sua formação eclesiástica.

Tais autoridades, além disso, podem e devem fazer chegar às competentes autoridades através dos legítimos canais, suas observações positivas e negativas a respeito da influência que o ensino da UPS no seu todo ou em alguma sua expressão determina sobre a formação dos estudantes; e as autoridades da UPS poderão exprimir análogo parecer sobre o equilíbrio, adaptação e empenho dos que são mandados por razões de estudo e formação.

c. Nos próximos anos o Conselho Superior, mediante os competentes Inspetores, procurará com solicitude que as “Comunidades Formadoras” dos Estudantes Salesianos existentes fora da “Opera PAS” sejam bem organizadas, favorecendo-lhe a internacionalização quer quanto aos alunos, quer quanto aos formadores.

369

2.13 Modificações de Estatutos

Estude o Conselho Superior em colaboração com os órgãos competentes da “Opera PAS” e da UPS, as modificações dos Estatutos que, em harmonia com as diretrizes da Igreja a respeito das Universidades Eclesiásticas, são julgadas neces-

370

(16) cf. RCS 1c. 11c. 12d

sárias e oportunas para acrescer a eficácia científica, eclesial e salesiana da ação da UPS.

a. De particular urgência mostram-se as que se relacionam com alguns temas indicados neste documento e, precisamente, as Orientações Práticas n. 6, a, b, c; 7 a; 10 b, c, d;

b. Além disso, em vista de uma sempre mais eficaz comunicação operativa entre UPS e “Opera PAS”, estude-se o modo concreto de uma qualificada presença do Delegado do Reitor-Mor nas estruturas da UPS.

c. Enfim, para uma funcionalidade mais coerente da UPS, respeitando as diferentes responsabilidades, e competências, leve-se a termo uma atenta revisão e delimitação das áreas e das formas de participação dos estudantes nos órgãos colegiais de governo e gestão.

CG21 421/2.18

DOCUMENTO 5

**REVISÃO
DAS CONSTITUIÇÕES
E DOS REGULAMENTOS**

SUMÁRIO

	n.
1. Declaração do CG21	371-386
2. Modificações dos artigos das Constituições	387-418
2.1 Capítulo V: art. 39	387-388
2.2 Capítulo IX: art. 79.94	389-390
2.3 Capítulo XII: art. 94	391-392
2.4 Capítulo XIII: art. 103 bis. 105	393-395
2.5 Capítulo XIV: art. 115	396-397
2.6 Capítulo XVII: art. 139. 140. 141. 156. 164. 164B. 164C. 164D	398-411
2.7 Capítulo XVIII: art. 179	412-413
2.8 Capítulo XIX: art. 186	414-415
2.9 Capítulo XX: art. 195-196	416-418
3. Modificações dos artigos dos Regulamentos	419-445
3.1 Capítulo I: art. 1	419-420
3.2 Capítulo II: art. 8. 9. 10. 14. 14 bis	421-428
3.3 Capítulo V: art. 28	429-430
3.4 Capítulo VIII: art. 46	431-432
3.5 Capítulo X: art. 57	433-434
3.6 Capítulo X bis: art. 71 bis	435-436
3.7 Capítulo XI: art. 73 bis. 73 ter. 81. 88 bis. 93. 93 bis ...	437-443
3.8 Capítulo XII: art. 96	444-445
Deliberações	446

1. DECLARAÇÃO DO CG21

O CG21, de acordo com o Motu proprio “Ecclesiae Sanctae”⁽¹⁾, procedeu a uma revisão geral das Constituições, aprovadas “ad experimentum” por um sexênio pelo CGE⁽²⁾. 371

O trabalho de revisão partiu da avaliação das observações e propostas vindas dos Capítulos Inspetoriais e dos Irmãos e das considerações contidas na Relação do Reitor-Mor, que refletem a experiência deste sexênio. Pode-se notar como as observações dos Capítulos Inspetoriais e dos Irmãos se referiam, na maioria, a pedidos de esclarecimento de alguns conceitos ou de termos ou sugeriam melhoras do texto quanto ao estilo; mas havia também, embora em número limitado, propostas que atingiam aspectos não puramente formais do texto constitucional, que o Capítulo examinou atentamente.

Além do critério experimental o CG21 teve presente também os outros critérios indicados pelo “Ecclesiae Sanctae”: o critério teológico a fim de julgar da adequação do texto às orientações do Concílio Vaticano II, os critérios histórico-salesianos para avaliar a fidelidade ao espírito do Fundador e à tradição salesiana, o critério jurídico para garantir a clareza das normas “necessárias para definir o caráter, os fins e os meios do Instituto”⁽³⁾.

O CG21 pôde constatar que as Constituições renovadas foram globalmente acolhidas pela Congregação com espírito de fé e vontade de vivê-las, como um dom do Espírito Santo que continua a tornar presente e operante o espírito de Dom Bosco no nosso tempo. 372

Não falta todavia, na revisão deste sexênio, a assinalação de aspectos negativos: de fato alguns Capítulos Inspetoriais notam como as Constituições renovadas não são ainda suficientemente conhecidas; nem todos as estudaram e aprofundaram bastante; sobretudo não foram plenamente assimila-

(1) cf. ES II, 12-14

(2) cf. Declaração do CGE, Const. 1972, 11

(3) cf. ES II, 12b

das e portanto experimentadas como critério de adesão a Dom Bosco e à vocação salesiana. As causas dessas falhas são identificadas pelos mesmos CI quer nas mudanças notáveis introduzidas pelo CGE no texto constitucional quer na brevidade do tempo de experiência.

- 373** Por isso o CG21, constatando por um lado que — apesar da oportunidade de alguma melhora — o texto constitucional redigido pelo CGE está conforme à doutrina da Igreja e ao espírito do Fundador, e querendo por outro lado conceder aos Irmãos um outro período de tempo para o aprofundamento e a assimilação vital das Constituições, *delibera confirmar o texto atual das Constituições salesianas, prolongando a aprovação “ad experimentum” por um outro sexênio.*

No texto Constitucional são introduzidas, neste momento, só as modificações consideradas necessárias para preencher lacunas de ordem jurídica ou para explicitar melhor ou completar o texto, proporcionando uma interpretação mais clara do mesmo.

- 374** Conforme o Motu Proprio “Ecclesiae Sanctae”, acima citado, o próximo Capítulo Geral Ordinário cuidará da redação das Constituições a ser apresentada à Santa Sé para a aprovação definitiva; ao próximo Capítulo Geral Ordinário o CG21 transmite — por meio do Conselho Superior — os próprios documentos de trabalho, elaborados em base às observações dos CI77 e dos Irmãos, a fim de que os leve oportunamente em conta na revisão definitiva.

- 375** *Análoga deliberação é adotada quanto aos Regulamentos Gerais, aprovados pelo CGE, que o CG21 confirma em sua força de lei para toda a Congregação, modificando-os somente naquilo que é julgado necessário ou oportuno.*

- 376** Apresentando estas deliberações à Congregação, o CG21 pretende também esclarecer o caráter próprio das Constituições e dos Regulamentos Gerais, especificando-lhes ao mesmo tempo a índole espiritual e a força vinculatória.

377 As Constituições Salesianas,

que o CGE apresentou em forma renovada obedecendo às normas da Igreja ⁽⁴⁾, constituem a “Regra de vida” dos Sale-

(4) cf. PC 2; ES II, 12-14

sianos ⁽⁵⁾: nelas brilha como “regra suprema” “o Evangelho vivido com o espírito de Dom Bosco” ⁽⁶⁾, e aí estão recolhidas “as riquezas espirituais da tradição salesiana e as normas fundamentais para a vida da nossa Sociedade” ⁽⁷⁾.

As Constituições brotam antes de tudo do Evangelho, enquanto representam um caminho evangélico de seguimento de Jesus Cristo segundo determinado projeto de vida, dado pelo Espírito à Igreja através do Fundador.

Elas brotam do Fundador, enquanto são uma descrição concreta da fisionomia espiritual do seu projeto apostólico, com os componentes essenciais do seu carisma. Para nós Salesianos elas lembram Dom Bosco que nos deixou escrito: “Se me tendes amado no passado, continuai a amar-me no futuro com a observância exata das nossas Constituições” ⁽⁸⁾.

As Constituições brotam além disso da fidelidade dinâmica e viva da Congregação à sua missão na história; por isso contêm também as normas aptas a definirem o espírito e as finalidades próprias do Fundador, como também as sãs tradições que constituem o patrimônio espiritual do Instituto ⁽⁹⁾.

Por tudo isto as Constituições são aprovadas pela Sé Apostólica, que dá garantias da autoridade do carisma do Fundador expresso no texto constitucional e de sua utilidade a serviço da comunidade eclesial. Com semelhante aprovação elas se tornam verdadeiras leis da Igreja: a obrigação de consciência de observá-las nasce contudo não de uma prescrição positiva da Igreja, mas do vínculo livremente assumido pelo Irmão na profissão como resposta pessoal ao chamado do Senhor ⁽¹⁰⁾. 378

Portanto, — para cada Salesiano — viver as Constituições é um ato de fé em Jesus Cristo e no seu Evangelho, um empenho de fidelidade a uma vocação recebida como dom na Igreja, um “caminho que conduz ao amor” ⁽¹¹⁾.

(5) cf. Apresentação do RM às Const. 1972, 5 s

(6) cf. Const. 101

(7) cf. Const. 200

(8) cf. MB XVII 258-273

(9) cf. PC 2b; ES II, 12b

(10) cf. Const. 200

(11) cf. “Proêmio” às Const.

379 A aprovação “ad experimentum” nada tira da força vinculatória própria das Constituições: a Sé Apostólica, na verdade, dando ao Capítulo Geral nestas circunstâncias particulares a faculdade de promulgá-las diretamente, aprova de fato o texto constitucional em seu autêntico valor de guia espiritual, reservando-se unicamente o direito de fazer um exame crítico no fim da experiência.

A experiência de outros seis anos, concedida pela Igreja à Congregação, oferece a cada Irmão e a cada comunidade tempo propício, ocasião especial para estudar a fundo as Constituições e praticá-las com maior empenho, a fim de poder confrontar na vida concreta o espírito de Dom Bosco que nelas opera. A aprovação da Santa Sé tornar-se-á assim uma convalidação mais eficaz da experiência viva da Congregação.

380 Das Constituições, que definem os elementos essenciais do projeto salesiano de vida, deriva o conjunto das outras normas que os Capítulos Gerais e as autoridades competentes estabelecem para a vida da Congregação e para a renovação constante da ação salesiana.

O CG21 pretende indicar brevemente as formas principais em que tais normas se exprimem.

381 a. Os Regulamentos Gerais

representam o conjunto das disposições que traduzem em normas adaptadas às situações mutáveis os elementos gerais da “Regra de vida”. Eles contêm por isso “as aplicações concretas e práticas de interesse universal” das Constituições, “válidas portanto para serem praticadas em toda a Congregação”⁽¹²⁾.

São aprovados, segundo as disposições da Igreja, pela autoridade suprema da Congregação (o Capítulo Geral) e podem ser convenientemente modificados ou adaptados, sempre em harmonia com as Constituições, sem a aprovação da Santa Sé. O estilo dos Regulamentos é mais detalhado e circunstanciado que o das Constituições.

Do ponto de vista jurídico os Regulamentos formam com as Constituições um único corpo vinculatório, enquanto participam da mesma característica de lei, embora pela matéria

que contêm ou pela vontade explícita do legislador possam ter um caráter obrigatório diverso.

b. Além dos Regulamentos Gerais, o Capítulo Geral pode aprovar — como aplicações práticas das Constituições — Decretos ou Deliberações e Orientações práticas. 382

Decretos ou Deliberações

Com este termo indicam-se as disposições que se referem a questões de ordem prevalentemente jurídica sobre um assunto preciso. Decretos ou Deliberações podem ser adotados para introduzir modificações do texto constitucional em algum de seus artigos ou então para estabelecer normas operativas. A força obrigatória do Decreto ou da Deliberação deriva da autoridade do Capítulo Geral, que o aprova; no caso de ele estabelecer modificações do texto constitucional, deverá ser confirmado pela Sé Apostólica.

Orientações práticas

chamam-se as normas executivas para a ação concreta, que supõem uma realização prolongada no tempo, enquanto “orientam” a ação por um determinado período de tempo. Em geral as “orientações práticas”: 383

— ou supõem outras autoridades intermediárias que intervenham por meio de uma legislação própria (Capítulos Inspetoriais, Inspetores com seus Conselhos, Conferências Inspetoriais...);

— ou indicam o melhor caminho a seguir para a observância de alguns pontos das Constituições e Regulamentos em momentos e situações contingentes;

— ou ajudam a resolver situações emergentes, como, por exemplo, a adaptação das normas à renovação pós-conciliar.

c. As Constituições ou o Capítulo Geral, finalmente, em base aos princípios da subsidiariedade e da descentralização⁽¹³⁾, podem confiar explicitamente a aplicação das normas gerais aos Regulamentos Inspetoriais ou Diretórios Inspetoriais⁽¹⁴⁾. 384

(12) cf. Apresentação do RM às Const. 1972, 6

(13) cf. Const. 127

(14) cf. Const. 123. 177,4

Os Regulamentos Inspetoriais ou Diretórios Inspetoriais

são leis particulares no âmbito da legislação geral da Congregação. São estabelecidos pelos Capítulos Inspetoriais ⁽¹⁵⁾, mas necessitam da aprovação da autoridade superior da Congregação ⁽¹⁶⁾, que precisamente lhes garante a direção prática, e têm força de lei só após tal aprovação. O âmbito dessas leis se estende unicamente às Inspetorias interessadas e deverá apresentar-se sempre como atuação prática da legislação geral da Congregação.

- 385** O CG21, enquanto confirma o atual texto das Constituições e dos Regulamentos Gerais e oferece os esclarecimentos jurídicos acima, chama a atenção especial dos Irmãos sobre os ACGE como caminho para a renovação.

O Capítulo Geral Especial, de fato, foi um momento particular de graça para a Congregação Salesiana, chamada a confrontar-se com as suas origens e com as perspectivas do Concílio Vaticano II. As orientações doutrinárias do CGE e as orientações práticas não ligadas a prazos fixos conservam para a Congregação seu valor de fundamento e comentário das Constituições renovadas, interpretação autorizada das mesmas, estímulo e guia para a realização da missão salesiana no nosso tempo.

- 386** Mas, acima de qualquer norma jurídica, o CG21 tem consciência da necessidade de que as leis da Congregação, em particular as Constituições, sejam assumidas pela vida para se tornarem critério de identidade vocacional.

Por isso o CG21 apela a todos os Salesianos para que no próximo sexênio prossigam na estrada iniciada do aprofundamento e da assimilação das Constituições, com a aceitação das orientações capitulares.

Para isto relembra algumas atitudes pessoais e comunitárias que representam as condições vivas a fim de que as Constituições, texto de vida espiritual, possam tornar-se eficazes. Tais são, particularmente, o conhecimento e o amor que conduzem à adesão vital.

(15) cf. Const. 177,4

(16) cf. Const. 178

O esforço diligente e contínuo para conhecer em profundidade os valores contidos nas Constituições é condição preliminar para assumir livremente o compromisso religioso; de aí a importância de um atento estudo pessoal e comunitário das Constituições. Para isto poderão ser úteis neste momento os tempos da leitura e da meditação pessoal e comunitária, os retiros mensais e os exercícios espirituais, os cursos de atualização sobre o espírito salesiano.

Do conhecimento nascerá no Salesiano a atitude de estima para com as Constituições, como patrimônio da sua família espiritual, fruto de uma iniciativa especial do Espírito Santo para conosco e testamento vivo de Dom Bosco. Essa atitude de estima e amor para com as Constituições amadurecerá no mesmo clima de estima e amor para com o Evangelho: as Constituições de fato são o prisma vocacional através do qual meditamos e vivemos o Evangelho.

A verdadeira estima e o verdadeiro amor florescerão na adesão concreta, isto é, na prática das Constituições, “não como observância formal e fria, fim de si mesma”, mas como “instrumento essencial da santificação (...) vínculo de união (...) e atuação segura e fecunda da específica missão que recebeu da Providência”⁽¹⁷⁾.

Maria Auxiliadora e Dom Bosco, nosso Fundador e Pai, abençoem os nossos esforços e nos ajudem a ser fiéis, para o crescimento pessoal e o desenvolvimento da Sociedade em vista de um melhor serviço aos jovens.

(17) cf. Apresentação do RM às Const. 1972, 8

2. MODIFICAÇÕES DOS ARTIGOS DAS CONSTITUIÇÕES

2.1 CAPÍTULO V: Os co-responsáveis da Missão

art. 39

- 387** Alguns Capítulos Inspetoriais acentuam de vários modos:
- a. a importância crescente do papel dos leigos em todos os aspectos e setores apostólicos da Igreja, segundo as orientações do Concílio Vaticano II;
 - b. o aumento da presença dos leigos nas diversas atividades salesianas que por um lado leva a associá-los sempre mais à nossa missão e por outro evidencia o mútuo enriquecimento da colaboração recíproca.

Dessas duas premissas brota a necessidade de oferecer aos leigos associados diretamente à nossa missão uma adequada possibilidade de conhecer e aprofundar o espírito salesiano e a prática do sistema preventivo.

Por isso o CG21, à luz do debate sobre a participação dos leigos na missão evangelizadora (cf. o documento “Os Salesianos evangelizadores dos jovens”, n. 69-79), propõe uma modificação do art. 39 das Constituições a fim de sublinhar mais a responsabilidade dos Salesianos para com os colaboradores leigos.

texto anterior

- 388** Muitas vezes os leigos estão diretamente associados ao nosso trabalho educativo e pastoral. Dão uma contribuição original à formação dos jovens, à preparação dos militantes leigos, ao serviço da paróquia e das missões. A lealdade e a confiança estão na base de nossas mútuas relações; oferecemos-lhes o testemunho de uma vida evangélica

texto modificado

“Muitas vezes os leigos estão diretamente associados ao nosso trabalho educativo e pastoral. Dão uma contribuição original à formação dos jovens, à preparação de cristãos empenhados ao serviço da paróquia e das missões. A lealdade e a confiança estão na base de nossas mútuas relações: **eles partilham conosco o trabalho apostólico, trazendo sua ex-**

e a ajuda espiritual que esperam.

Tendemos além disso a realizar em nossas obras juvenis a “comunidade educativa” que acolhe com a presença ativa os pais, primeiros e principais educadores, e os próprios jovens, convidados ao diálogo e à co-responsabilidade.

Em nosso clima de família, a vida dessa comunidade torna-se uma experiência de Igreja, reveladora do plano de Deus.

periência, e nós oferecemos a eles a possibilidade de conhecer e aprofundar o espírito salesiano na prática do Sistema Preventivo, o testemunho de uma vida evangélica e a ajuda espiritual que esperam.

Tendemos além disso a realizar em nossas obras juvenis a “comunidade educativa” que acolhe com a presença ativa os pais, primeiros e principais educadores, e os próprios jovens, convidados ao diálogo e à co-responsabilidade.

Em nosso clima de família, a vida dessa comunidade torna-se uma experiência de Igreja, reveladora do plano de Deus.

2.2 CAPÍTULO IX: A Consagração Religiosa Salesiana

art. 74: Fórmula da nossa profissão

Alguns Capítulos Inspetoriais avançaram a proposta de vedigar duas fórmulas para a profissão, uma para a profissão temporária e outra para a profissão perpétua.

389

O Capítulo Geral pensa que a fórmula para a profissão deve continuar substancialmente uma só. Isto, quer para confirmar a tradição salesiana quer para sublinhar a unidade da profissão salesiana, temporária ou perpétua, e para pôr em evidência que também a profissão temporária já está orientada para o empenho definitivo.

Fica aprovada todavia uma modificação do texto atual pela qual se introduz na fórmula da profissão uma frase, a ser dita pelos professos temporários, apta a exprimir a orientação para o empenho definitivo da consagração.

texto anterior

390 Por isso,
confiando em Maria SS. Auxiliadora, em São Francisco de Sales e em São João Bosco,

diante de... que faz as vezes do Reitor-Mor da Sociedade, faço voto por... anos (ou para sempre) de ser casto, pobre e obediente,

segundo o caminho evangélico traçado nas Constituições Salesianas.

A graça de Deus e meus irmãos Salesianos me assistam todos os dias e me ajudem a ser fiel'.

texto modificado

Por isso,
confiando em Maria SS. Auxiliadora, em São Francisco de Sales e em São João Bosco,

diante de... que faz as vezes do Reitor-Mor da Sociedade,

(para os professores temporários)

embora tendo a intenção de me oferecer a Deus por toda a vida, todavia segundo as disposições da Igreja,

faço votos por... anos de viver casto, pobre e obediente, segundo o caminho evangélico traçado nas Constituições Salesianas.

A graça de Deus etc...

(para os professores perpétuos)

faço votos para sempre de viver casto, pobre e obediente, segundo o caminho evangélico traçado nas Constituições Salesianas.

A graça de Deus etc...

2.3 CAPÍTULO XII: A Nossa Obediência

391 *art. 94: Obediência comunitária*

Neste artigo das Constituições é apresentada a obediência na comunidade, entendida como busca comum da vontade de Deus, sob a guia do Superior, e como empenho co-responsável na ação apostólica.

Acolhendo as propostas dos Capítulos Inspetoriais quer-se precisar melhor:

a. o papel do Superior que exerce o serviço da autoridade dentro da comunidade como animador do diálogo e da participação, que conduz — o quanto possível — à convergência dos pareceres, leva à união das vontades e anima a fidelidade na ação co-responsável (cf. CGE 646);

b. o processo da obediência comunitária na procura, na decisão e na execução, como se descreve nos ACGE n. 634-637.

Dessa forma ficam melhor evidenciadas quer a importância da co-responsabilidade quer o serviço da autoridade (cf. também o documento “Os Salesianos evangelizadores dos jovens”: a animação da comunidade, n. 46-57).

texto anterior

Na comunidade obedecemos todos, embora com encargos diversos.

Em assuntos importantes buscamos juntos a vontade do Senhor mediante fraterno e paciente diálogo. A decisão emerge em muitos casos da convergência dos pontos de vista.

O superior ouve os irmãos, leva-lhes em consideração o parecer, e, quando necessário, toma as decisões oportunas.

Empenhamo-nos todos ativamente na execução com sincera colaboração, mesmo quando os próprios pontos de vista não foram aceitos.

texto modificado

Na comunidade, a fim de **cumprirmos a missão que nos foi confiada**, obedecemos todos, embora com encargos diversos. 392

Em assuntos importantes buscamos juntos a vontade do Senhor mediante fraterno e paciente diálogo e vivo sentido de co-responsabilidade.

O Superior exerce o serviço da autoridade, ouvindo os irmãos, estimulando a participação de todos e promovendo a união das vontades na fé e na caridade. Ele conclui o momento da busca comum, tomando as decisões oportunas, que normalmente emergirão da convergência dos pontos de vista.

Todos **portanto** nos empenhamos ativamente na execução com sincera colaboração, mesmo quando os próprios pontos de vista não foram aceitos.

Na escuta da Palavra de Deus e na celebração da Eucaristia exprimimos e renovamos nossa comum entrega à vontade divina.

Na escuta da Palavra de Deus e na celebração da Eucaristia exprimimos e renovamos nossa comum entrega à vontade divina.

2.4 CAPÍTULO XIII: Aspectos Gerais

- 393** A verificação a respeito do tema específico da Formação, evidenciou a necessidade de modificar o art. 105 das Constituições, a fim de precisar melhor os caracteres da “comunidade formadora” como ambiente ordinário de formação, e a oportunidade de introduzir um novo artigo constitucional para salientar a importância da formação intelectual.

Os motivos para tais modificações e enriquecimento estão expressos mais detalhadamente no documento sobre a “FORMAÇÃO SALESIANA” aprovado por este Capítulo Geral.

art. 103 bis (novo) — A formação intelectual

- 394** A nossa vocação salesiana orienta e caracteriza a formação intelectual dos sócios, em todos os níveis, de modo próprio e original.

A organização dos estudos harmoniza as exigências da seriedade científica e as da dimensão religioso-apostólica do nosso projeto de vida.

art. 105 — Estilo geral da formação

texto anterior

- 395** A formação em seus diversos aspectos e etapas realiza-se em casas adrede estruturadas para tal fim ou também em outras comunidades nossas que se mostrem idôneas.

Nosso espírito deve brilhar de modo particular nas

texto modificado

A formação em seus diversos aspectos e etapas realiza-se **ordinariamente em comunidades formadoras.**

Nelas o nosso espírito deve brilhar de modo particular

comunidades formativas: todos os membros formem juntos uma família, unida na mútua confiança e na convergência dos esforços.

Aberta como quer o estilo educativo de Dom Bosco, leva em conta as exigências dos tempos e as novas contribuições culturais, particularmente as aspirações dos jovens a uma vida mais pessoal, mais responsável e mais fraterna.

Cada um é além disso convidado a assumir progressivamente as responsabilidades da própria formação e a valorizar os diversos momentos de sua vida.

nas comunidades formadoras: todos os membros formem juntos uma família, unida na mútua confiança e na convergência dos esforços.

Aberta como quer o estilo educativo de Dom Bosco, leva em conta as exigências dos tempos e as novas contribuições culturais, particularmente as aspirações dos jovens a uma vida mais pessoal, mais responsável e mais fraterna.

Cada um é além disso convidado a assumir progressivamente as responsabilidades da própria formação e a valorizar os diversos momentos de sua vida.

2.5 CAPÍTULO XIV: As Fases da Formação

art. 115

O CG21 examinou também as propostas de diversos CI que pedem a modificação do art. 115 de modo a consentir que os primeiros votos sejam emitidos ordinariamente por um triênio; de fato, o texto redigido pelo CGE, embora permitindo tal possibilidade, considera-a como exceção à norma ordinária dos votos anuais.

Levando em conta que, após uma prova de Noviciado feita com seriedade e empenho, se o candidato possui suficiente maturidade e segurança na sua vocação, é conveniente que se empenhe mais estavelmente na escolha da vida religiosa, o CG21 delibera modificar o art. 115, deixando a possibilidade de emitir os primeiros votos por um triênio ou por um ano. Após este primeiro triênio de votos temporários os votos serão ordinariamente trienais.

texto anterior

- 397 No primeiro triênio emitir-se-ão os votos, ordinariamente anuais. Após esse período os votos temporários serão, preferivelmente, trienais.

texto modificado

No primeiro triênio emitir-se-ão os votos **trienais ou anuais**.

Após esse período os votos temporários serão **ordinariamente trienais**.

2.6 CAPÍTULO XVII: Estruturas de Governo em Nível Mundial e Regional

art. 139: O Conselheiro para a Formação

- 398 A formulação do art. 139 das Const., que descreve as tarefas do Conselheiro para a Formação, resulta pobre de conteúdos, que são apresentados de modo um tanto genérico e com repetições formais.

Particularmente a redação atual omite elementos importantes da figura historicamente característica do "Diretor espiritual geral" (cf. as primeiras Const., c. IX, art. 7-9; Const. 1966 art. 71 e 74).

O CG21 apresenta um novo artigo, no qual se condensam os conteúdos da tradição constitucional a respeito disto, e se inclui explicitamente o importante setor da formação intelectual (cf. também o novo artigo 103 bis).

A experiência deste sexênio encontra-se bem melhor expressa nesta nova redação:

texto anterior

- 399 O Conselheiro para a formação tem o cuidado e a responsabilidade da formação integral e permanente dos Salesianos, especialmente durante o período de formação.

texto modificado

O Conselheiro para a Formação tem o cuidado e a responsabilidade da formação **integral e permanente de todos os irmãos. Dedicada particular solicitude à formação inicial, à organização dos estudos e a tudo o que se refere ao crescimento espiritual dos sócios na vocação salesiana.**

art. 140: O Conselheiro para a Pastoral Juvenil

400

Em base às observações chegadas dos Capítulos Inspetoriais e após o debate capitular, o CG21 vê a oportunidade de confiar ao Conselheiro para a Pastoral Juvenil o cuidado do empenho salesiano nas Paróquias, junto com a animação da ação salesiana entre os jovens.

Segundo as Constituições, as Paróquias fazem parte da nossa atividade apostólica, mas mantendo sempre firme a prioridade da nossa missão entre os jovens (cf. Const. 31): isto significa que as Paróquias a nós confiadas devem sempre caracterizar-se pelo espírito salesiano e pela prioridade à ação entre os jovens, sem obviamente descuidar os outros setores da atividade pastoral.

Os motivos principais que sugeriram a oportunidade de confiar a responsabilidade das Paróquias salesianas ao Conselheiro para a Pastoral Juvenil, são os seguintes:

a. Sublinha-se a necessidade e importância de uma pastoral comunitária: de fato, toda a comunidade eclesial, composta de jovens e adultos, é objeto e sujeito, destinatária e agente de pastoral.

b. A especialidade da nossa missão juvenil, que deve realizar-se nas Paróquias, é mais bem garantida por um único Conselheiro responsável.

c. Evidencia-se também o estreito liame que deve existir entre as diversas obras pastorais na comunidade eclesial: Oratórios, Centros Juvenis, Escolas, Paróquias.

d. Finalmente, esta passagem simplifica a impostação atual, bastante complexa e heterogênea, do setor até agora chamado da "Pastoral dos Adultos" (cf. RRM n. 213).

Por outro lado foi confirmada a denominação "Conselheiro para a Pastoral Juvenil" para exprimir a prioridade juvenil da ação salesiana também nas Paróquias.

texto anterior

O Conselheiro para a pastoral dos jovens tem o encargo de promover, animar e coordenar a ação salesiana entre os jovens. Cabe-

texto modificado

O Conselheiro para a Pastoral Juvenil **promove, coordena e orienta segundo o espírito de Dom Bosco, em nível mundial e com eventuais**

401

-lhe orientar eventuais estudos e projetos em nível internacional do setor de sua competência.

estudos, projetos e experiências, a ação salesiana entre os jovens. Além disso cuida do nosso empenho nas paróquias, em vista de uma eficaz pastoral salesiana.

402 *art. 141: O Conselheiro para a Família Salesiana*

Alguns CI avançaram a proposta de repensar o art. 141 das Const. com o fito de estabelecer um Conselheiro para a Família Salesiana.

É sabido que a Família Salesiana, realidade carismática operante na Igreja pela intuição de Dom Bosco, foi redescoberta pelo CGE na sua dimensão histórico-pastoral-dinâmica (cf. ACGE n. 151-177; 727-745), e inserida como fato espiritual nas Constituições. “Nela temos particulares responsabilidades: manter a unidade de espírito e promover intercâmbio fraterno com vistas a um enriquecimento mútuo e maior fecundidade apostólica” (Const. 5).

A verificação deste sexênio pôs em evidência a necessidade de um aprofundar esta realidade por parte da Congregação, estimulado e coordenado pelo Conselho Superior, e ao mesmo tempo levar adiante o relacionamento com os outros grupos da Família Salesiana, respeitando a autonomia de cada um.

Levando em conta que já o art. 141 das Const., redigido pelo CGE, previa para o Conselheiro encarregado algumas tarefas relativas à Família Salesiana, delibera-se explicitar melhor o papel de sensibilizar e animar a Congregação em vista da função a ela confiada na Família Salesiana.

Isto também para responder às instâncias de alguns ramos da Família Salesiana que aguardam da nossa Congregação inspiração e intercâmbio.

A este Conselheiro é confiada também a tarefa de promover o empenho salesiano no setor das comunicações sociais. Dele depende o Secretariado para as comunicações sociais, no que se refere às tarefas específicas de contactos que são confiadas a esse Dicastério. Tal Secretariado, todavia, não operará exclusivamente no setor da Família Salesiana, mas

estará também a serviço dos setores da Formação, da Pastoral Juvenil e das Missões.

texto anterior

O Conselheiro para a pastoral dos adultos promove, em nível mundial, o trabalho salesiano nas paróquias, e no setor das comunicações sociais; promove além disso a organização e as atividades dos Cooperadores e Ex-alunos e a conexão com outros Movimentos de inspiração salesiana.

texto modificado

O Conselheiro para a Família Salesiana tem a tarefa de sensibilizar e animar a Congregação quanto ao papel a ela confiado na Família Salesiana, segundo a norma do art. 5. Promove a organização e as atividades dos Cooperadores e Ex-alunos. Além disso cuida da ação salesiana no setor das comunicações sociais.

403

art. 156

O CG21 estudou detalhadamente as normas que estabelecem a participação dos membros de direito e dos membros eleitos ao Capítulo Geral, examinando as observações e as propostas enviadas a respeito pelos CI e pelos Irmãos.

404

Julga-se por isso necessário integrar o art. 156 das Const., preenchendo algumas lacunas de caráter jurídico e precisando a participação dos membros eleitos para o CG.

As modificações propostas se referem aos seguintes pontos:

1. Participação ao CG de um Delegado para cada Visitadoria. Trata-se de preencher uma lacuna jurídica, pois também os Irmãos da Visitadoria têm o direito de eleger para o CG um representante próprio.
2. Participação ao CG de um Delegado para cada Delegação dependente do Reitor-Mor. Também neste caso se trata de um direito dos Irmãos de elegerem para o CG um próprio representante.

Para as Delegações com notável consistência numérica dá-se a possibilidade de o Superior das mesmas participar do CG como membro de direito.

3. Precisar o que diz respeito à voz passiva nas eleições para o CG. O art. 156 redigido pelo CGE, de fato, não espe-

cifica que podem ser eleitos para o CG somente os professores perpétuos da Inspeção. Isso deve ser especificado de acordo com as normas do direito canônico e em harmonia com o que é estabelecido pelo art. 179, 7 das Const. para o Capítulo Inspeção.

texto anterior

- 405 Tomam parte no Capítulo com voto deliberativo:
1. o Reitor-Mor;
 2. os Reitores-Mores eméritos;
 3. os Membros do Conselho Superior, tanto os que deixam o cargo como os recém-eleitos, a partir de sua eleição;
 4. o Procurador Geral da Sociedade;
 5. o Regulador do Capítulo Geral;
 6. os Inspectores ou, no caso de se acharem gravemente impedidos, seus Vigários, com prévia aprovação do Reitor-Mor, e os Superiores das Visitadorias;
 7. um delegado para cada Inspeção com menos de 250 professores: dois delegados para as Inspeções com 250 ou mais professores.

texto modificado

- Tomam parte no Capítulo Geral com voto deliberativo:
1. o Reitor-Mor;
 2. os Reitores-Mores eméritos.
 3. os Membros do Conselho Superior, tanto os que deixam o cargo como os recém-eleitos, a partir de sua eleição.
 4. o Procurador Geral da Sociedade;
 5. o Regulador do Capítulo Geral;
 6. os Inspectores ou, no caso de se acharem gravemente impedidos, os Vice-inspectores, com prévia aprovação do Reitor-Mor; os Superiores das Visitadorias; **os Superiores das Delegações dependentes do Reitor-Mor com pelo menos 125 sócios;**
 7. Um delegado para cada Inspeção com menos de 250 professores, dois delegados para as Inspeções com 250 ou mais professores, **um delegado para cada Visitadoria e um delegado para cada**

Delegação dependente do Reitor-Mor, todos eleitos entre os Professos perpétuos da respectiva circunscrição.

art. 164

406

Neste artigo é eliminada uma imprecisão jurídica, já que o termo “autoridade delegada” é impróprio. De fato, o Superior da Visitadoria governa em nome do Reitor-Mor com “autoridade ordinária vicária”.

texto anterior

A cada Visitadoria é preposto um Superior, escolhido com as mesmas modalidades do Inspetor. Permanece no cargo seis anos. Governa em nome e com a autoridade delegada do Reitor-Mor.

texto modificado

407

A cada Visitadoria é preposto um Superior, escolhido com as mesmas modalidades do Inspetor. Permanece no cargo seis anos. Governa com a autoridade vicária do Reitor Mor.

art. 164 B.C.D. (novos)

O CG21 constata que atualmente existem na Congregação Delegações dependentes diretamente do Reitor-Mor, as quais todavia não encontram correspondência no texto constitucional, onde até o momento são previstas somente Delegações dependentes de um Inspetor. É necessário portanto integrar o texto das Constituições com a introdução explícita desta nova circunscrição jurídica.

408

A Delegação dependente diretamente do Reitor-Mor, formada por uma ou mais comunidades, é constituída em base a razões especiais de índole geográfica, política ou religiosa. Difere da Inspetoria e da Visitadoria enquanto possui um Superior que não governa com autoridade ordinária nem própria nem vicária, mas com poderes delegados pelo Reitor-Mor.

A unidade da Delegação é conferida pelo escopo particular das comunidades que a constituem, ou pela situação de

emergência em que se encontram as comunidades nela existentes, ou então por outras razões particulares.

As disposições especiais que regulam o funcionamento de uma Delegação são estabelecidas pelo Reitor-Mor no documento de ereção ou em outro documento particular.

O CG21 estabelece portanto inserir nas Constituições os seguintes novos artigos: um para descrever a Delegação em geral como circunscrição jurídica (para introduzir os artigos sucessivos constitucionais sobre as Delegações nos vários níveis) (art. 164 B.); dois para as Delegações dependentes diretamente do Reitor-Mor (art. 164 C. D.).

- 409 **164 B. A Delegação é constituída por uma ou mais comunidades em situação particular, tendo à frente um Superior, que a governa com poderes delegados pelo Reitor-Mor ou pelo Inspetor.**
- 410 **164 C. Quando razões especiais o exigirem, o Reitor-Mor, com o consentimento do seu Conselho, pode constituir uma Delegação, formada por uma ou mais comunidades, diretamente dependentes dele.**
- 411 **164 D. O Superior da Delegação, nomeado pelo Reitor-Mor com o consentimento do seu Conselho, exerce os poderes que o Reitor-Mor julgar oportuno delegar-lhe.**

2.7 CAPÍTULO XVIII: Estruturas de Governo em Nível Inspetorial

412 art. 179

Entre as propostas chegadas dos CI tomou-se em consideração a de aplicar ao Capítulo Inspetorial o que as Constituições no art. 156, 6 estabelecem no caso de um Inspetor estar gravemente impedido de participar do Capítulo Geral. O CG21 reconhece na proposta uma oportuna integração do art. 179, 5, abrindo a possibilidade de suplência para os Diretores gravemente impedidos de participar do Capítulo Inspetorial.

texto anterior

Tomam parte no Capítulo
Inspetorial com voto deli-
berativo:

.....

5. os Diretores de cada
comunidade canonicamente
ereta;

texto modificado

Tomam parte no Capítulo
Inspetorial com voto delibe-
rativo:

.....

5. os Diretores de cada co-
munidade canonicamente
ereta ou, no caso de estes
se acharem gravemente im-
pedidos, os Vice-diretores,
com prévia aprovação do
Inspetor.

413

2.8 CAPÍTULO XIX: Estruturas do Governo em Nível Local

art. 186

O CG21 acha oportuno inserir o Ecônomo entre os membros
fixos do Conselho da Comunidade.

414

Isso acontece porque o Ecônomo é o único responsável em
nível local, além do Vice-Diretor, cuja figura descrita nas
Constituições (art. 192), ao passo que os outros ofícios nas
comunidades locais são determinados pelo Capítulo inspe-
torial (art. 193).

Dessa maneira o CG pode prescrever, em nível mundial, a
presença do Ecônomo no Conselho da comunidade, em ana-
logia com os conselhos dos outros níveis.

texto anterior

São Membros do Conselho:

1. o Vigário;

2. os irmãos responsáveis
pelos principais setores das
atividades da comunidade
de acordo com o art. 187;

texto modificado

São Membros do Conselho:

1. o Vice-diretor e o Ecôno-
mo;

2. os Irmãos responsáveis
pelos principais setores

.....

415

2.9 CAPÍTULO XX: Administração dos Bens Temporais

art. 195 e 196

416 Na revisão dos artigos das Constituições referentes à administração dos bens temporais, o CG21 — também em base à RRM (cf. n. 282) — constatou que houve interpretações errôneas dos artigos 195 e 196.

A fim de explicitar melhor os conteúdos de tais artigos, o CG21 procedeu a uma reformulação dos mesmos:

a. sublinha-se mais claramente o princípio fundamental expresso no art. 195, isto é, que os bens temporais na Congregação se conservam somente na medida em que são diretamente úteis para as atividades educativo-pastorais, excluindo toda forma permanente de capitalização rendosa;

b. por isso se transferem ao artigo seguinte 196 os casos de “bolsas de estudo, legados de Missas, pensões vitalícias, entidades ou fundações de beneficência”, quer porque se trata de verdadeiras operações econômicas de administração extraordinária onerosas, mesmo que tenham escopo benéfico, e por isso sujeitas às autorizações normais, quer para que não sejam consideradas como exceções à proibida capitalização rendosa;

c. ao art. 196, além disso, a fim de obter maior clareza:

— foram integradas as operações “adquirir e alienar” com a frase “a título oneroso ou gratuito”, para dizer explicitamente o que já está implícito segundo o direito nestas duas palavras: isto é, com “adquirir” se entende tanto comprar a pagamento como receber em doação, e com “alienar” se entende tanto vender a pagamento quanto ceder em doação;

— foram acrescentadas as operações “hipotecar, alugar e permutar”, porque são análogas às precedentes, investem o patrimônio, são regulamentadas pelo código e portanto por sua mesma natureza sujeitas a autorização;

— finalmente, advertindo que o acréscimo da palavra “aceitar” é só a correção lingüística de uma omissão de imprensa, foram muito oportunamente eliminadas, justamente com relação a “aceitar legados e heranças”, as palavras “com ônus e vínculos” porque esta limitação não está no espírito do artigo.

texto anterior

195. A Sociedade Salesiana pode
 úteis às obras.

Deve excluir-se a aquisição e a conservação de bens imóveis com escopo único de lucro e toda outra forma permanente de capitalização rendosa, salvo o caso de bolsas de estudo, de legados, de Missas, de pensões vitalícias e de entidades ou fundações de beneficência.

196. Para alienar e adquirir imóveis, contrair empréstimos com ou sem hipotecas, construir novos edifícios, demolir os existentes ou realizar transformações de monta, constituir pensões vitalícias, aceitar legados ou heranças com ônus e vínculos, é necessária a autorização do Reitor-Mor e do seu Conselho.

Para tal autorização se requer seja apresentada pelos órgãos interessados adequada documentação, acompanhada do parecer do Inspector e seu Conselho quando diz respeito à Inspeção e também do parecer do Diretor e Conselho da casa, quando a esta se refere.

texto modificado

195. A Sociedade úteis **417**

 às obras.

Deve excluir-se a aquisição e a conservação de bens imóveis com escopo único de lucro e toda outra forma permanente de capitalização rendosa.

196. Para adquirir e alienar **418**
a título oneroso ou gratuito, hipotecar, alugar e permutar imóveis, contrair empréstimos com ou sem hipotecas, **aceitar** legados ou heranças, constituir pensões vitalícias, **bolsas de estudo, ônus de Missas ou particulares fundações e entidades de beneficência**, construir novos edifícios, demolir os existentes ou realizar transformações de monta, é necessária a autorização do Reitor-Mor e do seu Conselho.

Para tal autorização se requer seja apresentada pelos órgãos interessados adequada documentação, acompanhada do parecer do Inspector e seu Conselho quando diz respeito à Inspeção, e também do parecer do Diretor e Conselho da **Comunidade**, quando a esta se refere.

3. MODIFICAÇÕES DOS ARTIGOS DOS REGULAMENTOS

3.1 CAPÍTULO I: Evangelização e Catequese

art. 1: (Empenho de evangelização e catequese)

419 O CG21 procedeu a uma revisão parcial deste artigo dos artigos I dos Regulamentos pelos seguintes motivos:

a. exprimir melhor os responsáveis das diversas tarefas, que na redação precedente eram confiadas genericamente à comunidade inspetorial, e para tornar — dessa forma — mais concreto e operante a prescrição regulamentar;

b. exprimir mais adequadamente o empenho de “evangelização e catequese” desenvolvido pelas nossas comunidades.

texto anterior

420 1. A comunidade inspetorial tem o encargo de estimular, coordenar e guiar a atividade evangélica. Cuida pois de renovar constantemente a tarefa catequética das comunidades, de redimensionar as obras com vistas a melhor evangelização de organizar a formação e o ajornamento catequético de todos os irmãos e a especialização de alguns deles, de antecipar com discreta programação as situações futuras.

texto modificado

A comunidade inspetorial tem o encargo de estimular, coordenar e guiar a atividade evangelizadora **especialmente através de seus órgãos de governo e de animação**. Cuida pois de renovar constantemente a tarefa **catequística na evangelização desenvolvida por cada uma** das comunidades, de redimensionar as obras...

3.2 CAPÍTULO II: A Pastoral Juvenil

art. 8.9.10 (As nossas escolas)

Na verificação realizada pelo CG21 sublinhou-se a importância da renovação das escolas salesianas em vista do desenvolvimento da nossa missão de evangelizadores dos jovens (cf. o documento "Os Salesianos evangelizadores dos jovens" n. 128-134). 421

Por outro lado a análise dos artigos regulamentares a respeito da escola evidenciou certa pobreza de conteúdos e alguma imprecisão na expressão dos mesmos.

Por isso percebeu-se a oportunidade de alguma modificação do texto regulamentar sobretudo com o fim de evidenciar melhor alguns aspectos do estilo salesiano na atividade escolar.

texto anterior

texto modificado

art. 8

As escolas salesianas de qualquer finalidade devem realizar educação que promova em sentido cristão o desenvolvimento integral do homem; nesse objetivo complete-se com atividades para-escolares a formação integral e técnico-profissional.

As escolas salesianas de qualquer finalidade e nível devem realizar educação que promova em sentido cristão o desenvolvimento integral do jovem no contexto sócio-cultural em que vive. No processo educativo conduzido com estilo salesiano, que leva à maturação da fé, harmonizem a formação intelectual e técnico-profissional com as atividades do tempo livre. 422

art. 9

Para que nelas se possa atuar válida ação pastoral, nossas escolas distingam-se por autêntico valor cultural

O empenho escolar fundamenta-se em sólidos valores culturais e numa reconhecida capacidade técnica e pe- 423

e por reconhecida capacidade técnica e pedagógica — em clima comunitário, impregnado de espírito evangélico de liberdade e caridade — e tenham uma abertura social e missionária a serviço dos mais pobres e da formação de jovens cristãos engajados.

dagógica; **seja vivido** num clima comunitário impregnado de espírito evangélico de liberdade e caridade, **que leve a uma abertura social e missionária a serviço dos mais pobres e da formação de jovens cristãos engajados.**

art. 10

424 Para que nossas escolas estejam em constante renovação, os Salesianos promovam nas respectivas comunidades educativas um diálogo permanente acerca dos valores humanos e cristãos que transmite, da pastoral vocacional que realiza e da sua relação com o contexto social.

Os Salesianos promovam nas respectivas comunidades **escolares** um diálogo permanente **sobre** os valores humanos e cristãos **transmitidos**, **sobre a** pastoral vocacional desenvolvida e **sobre** a sua relação com o contexto social. **Este diálogo conservará nossas escolas disponíveis à constante renovação requerida de toda estrutura educativa salesiana.**

art. 14 (O serviço fora de nossas obras)

425 A verificação do trabalho realizado pelos Irmãos em estruturas não salesianas, segundo o sentido do art. 30 das Const., mostrou a exigência de sublinhar, por um lado, a co-responsabilidade e a participação fraterna da comunidade que os envia para tais atividades e, por outra, a necessidade de uma sua real inserção na comunidade salesiana.

Por esse motivo é aprovada uma integração do art. 14 dos Regulamentos.

texto anterior

texto modificado

14. Respeitadas sempre as exigências da vida e do trabalho comunitário, as comunidades salesianas tenham sempre o consentimento do Inspetor com seu Conselho para o que diz respeito às atividades de que se trata no art. 30 das Constituições.

.....

Os Irmãos enviados para tais atividades empenhem-se em manter uma real inserção na comunidade salesiana, a qual lhes garantirá um interesse fraterno e co-responsável pelo seu trabalho apostólico. 426

art. 14 bis (Novo artigo sobre os colaboradores leigos)

A partir das motivações mais gerais aduzidas para melhorar o art. 39 das Constituições (cf. n. 387), o CG21 adverte a necessidade de exprimir num artigo de Regulamento o empenho dos Salesianos em promover a co-responsabilização dos colaboradores leigos e garantir-lhes adequada formação no espírito salesiano (cf. também o doc. "Os Salesianos evangelizadores dos jovens" n. 69-79). 427

Os leigos escolhidos para colaborar nas nossas Obras sejam co-responsabilizados no projeto educativo pastoral salesiano. A comunidade lhes garanta, com os meios mais idôneos, adequada formação no espírito salesiano. 428

3.3 CAPÍTULO V: Os instrumentos de comunicação social

art. 28

O CG21 repisou a importância dos meios de comunicação social a serviço da missão evangelizadora da comunidade salesiana. 429

Nessa perspectiva apresenta reformulação do art. 28 dos Regulamentos, a fim de tornar as normas nele contidas mais concretas e operativas para a renovação.

texto anterior

- 430: Os Salesianos insiram-se como promotores e consultores no campo do jornalismo, cinema, rádio e TV, a serviço da pastoral. Sejam pois preparados também para essas várias atividades.

texto modificado

O Inspetor com o seu Conselho determine as modalidades da nossa presença pastoral no setor dos meios de comunicação social, quer por meio de Irmãos preparados para serem promotores e consultores no campo do jornalismo, cinema, rádio e TV, quer com serviços eventualmente organizados por nós.

3.4 CAPÍTULO VIII: A Oração

431 *art. 46*

O CG21 examinando o art. 46 dos Regulamentos e considerando a interpretação dada neste sexênio pelo Conselho Superior, resolve modificar o texto regulamentar pelos seguintes motivos:

1. Favorecer entre os Irmãos uma cultura espiritual *communis*, quer eclesial quer salesiana.
2. Tornar mais fácil ao Diretor a atuação da tarefa indicada pelo art. 157 dos Regulamentos.

A Leitura espiritual, feita em comum, poderá ser um instrumento que ajuda a crescer na salesianidade e a construir a comunidade.

texto anterior

- 432 Todos os dias dedicar-se-á algum tempo à Leitura Espiritual.
As modalidades serão fixadas pelo Capítulo Inspetorial.

texto modificado

Todos os dias dedicar-se-á algum tempo à leitura espiritual em comum.

3.5 CAPÍTULO X: A pobreza

art. 57

- 433 Neste artigo encontrou-se uma lacuna de ordem jurídica: o Irmão que cede a administração dos próprios bens antes

da profissão ou após a mesma a uma pessoa estranha à Congregação, deve informar o Inspetor quanto aos bens que conserva em propriedade e quanto ao estado dos mesmos, quer no momento da cessão quer sucessivamente com certa periodicidade. A falta dessa informação é às vezes fonte de graves inconvenientes, sobretudo nos casos de doença ou morte imprevista do Irmão. Por isso o artigo é integrado com dois acréscimos esclarecedores.

texto anterior

Antes da profissão o sócio cederá, por todo o tempo que ficar ligado pelos votos, a administração dos bens que possui a quem quiser, dispondo livremente do uso e usufruto dos mesmos.

Em seguida, com licença do Inspetor, poderá mudar por justa causa tal cessão e disposição relativa aos próprios bens, e fazer os atos de propriedade prescritos pelas leis civis.

Tudo isso deverá igualmente observar quanto aos bens que vier a possuir depois da profissão.

texto modificado

Antes da profissão o sócio cederá, por todo o tempo que ficar ligado pelos votos, a administração dos bens que possui a quem quiser, dispondo livremente do uso e usufruto dos mesmos, **mas com a condição expressa de não ser envolvido na responsabilidade da sua gestão.**

Em seguida, com licença do Inspetor, poderá mudar por justa causa tal cessão e disposição relativa aos próprios bens, e fazer os atos de propriedade prescritos pelas leis civis.

Tudo isso deverá igualmente observar quanto aos bens que vier a possuir depois da profissão.

Além disso informará periodicamente o Inspetor quanto aos bens dos quais conserva a propriedade e quanto ao seu estado.

434

3.6 CAPÍTULO X (bis): A obediência

art. 71 bis-(novo)

Na verificação realizada por este CG21 salientou-se repetidamente a importância do colóquio com o superior, do qual se fala no art. 96 das Constituições.

435

A propósito de tal colóquio evidenciaram-se:

- a utilidade do colóquio com vistas à animação da comunidade e para o exercício da co-responsabilidade;
- o dever do Diretor de estar sempre disponível para acolher e ouvir os Irmãos: isto está diretamente ligado à prioridade das tarefas do Diretor referentes ao ministério da unidade e ao cuidado da identidade salesiana (cf. o doc. “Os Salesianos evangelizadores dos jovens”: a animação da comunidade, n. 45-57);
- a responsabilidade de cada Irmão de encontrar-se com o Superior para o próprio bem e da comunidade.

Por estes motivos é aprovado o seguinte artigo de Regulamento:

- 436 O Diretor considere como um de seus principais deveres o de estar sempre disponível para o serviço da comunidade, particularmente em acolher e ouvir os Irmãos.**

O colóquio fraterno, como momento privilegiado do diálogo, é de grande auxílio para o crescimento espiritual de cada um dos Irmãos e da comunidade.

Num clima de mútua confiança cada Irmão se encontre frequentemente com o Diretor manifestando-lhe o estado da própria saúde, o andamento do trabalho apostólico, as dificuldades encontradas na vida religiosa e na caridade fraterna e tudo o que pode contribuir para o bem de cada um e da comunidade.

3.7 CAPÍTULO XI: A formação

- 437 Os vários aspectos da verificação sobre a Formação na Congregação durante o último sexênio levaram o CG21 a modificar alguns artigos dos Regulamentos e a introduzir algum novo artigo a fim de sublinhar aspectos importantes da Formação salesiana.**

Apresentam-se, pois, as seguintes modificações e integrações do texto regulamentar, em harmonia com as motivações e as orientações contidas no documento da “FORMAÇÃO PARA A VIDA SALESIANA”. (n. 240-342).

art. 73 bis-(novo) As comunidades formadoras

As comunidades formadoras são comunidades adrede estruturadas para as finalidades da formação, com um Diretor e uma equipe de formadores particularmente preparados, sobretudo no que se refere à direção espiritual. 438

Formadores e formandos realizam na vida de comunidade um clima de co-responsabilidade, na diversidade das respectivas funções, atuando — com clareza de metas formativas — uma periódica programação e revisão.

art. 73 ter-(novo) Preparação imediata para o Noviciado 439

Antes do noviciado requer-se para os candidatos um período de preparação específica.

Este período ordinariamente não seja inferior a seis meses e seja passado numa comunidade salesiana.

As modalidades são fixadas no Diretório Inspetorial.

*art. 81**texto anterior*

Após o Noviciado, todos os irmãos, encaminhados ou não ao sacerdócio, devem continuar sua formação em comunidades salesianas apropriadas, preferivelmente Estudantados.

Durante esse período leva-se a termo a formação geral filosófica, teológica e pedagógica; pode-se também começar ou continuar a formação técnico-científica ou profissional com vistas a qualificação específica.

texto modificado

Logo após o Noviciado, todos os Irmãos, encaminhados ou não ao sacerdócio, devem continuar, ao menos por um biênio, sua formação em comunidades formadoras, preferivelmente estudantados. 440

Durante esse período leva-se a termo a formação geral filosófica e pedagógica, **com uma iniciação teológica**; pode-se também começar ou continuar a formação técnico-científica ou profissional com vistas a qualificação específica.

art. 88 bis — (novo) A formação específica do Salesiano sacerdote

- 441** Os sócios que se preparam para o sacerdócio devem dedicar-se, pelo menos por quatro anos, a mais intensa formação especificamente sacerdotal em comunidades formadoras, preferivelmente estudantados.

Durante este período fazem com seriedade os estudos teológicos, de preferência em centros salesianos.

Não são permitidos empenhos e outros estudos que os afastem da tarefa específica deste período formativo.

Formação permanente

art. 93

texto anterior

texto modificado

- 442** O trabalho dos irmãos seja organizado de tal maneira que lhes seja possível dispor do tempo necessário para contínua atualização pessoal.

O trabalho dos Irmãos seja organizado de tal maneira que lhes seja possível dispor do tempo necessário para contínua atualização pessoal.

Os que desejam período mais longo de renovação espiritual e pastoral tenham disso possibilidade.

art. 93 bis — (novo)

- 443** A todos os Salesianos, após a profissão perpétua, seja oferecida, periodicamente, a possibilidade de um tempo de conveniente duração para a renovação da sua vida religiosa e pastoral. As Inspetorias na sua programação levem em consideração esta exigência. Cada Irmão responda generosamente a este apelo de formação para o próprio bem da comunidade.

3.8 CAPÍTULO XII: Estruturas de governo em nível mundial

art. 96

- 444** No art. 127 dos Regulamentos, redigido pelo CGE, estabelece-se que a visita extraordinária sexenal às Inspetorias seja realizada pelo Conselheiro Regional.

A experiência destes seis anos mostrou algum inconveniente dessa praxe:

- por um lado, a impossibilidade prática — no caso de Regiões vastas e complexas — de o Conselheiro Regional realizar pessoalmente com o devido cuidado a visita extraordinária a todas as inspetorias da Região;
- por outro lado, o perigo de que o Conselheiro Regional seja demasiado absorvido pelas incumbências jurídicas da visita, a ponto de perder a própria fisionomia, que é essencialmente de união e animação, segundo a indicação do CG19 e das Constituições.

Parece que realmente se devem distinguir as figuras do Conselheiro Regional e do Visitador. Por si podem fazer a visita canônica também outros Conselheiros ou também “não Conselheiros”, encarregados pelo Reitor-Mor em conformidade com o art. 96 dos Regulamentos.

Por estes motivos o CG21 dispõe que o conteúdo do art. 127 dos Regulamentos sobre a visita extraordinária — oportunamente adaptado — seja integrado ao art. 96 dos Regulamentos, que trata em geral da faculdade do Reitor-Mor de fazer pessoalmente ou de mandar fazer visitas às Inspetorias e às comunidades.

O art. 96 dos Regulamentos fica portanto assim integrado:

texto anterior

O Reitor-Mor pode visitar pessoalmente ou por meio de outrem todas e cada uma das Inspetorias e comunidades locais. Para tal fim, além de quanto estabelece o art. 127, pode marcar visitas todas as vezes que julgar necessário.

texto modificado

O Reitor-Mor pode visitar pessoalmente ou por meio de outrem todas e cada uma das Inspetorias e comunidades locais. Para tal fim pode marcar visitas todas as vezes que julgar necessário. 445

Em particular durante o sexênio do seu mandato determinará para cada Inspetoria uma visita extraordinária, que poderá ser realizada, segundo a oportunidade, pelo Conselheiro Regional ou por outro Visitador encarregado pelo Reitor-Mor, com os poderes de jurisdição requeridos pela natureza da própria visita.

4. DELIBERAÇÕES

4.1 Delegado do Reitor-Mor para a Polônia

446 O CG21, tomando conhecimento da deliberação pela qual em 1971 o CGE estabelecia confiar as duas Inspetorias da Polônia a um Delegado do Reitor-Mor, pela situação particular do país, considerando que tal situação ainda perdura, *delibera*:

1. **Confiar as Inspetorias da Polônia a um delegado pessoal do Reitor-Mor**, para garantir o bem das Inspetorias interessadas e a ligação das mesmas com o Reitor-Mor e seu Conselho.

2. Que tal delegado terá as tarefas e os poderes que o Reitor-Mor quiser confiar-lhe e será interpelado pelo Conselho Superior quando este tratar dos problemas específicos das Inspetorias da Polônia.

4.2 Constituição da Região da Ásia

O CG21, considerando as dificuldades provenientes da grande extensão do atual grupo chamado "de língua inglesa", bem como as notáveis diferenças entre as Inspetorias que o compõem,

para melhor atender ao bem das Inspetorias interessadas, e para garantir mais adequadamente a união de tais Inspetorias com o Reitor-Mor e o seu Conselho, tendo presentes as tarefas confiadas aos Conselheiros Regionais pelo art. 144 das Constituições, *delibera subdividir o atual grupo "de língua inglesa" em duas Regiões assim constituídas*:

Região da Ásia

abrangendo as Inspetorias de:

Bombaim — Calcutá — Gauhati — Madrasta — Hong Kong — Filipinas — Japão — Tailândia
e as Delegações de:

Vietnã — Coréia do Sul

Região “de língua inglesa”

abrangendo as Inspetorias de:

Austrália — Grã-Bretanha — Irlanda e África do Sul —
E.U.A. (este) — E.U.A. (oeste)

CG21 420.2/3.7

**DELIBERAÇÃO
CAPITULAR**

**Confirmação das deliberações do CGE
acerca da Faculdade concedida pelo
M. P. Ecclesiae Sanctae II, 1,7**

**CONFIRMAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO CGE
ACERCA DA FACULDADE CONCEDIDA PELO
M. P. ECCLESIAE SANCTAE, II, 1,7**

447 O CGE tomou as seguintes deliberações acerca da faculdade concedida pelo Motu Proprio "Ecclesiae Sanctae" (II, 1,7).

I. Faculdade concedida pelo M. P. Ecclesiae Sanctae, II, 1,7

1) O Motu Proprio Ecclesiae Sanctae, II, 1,6 concede ao CGE "o poder de modificar a título de experiência certas prescrições ... contanto que se respeitem o fim, a natureza e o caráter do Instituto. Experiências contrárias ao direito comum, mas feitas com prudência, serão, conforme a oportunidade, autorizadas pela Santa Sé. Tais experiências podem protrair-se até ao próximo Capítulo Geral ordinário, que terá a faculdade de prolongá-las, não, porém, além do Capítulo imediatamente seguinte".

2) O n. 7 do mesmo documento acrescenta: "O Conselho Geral goza da mesma faculdade no intervalo de tempo que corre entre esses Capítulos, segundo as condições determinadas pelos próprios Capítulos".

3) O objeto desta faculdade compreende obviamente as prescrições das antigas Constituições que foram retomadas nas nossas novas Constituições ou Regulamentos, como ainda as experiências contrárias ao direito comum, feitas com prudência e com a autorização da Santa Sé.

A este respeito o CGE decide que o exercício do poder concedido pelo M.P. Ecclesiae Sanctae, II, 1,7 requer uma deliberação do Conselho Superior, aprovada por ao menos 2/3 dos membros.

II. Poderes especiais delegados pelo CGE

Para as outras deliberações capitulares, o CGE outorga ao Conselho Superior (nas mesmas condições de acima: maioria

de 2/3 dos membros) o mandato de complementar eventuais lacunas graves do texto das novas Constituições e Regulamentos, na linha do trabalho de renovação do presente CGE” (ACGE 765-766).

O CG21 reconfirma essas deliberações do CGE e prorroga as faculdades de que se trata nos parágrafos citados até ao próximo Capítulo Geral ordinário.

Permanece válida a disposição constitucional que concede ao Reitor-Mor a faculdade de interpretar as Constituições “para a direção prática”.

APÊNDICES

SEGRETERIA DI STATO
N. 336.440

VATICANO, 29 de outubro de 1977

Rev.mo Senhor,

Na audiência de 24 de outubro corrente o senhor interessou-se em 448
informar o Santo Padre acerca do próximo XXI Capítulo Geral da
Sociedade Salesiana de Dom Bosco, explicando-lhe a índole, finalidades,
características, problemas e perspectivas, e pediu-lhe uma palavra de
exortação e orientação para os Religiosos Capitulares, que deverão
tomar importantes decisões para a vida do Instituto.

O Sumo Pontífice acolheu com complacência paterna e grande satisfação quanto o senhor Lhe referiu a respeito da preparação do Capítulo e da vontade comum de prosseguir a renovação, segundo o Espírito do Fundador e em conformidade com as diretrizes da Igreja; e apreciou particularmente a escolha do tema geral, que será objeto de estudo e reflexão durante o Capítulo, isto é, "Testemunhar e anunciar o Evangelho: duas exigências da vida salesiana entre os jovens". Também de aí, com efeito, transparece o empenho dos Salesianos de permanecerem fiéis à identidade originária da sua Instituição, que, surgindo para se dedicar à Juventude masculina sobretudo das classes populares, viveu para além de um século de providencial e admirável presença, educando e formando incontáveis legiões de jovens.

Sua Santidade deseja, a propósito, chamar a atenção sobre a necessidade de manter esse caráter particular da obra e da pedagogia salesiana, tanto mais que as necessidades sociais e eclesiais dos tempos modernos parece corresponderem mais do que nunca à índole do apostolado dos Filhos de S. João Bosco, voltado com interesse e dedicação preferenciais, de acordo com o espírito salesiano, para a juventude masculina, ao passo que a juventude feminina, de acordo com o mesmo espírito, é atendida com igual zelo e compreensão específica pela bela e fervorosa família das Filhas de Maria Auxiliadora, que igualmente merecem o aplauso e a confiança da Igreja.

- 449 Referindo-se em seguida à outra grave tarefa do presente Capítulo, ou seja: rever as Constituições e os Regulamentos aprovados “ad experimentum” pelo Capítulo Especial, e verificar sua validade e cumprimento mediante as indicações fornecidas pelos Capítulos Inspetoriais, o Santo Padre recomenda se dê o primeiro lugar ao espírito religioso, que deve animar a tradição já comprovada pela experiência e pelo ensinamento do Concílio Vaticano Segundo.
- 450 Por fim, vendo com confiança a crescente eflorescência organizativa da Família Salesiana, o Vigário de Cristo faz votos para que o Instituto permaneça fiel ao seu projeto constitutivo também quanto à figura e à função do Diretor, de modo que, munido dos carismas da Ordenação sacerdotal, possa guiar com sabedoria eclesial as várias e crescentes falanges de quantos tencionam militar sob a guia e o espírito de São João Bosco.

Em confirmação desses votos e da Sua constante benevolência, Sua Santidade invoca sobre os trabalhos do Capítulo abundante efusão de luzes e confortos celestes, e de coração dá a todos os participantes e bem assim a toda a Família Salesiana e às suas múltiplas e beneméritas Obras e Bênção Apostólica.

Agradecendo por minha vez a gentil comunicação relativa ao Capítulo Geral, que me foi dirigida a 10 do corrente mês de outubro, prometo minhas orações a fim de que ele corresponda plenamente às expectativas, enquanto com satisfação aproveito a circunstância para declarar-me com protestos de distinta estima,

af.mo no Senhor

J. Card. Villot

**Discurso do Reitor-Mor
P. Luís Ricceri
na abertura do CG21 (31 de outubro de 1977)**

A ninguém admirará que ao cumprir este ato próprio do meu cargo, como a abertura do Capítulo Geral, que me confesse tomado de especial emoção. **451**

O ato que encerra um período das minhas pesadas responsabilidades, num momento difícil da nossa história, seria de per si motivo suficiente para justificar meu estado de ânimo. Mas quando penso que justamente há cem anos, em setembro de 1877, Dom Bosco presidia em Lanzo Torinese o primeiro Capítulo Geral da Congregação — recém-nascida pode-se dizer com a aprovação definitiva das Constituições —, não posso evitar que se desperte em meu íntimo um punhado de sentimentos os mais vários, que vão do reconhecimento por tudo o que a Providência operou nestes cem anos, às interrogações que se põem para o amanhã deste agitado período.

“Vamos fazer uma coisa muito importante”

Isso nos leva a refletir nas palavras que Dom Bosco dirigia aos 22 Capitulares por ocasião da abertura: “Vamos fazer uma coisa muito importante para a nossa Congregação. Trata-se sobretudo de tomar as nossas Regras, e ver o que se pode estabelecer para que sejam uniformemente praticadas em todas as casas que já existem agora, e nas que a Divina Providência dispuser se abram no futuro”. **452**

Também nós temos neste Capítulo, entre outras preocupações, o delicado mandato de “tomar”, como diz Dom Bosco, as nossas Constituições, e entendemos fazê-lo com senso de responsabilidade na mais autêntica fidelidade; mas estamos convencidos, como ele próprio repetidas vezes nos lembra, que as devemos principalmente praticar e viver, mais do que limá-las ao infinito.

Hoje, à distância de um século, na visão do prodigioso desenvolvimento da sua Congregação, diante dos problemas e perigos que surgem

nos nossos tempos, que outras palavras havia Dom Bosco de dirigir aos quase 200 membros deste Capítulo? É uma pergunta cuja resposta requer muita luz do Espírito Santo. Por isso é que peço instantaneamente não só aos Capitulares, mas a todos os que se acham presentes a esta abertura, a ajuda insubstituível da oração.

Minha cordial saudação

453 Pedi a oração de todos os presentes, mas devia antes dirigir-lhes minha cordial saudação. E com profunda gratidão acudo ao atraso.

As Autoridades eclesiásticas que representam Aquele a quem estamos ligados não somente pelo vínculo da devota obediência bosquiana, mas pelo vínculo igualmente forte de afetuosa e grata adesão, o meu e o nosso cordialíssimo e agradecido saudar.

As FMA — dignamente representadas pela Madre Geral, Madre Ersília Canta — tão ligadas a nós pelos vínculos da paternidade comum; aos Cooperadores Salesianos, cuja fidelidade ao Pai comum e cuja fraternidade espiritual e apostólica que os prendem aos irmãos e às irmãs consagradas bem conhecemos; às VDB, que representam a fecundidade da vocação salesiana; aos Ex-alunos sempre entusiasticamente presentes para demonstrar efetivo reconhecimento por tudo quanto de Dom Bosco receberam; a todos e a cada um dos presentes, também em nome dos Capitulares, a minha e a nossa agradecida saudação.

Há lugares vazios

454 Deveria agora dirigir minha palavra a vós, caríssimos Irmãos Capitulares, que representais a Congregação disseminada e atuante em tantos países dos cinco continentes. Digo-vos logo, porém, que a alegria de vos poder dar as boas-vindas se vela com a tristeza de verificar que precisamente entre vós há lugares vazios: lugares que deveriam ocupar os Irmãos que vivem e sofrem nos países onde a liberdade, essa a dolorosa verdade, é praticamente coarctada e impedida. A todos os Irmãos que sofrem pela fé e não podem exercer os direitos elementares da liberdade religiosa reconhecida por todo o mundo civil, nossa fraterna lembrança e a solidariedade da nossa prece.

Queria neste momento evocar pelo menos o nome de dois grandes Irmãos nossos desaparecidos, que nesses países testemunharam com coragem e fortaleza inquebrantáveis a própria fé. O Card. Trochta, e o Arceb. Baraniak, recentemente falecidos: a esses dois grandes salesianos juntamos na lembrança os muitos que na Europa, Ásia, África e na própria América sofreram e sofrem pelo Reino de Deus.

A lembrança cristã desses dois grandes salesianos, associamos a dos 850 Irmãos que neste sexênio encerraram sua laboriosa jornada nas diversas partes da Congregação.

A vós, caríssimos Capitulares

Já é tempo, caríssimos Capitulares, de dirigir minha palavra diretamente a vós: a tanto tendes pleno direito. E começo procurando colocar-nos em sintonia para o trabalho que nos aguarda e para focalizar algum elemento de especial importância, que nos poderá ajudar na sua realização. 455

Foi dito, e com razão, que o nosso será o *Capítulo da verdade*: não é por acaso que se fala de Capítulo de *verificação*, ou seja de um Capítulo que faz, realiza, torna eficazmente operante a verdade. Se tenho uma preocupação de consciência é esta: colocar quanto possível o Capítulo diante da realidade viva da Congregação, com as suas luzes, mas também com as suas sombras. Trabalho tão importante e necessário quão difícil o de descobrir e focalizar a realidade e possivelmente as causas, e tirar as conseqüências e levá-las a um *plano concreta e eficazmente operacional*. Porque é esse em última análise o escopo substancial do nosso Capítulo.

Para tanto o Capítulo se deve nutrir sobretudo de *sinceridade na unidade*; nenhum de nós por certo tem a pretensão de possuir exclusivamente a verdade e tanto menos o carisma do Fundador. Por outra parte, justamente para servir à sinceridade é que procuraremos ver e exprimir com absoluta honestidade a realidade das situações, à luz da experiência, e movidos somente e sempre pelo amor consciente e responsável a Dom Bosco e à sua e nossa Congregação. Seu futuro, cumpre afirmá-lo, depende muito da nossa ação, da ação de cada um de nós, nos muitos momentos do Capítulo (comissões, encontros, assembléias, votações).

O Capítulo deve encontrar em nós homens de oração

Mas não basta. A mim me parece que somente poderemos alcançar esses objetivos se cada um dos Capitulares se fizer aqui *promotor da caridade fraterna*, e antes ainda, *homem de oração*, impregnado como o nosso Pai do sentido de Deus; homem, pois, convencido de que o fato Congregação, como a sua vida, é *essencialmente e antes de tudo um fato espiritual*, evangélico. O que significa que se trata de homens que, movidos e unidos por motivos e vínculos sobrenaturais, colimam por isso mesmo fins sobrenaturais, ainda que tenham necessidade de 456

instrumentos humanos e terrenos para realizar no mundo de hoje o que com uma palavra de sabor evangélico chamamos de missão.

O nosso Capítulo, pois, e disso estamos todos profundamente convencidos, deve encontrar em nós homens de oração. Ou seja, homens que mediante o contato pessoal e comunitário, humilde, simples e franco, com Deus, conseguem criar um ambiente de procura — sincera e desapaixonada — da verdade que para nós se traduz e identifica com os interesses vitais da Congregação. Homens que nessa procura à luz de Deus conseguem criar um clima de fraterna, construtiva e mútua integração.

Queremos tornar sensível, palpável diria, o intenso “vivere in unum” ao qual o nosso Pai convidava os primeiros Salesianos e ao qual evidentemente convida cada um de nós neste importante momento da história da Congregação: ela, como toda a nossa família, antes a própria Igreja, olha para nós com olhos que dizem interesse, expectativa, *esperança*.

Não a desiludamos.

A Relação, trabalho difícil

457 Nesse clima quero cumprir o ato que introduz e em certo sentido apresenta a plataforma concreta sobre a qual se assenta toda a nossa ação capitular: refiro-me à Relação do Reitor-Mor sobre o estado da Congregação.

Trabalho tão delicado quão difícil, e os motivos são claros: Basta pensar no fato que a Congregação está presente em todos os Continentes, e que neles já são diversas, por vezes profundamente diversas, as situações entre os próprios Países que a eles pertencem. Basta pensar que as situações apresentaram nestes anos evoluções não raro rápidas e em elementos de primeira importância, sem esquecer que a esfera que atinge o íntimo das pessoas tem zonas que escapam a determinadas pesquisas.

É poderia continuar a enumeração das dificuldades diante das quais se encontra quem deve redigir uma relação desse tipo hoje. Ante realidade tão complexa e intrincada, seria injusta e irreal uma síntese niveladora.

É verdade entretanto que no conjunto da Congregação percebem-se elementos e dados comuns, que se prestam a uma visão sintética e a respectivas avaliações; por outra parte será sempre possível pôr em evidência situações diferentes quando aparecem motivos proporcionados.

A Relação, trabalho em colaboração

Um trabalho de tal monta exigiu, é claro, uma colaboração articulada, paciente e inteligente: foi a que me prestaram com generosidade fraterna tanto os Superiores dos diversos Dicastérios, quanto os Conselhos Regionais que mantiveram sérios, repetidos e prolongados contatos com as Inspetorias. Desejo agradecer-lhes de coração também em nome das Inspetorias. 458

Muito úteis me foram também as numerosas relações dos Inspetores preparadas em diversas oportunidades, bem como os abundantes e sistemáticos contatos mantidos com os mesmos. Servi-me outrossim das muitíssimas informações e verificações recolhidas não só na abundante correspondência com muitos membros da Congregação, mas nos numerosos encontros mantidos nas várias partes do mundo nestes anos com os Conselhos Inspetoriais, Diretores e Irmãos.

Parece-me poder afirmar que o Centro conhece a Congregação ainda que não talvez nos mínimos particulares: parece-me poder afirmar que conhecemos mais que suficientemente o estado de saúde e eficiência, os elementos positivos e os negativos desse grande e complexo organismo.

A Relação, responsabilidade partilhada

Devo fazer ainda um esclarecimento. A relação, com tudo o que contém e apresenta, envolve a responsabilidade do Reitor-Mor. É justo e óbvio. Parece-me entretanto poder afirmar nesta sede que é no seu conjunto partilhada pelo Conselho Superior. 459

E isso é para mim, e penso que para todos, motivo de conforto. E' mais um sinal do trabalho e estilo com que se realizou nestes anos o nosso serviço à Congregação, serviço nem sempre simples nem fácil, como se pode imaginar. Foi um trabalho feito sempre em clima de cordial, fraterna e construtiva colaboração, que se realizou na valorização dos dotes, da mentalidade e sensibilidade, da preparação e experiência de cada um dos membros do Conselho, com a preocupação constante e comum de servir os interesses e os fins que Dom Bosco fixou para a Congregação.

Pôde assim cada um exprimir-se sempre com absoluta liberdade, por isso trabalhamos sempre em diálogo franco, aprofundado, mas respeitoso e cordial, chegando juntos às conclusões que pareciam mais adequadas para os problemas à medida que se apresentavam à ordem do dia.

Um agradecimento aos membros do Conselho

- 460 Desejo aqui, perante esta qualificada assembléia, manifestar profundo agradecimento a cada um dos membros do Conselho: no próprio encargo ou colegialmente, prestaram sempre com cordial generosidade preciosa ajuda ao Reitor-Mor, também com a compreensão das limitações do Superior.

Não podia faltar uma lembrança agradecida dos dois membros do Conselho Superior que durante o sexênio foram chamados pela Santa Sé a outros encargos: Dom José Gottardi, hoje Bispo Auxiliar de Montevidéu, e Dom Rosalio Castillo, que se tornou Secretário Geral da Pontificia Comissão para a Reforma do Código de Direito Canônico.

Sinto que não satisfaria um indispensável dever, antes uma necessidade do coração, se não dissesse um vivo muito obrigado ao caríssimo P. Domingos Britschu que nestes anos, coadjuvado pelos seus colaboradores, realizou na Secretaria Geral (que tem a seu encargo o exigente cuidado do Arquivo Geral da Congregação) trabalho inteligente e generosamente sacrificado.

Um agradecimento aos outros colaboradores

- 461 Vai igualmente aqui o meu e o nosso agradecimento ao caríssimo P. Décio Teixeira pelo serviço prestado nestes anos ao tratar das relações com a Santa Sé e os negócios da Congregação, nos Dicastérios romanos, com a capacidade de relacionamento humano que o caracteriza.

Ao Postulador P. Carlos Orlando, ao mesmo tempo que agradecemos por nos haver dado com seu trabalho paciente mas produtivo a beatificação do P. Rua, auguramos que mediante sua atividade discreta e constante possa dar à Congregação a alegria e a riqueza de outros bem-aventurados, a começar pelos nossos mártires da China e por Zeferino.

Citei os principais colaboradores, mas é justo lembrar que toda a ação do Conselho supõe, como transparecerá das relações, uma colaboração complexa da parte de muitos Irmãos: a comunidade da Casa Geral chefiada pelo ótimo Diretor, humilde mas incansável guia e animador de todos os Irmãos que realizam, cada um no seu setor, um trabalho insubstituível, a serviço de toda a Congregação.

E lembro ainda as generosas Filhas de Maria Auxiliadora que trabalham na Casa Geral, como também os leigos que de várias maneiras

colaboram conosco e completam o quadro fazendo os numerosos e indispensáveis serviços para o bom funcionamento deste Centro.

Elementos positivos e negativos

Cumprido esse ato obrigatório de gratidão a quantos em todos os níveis, e de diversa maneira, prestaram nestes anos seu difícil serviço à Congregação, é hora de concluir esta sessão inaugural do nosso Capítulo Geral. Mas antes de terminar parece-me obrigatória ainda uma última palavra.

462

Todos trabalharam nestes anos; o que entretanto não significa que a nossa ação neste sexênio tenha sido perfeita sob todos os aspectos. Bem ao contrário.

Deficiências e limitações vós mesmos as verificastes, outras poderão emergir no decurso do Capítulo. De certas limitações e lacunas nós mesmos nos demos conta durante o sexênio, ou procuramos corrigir e melhorar; de outras pudemo-nos dar conta nesta fase conclusiva do nosso mandato. Demo-nos conta, após a experiência feita, especialmente na segunda parte do sexênio, de que poderíamos e deveríamos ter evitado determinadas falhas, que certas linhas do nosso governo poderiam ter tido um impulso mais incisivo e oportuno, orientações mais claras, etc. São infelizmente os frutos, que diria inevitáveis, das limitações dos homens.

No exame a que nos meses do pré-capítulo submetemos, com serena franqueza, o nosso serviço nestes anos, descobrimos, pois, elementos positivos mas também negativos. Enquanto agradecemos ao Senhor pelo que de positivo nos permitiu realizar a serviço da muito amada Congregação, deixamos para o Conselho que surgirá deste Capítulo, também as apreciações negativas e as deficiências que encontramos na nossa atuação, com os votos de que este humilde fruto da nossa experiência seja útil ao trabalho que ele terá pela frente durante o próximo sexênio.

Declaro aberto o Capítulo

Com esses votos tenho a satisfação de declarar aberto o 21.º Capítulo Geral da nossa Congregação, que desde este instante colocamos com coração de filhos sob a proteção de nossa Mãe Auxiliadora.

**Mensagem do Reitor-Mor, P. Egídio Viganó,
aos Salesianos de todo o mundo**

463 Exprimo os meus sentimentos de profunda solidariedade a todos os Salesianos e a todos os Membros da Família de Dom Bosco, que tão generosamente trabalham na pastoral juvenil e popular e nas missões, sempre fiéis à sua vocação; uma especial saudação aos Salesianos jovens que se estão preparando para servir, com Dom Bosco, à Igreja; aos de idade avançada, que representam o patrimônio da fidelidade; aos doentes, que nos ajudam a compreender com maior realismo o mistério pascal de Cristo; a todos os que por entre sofrimentos permanecem fiéis.

Com todos partilho a convicção da beleza da nossa vocação, que se deve viver em tempos que a rapidez das mudanças tornam difíceis e problemáticos, mas também ricos de esperanças, e bem assim um compromisso de plena e total dedicação à juventude, que constitui hoje um dos objetivos mais importantes da missão da Igreja, e é a grande esperança da sociedade.

Continuemos, Irmãos, no caminho da renovação, em adesão clara, leal e entusiasta ao Vigário de Cristo que nos guia nestas difíceis conjunturas.

O nosso Capítulo Geral 21 exorta-nos a fazer de nossa vida um “testemunho” e da nossa obra um “anúncio do Evangelho”, continuando a “singela aula de catecismo”, da qual nasceu a Congregação, ampliando-a e colocando-a em dia com novas realizações.

O Espírito Santo e nosso testemunho pessoal despertarão novas vocações.

Maria Auxiliadora nos anime e nos dê entusiasmo e espírito de iniciativa, como generosamente fez com o nosso Pai e Fundador Dom Bosco.

Roma, 15 de dezembro de 1977

**Discurso do Reitor-Mor, P. Egídio Viganó,
em homenagem ao Santo Padre na abertura
da audiência concedida aos Capitulares
(26 de janeiro de 1978)**

Beatíssimo Padre,

O primeiro sentimento que em nome dos Irmãos capitulares aqui presentes e de todos os Salesianos de Dom Bosco desejo manifestar é a adesão filial, consciente e corajosa do nosso Instituto à Cátedra de Pedro. É um obséquo da mente e do coração, impregnado do realismo pedagógico da nossa tradição: verificamos de fato que numa hora de mudanças profundas a guia e o magistério do Papa são um dos dons mais necessários e concretos do Senhor à sua Igreja peregrina. Queríamos ser testemunhas especializadas, capazes de fazê-lo compreender e apreciar mormente à juventude de hoje, tão sequiosa da verdade e de projetos históricos. 464

Permiti, ainda, que exprima um sentimento de especial gratidão para com a Vossa Pessoa: sentimo-nos mergulhados, todas as vezes que nos recebestes, num clima de vivo afeto e simpatia, de alegria familiar, de estima benévola e admiração entusiasta, que sempre nos surpreendeu beneficentemente, fazendo-nos pensar com sinceridade em todo o caminho que ainda nos resta a percorrer, com sofreguidão salesiana, para chegar à meta indicada com tanta bondade pelo Vosso coração paterno. 465

Estamos a concluir, Beatíssimo Padre, o nosso Capítulo Geral 21.º. A Vossa Mensagem, que nos foi transmitida através da pessoa do caríssimo e benemérito P. Luís Ricceri, foi orientação segura para os nossos trabalhos capitulares. Fizemo-la matéria das orientações práticas do próximo sexênio, a fim de reaviver sempre mais a chama do nosso carisma entre os jovens e o povo. 466

Para esse compromisso árduo e urgente pedimos a Vossa Bênção Apostólica sobre toda a Família Salesiana, sobre os Irmãos, sobre os membros do novo Conselho Superior e sobre a minha pobre pessoa chamada a guiar e animar a Congregação fundada por Dom Bosco.

**Discurso de S.S. PAULO VI
aos membros do CG21
na audiência especial de 26 de janeiro de 1978**

O texto aqui apresentado reproduz — na medida do possível — a gravação que nos foi gentilmente oferecida pela Secretaria de Estado.

467 Devíamos fazer um prefácio às poucas coisas que agora diremos, para mostrar a tonalidade em que foram concebidas e se devem interpretar, isto é: uma grande, grande emoção. Disse bem, agora, o P. Viganó, quais os sentimentos de confiança, simpatia e fraternidade apostólica que nos unem a toda a Família Salesiana, aqui agora representada da maneira mais plena e mais solene. Repetimos, trata-se para Nós de grande comoção que quase nos impede de formular os sentimentos que de fato temos no coração e nos lábios, para dizer-vos, para dizer em primeiro lugar, sim, a confiança, o reconhecimento, a alegria pelo fato que o Senhor dá à sua Igreja uma Família eleita, a Família Salesiana, que quer ir lá precisamente onde maior é a necessidade e onde a obrigação e a responsabilidade são mais sentidas: a juventude, a juventude moderna, a juventude que ordinariamente escolheis, a juventude do povo; a juventude que tem necessidade de complementos exteriores à família que não é suficiente, e também exteriores ao ambiente, que não é muitas vezes educativo.

Vós supris, vós integrais, vós sabeis fazer dessa juventude almas fortes, serenas, boas, belas, honestas, cristãs. Que grande alegria!

Que grande alegria para um pobre Pastor, para o humilde Pastor que vos fala, e que contempla a geografia universal da Igreja, e a geografia espiritual da sociedade! Como temos necessidade de vós; que função a vossa, que missão, que responsabilidade! Mas de que bondade usou o Senhor para convosco chamando-vos, encarregando-vos, pondo-vos neste caminho, inspirando-vos a dedicar a vossa vida à causa da educação juvenil moderna!

Sede benditos, sede deveras compreendidos, apoiados, repletos das graças do Senhor, que desejo para vós, para o mundo e para a Igreja!

E que a Família Salesiana esteja sempre à frente da Igreja viva, da que está com os problemas vitais, contingentes, sim, passageiros e fluentes em tantas fenomenologias diversas, mas sempre humanos, sempre cristãos. Sede deveras Salesianos!

Eis os nossos votos, com os quais encerramos este prefácio, que aliás contém tudo o que temos a dizer-vos nesta circunstância que assume também para nós a característica de um momento singular. Soubésseis quantas pessoas, quantas ocasiões, quantos encontros acontecem em torno de nós. Mas o vosso nos comove de maneira particular, e nos dá a alegria e a esperança de que a Igreja seja realmente hoje a de Dom Bosco, a Igreja viva!

É, pois, com autêntica alegria espiritual que hoje vos recebemos segundo o desejo que Nos foi manifestado, em vosso nome, pelo novo Reitor-Mor, P. Egídio Viganó.

468

(E aqui podemos fazer uma glosa marginal. Sabemos que tem outros dois irmãos, não é?... E irmãs, também quem sabe... Está bem, mas afinal estamos diante, digamo-lo, de um fenômeno que verdadeiramente mostra também aqui que a mão de Deus foi pródiga: já que vamos fazer um, façamos três e está tudo acabado. Porque isso demonstra que o Senhor vos quer bem, que o Senhor vos escolhe, que o Senhor tem confiança em vós, como temos também Nós! Não é verdade?).

Portanto, o vosso desejo nos foi manifestado pelo P. Egídio Viganó, que assumiu, nas suas mãos mais jovens, a direção da vossa Sociedade Salesiana, recebendo-a do seu prodecessor imediato, o querido e venerado P. Luís Ricceri, do qual devíamos fazer um panegírico; mas vós o imaginais; e ele está no nosso coração e estará amanhã na lembrança e nas orações; ao qual desejamos renovar o Nosso paterno reconhecimento por tudo o que fez durante estes anos em favor da Congregação e da Igreja.

Mas o encontro com os membros qualificados de um Instituto religioso que, embora conte pouco mais de um século de vida, se estendeu admiravelmente por todo o mundo com as suas inumeráveis iniciativas e obras benéficas, não pode deixar de Nos trazer à memória, como presença animadora e admoestadora, a figura — sim, pensemos todos nela! — do seu fundador, São João Bosco; e ele está aqui, nos vê, nos conhece, e esperamos que partilhe a nossa alegria de ver a sua Família tão numerosa, tão compacta, tão uniforme, tão concorde e tão decidida a continuar a sua obra com o mesmo estilo e, queira Deus, com os mesmos resultados. Está vivo Dom Bosco!

469

Sim, está vivo Dom Bosco, síntese admirável de notáveis capacidades humanas e de dons sobrenaturais, gênio reconhecido da pedagogia

moderna e da catequese, mas, mais ainda, gênio da santidade, daquela santidade que é nota característica da Igreja, santa e santificadora (cf. *Lumen Gentium* 11, 39,48).

E se nos seus tempos, verdadeiramente complexos e infelizes, Dom Bosco foi autêntico protagonista da história da Itália e da Igreja, a Congregação, nascida do seu espírito intuitivo e do seu grande coração, seguiu fielmente nestes cem anos o caminho por ele traçado.

A estima, o apreço e o afeto que por Dom Bosco tiveram os Nossos Predessores, que pessoalmente o conheceram, Pio IX, Leão XIII e principalmente Pio XI, que o beatificou e canonizou, são os mesmos que Nós sentimos por vós, seus filhos, devido ao bem incalculável que, nestes cem anos, espalhastes na Itália, na Europa, na América Latina e no mundo inteiro, e ainda pela colaboração mais direta com a Santa Sé que membros da vossa Congregação oferecem generosamente nos vários Dicastérios e Departamentos da Cúria Romana.

470 E, também aqui, estaríamos tentados a outra glosa marginal, isto é, expor-vos os títulos pessoais que temos para querer, para ter perto de Nós a vossa Família Religiosa. Sabeis que tivemos um primo que foi salesiano, não é verdade?

Pois bem, assistimos, podemos dizer, à origem da sua vocação; era ele amigo do P. Coiazzi (outro homem que merece deveras o aplauso do nosso reconhecimento, da nossa lembrança), que o levou a alguns passeios. Era um menino indisciplinado a tal ponto que a sua mãe o tirou do colégio: “Você vai trabalhar porque não pode estudar”. E o menino, depois desses passeios, com essa amizade com o P. Coiazzi, um dia, como bem lembramos, Nos disse: “Eu me faria salesiano”.

Que é que devíamos dizer?: “Mas é claro!”. E assim foi.

Também o seu pai, médico, ótima pessoa, resignou-se como a duvidar: “Mas esse rapaz dará certo ou não?”.

E partiu para a China onde permaneceu 17 anos e donde escreveu cartas muito bonitas, que confirmavam deveras a sua adesão sincera à vocação que havia escolhido; e regressou, e foi mandado primeiro para Portugal, e depois para o Brasil, onde desgraçadamente morreu num acidente: um banho frio após um dia de trabalho; e até lá (para que saibais como sentimos tão perto a Família Salesiana) viajou este ano o irmão, único supérstite, precisamente para visitar a sua tumba, do P. Luís, salesiano, renunciando à visita que todos os anos nos fazia; mas renunciamos a ela com alegria porque ele ia visitar o irmão salesiano morto e sepultado naquela terra.

Diremos ainda outras coisas, muito simples mesmo, mas também muito significativas.

Lembramos que no escritório de papai havia um cantinho ao lado da biblioteca onde pendia um pequeno quadro de Dom Bosco, e lá estavam escritas, talvez pela mão de Dom Bosco, ou foram por ele pronunciadas, estas palavras que permaneceram sempre vivas na Nossa memória: “na morte recolhe-se o fruto das boas obras”; uma frase de Dom Bosco.

E todas as vezes que íamos ao escritório do nosso pai, íamos dar uma espiadinha nesse quadro com as palavras nele escritas, que nos ficaram textualmente impressas no coração.

Teríamos ainda algumas outras lembranças, mas não queremos importunar-vos agora com coisas particulares.

Sabei, em todo o caso, que existe também para nós um vínculo diríamos de afeição de parentes, de afeição especial ao vosso grande e Santo Fundador.

Não duvidamos que, mesmo com as adaptações e retoques que nas Constituições e nos Regulamentos Gerais seriam considerados necessários, permanecerá intacta a vossa adesão total ao carisma originário do Fundador, como foi aprovado, reconhecido e garantido pela Igreja — e diria também pela experiência dos anos — segundo afirma o Concílio Vaticano II: “A adequada renovação da vida religiosa comporta, não só um regresso constante às fontes e à inspiração primitiva dos institutos, mas também uma adaptação dos mesmos às mutáveis condições dos tempos” (*Perfectae Caritatis*, 2). 471

Neste XXI Capítulo Geral, ainda em curso, — quando termina?... Terminou?... Então aplaudamos! — estais a aprofundar, na oração e na reflexão comunitária, a vossa — agora se emprega esta palavra, mas é muito verdadeira — “identidade” salesiana, que é, antes de tudo, a de “religiosos”, ou seja, de crentes que, na vida em comum, quiseram seguir a Cristo de modo total e incondicionado, daquele modo radical que o Evangelho apresenta (Mc 10,28; Mt 19,21; Lc 10,42), mediante a generosa, alegre e fiel prática dos conselhos evangélicos, da castidade (cf. Mt 19,12; I Cor 7, 32-35); da pobreza (cf. Mt 6, 20-25); e a obediência, à imitação de Jesus (cf. Jo 4, 34; 5, 30; Hb 10, 7); e acrescentaríamos um outro carisma, o do afeto e da consagração de si próprios à educação da juventude. São assim os Salesianos! 472

- 473** Mas a figura do Salesiano, mesmo aos olhos do povo cristão, está intimamente ligada — dizíamos — ao seu apostolado entre os rapazes e os jovens. Foi a grande e providencial intuição religiosa de São João Bosco, que nas suas “Memórias” nos fala da “sede do sacerdote” que no seu coração crescia durante os anos do Seminário, “para poder — diz — lançar-me no meio dos jovens, a fim de os conhecer intimamente e ajudá-los em qualquer circunstância a evitar o mal!”.
- 474** Notamos com satisfação que o tema do XXI Capítulo Geral foi precisamente este: “Testemunhar e anunciar o Evangelho: duas exigências da vida salesiana entre os jovens”. Testemunho, em primeiro lugar: os rapazes e os jovens exigem autenticidade, exigem exemplaridade; querem quase ver e tocar a mensagem cristã, realizada concretamente na vida de quem a anuncia. No meio dos rapazes e dos jovens, vós deveis ser o sinal da presença de Cristo com a bondade, a delicadeza, a modéstia, a dedicação, a pureza, a humildade e a alegria, a alegria salesiana. Sim, com a alegria, porque, como bem sabeis e procurais inculcar, a alegria é necessidade incoercível do rapaz e do jovem, mas é também reflexo da graça de Deus e da serenidade interior. O Evangelho de São Lucas colheu na alegria, que brota no coração dos fiéis, um dos efeitos mais significativos do anúncio evangélico (cf. Lc 47; 2, 10 ss., 29 ss., 38; 19,37; At 5, 41): *gaudete*.
- 475** Além do testemunho religioso e comunitário, difundi o anúncio evangélico mediante a contribuição viva, séria e meditada para a cultura catequética, pedagógica, psicológica e sociológica, mas particularmente com o apostolado direto e pessoal no mundo juvenil, com particular atenção e dedicação às classes pobres, necessitadas e marginalizadas. E, para isso, Deus vos abençoe! Faremos mesmo uma oração especial para que o Senhor conserve em vós este carisma. Há no mundo pessoas consagradas aos jovens? Sim, há muitos, mas há os Salesianos. Pois bem, por eles procuraremos ter preferências espirituais, orações e bênçãos.
- 476** Gostaríamos, quase como recordação deste nosso encontro, de vos indicar as três grandes “devoções” que Dom Bosco deixou aos Salesianos como preciosa herança — falamos a mestres, mas não vos desagrade ouvi-las confirmadas também por nós —: a devoção de adoração a Cristo, Homem-Deus, particularmente na presença sacramental da Eucaristia. Não é porventura Cristo o centro e a síntese de toda a mensagem evangélica? Não deve ser Cristo a norma suprema do pensamento e do agir do cristão, do sacerdote e

do religioso? Devoção filial também a Maria, a “Auxiliadora”, que “com seu amor de Mãe, cuida dos irmãos de seu Filho, que ainda peregrinam” (Lumen Gentium 62); devoção, ainda, ao Papa, sucessor de Pedro, “princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade quer dos Bispos quer da multidão dos fiéis” (Ib 23).

Caríssimos Filhos, os rapazes e os jovens chamam-vos e esperam-vos. 477

Queríamos e podíamos ser agora o intérprete desse apelo que está como suspenso na atmosfera da história: a juventude vos chama, vos chama, tem necessidade de vós, tem necessidade do vosso sacrifício, da vossa dedicação, da vossa inteligência, da vossa bravura em brincar, em compreendê-los, em ensinar, em educá-los, em levantá-los e em fazê-los crescer na estatura dos filhos de Deus, dos filhos da Igreja! São milhões no mundo, por vezes dispersos e desorientados por uma multiplicidade de vozes discordantes, os quais esperam de vós a palavra de salvação, procuram a mão fraterna e amiga, que os guie com segurança serena para o Absoluto; invocam uma face que não seja uma máscara artificial, mas a expressão límpida de um amor que se abre ao irmão num amor maior, como é o Deus que *é maior do que o nosso coração* (I Jo 3, 20). João Bosco, vosso pai, precede-vos com o seu passo sempre jovem e dinâmico.

Com estes votos — que havemos de repetir ao Senhor rezando por vós e oferecendo por vós, justamente como lembrança deste encontro e como conclusão do vosso Capítulo, uma Santa Missa — concedemos uma particular Bênção Apostólica a vós, a todos os Salesianos, Sacerdotes e Irmãos Coadjuutores, aos colaboradores — e lembremos também as Salesianas, as Filhas de Maria Auxiliadora, que são irmãs — que, com a sua generosidade, contribuem para a realização das múltiplas e providenciais iniciativas da vossa Congregação, assim como aos rapazes, aos jovens e aos ex-alunos, a quem se estende o vosso apreciado trabalho pastoral. 478

E, para concluir, diremos juntos um Pai Nosso, justamente para pedir ao Pai Celeste que confirme estes sentimentos, confirme esta obra que sois vós, e confirme a vossa capacidade de dialogar, de dedicar-vos, de conquistar a juventude do nosso tempo.

Com a nossa Bênção Apostólica.

**Palavras do Reitor-Mor, P. Egidio Viganó,
ao encerrar o encontro com os representantes
leigos da Família Salesiana (7 de janeiro de 1978)**

479 Interpreto por certo o pensamento de todos os meus Irmãos capitulares agradecendo às Voluntárias de Dom Bosco, aos Cooperadores, aos Ex-alunos e aos Delegados e Assistentes aqui presentes. É interessante notar que todos começamos com um agradecimento. Quero dizer que fazemos o bem uns aos outros, e que temos um coração nobre.

Estes leigos vieram à Assembléia no nosso Capítulo da mesma maneira como viemos nós, passando através das subcomissões: precisamente assim. Nenhum de nós apresentou à Assembléia um problema sem havê-lo discutido antes na subcomissão. E cada um de nós, após haver trazido um problema limitado ao tema da subcomissão, teve que galgar as alturas da assembléia, onde a visão é mais ampla.

480 Esta tarde, além do tema específico da subcomissão dos colaboradores leigos, respiramos todos um clima mais elevado: a Família Salesiana. E sentimos que esta visita nos trouxe ares de primavera. Faz-nos esperar. Não com uma vã esperança. Faz-nos intuir e perceber sensivelmente o que disse um deles: que não foi sem a assistência do Espírito, suscitador do novo carisma na Igreja, que o Capítulo Geral Especial aprofundou e renovou o tema da Família Salesiana. E percebemos através dessas palavras de crítica e entusiasmo que estamos ferindo um tema vital, que há aí grande energia oculta, que há um sentido de crescimento.

Podem ser, é certo, palavras sugeridas mais pelo entusiasmo que pelo cálculo. Mas foi com esse entusiasmo e sem muitos cálculos que o P. Lasagna (diziam-nos ontem na boa-noite) e os primeiros missionários de Dom Bosco foram à América. E como cresceu na América o carisma salesiano?!

Acredito que todos (julgo interpretar os sentimentos dos meus Irmãos capitulares) nos damos conta de que tocamos numa tecla, num ponto

que não soa a funeral, mas a renascimento. Sentimos que somos muitos no mundo — eles no-lo disseram — nem sequer sabemos quantos! Somos muitos que devemos conversar um pouco para perceber que nos queremos bem, que temos as mesmas idéias, os mesmos ideais, e que devemos crescer juntos.

Lembraram-nos alguns temas fundamentais próprios da nossa Família: a secularidade consagrada, a escola católica, o nosso projeto educativo, a evangelização, tarefa específica da vocação salesiana, a pastoral juvenil: isso é que estamos a discutir, isso é que devemos fazer.

481

Esta visita faz-nos ver que estamos a estudar problemas respeitantes à vida e os estamos a estudar numa Família que tem mais futuro que passado. E a estudar com um coração que quer fazer propósitos práticos. Porque este Capítulo não é um Capítulo doutrinal, mas um Capítulo operacional, de realização mais concreta após a verificação dos grandes horizontes traçados pelo Capítulo Geral Especial. E por isso quero sublinhar as palavras da senhorita Clara Bargi: porque as mulheres são mais realistas, tocam no que faz a vida funcionar; não se perdem, parece, em palavras metafísicas, como por vezes fazemos nós outros. Ela não falou, em determinados momentos, a todos os Capitulares, mas aos senhores Inspetores. Compreendeis logo, e eu a apóio plenamente.

Essa esperança, que deve medrar e mover-se em todas as Inspetorias, deve primeiro ser clara, robusta, deve antes fazer parte das convicções e propósitos de todos os Capitulares — certo —, mas principalmente dos senhores Inspetores aqui presentes. É verdade que todos participam da responsabilidade na Inspetoria, mas se quem é a alma, o primeiro animador, quem dá as orientações e as decisões, não estiver convencido, não tem essa visão de futuro, dificilmente as coisas poderão enveredar pelo caminho do crescimento.

E assim eu me associo à senhorita para dizer aos senhores Inspetores: não esqueçais esta tarde. O que agora ouvimos e o que o Capítulo determinar, nos haverá de estimular a reler, a repensar, a reeditar quanto sobre esses pontos disse o Capítulo Geral Especial, que permanece sempre, salvo os novos documentos, a “magna charta” desta nossa Família.

482

Agradeço, pois, a todos os visitantes que nos trouxeram este sentido de primavera, e acredito que não podemos concluir senão dizendo: Viva Dom Bosco, nosso Fundador e Pai.

**Resposta do Reitor-Mor, P. Egídio Viganó,
à Mensagem da Rev.da Madre Geral das FMA
(28 de janeiro de 1978)**

483 Tenho a certeza de interpretar os meus Irmãos capitulares ao agradecer cordialmente à Madre Geral e às Conselheiras do Conselho Superior das FMA por este gesto de fraternidade vocacional, que veio injetar no nosso coração salesiano um sentido mais vivo, mais claro, mais entusiasta da nossa vocação. Não há mais belo presente do que o que nos enriquece o espírito. E foi o que fizestes. É um gesto que nasceu sem programação nem do Regulador, nem do Reitor-Mor. Cumpre deveras afirmar, ao ver os efeitos, que é de fato inspirado.

Quero agora refletir um pouco sobre a mensagem e comentá-la, pois desejo que, tendo por testemunhas todas as Conselheiras e a Madre Geral, formulemos alguns propósitos sérios: fraternalmente, claramente, lealmente.

484 Em primeiro lugar: o gesto de hoje reveste-se de grandeza espiritual e de vocação salesiana. Representamos aqui mais de 35.000 salesianos e FMA que consagraram toda a própria pessoa, em tempo integral e por toda a vida, ao serviço da juventude, para conduzi-la ao bem, para com ela fazer crescer a Igreja do Senhor. Não são apenas palavras bonitas, inventadas para preencher um momento de entusiasmo. Estamos representando aqui uma força real. Estamos fazendo no mundo um bem muito maior do que pensamos. Muitas vezes as críticas que fazemos e os defeitos que em maior ou menor quantidade todos carregamos conosco, não nos deixam ver a riqueza enorme de Espírito Santo presente na nossa Família.

O gesto de nos encontrarmos juntos, varre muitas nuvens e redimensiona muitas opiniões, verdadeiras em parte, mas quiçá um tanto terrenas demais, e nos faz erguer os olhos para um horizonte mais amplo a fim de descobrir realidades maiores e mais reais do que as que de hábito nos entristecem e abatem.

É um gesto que merece deveras um agradecimento muito profundo. O seu significado é claro. Não viemos aqui para estarmos juntos a promover uma academia, ou a provocar um pouco de saudade. Os motivos são explícitos: é um verdadeiro parentesco de vocação. Mesmo o contexto da mensagem das FMA está a salientar o sentido da nossa profunda fraternidade espiritual, da nossa amizade no Espírito, da nossa mútua colaboração de ontem, de hoje e de amanhã. Motivos claríssimos, pois, de vocação. Por isso é que nos quisemos encontrar. Porque a nossa vocação nasceu da mesma fonte, cresceu a par e par nas grandes jornadas das atividades missionárias dos primeiros Salesianos e das FMA, e deve junto crescer e renovar-se.

Parece-me que um elemento que acompanha esta nossa reunião, este nosso gesto, tem um aspecto de profecia. Não da profecia artificial, que se aproxima da quiromancia, mas da que manifesta um desígnio de Deus e ajuda a programar a realização: sejamos-lhe dignos portadores!

Agora, Reverenda Madre e Conselheiras, permiti que fale aos meus Irmãos capitulares. Sereis aqui testemunhas do que a vosso respeito conversamos entre nós. Parece-me necessário tecer um breve comentário à mensagem das FMA porque é substancioso e toca em pontos sobre os quais, mais dia, menos dia, devíamos deter a fim de esclarecer, de reapresentar as coisas, de melhorar. 485

Três coisas se revelam na mensagem. Lemos: “Conscientes do muito bem recebido...”. Dão-nos primeiramente o bom exemplo da atenção ao bem. Sabemos todos que temos defeitos (nós e, sim, também vós), mas quando nos reunimos para tratar da nossa vocação, não falamos mal uns dos outros, pondo a público os nossos mútuos defeitos, ainda que verdadeiros.

Temos necessidade de redescobrir e de fazer emergir as nossas energias, as nossas riquezas espirituais que são bem maiores que os defeitos, e das quais muitas vezes não falamos e não falando deixamo-las a dormir. Eis aí então: “conscientes do muito bem”, porque estou certo de que os Salesianos fizeram muito bem às FMA, embora saiba que defeitos houve. Mas agora estamos conscientes, e mutuamente, de tal.

Primeiro: “Sejam sempre mais exigentes ao guiar-nos pelo caminho da santidade salesiana com o ministério da Palavra e dos Sacramentos”. E aqui seria preciso ser ainda mais concretos, como dizia a Voluntária de Dom Bosco outro dia: “Eu falo a todos os Capitulares, mas sobretudo aos Inspetores”. Penso que as FMA concordam 486

também. Portanto, caríssimos Capitulares, mas sobretudo vós, senhores Inspetores, urge tomar a sério este aspecto ministerial. O Papa lembrou-nos que é mister fazer funcionar o ministério sacerdotal na animação salesiana a nível de Inspetorias e de Diretor.

Vede o que nos pedem as Irmãs! “Com o ministério da Palavra e com os Sacramentos”. Talvez elas próprias perceberam que há um pouco de crise de ministério sacerdotal na Congregação. De qualquer maneira, dissemos que não é sobre os defeitos que nos queremos deter. O que certamente o pedido acentua é que os Inspetores responsáveis devem pensar que para a animação das FMA é preciso procurar pessoas competentes, pessoas que levam à santidade, pessoas que saibam fazer funcionar o ministério da Palavra, pessoas que vão a fundo na graça de Deus mediante a celebração sacramental. Não há esconder que existe uma crise sacerdotal no mundo; e que existem padres, salesianos também, que não têm as idéias no lugar justo. Quem tem o ministério de zelar pela animação das FMA deve procurar fazê-lo com equanimidade, profundidade e sentido de sã atualidade.

Dom Bosco enviou sempre os seus filhos melhores para exercer tais ministérios. Primeiro ele pessoalmente e depois os primeiros diretores espirituais das FMA são grandes personalidades: P. Cagliero, P. Lemoyne, P. Costamagna... (Venho do Chile, e Dom Costamagna deixou a fama de um temperamento mais do que forte; ainda hoje o lembram. Lendo as cartas de Madre Mazzarello, publicadas dois anos atrás, descubro a seguinte observação: “Tinha um temperamento um tanto forte, mas a Madre Mazzarello tratava-o tão bem que o ajudou a corrigir-se um pouco”. Vede que bom serviço recíproco!).

Esse primeiro pedido parece-me de grande importância para a realização de uma verdadeira renovação da Família Salesiana. Os Exercícios Espirituais, os retiros, as atividades de orientação, os cursos, etc., tantas iniciativas que existem hoje. É preciso evidentemente escolher bem. Evidentemente não se podem confiar esses serviços ministeriais nem aos “Franzoni” nem aos “Lefebvre”.

487 Segundo ponto. Pedem que as ajudemos a conservar na Igreja a verdadeira fisionomia espiritual e pastoral como queriam Dom Bosco e Madre Mazzarello: “E nos ajudem a cultivar para o Instituto boas e firmes vocações”. Parece-me que exatamente neste ponto sentimos ambos uma fome de busca. E é belo que no-lo digamos mutuamente porque assim poderemos ajudar-nos melhor. Também nós tanto no nosso Capítulo Geral Especial como neste CG21 salientamos dois pontos a descobrir com profundidade: a espiritualidade própria da

nossa vocação salesiana e o Sistema Preventivo; a nossa pastoral e a nossa pedagogia. E acontece que justamente os nossos dois Institutos têm também instrumentos de aprofundamento a nível universitário exatamente nestes campos. A partir do fim deste ano teremos a possibilidade de maiores contatos uma vez que o Pedagogicum das FMA, que até agora funcionou em Turim, se transferirá para Roma. Elas nos dizem: “ajudai-nos a aprofundar a espiritualidade e a pedagogia salesiana”. Devemos fazê-lo por certo, mas respondemos logo: e ajudai-nos também vós. Ou seja, ajudemo-nos mutuamente. Nesse campo devemos fazer muito mais. A nossa espiritualidade é de atualidade. Viu-se mesmo em vários dias de estudo, como isso é exigido por muitos. Estudando Dom Bosco descobre-se que foi mesmo suscitado pelo Espírito Santo, como uma palavra para os tempos novos.

Juntos, então, devemos procurar compreender melhor esta palavra de Deus para os tempos novos. Abre-se dessa maneira todo um panorama. Deveremos juntos procurar os meios para maior colaboração, a fim de realizar, não só a nível de animação apostólica, mas ainda a nível de pesquisa científica e de atividades e de estudo, uma maneira de unir as forças de ambos os Institutos e produzir com maior profundidade e maior atualidade.

Há ainda um ponto neste segundo momento da mensagem: lembraram-nos que os Salesianos, cultivaram sempre vocações para o Instituto nos lugares em que residiam. E estou certo de que há muitos Salesianos que são tais, porque houve uma FMA que rezou e ajudou. Eis então um outro setor de colaboração: um mútuo compromisso vocacional. Dom Bosco mandou muitas vocações ao Instituto das FMA, entre elas três sobrinhas.

E o terceiro pedido, como nos explicou a Madre, nasceu no dia da Epifania por ocasião da troca de presentes: dedicar-nos a reatualizar a devoção a Maria Auxiliadora. Parece-me este um aspecto particularmente importante.

488

Voltaremos ao tema durante estes anos, sobretudo a nível de Conselho Superior a fim de programar algumas iniciativas.

Que significa um empenho de toda a Família Salesiana para fazer reviver a devoção a Maria Auxiliadora? Permitti-me algumas palavras a respeito.

Trata-se antes de tudo de “vocação” no seu significado mais profundo. Ou seja, mais que colocar em primeira plana práticas cultuais, trata-se de uma atitude do espírito, de uma visão consciente que está dentro

das nossas convicções, e que move os nossos afetos. Em seguida preocupamo-nos em cultivar um espírito. Para tanto cumpre renovar a mentalidade, precisamente porque a evolução cultural e as mudanças eclesiológicas trouxeram novos pontos de vista, pelo que se um Instituto de caráter mariano não se põe o problema da renovação dessa dimensão, facilmente se desvia ou põe a perder um dos elementos que lhe enriquece a vocação específica.

489 Todos nós conhecemos e meditamos os últimos textos marianos do Magistério, a começar pelo cap. VIII da LG, e depois da Exortação apostólica “*Marialis Cultus*” de Paulo VI. Em dois números desta exortação apostólica, no 24 e no 40, o Santo Padre lembra o seguinte: faz ver que o Vaticano II exige que se faça uma revisão da devoção mariana e acrescenta: “Isto demonstra a necessidade que as Conferências episcopais, as Igrejas locais, as *Famílias religiosas* e as comunidades dos fiéis favoreçam uma genuína atividade criadora, e procedam ao mesmo tempo a uma revisão dos exercícios de piedade para com a Virgem...”. E no n. 40: “Apontamos alguns princípios capazes de dar novo vigor ao culto da Mãe do Senhor. Agora é trabalho das Conferências episcopais, dos responsáveis pelas comunidades locais, *das várias Famílias religiosas* restaurar sabiamente...”. É, pois, o próprio Papa e o Concílio, é a Igreja que nos pedem esse trabalho de renovação e revisão.

490 Para fazê-lo devemos apoiar-nos em Dom Bosco. E aí encontramos respostas vigorosas. Que significado tem na vida de Dom Bosco a devoção a Maria Auxiliadora? Não é aqui que poderei abordar um tema tão vasto; direi apenas algumas palavras para que lhe percebamos a sugestiva importância.

Vemos concentrar-se a devoção mariana de Dom Bosco no aspecto característico de “Auxílio dos Cristãos”, somente nos anos 60, ou seja, na maturidade de Dom Bosco, em situações peculiares da história da Igreja: é a década que termina com a queda de Roma. Dom Bosco não teve nunca, diz o P. Caviglia, uma preocupação específica por um “título” de festa de Nossa Senhora. Quero ler-vos as suas palavras num comentário clássico que faz na vida de Domingos Sávio: “Falando da devoção a Maria, deixamos de lado todo título comemorativo, exornativo e devocional, é Maria, Nossa Senhora sem mais, vulgarmente diríamos: que Nossa Senhora indicava Dom Bosco? De qual era devoto Domingos Sávio? Todas e nenhuma. No primeiro sonho dos nove anos, a Dom Bosco menino apareceu não uma senhora, digamos com um título, mas Nossa Senhora, Maria, a Mãe de Jesus. Nesse tempo, o santo Mestre era devoto da Consolata. Dela é a

primeira estatueta da Capela Pinardi: a Madona dos Turineses. Entretanto com o movimento religioso que levou a Igreja à definição da Imaculada, foi-se orientando para ela e com espírito entranhadamente católico e com profunda, lúcida compreensão transformou o artigo de fé em amor e devoção, e esta tornou-se por longo tempo e por certos aspectos a sua Nossa Senhora. E foi a que indicou a Sávio...”.

Sabemos ainda da importância dada à “Imaculada”, sobretudo por ocasião da proclamação do dogma. Nos anos 60 vemos aparecer sempre mais intensamente explícito e sintetizador o aspecto da Auxiliadora. Donde vem? Quando alguém procura a origem de uma devoção a Nossa Senhora, geralmente encontra uma aparição, uma vidente a dizer alguma coisa. Sabemos que houve naqueles anos uma aparição em Espoleto, que pode haver influído em parte sobre a escolha de Dom Bosco. Mas na origem da devoção a Maria Auxiliadora do nosso Pai, não há o papel de um vidente a descrever uma determinada aparição. Encontramos ao invés uma testemunha que afirma com segurança a presença ativa de Maria, Mãe da Igreja, nos momentos e situações de maior necessidade do povo cristão e do Papa.

Uma presença quase palpável: e provou-o Dom Bosco com a construção da Basílica de Turim em três anos. A devoção à Auxiliadora é uma devoção que acorda com as várias festas e títulos de Nossa Senhora, mas que contempla e venera todas as grandezas de Nossa Senhora, dá uma perspectiva operacional de incremento e defesa da Igreja. É uma devoção conatural a um coração apostólico, inserido historicamente em momentos particularmente difíceis. Para Dom Bosco o aspecto de “Auxílio dos Cristãos” vem a ser subjetivamente como o aspecto supremo de toda a presença de Maria na história da salvação.

Como recuperar nas nossas convicções e na consciência de nossa fé este aspecto devocional próprio de Dom Bosco? E ao recuperá-lo, como fazê-lo aparecer atual, simpático aos mais comprometidos e aos mais jovens que vivem com mais intensidade os problemas da Igreja e da fé hoje? Urge apresentá-la como uma devoção da atualidade, uma devoção para jovens cristãos corajosos, uma devoção para as classes populares que resistem ao secularismo, uma devoção que nutre a esperança e encoraja quem luta para superar as dificuldades.

491

“Auxílio dos Cristãos” sublinha precisamente o aspecto característico da esperança: “auxilium”. Traz consigo, pois, elementos assaz concretos para poder satisfazer um movimento de espiritualidade que agrade à juventude de hoje, que agrade aos comprometidos de hoje,

que agrade ao povo de hoje para poder defrontar os próprios problemas. Acredito que a superficialidade nos fez perder o entusiasmo e a atualidade desta devoção.

Se nos industriarmos por encontrar idéias e meios para um efetivo relançamento da devoção a Maria Auxiliadora, seremos testemunhas de quanto dizia Dom Bosco e do que nos repetiu a Madre: assim como já no sonho dos 9 anos e depois na primeira atividade de Dom Bosco foi a presença de Nossa Senhora que deu origem à nossa existência, da mesma maneira hoje a presença de Nossa Senhora é que dará origem e vitalidade ao movimento de renovação dos nossos Institutos e da nossa Família.

Agradecemos então de coração à Madre e à todas as Superiores do Conselho das FMA porque, com o seu gesto, nos deram uma estupenda lição de salesianidade, que esperamos seja profecia do que havemos de fazer nos próximos anos.

**Intervenção do Reitor-Mor P. Egidio Viganó
no encerramento do debate sobre o documento I
(30 de janeiro de 1978)**

Não entendo fazer uma intervenção solene, mas antes de encerrar-se esta discussão parece-me dever dizer uma palavra. Um agradecimento à segunda Comissão e ao “Grupo Técnico” que nos oferecem um material rico e muito útil, como poderemos ver nos próximos dias e sobretudo nos próximos anos. E, além do agradecimento pelo trabalho de correção e aperfeiçoamento, queria salientar dois aspectos que nos ajudam desde já a apreciar os conteúdos do documento, e que talvez possam servir para melhorá-lo ainda mais. 492

O primeiro aspecto que me aparece de grandíssima importância para nós, como fiéis continuadores da vocação apostólica de Dom Bosco, é que ao tratar o tema evangelização dos jovens, chegou-se a colocar como vértice e expressão central do nosso compromisso evangelizador o “Sistema Preventivo”. É um dos aspectos mais originais, mais salesianos e, de certa maneira, mais geniais desse documento. Coloca logo muito bem o que constituiu o grande problema do Sínodo dos Bispos acerca das relações entre evangelização e promoção humana. Sentimo-nos filhos de um apóstolo que lhe intuiu e viveu a solução. Parece-me que na Congregação é a primeira vez que, a nível de documentos magisteriais salesianos, se nos apresenta o nosso modo de evangelizar através do Sistema Preventivo, ou seja, através de um projeto unitário que faz uma síntese vital entre educação e catequese, entre evangelização e promoção humana, entre fé e cultura. E assim, chamados a ser apóstolos entre os jovens num tempo de mudanças culturais, percebemos a importância metodológica de saber harmonizar o Evangelho com os sinais dos tempos, aceitando ainda os valores da secularização, sem cair ingenuamente nos perigos do secularismo.

Permanece evidente, entretanto, que nós sobretudo evangelizamos! 493
E deveríamos nisso imitar os Apóstolos: eles foram sempre explícitos a este propósito a ponto de se sentirem obrigados a mudar os desti-

natários (não no sentido das nossas discussões, se jovens, se adultos, se meninos ou também meninas, etc.), no sentido de mudar o lugar geográfico, se em alguma região encontrassem apatia ou resistência ao Evangelho. Em determinadas Casas ou Inspetoriais pode ser também esta a razão para ir aos pobres de outras zonas: a surdez do ambiente em que nos encontramos, fruto talvez de uma sociedade de consumo, já demasiadamente surda ao Evangelho.

- 494 Mas o aspecto que queria acentuar é o de dedicar-nos a aperfeiçoar, se possível, e a dar a máxima importância à criteriologia pastoral e metodologia pedagógica de evangelização a que chamamos Sistema Preventivo.

E a segunda observação, que me parece mérito muito grande do documento, embora tenha sido castigado pela crítica aqui na Assembléia, é o que gostaria de chamar “espírito de iniciativa”; trata-se de um tema caracteristicamente salesiano.

Quem vem dos lugares aonde chegaram os primeiros Salesianos, por exemplo, da Patagônia e da Terra do Fogo (que não são somente da Argentina, mas também do Chile), dá-se conta de que esse aspecto foi um dos elementos principais da característica salesiana.

- 495 Perdoai, queria falar dois minutos, mas me veio à mente uma figura de salesiano da Patagônia argentina, simpático e original e sem papas na língua: chamava-se P. Zuccarino. Pregou-nos os Exercícios Espirituais em Santiago. Querendo uma vez sublinhar o espírito de iniciativa, disse-nos (e perdoem-me os da terceira Comissão) que as famosas casas de formação junto com o bem haviam-nos trazido também um mal, porque havíamos adormido ou tirado aos jovens o espírito de iniciativa. Consideramo-la uma observação aguda.

- 496 Por conseguinte, o espírito de iniciativa, a criatividade pastoral, a inventiva apostólica, é um elemento inerente à maneira de ser salesiano, um verdadeiro dado patrimonial das origens. Agora ele se encontra presente em várias partes do esquema, sobretudo no capítulo dedicado às “novas presenças”. Devemos saber reconhecer que tudo isso tem um merecimento: ajudar-nos a redescobrir a característica salesiana do espírito de iniciativa: será preciso entretanto evitar fechá-lo em formulazinhas que se referem a três ou quatro setores, reduzindo e mutilando a verdadeira inventiva salesiana.

Mas o espírito de iniciativa nutre-se de fé e coragem. Todo o ímpeto salesiano missionário foi fruto do espírito de iniciativa, foi sempre

uma verdadeira nova presença, teve sempre necessidade de criatividade e foi sempre concretizado por poucos: dois ou três. (Perguntai ao Inspetor da Patagônia qual o trabalho maior a empreender na Inspeção: ajudar a construir o sentido da comunidade, habituados como estavam a viver espalhados).

E devo aqui acrescentar uma observação muito importante. Na procura de uma presença nova, é preciso salvar a “característica salesiana” da nossa atividade. Vede: apóstolos santamente autênticos há muitos na Igreja, mas estilo salesiano no apostolado há somente um. Mais ainda: no próprio espírito salesiano, existem modalidades diversas de realização. Um Instituto secular como as VDB tem um estilo de apostolado diferente do de uma Congregação religiosa como as FMA e como os Salesianos de Dom Bosco; assim também os Cooperadores no mundo têm um estilo salesiano apropriado ao próprio estado. Portanto: não é pelo fato de uma iniciativa ser nova, de um projeto ser apostólico, nem de uma presença ser emblemática e entusiasmante, que se torna “ipso facto” salesiana e nossa. Existem condições para que seja salesiana para nós. O que não quer dizer que se despreze o apostolado que não é dos Salesianos de Dom Bosco: ao contrário, admira-se. Mas cumpre acrescentar que urge zelar pela identidade do nosso carisma salesiano.

497

E quero aqui salientar, porque são indicações práticas (ouvidas em reuniões de Superiores Gerais), dois aspectos que cumpre defender num Instituto religioso à procura de uma nova presença apostólica.

Primeiro: a nossa dimensão comunitária. Como nos dizem as Constituições, a comunidade é o primeiro sujeito da missão. Procuraremos então apostolados em sintonia com esta característica do nosso Instituto. O chamado “apostolado de inserção”, característico principalmente dos Institutos seculares, é em si mesmo muito bonito, mas se as novas presenças se constroem segundo esse modelo, perdemos a nossa identidade salesiana, porque não somos um Instituto secular. Deve ser, pois, um estilo apostólico de comunidade, co-responsabilidade, programação de conjunto, vida comum, porque essa é a nossa característica.

498

Segundo: precisamente porque somos Instituto religioso, o espírito de iniciativa e a criatividade comportam muita inteligência e muita fantasia, mas também uma condição inerente à natureza comunitária do Instituto religioso, em direta correlação com nosso voto de obediência e com a disponibilidade com que nos incorporamos à Con-

499

gregação: a chamada missão canônica. Graças a ela as nossas iniciativas são expressão de obediência religiosa. O espírito de iniciativa, pois, não prescinde do Inspetor e do seu Conselho; e não pode ser fruto da independência, e muito menos da amargura ou da pura genialidade. E', ao invés, uma procura missionária em sintonia com a consciência da comunidade, expressa autenticamente pela vinculação de obediência com o Inspetor.

Tais coisas pareciam-me importantes, por isso quis lembrá-las. Acredito que estas observações não se acham ausentes do esquema, mas, se se esclarecessem melhor, ajudariam a precisar um aspecto dinâmico do nosso trabalho nos próximos seis anos.

E já que tenho a palavra, quero augurar a todos, para amanhã, um dia de alegria e de profundidade espiritual na festa do nosso Pai Fundador. De minha parte, indo a Turim, garanto-vos que no altar da Auxiliadora me lembrarei de vós, e pedirei com insistência a Dom Bosco que nos ajude a terminar bem e "logo" o CG21.

Obrigado.

**Comemoração de Pio IX
no centenário da sua morte, feita pelo Reitor-Mor,
P. Egídio Viganó (7 de fevereiro de 1978)**

Hoje, 7 de fevereiro, é o centenário da morte de Pio IX. Sabeis que **500**
foi introduzida a sua causa de beatificação e canonização. Mons. Pioletti é o encarregado. Houve hoje um ato comemorativo na igreja de San Lorenzo al Verano, onde Pio IX está sepultado. D. Pioletti convidou também o Reitor-Mor dos Salesianos em vista dos profundos vínculos históricos que nos ligam a Pio IX. Representarão o nosso CG e a Congregação o Regulador e o Diretor da Casa Geral, e certamente outros Salesianos convidados.

Pensei que se ajustaria bem ao sentido do nosso CG e do nosso amor a DB e às origens da Congregação uma brevíssima homenagem a Pio IX recordando alguns fatos.

Primeiramente duas cartas escritas por Dom Bosco de um pequeno **501**
apartamento de Tor de'Specchi aqui em Roma exatamente no dia da sua morte, 7.2.1878. A primeira é dirigida a Mons. Eduardo Rosaz preconizado bispo de Susa a 31.12.1877, ou seja no último Concistório de Pio IX. Encontramo-la no vol. 3.º do Epistolário. E' interessante ler os conselhos pastorais que dá a um amigo que se torna bispo. Faz-nos descobrir toda uma dimensão eclesial de Dom Bosco que devemos aprofundar para ter na Congregação o verdadeiro sentido eclesial. Dá vários conselhos, sobre os párocos, etc., depois acrescenta: "Hoje pelas 3 e meia h (a hora é inexata, erradamente difundida pela agência Stefani) falecia o sumo e incomparável astro da Igreja Pio IX. Os jornais darão os particulares. Roma inteira está consternada e creio que o mundo todo também. Dentro de pouco tempo estará certamente nos altares". Previsão interessante!

A segunda carta de Dom Bosco do mesmo dia é dirigida a Dom Emiliano Manacorda, bispo de Vigevano. Diz assim: "Pio IX não existe mais, Roma está consternada. Todos os Cardeais e todo o corpo diplo-

mático se encontra no Vaticano. Peçamos que Deus nos mande um digno sucessor de tão heróica caridade e firmeza. Sua bela alma voava ao Criador hoje às 5:40 h da tarde”.

- 502** Há ainda uma carta de Dom Bosco de 22 de fevereiro ao sucessor de Pio IX, Leão XIII. Sabemos, e o P. Braido contou-o de maneira precisa e atraente, que Dom Bosco procurou obter uma audiência, mas não conseguiu, e então escreveu-lhe uma carta em que diz: “Esta Congregação foi aconselhada, dirigida, aprovada pela veneranda memória de Pio IX, mas tem ainda necessidade da proteção de V. Santidade a fim de poder conseguir a estabilidade necessária para promover a maior glória de Deus”. Eis como Dom Bosco põe em relevo a importância de Pio IX para a nossa Sociedade.
- 503** Devemos dizer que Pio IX é o Papa das nossas origens. Não para fazer apenas uma afirmação de simpatia, um tanto poética, literária, mas justamente como afirmação histórica que deveríamos saber reconquistar. Parece-me necessário estudar e conhecer mais a fundo este fato histórico: a intervenção e o peso da pessoa de Pio IX nas origens e na orientação de toda a nossa Congregação. Quero citar novamente uma carta de Dom Bosco a Pio IX para pedir a aprovação das Constituições. Essa carta de 1.3.1873, que encontrais no vol. XXV das ‘Opere Edite’, começa assim: “Beatissime Pater, Societas Salesiana, quam tu, beatissime Pater, opere et consilio fundasti, direxisti, consolidasti”. Seria bonito comentar de forma histórica, concreta cada um desses verbos.
- 504** Há ainda outro elemento interessante. Todos visitamos a Basílica do Sagrado Coração construída aqui em Roma por Dom Bosco. Na entrada, à direita, há uma grande estátua marmórea de Pio IX. Outra semelhante, do mesmo escultor, um brianzense chamado Confalonieri, foi colocada em 1882, quando Dom Bosco ainda vivia, na igreja de São João Evangelista em Turim. Aconteceu um fato curioso que li esta manhã nas Memórias Biográficas. Havia naquele ano uma onda de raiva anticlerical contra Pio IX. Na fachada da igreja de São Secundo, perto da de São João, havia um busto de Pio IX. A 25.4.1882, um grupo de fanáticos servindo-se de cordas fez tombar o busto, arrastando-o para um lado e para outro. Aquela mesma hora chegava à Estação de Turim a estátua de Pio IX que Dom Bosco mandara fazer para a igreja de S. J. Evangelista. Buzzetti, avisado, teve que procurar ajuda para levá-la ao São João. Na procura encontrou aqueles fanáticos que já se afastavam, e chamou-os para ajudá-lo. Assim eles

levaram a estátua de Pio IX para a igreja de São João! E' como o símbolo do que deveríamos saber fazer.

A última vez que estive no Sagrado Coração detive-me a ler a inscrição da estátua (e fiquei impressionado pela idéia da importância de Pio IX na nossa história, uma idéia que há certo tempo me está na cabeça). Começa com estas palavras: ALTERI SALESIANORUM PARENTI, e termina com a data 1887, se não erro. Perguntei se a inscrição fora colocada pelo próprio Dom Bosco. As informações não são historicamente precisas. Disseram-me que foi colocada depois, talvez Dom Bosco não haveria de escrever "alteri salesianorum parenti". Colocaram-na os primeiros Salesianos, que sabiam o que é Pio IX para nós. Apresentaram-no como o segundo Pai da nossa Congregação. **505**

Há mais outra coincidência providencial que dá um tom fantasioso a uma nossa interpretação. Todas as vezes que estive em São Paulo impressionou-me o fato que acima da estátua de S. Pedro esteja o mosaico de Pio IX e mais acima ainda a estátua de Dom Bosco. E que Dom Bosco houvesse sonhado achar-se lá em cima, em São Pedro, é uma previsão curiosíssima que não sei quem saiba explicar. Isso nos deve servir como sinal para compreender o significado da nossa vocação, que cresce com Dom Bosco, ligada a Pio IX e radicada na fidelidade à cátedra de Pedro. **506**

Entre Dom Bosco e Pio IX há afinidades espirituais, que foram estudadas também por alguns salesianos. O P. Luís Bogliolo, por ex., preparou um artigo precisamente sobre as afinidades espirituais entre Dom Bosco e Pio IX. Queria destacar algumas, porque iluminam. Não que eu tenha especial competência no assunto. São coisas que percebi e li. Há sem dúvida uma forte diferença de origens: Pio IX é de elevada classe social, um nobre dos condes de Sinigallia; Dom Bosco é um filho de camponeses, de pais pobres. Mas na diferença de origens e de ministério (um Papa e um padre), há uma convergência e afinidade espiritual muito profunda. Primeiramente na grandeza de coração e na simplicidade do estilo e do clima espiritual. O de Dom Bosco nós o conhecemos, o de Pio IX é muitas vezes indicado nas Memórias Biográficas, e no opúsculo escrito por Dom Bosco: "Fatos amenos da vida de Pio IX" (Lett. catt. 1871): deveríamos estudá-lo um pouco mais, porque nos ajudaria a compreender melhor o de Dom Bosco e a sintonia de ambos. Um seintido da história no estilo dos profetas do Reino de Deus, e fé prática ao defrontar os problemas emergentes. De Dom Bosco sabemos bem. De Pio IX **507**

salientou-o o Papa nas breves palavras de domingo antes do Angelus: a transcendência histórica num momento difficilimo de mudança para a Santa Sé e para toda a política italiana e européia do século passado. Basta pensar na queda do Estado Pontifício e na mudança para uma forma mais espiritual das atividades de governo da S. Sé. Hoje é fácil interpretar o que devia fazer o Papa naquele momento; mas então era mister uma fé esclarecida e uma forte esperança.

- 508** Outra afinidade: a paixão pela juventude necessitada. Embora fosse um nobre, Pio IX começou o seu ministério sacerdotal, e antes ainda, trabalhando por bem 8 anos num instituto que se chamava "Tata Giovanni" (Papai João) entre meninos pobres, órfãos, da rua. Aí sentia-se à vontade, e somente depois de 8 anos o deixou por uma paixão missionária, que queria realizar acompanhando uma Delegação Apostólica enviada ao Chile (eis outra coisa importante!). Mas não pôde ficar na América Latina como queria. De torna-viagem, empenhou-se de novo num asilo apostólico chamado São Miguel em Ripa. Uma obra de tipo social, com escolas profissionais. Trabalhou ali até 1827, e tão bem que foi promovido a arcebispo de Espoleto. Há, pois, a paixão pelos jovens pobres, necessitados, e a dedicação aos mesmos, por parte de Pio IX no começo do seu ministério sacerdotal.
- 509** Outra afinidade é a que antes insinuei: o ideal missionário. Era tão intenso que o levou a deixar os jovens órfãos e da rua, tão amados, para ser missionário na América. A viagem com a Delegação Pontifícia foi muito arriscada e interessante, com prisão, aventuras nos Andes, etc. Todavia teve que regressar por obediência, para fazer mais pela Igreja. A ânsia de ser missionário e precisamente na América do Sul, é uma afinidade, uma sintonia interessante com Dom Bosco a ser estudada.
- 510** Mais outra afinidade: a simpatia e a leitura contínua de São Francisco de Sales, da sua espiritualidade. Pio IX pertencia a uma Associação sacerdotal que tinha como regra a leitura assídua de S. Francisco de Sales. E' sugestivo!
- 511** Mais outra: a devoção mariana. Exatamente aqui temos coincidências que devem ser aprofundadas. A primeira é claríssima: Pio IX é o Papa da proclamação do dogma da Imaculada.

Sobre este ponto temos idéias bastante claras. Há, porém, outro aspecto estudado em parte pelo P. Pedro Brocardo num artigo sobre o primeiro Santuário dedicado na Itália a Maria Auxiliadora, a Ma-

dona da Estrela em Espoletto; e as aparições imediatamente antes da queda de Roma, de 1862 para a frente. Portanto, a devoção a Maria Auxiliadora. Devemos lembrar que Pio IX foi arcebispo de Espoletto, onde se acha o Santuário, construído por Dom Arnaldi após a aparição da Virgem a meninos. Mas antes de se tornar papa, Pio IX foi também bispo de Imola, e também ali há uma capela dedicada a Maria Auxiliadora, feita justamente por ele. As aparições de Espoletto, como podeis ler no artigo do P. Brocardo, concentraram a atenção dos italianos sobre Nossa Senhora como ajuda numa situação difficilima. Devemos colocar-nos na situação de então: que queria dizer para todos os católicos o 'Risorgimento' e a queda do Estado Pontifício, e toda a onda anticlerical da política. O arcebispo de Espoletto falando com Pio IX deu a essa aparição o significado de ajuda para a Igreja em dificuldades; e de acordo com ele quis que se construísse um famoso santuário, que pude ver e que então era meta de muitas peregrinações, dedicado justamente a Maria Auxiliadora. Essa devoção tornou-se em muitos ambientes um símbolo político. Dom Arnaldi foi preso, e os jornais (não faltaram nunca entre os católicos os integristas da direita) fizeram de Maria Auxiliadora uma bandeira de cruzada política. Há uma correspondência entre Dom Bosco e Dom Arnaldi exatamente sobre Maria Auxiliadora. E foi exatamente no ano 62 que Dom Bosco disse a famosa frase: "Os tempos correm difíceis, e Nossa Senhora quer que a invoquemos sob o título de Maria Auxiliadora".

Sabemos que as Autoridades por razões políticas não queriam que desse à sua igreja o título de Maria Auxiliadora. Dom Bosco conseguiu com a sua expertise. Mas o que queria ressaltar é o que Dom Bosco soube fazer com essa devoção. Não é a devoção a um título, mas uma perspectiva ou um ponto de vista em que se considera todo um modo de Maria estar presente na história da Igreja. Dom Bosco soube isolar o aspecto de bandeira política da devoção a Maria Auxiliadora, sem separá-la da realidade dos acontecimentos históricos. Apresentava Maria como realmente viva hoje, pela sua assunção ao Céu, e realmente presente na história da Igreja.

Seria preciso estudar os profundos n. 61 e 62 do LG sobre Maria Assunta ao Céu. A fé da presença de Maria nos acontecimentos históricos torna a nossa devoção realista, de encarnação, sem nos deixarmos desviar pelo fato de os acontecimentos históricos assumirem com muita facilidade o colorido político.

E' importante renovar a nossa devoção a Maria Auxiliadora para sermos realistas sem sermos ideólogos, e sem nos imergirmos na história como protagonistas sem fazer política em sentido partidário: é um elemento constitutivo da nossa vocação.

512 Concluo. Encontramo-nos diante de dois santos de admiráveis afinidades espirituais, e muito importantes para a nossa identidade vocacional. Um tipo de santidade feita para os tempos difíceis. Que bonito ter uma vocação para os tempos difíceis! Não acreditamos entretanto que os nossos sejam os mais difíceis. Se estivéssemos na pele de Pio IX ou de Dom Bosco teríamos vivido violentas mudanças políticas e culturais. Com a mesma paixão pelos jovens que os animava, queremos transmitir às novas gerações juvenis os valores permanentes da fé, da religião, sem medo das mudanças sócio-culturais.

Esta breve, ainda que um tanto desordenada, comemoração de Pio IX era para nós um dever. Estimular-nos a conhecê-lo mais; faz-nos admirar a grandeza da Providência de Deus que suscitou estes dois santos; faz-nos amar mais uma vocação como a nossa, feita para tempos difíceis, nos quais queremos construir o futuro, precisamente mediante os valores permanentes da fé, fazendo-os assumir em plenitude pelos jovens: convencidos de que o futuro “tem um coração antigo!”.

Pio IX nos assista, ele que é santo no Céu junto com Dom Bosco para sermos genuinamente salesianos e para sabermos crescer como ele e como Dom Bosco na mesma santidade apostólica aclimada em tempos difíceis.

**Intervenção do Reitor-Mor, P. Egidio Viganó,
sobre “A Família Salesiana”
(após a aprovação das mensagens do CG21 à Família
Salesiana: 11 de fevereiro de 1978)**

Julgo importante fazer algumas observações, após havermos votado **513** as quatro mensagens — às FMA, às VDB, aos CC, e aos EE — porque na sua parte principal se referem a um tema de particular importância: a Família Salesiana, que neste sexênio devemos saber incrementar nas comunidades locais e nas Inspetorias.

O tema, vital e delicado, não foi estudado neste Capítulo, nem sob o ponto de vista da verificação. Porque nestes seis anos passados deram-se passos à frente, mas houve também em um ou outro lugar ambigüidades e defeitos. Mas neste Capítulo ninguém tratou oficialmente estes aspectos.

Não faço uma crítica ao Capítulo, faço uma constatação. Devemos trabalhar num campo tão delicado, mas não revimos os resultados do nosso trabalho.

Então, precisamente por ser um tema vital e delicado, no trabalho que devemos fazer, devemos basear-nos e ater-nos à doutrina segura, a comum, dada pelo Capítulo Geral Especial, contida nas Constituições e nos Regulamentos. Portanto neste tema recorro explicitamente ao CGE.

A todos, e particularmente aos Inspetores que devem levar para a **514** frente todo o tema da Família nas suas Inspetorias, lembro que o documento fundamental para a animação deste setor da nossa vocação é o CGE. Há também algumas alusões no CG21, mas do ponto de vista da colaboração no nosso trabalho apostólico. O nosso Capítulo, porém, introduziu uma variante que diria emblemática, notável, neste campo; a do artigo 141 das Constituições, sobre o Conselheiro para a Família Salesiana.

Muito embora não tenha o CG21 tratado aspectos doutrinários do tema, nem realizado uma verificação, exprimiui entretanto de forma clara e

constitucional o compromisso neste trabalho. A determinação de um membro do Conselho para este serviço, significa que como responsabilidade de Congregação, e, pois, também a nível inspetorial e a nível das casas, será necessário continuar o assunto.

- 515** Desejo reler este artigo, porque põe em relevo algumas pontos importantes, que queria ressaltar.

“O Conselheiro para a Família Salesiana tem a incumbência de sensibilizar e animar a Congregação para o papel que lhe é confiado na Família Salesiana, em conformidade com o artigo 5 das Constituições”. *Sensibilizar e animar a Congregação*: eis o que nos diz o CG21. E’ uma das tarefas privilegiadas, diria, de quem tem o ministério da animação: fazer compreender a todos os Irmãos na Congregação a importância deste tema.

Vós vedes que o artigo confia ao Conselheiro para a Família Salesiana como primeiro trabalho algo a fazer dentro da Congregação, entre nós: sensibilizar e animar os Irmãos. Além disso insiste explicitamente em duas atividades concretas a zelar: promover a organização e a atividade dos Cooperadores e cuidar da associação dos Ex-alunos. E isto faz pensar... que antes de unir os vários ramos da Família Salesiana entre si, é preciso providenciar que existam e vivam, e vivam com entusiasmo, e vivam com vigor. De outra sorte, que vamos unir?

Outra observação.

- 516** O artigo 5 das Constituições, citado na nova formulação do 141, fala da pertença dos vários grupos à Família Salesiana. Parece-me importante insistir que se dê prioridade ao trabalho concreto de sensibilização e animação da Congregação, e se façam florescer os Cooperadores e os Ex-alunos, de preferência a perder-nos em elucubrações abstratas e não indicadas na doutrina e nas orientações do CGE.

A pertença à Família Salesiana, devemos interpretá-la de acordo com o artigo 5. Pertence-se à Família Salesiana não individualmente; por exemplo, uma pessoa que tem o espírito salesiano e que fez por conta própria o voto de castidade ou de apostolado. Não. Pertence-se por intermédio de “grupos”. A Família Salesiana é constituída de grupos, e não de grupos quaisquer, mas de grupos “instituídos”; e isto significa que deve haver um reconhecimento oficial, no qual intervém para um discernimento válido quem tem o ministério mais autorizado na Família Salesiana, como de resto acontece em todos os grupos instituídos da Igreja; requer-se uma autenticação oficial. Não que a per-

tença se origine tão-somente disso; ela depende substancialmente da iniciativa do Espírito Santo. Mas não basta que um grupo tenha nascido por iniciativa de um salesiano, embora santo, para dizer que já pertence à Família Salesiana, porque poderia ser também um outro tipo de vocação.

E' mister, pois, que exista esse elemento. Para alguns grupos isso é claríssimo, por exemplo, para os citados.

Digo isto porque mesmo no campo dos carismas de consagração (como ouvi em algumas reuniões da Sagrada Congregação dos Religiosos) notou-se em várias regiões uma exuberância de proliferação carismática; e os bispos se sentem obrigados a dizer: "vamos devagar!". Quem discerne a autenticidade de um carisma?

Estejamos, pois, atentos em não deixar crescer uma proliferação de grupos; cuidemos antes dos já instituídos e tão necessitados de renovação.

Deve ficar claro que um grupo não é instituído se não tem a aprovação do Reitor-Mor com o seu Conselho, se não tem uma história que lhe garanta o discernimento por parte dos órgãos oficiais que podem dar a qualificação de instituição a um grupo.

Falamos na Assembléia dos "Ex-alunos que fizeram uma opção evangelizadora".

517

Ora, tais Ex-alunos não são um grupo instituído. Os Ex-alunos, segundo o artigo 5 das Constituições, pertencem à Família Salesiana a título da educação recebida. Mas a educação recebida tem uma gama de níveis e possibilidades que pode chegar ao mais alto apostolado. Basta que a educação tenha acontecido num país cristão com jovens cristãos, e tenha amadurecido entre Ex-alunos que vivem o cristianismo.

Mas o ponto é este: se entendem qualificar-se como Ex-alunos e querem ser considerados parte viva do grupo pelos Ex-alunos pertencentes institucionalmente à Família Salesiana, eles não serão considerados pertencentes à Família Salesiana por causa do apostolado, mas por causa da educação recebida, a qual não exclui sem mais o apostolado.

Noto que a maneira de pertencer à Família Salesiana como Ex-alunos, não faz concorrência à dos Cooperadores, mas tem possibilidade de osmose, antes, deveria ser justamente assim, como acontecia nas antigas Companhias dos nossos colégios, um caminho gradual que parte da educação para chegar à vocação salesiana.

Como entretanto é preciso levar em consideração situações e atitudes psicológicas, de lugares e pessoas, deve-se proceder com inteligência; fica claro entretanto que se se puder tratar disso é muito melhor. Sempre pensei que os melhores dirigentes dos Ex-alunos deveriam ser, ou melhor, poderiam ser, magníficos Cooperadores, que realizam a missão salesiana garantindo entre os Ex-alunos o espírito de Dom Bosco e cultivando a possibilidade de manter unidos os muitos Ex-alunos que se afastam (e lamentavelmente são mais os que se afastam do que os que permanecem vizinhos).

Entre parêntesis, devo dizer-vos, porém, que entre todos os grupos salesianos, foi entre os Ex-alunos que encontrei mais entusiasmo e mais amor a Dom Bosco; e a última experiência foi a que tive ultimamente, exatamente em Turim.

- 518 Portanto — e concluo — como não discutimos estas coisas e, por outra parte, lançamos uma série de compromissos importantes neste campo, diria que o bom senso e a praticidade salesiana devem levar-nos a fomentar a Família apoiando-nos com clareza nos elementos seguros, e evitando disquisições que podem mergulhar-nos em ambigüidades nocivas a uma questão de operosidade apostólica.

Eis, então, que o artigo 5, ao fazer-nos redescobrir a grandeza da vocação salesiana sob o aspecto da família, reconhece que o Espírito Santo quis na nossa Congregação, para esta Família, uma responsabilidade especial. Nela, diz o artigo, “temos particulares responsabilidades”.

Com esse pensamento é que queria concluir, dirigindo-me de modo especial aos Inspetores, não porque sejam os únicos, mas a fim de que possam guiar melhor a animação. Salesianos, temos esta especial responsabilidade: fazer crescer e viver com entusiasmo e operosidade apostólica e educativa a Família Salesiana.

E' um programa operacional do CG21 que devemos ver assinalado na reformulação do artigo 141.

Mensagem do CG21 a todos os Irmãos da Congregação

Caríssimos Irmãos,

Antes de encerrar o nosso trabalho, dirigimo-nos a vós com uma última mensagem: ela poderá encaminhar e iluminar a nova fase que agora se abre no processo de renovação em ato na nossa Congregação após o Capítulo Geral Especial. 519

A ele estreitamente se liga o Capítulo Geral 21, visto e querido desde a convocação como um “Capítulo Geral de verificação”. Cabia-lhe com efeito a tarefa precisa de “verificar se e como se seguiu na Congregação essa estrada segura, e de propor meios para encorajar e aperfeiçoar iniciativas e atividades já felizmente operantes na linha apontada pelo CGE (ACS n.º 283, pág. 3).

Procuramos realizar esse trabalho reconhecidos pela viva colaboração de todas as Inspetorias da Congregação. Com empenho sincero e responsável elas iniciaram por intermédio dos Capítulos Inspetoriais a revisão geral da nossa vida e ação. E os Esquemas pré-capitulares (coleção acurada e sábia de todas as observações enviadas), foram durante os nossos trabalhos ponto de referência contínua e fonte rica de idéias e orientações.

Temos, por conseguinte, fundada esperança de que haveis de reconhecer a validade da verificação, efetuada após longo e atento exame, e que contou também com a ajuda da “Relação Geral sobre o estado da Congregação” apresentada pelo Reitor-Mor.

Sendo um Capítulo de verificação, devia ser outrossim um “Capítulo de perspectiva”. E dessa maneira não focalizou apenas o sexênio que se seguiu ao CGE, mas procurou individualar e corroborar as linhas de força que a partir de então moveram e deverão mover a Congregação rumo a um novo futuro. 520

A verificação, pois, concretizou-se no insistente apelo da nossa missão evangelizadora em relação aos jovens, na confirmação do texto das Constituições e dos Regulamentos, com as únicas modificações jul-

gadas necessárias, e em deliberações práticas e orientações operacionais. Tais decisões formam um programa de ação para o próximo sexênio, com “objetivos a atingir e estratégias a inventar, iniciativas a potenciar, e novas realizações” (ACS n.º 283, pág. 14). Esperamos sejam de fato orientadoras e incisivas para a nossa renovação.

E’ necessário que colaborem todos na realização desse programa, pondo-nos com generosa disponibilidade e fraterna solidariedade em sintonia com as linhas traçadas pelo CG, sacrificando, se necessário, pontos de vista pessoais.

A voz do Capítulo Geral quer ser apenas a voz da Congregação, “uma reflexão comunitária para nos mantermos fiéis ao Evangelho e ao carisma do Fundador e sensíveis às necessidades dos tempos e lugares” (Const. 151). Por meio dela nos fala o Espírito do Senhor. Ele nos faz “conhecer, neste determinado momento da história, a vontade do Pai celeste, para um melhor serviço à Igreja” (ib).

- 521** Durante todo o Capítulo Geral, tocamos com a mão quase — e o agradecemos ao Senhor — a realidade viva da Congregação, convivendo fraternalmente estes meses no comum empenho e na oração cotidiana, comunicando-nos as esperanças e as ansiedades de cada Inspetoria e procurando discernir mediante um diálogo aberto e intenso, por vezes sofrido, a vontade do Senhor quanto à nossa Congregação.

Queríamos através da nossa mensagem tornar-vos participantes, na medida do possível, deste “curso de formação permanente” que foi para nós o Capítulo Geral. Cremos de fato que partilhais conosco a convicção de que também este Capítulo, malgrado todas as nossas imperfeições e fraquezas, foi um dom precioso do Senhor à Congregação neste momento da sua história.

- 522** O futuro da Congregação é ao mesmo tempo rico de promessas e carregado de responsabilidades.

Com o novo Reitor-Mor afirmamos “a beleza da nossa vocação de trabalharmos num tempo que rápidas mudanças tornam problemático mas também rico de esperança, com um empenho de tempo integral e de toda a vida pela juventude que forma hoje um dos objetivos mais importantes da missão da Igreja e é a esperança da sociedade” (Mensagem do Reitor-Mor no dia da sua eleição).

- 523** Não diminuiu nos nossos dias a atualidade da missão salesiana; antes cresceu notavelmente. O último Sínodo dos Bispos insistiu na urgência da evangelização da juventude. E o Papa no-lo repetiu com um

apelo a nós diretamente dirigido: “Os meninos e os jovens vos chamam e esperam. São milhões no mundo, por vezes dispersos e desorientados por uma multiplicidade de vozes discordantes, os quais esperam de vós a palavra de salvação... João Bosco, o vosso Pai, vos precede com seu passo sempre jovem e dinâmico” (Do discurso do Papa aos membros do CG21).

Frente a um campo tão vasto e comprometedor pode parecer, sobretudo na situação atual da Congregação, que as forças sejam insuficientes para realizar essa tarefa. 524

Podemos entretanto confiar no futuro, porque acreditamos que é Deus quem primeiramente nos chama e envia. Dizem as Constituições: “A nossa Sociedade não nasceu apenas de projeto humano, mas por iniciativa de Deus... para a salvação da juventude” (const. 1).

E Dom Bosco nos ensina que, justamente pelo fato de conhecermos a vontade de Deus a respeito da nossa Congregação, é preciso que nos dediquemos ao trabalho com fé e esperança. “Eu tinha uma vaga idéia de fazer o bem, aqui, precisamente neste lugar, e fazer o bem aos meninos pobres. Esse pensamento me dominava... como aconteceram as coisas, mal poderia dizer-vos... o que sei é que Deus queria” (MB XII 78).

Muitos Irmãos, depois de Dom Bosco, trabalharam e trabalham com o mesmo espírito para o cumprimento da missão e o crescimento da Congregação: nisso — mais a ajuda do Senhor — vemos o caminho para superar a crise de que ainda não saiu de todo a Congregação; eis porque cremos poder afirmar sem presunção: “o futuro está nas nossas mãos”. 525

O trabalho capitular chega à mesma conclusão com a qual termina a Relação do Reitor-Mor. Fazemos nossas as suas palavras: “O otimismo pode justificar-se com a condição de que tomemos seriamente consciência das nossas deficiências... e as reparemos com um sentido de realismo, com decidida coragem, com a percepção clara da hierarquia das urgências, dos valores a recuperar e incrementar... O otimismo está nas mãos de cada um de nós” (RRM 290).

Cremos firmemente que o Senhor abençoará a nossa Sociedade e o seu apostolado, também despertando novas vocações entre os jovens para a vida salesiana, se o nosso testemunho pessoal e comunitário for coerente com o nosso anúncio do Evangelho. “Testemunho, em 526

primeiro lugar: os meninos e os jovens exigem autenticidade; querem quase ver e tocar a mensagem cristã realizada concretamente na vida de quem a anuncia” (Discurso do Papa aos membros do CG21).

- 527 O amor para com a juventude nos leva a um renovado empenho com respeito à nossa vocação e missão, e nos fará capazes de enfrentar com coragem as dificuldades e obstáculos postos no nosso caminho pelas circunstâncias do momento histórico que estamos a viver.

E quando os problemas nos parecerem verdadeiramente complicados e oprimentes — na vida pessoal de cada um como na da nossa comunidade — lembremos então a promessa feita pelos primeiros Irmãos reunidos ao redor de Dom Bosco: “Fizemos entre nós solene promessa que se pela tristeza dos tempos não pudéssemos fazer os votos, cada um no lugar em que se encontrasse, ainda que todos os companheiros estivessem dispersos, e não existissem senão dois, ou mesmo um só, se esforçaria por promover esta pia Sociedade e por observar-lhe sempre, na medida do possível, as Regras” (MB VI 630-632).

- 528 Esse empenho solene e incondicional foi lembrado numa boa-noite durante o Capítulo por um Inspetor representante dos muitos países onde a Congregação sofre violência. Foi para todos nós um testemunho extraordinário de fidelidade a Dom Bosco numa situação muito mais difícil daquela em que habitualmente vivemos e trabalhamos.

Inspiremo-nos no amor e na disponibilidade total daqueles primeiros Irmãos. Unidos ao redor do sétimo sucessor de Dom Bosco, renovemos em nós o espírito de fé, solidariedade e iniciativa, ao qual é dado ainda hoje mover a “roda” da nossa história (MB VI 901 ss.), a serviço dos jovens e da Igreja.

“Conservemos sem titubear a esperança que afirmamos ter, porque Deus mantém as suas promessas. Procuremos também encorajar-nos mutuamente no amor e nas boas obras” (Hb 10, 23-24).

Dom Bosco, cuja festa celebramos juntos aqui em Roma, no 90.º aniversário da sua morte, nos garante: o Senhor está conosco, e a Virgem Auxiliadora sustentará com a sua ajuda materna os nossos trabalhos.

Os membros do CG21

Resposta do CG21 à mensagem das Filhas de Maria Auxiliadora

Damos graças a Deus e a todas vós pela mensagem fraterna — em que andavam lado a lado a oração e o reconhecimento — que nos foi dirigida na Assembléa Capitular pela Superiora Geral, presentes todas as Madres do Conselho. 529

Foi um gesto — mensagem e encontro — do verdadeiro carisma salesiano, que evidencia, como já disse o Reitor-Mor ao responder na Assembléa, o sentido da nossa fraternidade e colaboração.

O Espírito Santo fez-nos nascer juntos, nos levou a todos os continentes e ajudou-nos a crescer juntos no testemunho do Evangelho para propagar o Evangelho com o fogo de amor ateadado no nosso coração pelo Pai e Fundador comum.

Juntos fizemos longo caminho: nas Missões, nas atividades pastorais, no serviço mútuo às nossas comunidades. Por tudo isso vos agradecemos e fazemos votos continue ainda nas formas e modos em que — em circunstâncias e tempos mudados — o permitir a identidade de espírito e missão.

Vós nos pedis, com simplicidade mas com firmeza:

— sejamos mais exigentes ao guiar-vos pelo caminho da santidade salesiana com o ministério da palavra e dos Sacramentos. E' um pedido que entra nos projetos de serviço previstos pelo CGE para os vários grupos da Família Salesiana e foi confirmado pelo CG21.

O vosso Capítulo Geral aderiu a essa Família com o propósito de colaborar para a sua realização; vosso testemunho e doação de religiosas têm dentro dela uma importância insubstituível. Trabalharemos em fraternidade salesiana para que a intuição genial de Dom Bosco seja portadora do seu carisma, destinado a criar na Igreja o vasto movimento espiritual e apostólico que alimentou as esperanças dos nossos Fundadores.

Cuidaremos — particularmente os Inspectores — de colocar junto das vossas comunidades sacerdotes cuja sabedoria e graça tenham estilo

salesiano, a fim de que possais ser dóceis ao Espírito que vos impele à caridade perfeita.

- 530** — que vos ajudemos a realizar e manter na Igreja a verdadeira fisionomia espiritual e pastoral recebida em preciosa herança de Dom Bosco e de Madre Mazzarello, e a cultivar boas e firmes vocações.

Juntos havemos de aprofundar a espiritualidade própria da nossa vocação salesiana, o nosso projeto educativo e pastoral; de modo particular reestudaremos o Sistema educativo de Dom Bosco, sempre atual, para atender as múltiplas exigências da juventude e das classes populares do nosso tempo, segundo o modo e o campo de ação próprio das duas Congregações. E juntos — com dedicação e satisfação mútuas — havemos de preparar os continuadores da missão que nos é comum.

- 531** — enfim, que colaborem de boa vontade convosco para a efetivação do “presente-convite”, cujo significado vos explicou o Reitor-Mor na celebração da Epifania, trabalhando convosco eficazmente para que se restitua a Nossa Senhora o lugar que lhe cabe e sempre lhe reconheceu o nosso carisma.

Dom Bosco quis fazer do vosso Instituto “um monumento vivo à Virgem Auxiliadora”.

Crede intensamente — como nós — na intervenção materna de Maria na história, e estais convictas da importância primordial da devoção a Maria, Auxiliadora dos Cristãos, para o povo cristão, para a educação da juventude e para a formação religiosa. Devemos tornar novamente atual essa devoção segundo os documentos conciliares e a Exortação Apostólica de Paulo VI. A Família Salesiana nasceu com marcante fisionomia mariana e, somente com uma renovação constante desse valores, tornará mais clara e garantirá — nesta fase histórica repleta de mudanças — a sua identidade espiritual.

Será entusiasmante para todos nós — graças à vossa intervenção — redescobrir e tornar mais atual o espírito e a devoção à Auxiliadora para apresentá-la, viçosa e viva, à juventude em cujo serviço consumimos nossa vida.

- 532** Finalmente um voto: o “espírito de Mornese”, fruto da fidelidade a Dom Bosco de Madre Mazzarello e da docilidade aos dons com que o Espírito Santo lhe premiava o fervor e o das primeiras Filhas de Maria Auxiliadora, continue a permanecer vivo e atraente no vosso Instituto.

De todo o coração e com muitas bênçãos.

Os membros do CG21

**Resposta do CG21 à mensagem dos
Cooperadores Salesianos**

Caríssimos Cooperadores Salesianos,

temos em mãos a vossa Mensagem. Lemo-la e meditamos com vivo interesse e atenção. Com a presente resposta queremos agradecer-vos pelas orações com as quais estivestes junto de nós nos trabalhos de preparação para o CG21 e durante todo o seu decurso. **533**

Foi-nos particularmente agradável a visita à Assembléia dos vossos representantes e a colaboração que nos foi prestada, participando do trabalho da 5.ª Subcomissão da 2.ª Comissão do CG21.

O tema da Evangelização — ponto central do CG21 — pôs em evidência a sintonia de problemas e aspirações que nos une. Todos vos sentimos plenamente associados à nossa reflexão capitular. Mais uma vez surgiram e foram assinalados elementos e aspectos que pertencem ao cerne do nosso projeto apostólico comum. **534**

Por isso os temas da cooperação foram novamente objeto das nossas considerações e os pedidos que formulastes foram de todo em todo acolhidos. Com efeito:

— O C21 quis que houvesse no Conselho Superior um Conselheiro para a Família Salesiana, que assumiu esse nome emblemático. Dessa maneira — como esperamos — a Congregação será mais vivamente sensibilizada e animada para a tarefa que lhe é confiada na Família e serão mais bem coordenadas e estimuladas as relações de conhecimento mútuo, de mútua colaboração, de comunhão fraterna e enriquecimento recíproco. **535**

— Foram também confirmados tanto os artigos das Constituições e Regulamentos, quanto o Documento 18.º do CGE, onde se acham estruturados os elementos vocacionais do Cooperador salesiano, ressaltando-lhe toda a importância e originalidade. **536**

- 537** — No que tange à animação dos Centros, o Capítulo quis com apropriadas Orientações práticas restituir à comunidade Salesiana a dimensão de núcleo animador dos vossos Centros, no espírito do art. 21 do Novo Regulamento. Privilegiou para tanto, na escolha dos Delegados, os Irmãos que manifestam qualidades e preparação adequada.
- 538** — Foram além disso fixadas Orientações concercentes à programação e ao plano pastoral vocacional dos Cooperadores, especialmente para os Jovens, que com o crescimento do seu Movimento demonstram a atualidade do ideal de Dom Bosco vivo “na e pela juventude” do nosso tempo. Serão assim associados à missão comum e mais co-responsabilizados nela, como já afirmou o CG (744b) cujas normas e orientações conservam pleno valor.
- 539** — Não falta uma alusão ao compromisso missionário a que se abrem os Jovens Cooperadores; não ignoramos com efeito que alguns deles prestes a partir receberam o crucifixo lado a lado com os nossos Irmãos Missionários e com as Filhas de Maria Auxiliadora. O CG21, com as orientações sobre as Missões, empenha cada Inspetoria a favorecer a participação dos leigos na ação missionária direta, fazendo votos para o nascimento e ampliação de um Movimento Leigo Missionário da Família Salesiana.
- 540** — Por fim, o CG21 tomou consciência do problema referente à aprovação definitiva do Novo Regulamento e julgou não lhe competir essa função.
- 541** — Retomamos agora o nosso caminho de apóstolos, lado a lado. Reputamos importante para os jovens a vossa presença na missão salesiana que nos é comum: nela encontram “um modelo cristão todo particular” (ACGE 159); dela recebem “uma dimensão humana autêntica e completa” (Doc. II). Essa presença é importante também para nós, Salesianos; com efeito, assim “podemos repensar — redescobrimo-a — a especificidade da nossa vocação de evangelizadores” e com renovado interesse movemo-nos “a formar e a vincular-vos” — a vós irmãos — para mais eficazmente garantir a salvação da juventude” (Doc. II e ACGE 151, 103 bis, 736).

A Virgem Auxiliadora e Dom Bosco, nosso Pai e Fundador, nos ajudem a sermos fiéis à vocação salesiana, tão atual e viva na Igreja.

Os membros do CG21

**Resposta do CG21 à mensagem das
Voluntárias de Dom Bosco**

A auspiciosa mensagem e os sentimentos de reconhecimento e participação enviados pela Responsável-Mor em nome de todas as Voluntárias — e que uma vossa Irmã proclamou de viva voz na sala capitular— encontrou-nos sintonizados no mesmo espírito que guia os trabalhos deste CG21. 542

A oração, particularmente a Adoração Eucarística que fizestes no dia de retiro de dezembro passado pelo bom êxito dos nossos trabalhos, produziu certamente os seus frutos. Dezembro foi para o CG21 um mês de graças particulares: basta lembrar a eleição do Reitor-Mor e do Conselho Superior.

Agradecemos a Deus e a todos vós por esta vossa contribuição espiritual.

Quisestes reconhecer na Congregação Salesiana “o canal único e seguro que transmite o genuíno espírito de Dom Bosco”, repetindo quanto já fora solenemente afirmado pela Primeira Assembléia Geral, votando a pertença do vosso Instituto à Família Salesiana no sentido em que a definiu o CGE. Tal afirmação foi inserida nas vossas Constituições. E’ uma alegria para nós verificar a consilidação da Família com formas de presença segundo as necessidades dos novos tempos. Isso tudo emplica para ambos os Institutos responsabilidades maiores. 543

O CG21 quis que no Conselho Superior houvesse um Conselheiro para a Família Salesiana com a tarefa específica de melhor sensibilizar a Congregação no papel que lhe compete na Família, em conformidade com o art. 5 das nossas Constituições. 544

Mais, na vossa Mensagem declarais — com força e confiante insistência — que de nós esperais e quereis o genuíno espírito de Dom 545

Bosco, garantido pela assistência espiritual de sacerdotes autenticamente salesianos, que crêem no Instituto e o amam. Ajude-nos o Espírito Santo na cuidadosa escolha de Irmãos preparados para tal serviço.

- 546** Quereis de vossa parte dar-nos segurança do dom da “secularidade consagrada” específica vivida num autêntico espírito salesiano de viva colaboração para tornar presente na Igreja o carisma de Dom Bosco. Um dom — o vosso testemunho de consagração — que nos propomos “meditar mais a fundo” como disse às vossas Dirigentes Centrais em seu primeiro encontro o novo Reitor-Mor, nosso Pai comum.

Enriqueçamos com fervorosa oração e lembrança esta troca mútua de dons.

Fraternalmente em Dom Bosco Santo

Os membros do CG21

**Resposta do CG21 à mensagem dos
Ex-alunos Salesianos**

Caríssimos Ex-alunos,

a vossa Mensagem não só nos proporcionou a oportunidade de um encontro ideal convosco, mas tornou-nos uma vez mais conscientes do vosso entusiasmo de filhos afeiçoados e dedicados. Como certamente haveis de saber, alguns membros da Junta Confederal foram convidados a participar numa reunião de trabalho com a Subcomissão 5.ª do CG21, trazendo uma contribuição válida aos nossos temas de estudo: a Evangelização, em geral, e a participação dos leigos na nossa missão. 547

Vimos com alegria no texto da vossa Mensagem o grande desejo que tendes de participar em maior escala na nossa tarefa de educadores cristãos dos jovens, principalmente dentro das vossas Uniões. Assim interpretamos os pedidos nela exarados e renovados à viva voz pelos vossos representantes.

Por isso, o CG21:

— confirmou plenamente quanto a respeito dos Ex-alunos dizem as nossas Constituições renovadas, os Regulamentos e os Documentos do CGE; 548

— apontou três Orientações Operacionais para cuidar adequadamente da vossa participação na obra de educação integral: 549

1. “Os Inspectores a nível de Inspeção e os Diretores a nível local cuidem de “restituir às comunidades a dimensão de núcleo animador dessas forças espirituais e apostólicas”. Para este serviço privilegiado escolham como Delegados Irmãos que tenham qualidades e preparação adequadas.

2. No próximo sexênio, segundo um plano concertado entre os respectivos Conselhos (SDB, CC, EE) o Inspector dê a conhecer às Comunidades as linhas que dizem respeito à pastoral vocacional e

formativa dos ... Ex-alunos e estabeleça os meios e as formas concretas segundo as quais se associarão de maneira co-responsável a algumas iniciativas de evangelização.

3. Empenhem-se os Salesianos em formar os animadores da Família Salesiana, cuidando, desde as fases iniciais da formação, do conhecimento da Família Salesiana”.

550 Confirmando o artigo 5 das Constituições, o CG21 reafirma a vossa pertença à Família Salesiana “pelo fato da educação recebida”, como ponto de partida para uma mais consciente partilha do espírito salesiano em que creastes e mediante o qual vos podeis associar mais íntima e ativamente à missão salesiana na Igreja. Sabemos que em todas as partes do mundo existem numerosos grupos de Ex-alunos que demonstram com um compromisso qualificado e ajudando as Obras da Congregação e da Família Salesiana admirável exemplo de fidelidade a Dom Bosco.

Fazemos votos para que trabalhando segundo os fins primários da vossa Associação, sobretudo para a animação do Movimento e a recuperação dos Ex-alunos afastados, contribuais conosco para o aumento de tais grupos ativamente comprometidos segundo o carisma de Dom Bosco na Igreja.

551 Queridos Ex-alunos: o nosso apreço para convosco é constante, pois sois o fruto mais precioso do trabalho educativo salesiano.

Continuai a trabalhar no meio da sociedade como verdadeiros filhos de Dom Bosco e esforçai-vos por honrar-lhe sempre o nome mostrando-vos — como ele exigia de seus alunos — “bons cristãos e honestos cidadãos”.

Desta sorte o grito comum de “Viva Dom Bosco!” concretiza-se em fecundidade de vida.

Nossa Senhora Auxiliadora vos abençoe e ajude a perseverar no bem.

Os membros do CG21

Discurso do Reitor-Mor

P. Egídio Viganó

no encerramento do CG21 (12 de fevereiro de 1978)

1. O gesto final; 2. Unanimidade operacional; 3. Capítulo de “verificação” e, pois, de “conversão”; 4. Primeiro objetivo: O EVANGELHO AOS JOVENS: um coração oratoriano, o Sistema Preventivo, o espírito de iniciativa, uma proposta de pedagogia vocacional, evitar o perigo de “genericismo”; 5. Segundo objetivo: O PRIMEIRO LUGAR AO ESPÍRITO RELIGIOSO: aprofundamento da “missão, o cultivo de alguns valores de unidade, a importância vital das Constituições, a correlatividade dos sócios na comunidade; 6. Terceiro objetivo: A ANIMAÇÃO SALESIANA: verdadeira novidade de estilo, a figura e a função do Diretor salesiano, a responsabilidade para com a Família Salesiana, a devoção a Maria Auxiliadora; 7. Conclusão.

Queridos Irmãos Capitulares:

Eis-nos aqui reunidos pela última vez nesta sala: hoje, por bondade do Senhor, encerramos o CG21.

1. O gesto final

552

Não deveria ser este um dia “qualquer”, o 100.º de um longo iter dos nossos trabalhos capitulares, mas uma data caracterizante, que dá o *toque definitivo à fisionomia deste Capítulo* e lhe precisa o significado global. Devemos hoje, de fato, expressar formalmente o nosso gesto final de Capitulares: assumir como próprias as orientações e deliberações aprovadas.

Esta é a intenção que o Reitor-Mor entende apontar à celebração eucarística conclusiva: convido-vos a compartilhá-la com consciência

explícita. Por mais de três meses experimentamos juntos os valores da comunhão numa mesma vocação; fizemo-lo chegando aqui a partir de situações multiformes, enfrentando problemas criados pelas nossas diversidades e convivendo, sim, fraternalmente, mas num trabalho de busca nem sempre fácil nem metodologicamente unânime. Podemos atestar que sentimos a presença do Senhor entre nós com a sua graça de unidade; Ele nos guiou à convergência por meio de múltiplas indicações da rota; iluminou a nossa capacidade de discernimento e moveu o nosso coração com convites de aprofundamento e exigências de conversão; falou-nos de modo particular nas horas de oração.

553 2. Unanimidade operacional

No decorrer desta última semana cada um de nós, meditando os documentos capitulares para aprová-los definitivamente, enriqueceu e orientou a sua consciência salesiana colocando-se em sintonia com as “decisões” da assembléia; assim fazendo começamos a esboçar a verdadeira fisionomia deste Capítulo Geral, pelo que vem ele a ser “o principal sinal da unidade na diversidade da Congregação” (Const. 151). Dentro de poucos instantes, na solene celebração eucarística de encerramento, estamos todos convidados a ratificá-lo com *um ato consciente de unanimidade*.

2.1 Sim, disse “unanimidade”; as Inspetorias e os Irmãos têm necessidade dessa unanimidade; ela constitui um dever para nós. Não se trata, bem sabemos, de suprimir as diversidades legítimas, mas de assumir e manifestar claramente *a comum aceitação das grandes linhas orientativas* estabelecidas no Capítulo e a vontade concreta de pô-las por obra no próximo sexênio.

Semelhante unanimidade é dimensão integrante de um Capítulo Geral; falo da unanimidade não como “método de pesquisa” (efetivamente trabalhou-se e discutiu-se partindo de pontos de vista diferenciados e desejando chegar porventura a conclusões diversas), mas de uma unanimidade operacional que é a “etapa conclusiva” de um evento salvífico, destinado a toda a Congregação como plataforma operacional do futuro imediato.

Se é verdade que um Capítulo Geral não é simplesmente um fato parlamentar, mas um acontecimento de graça com densidade sacramental, devemos saber ver nos seus dinamismos uma mediação da vontade do Senhor; como os capitulares agiram com seriedade e consciência nas votações finais, o texto aprovado tornou-se um sinal autorizado do que se deve fazer para ser fiéis à vocação salesiana hoje. De feito, as Constituições indicam expressamente que “os sócios

salesianos aceitarão de boa mente as deliberações (do CG) que obrigam a todos, tão logo sejam promulgadas pelo Reitor-Mor” (Const. 152).

2.2 Dom Bosco, ao apresentar as deliberações do 3.º e 4.º Capítulos Gerais, escrevia a 2 de julho de 1887: “Vós sabeis, caríssimos, que as deliberações dos Capítulos Gerais têm grande importância e ajudam eficazmente a praticar as nossas santas Regras; por isso recomendo-vos vivamente que as tenhais na devida conta; leiam-se com atenção; procure-se conhecê-las bem, e, o que mais importa, pratiquem-se com toda a exatidão” (Op. ed., vol. 36, pág. 256). 554

E anteriormente, em 1880, ao apresentar aos Irmãos a nova coleção das Deliberações do 2.º Capítulo Geral, escrevia: “O desenvolvimento da nossa Pia Sociedade na Europa e na América é um indício seguro de que Deus a abençoa de maneira especial. Empenhe-se, pois, cada Salesiano em tornar-se cada vez mais digno da graça do Senhor com o espírito de oração, de obediência e de sacrifício. O que nos será dado alcançar pelo cumprimento exato das nossas Constituições e destas deliberações” (MB XIII 521).

Como vedes, no pensamento do nosso Pai a unanimidade operacional quanto às Constituições e ao CG constituem uma condição “sine qua non” da nossa fecundidade vocacional e da nossa identidade vital.

2.3 Toca a nós, então, fazer o CG atingir a sua plenitude e a sua expressão suprema: a de uma assembleia concorde em reconhecê-lo objetivamente como tal e em comunicar operativamente aos Irmãos seus propósitos de compromisso. A nossa convergência e unanimidade de intentos contribuirá para que melhor se perceba a verdade de quanto afirmam as Constituições: “Mediante o Capítulo Geral a Sociedade Salesiana inteira, deixando-se guiar pelo Espírito do Senhor, procura conhecer, em determinado momento da história, a vontade do Pai Celeste, para melhor serviço à Igreja” (art. 151). 555

A importância do nosso último gesto oficial suporá em todos nós uma atitude pós-capitular de testemunho e de responsabilidade animadora: sermos nas Inspetorias os portadores das orientações e dos propósitos deste Capítulo; lealmente; inteligentemente; generosamente.

3. Capítulo de “verificação” e portanto de “conversão”

556

Tantas vezes repetimos nestes meses que o nosso era um CG de verificação com um caráter particularmente operacional, realmente dis-

tinto do CGE; melhor ainda, feito exatamente com a finalidade de avaliar a incidência concreta do CGE na vida da Congregação e por conseguinte de reconhecer-lhe a extraordinária importância, aprofundar-lhe os conteúdos, esclarecer algumas expressões que se demonstraram ambíguas, completar e atualizar alguns aspectos e corrigir possíveis interpretações desacertadas.

Partimos diretamente da situação de vida nas comunidades e analisamos a urgência do momento com os numerosos problemas que o acompanham. Tentamos fazê-lo com lucidez, hierarquizando com uma visão repassada de prudência os aspectos de maior relevo em escala mundial; e nos voltamos sobretudo para o CGE como quadro de referência.

Demo-nos conta de que o trabalho não era fácil, e reconhecemos que não nos custou pouco passar, antes, da própria visão pessoal à da maioria do grupo; depois, da de uma subcomissão ou mesmo de uma comissão à exigida pela assembléia; e por fim, à global e unitária do Capítulo na sua expressão definitiva.

Ademais, esta última terá necessidade de ser aprofundada e fortalecida *no estudo e na meditação dos próximos dias*: é necessário realmente que cada capitular reserve um tempo de reflexão e de consideração sintética dos textos capitulares para garantir a unanimidade a que aludi. Verificamos que apesar das dificuldades chegamos a uma conclusão mais que positiva; ela influirá beneficentemente nos compromissos do próximo sexênio.

Demos, em forma panorâmica, um rápido olhar no resultado dos principais trabalhos:

- 557 3.1 A 1.^a Comissão, com os resultados do seu exame analítico, levou a concentrar a responsabilidade do próximo sexênio e do CG22 sobre as Constituições e os Regulamentos; é, na minha opinião, um dado providencial que só o transcorrer dos anos poderá fazer avaliar com objetividade.

Isto significou, de um lado, reconhecer em consciência o valor assaz positivo do trabalho feito pelo CGE sobre textos constitucionais e regulamentares, e, de outro, precisar e aprofundar o conceito de "texto ad experimentum"; que de maneira alguma insinua uma ausência de obrigatoriedade, nem tem significado de transitoriedade, mas justamente o contrário, ou seja, estabelece que se trata de um texto a ser comprovado pela prática da vida. Para que a experiência vivida se mostrasse válida, era preciso um espaço mais razoável de tempo. Abre-se, pois, neste campo um programa concreto e de aturado

trabalho a todos os níveis na Congregação. A perspectiva é consequentemente de forte compromisso e de programação bem definida.

3.2 A 2.^a Comissão reconfirmou a peculiar importância da “missão” na vocação dos Salesianos de Dom Bosco, mas precisou-lhe o significado sobrenatural e esclareceu-lhe as diversas exigências espirituais e salesianas partindo da avaliação de algumas constatações preocupantes destes anos. Temos em mãos um documento válido, profundamente orientativo que ilumina pontos estratégicos da nossa missão: a comunidade evangelizada, a comunidade animadora, o projeto educativo de Dom Bosco, a fecundidade vocacional, a inventiva apostólica nos nossos ambientes de ação.

558

Como se fosse a tradução ou aplicação para nós Salesianos da exortação apostólica EN.

3.3 A 3.^a Comissão reviu, esclareceu e precisou todo o vasto campo da formação, juntando disposições explícitas para o SC e desenvolvendo o setor específico da Formação Permanente; as suas orientações, apoiadas em acurada leitura crítica da situação na Congregação durante o sexênio passado, apresentaram disposições operacionais esclarecedoras e concretas quanto às exigências salesianas de uma comunidade formadora, quanto aos centros de estudo e a importância da formação intelectual, e quanto ao aspecto vital de unidade nas várias fases da formação, garantindo a preparação de alguns instrumentos urgentes de coesão, como a “Ratio Institutionis” e a “Ratio Studiorum”.

559

A Comissão versou seriamente o tema, até o ponto de poder já agora fazer algumas modificações nas Constituições e nos Regulamentos.

3.4 A 4.^a Comissão aprofundou o tema do Salesiano Coadjutor, também na sua delicada parte doutrinal; isso abre às Inspetorias vasto campo de trabalho: seja para uma verdadeira conversão de mentalidade em alguns setores da Congregação; seja para um relançamento da pastoral vocacional em favor da figura do SC e da uma concreta programação paritária da sua formação; seja para a incidência da dimensão laical do SC nas iniciativas de nova presença salesiana.

560

3.5 O grupo UPS ajudou a assembléia na redação de um precioso documento para a nossa Universidade; documento que orienta com clareza o vasto processo de renovação já em curso na UPS e deverá

561

contribuir para dar à nossa Congregação um lugar convenientemente qualificado para a realização da sua missão na Igreja. Se o pessoal da “Opera PAS” e todos nós, particularmente os Inspetores, soubermos compreender o valor e a urgência deste alto serviço científico e formativo, muito aproveitará ao crescimento na nossa identidade vocacional.

562 3.6 *Finalmente, o grupo das Mensagens* recordou-nos o papel confiado à Congregação na Família Salesiana. Vivemos momentos emblemáticos no nosso CG, gestos de esperança que abrem uma atraente perspectiva de futuro às nossas comuns iniciativas de fidelidade: a visita e o diálogo na Assembléia das Filhas de Maria Auxiliadora, dos Cooperadores, das Voluntárias de Dom Bosco e dos Ex-alunos; além disso a significativa reestruturação do Conselho Superior com a designação de um Conselheiro para a Família Salesiana. Isso fará certamente refletir aos Inspetores com os seus Conselhos e a todas as Comunidades locais na sua imprescindível função animadora.

563 Esta resenha panorâmica do resultado dos trabalhos capitulares nos faz de imediato compreender que trilhamos um caminho certo, ainda que nem sempre asfaltado. Para um CG como o nosso, com caráter operacional e de verificação, as metas alcançadas são claramente positivas; devemos saber-lhe explicar e transmitir os valores aos Irmãos. É dever nosso de crentes considerar um pouco melhor, à luz de uma inteligência realista e de fé, quanto, com o Senhor, pudemos realizar nestes meses para o bem da Congregação! Não deixemos de *ler a presença de Deus nos eventos salvíficos*: é certamente anacronismo sacralizar as coisas humanas, mas é também pernicioso e ingênuo horizontalizá-las! O olho da meditação deve-nos fazer penetrar, como já disse, a densidade sacramental do nosso CG, como fazia Maria com os acontecimentos de sua existência e como sempre fizeram os grandes crentes.

Tal atitude é muito mais necessária num CG de “verificação”, porque, precisamente por esse fato, a sua conclusão prática não pode senão desembocar num verdadeiro propósito de “conversão”; e toda conversão espiritual é obra da inteligência da fé, vivida com a coragem da esperança realizada com a praticidade da caridade. Para iluminar tal propósito de conversão queria propor-vos, agora, uma síntese epítular numa perspectiva de compromisso prático.

Considerando os grandes conteúdos operacionais do CG21, à luz da mensagem que nos enviou o S. Padre Paulo VI, podemos focalizar três grandes objetivos de ação:

- A. o evangelho aos jovens;
- B. o primeiro lugar ao espírito religioso;
- C. a animação salesiana.

4. Primeiro objetivo: O EVANGELHO AOS JOVENS

564

O S. Padre congratulou-se conosco por havermos tratado o tema “Testemunhar e anunciar o Evangelho: duas exigências da vida salesiana entre os jovens”, dizendo-nos que “também de aí transparece o empenho dos Salesianos de permanecerem fiéis à identidade originária da sua Instituição que, surgindo para se dedicar à Juventude masculina sobretudo das classes populares, viveu para além de um século de providencial e admirável presença, educando e formando incontáveis legiões de jovens”.

E logo a seguir o Papa exprime com clareza o desejo de atrair a nossa atenção “sobre a necessidade de manter esse caráter particular da obra e da pedagogia salesiana, tanto mais que as necessidades sociais e eclesiais dos tempos modernos parece corresponderem mais do que nunca à índole do apóstolo dos Filhos de S. João Bosco, voltado com interesse e dedicação preferenciais para a juventude masculina”.

É de notar, para quem calcula em termos quantitativos, que a mensagem papal desenvolve principalmente o tema da evangelização dos jovens; tal desenvolvimento constitui quase a metade da carta. Ora, o CG21 individuou *alguns elementos característicos da nossa identidade originária* para qualificar-nos efetivamente como “missionários dos jovens”, portadores do Evangelho à juventude de hoje.

Que elementos são esses? Destaco os principais:

4.1 Primeiro: *Um “coração oratoriano”*: é esta uma característica peculiar de Dom Bosco, que o P. Albera chamou com perspicácia “*o dom da predileção para com os jovens*”. Deduzimos esse elemento da reafirmação capitular da nossa adesão ao Fundador; ela se encontra um pouco em todas as páginas dos novos documentos, de modo particular na conclusão: Dom Bosco, um modelo e uma presença.

565

Afirmo antes que nos havemos de dedicar intensamente a conhecer, praticar e aperfeiçoar as nossas Constituições, porquanto elas nos garantem a fidelidade ao pensamento e ao espírito de Dom Bosco.

566

Convém entretanto considerar que a realidade carismática de que era portador o nosso Pai comportava uma riqueza exuberante de valores

vividos que se expandia para além do seu projeto constitucional. Assim entre os escritos mais espiritualmente significativos para o carisma do nosso Instituto devem-se enumerar, além das Constituições, também as “*Memórias do Oratório de S. Francisco de Sales*” e os vários escritos sobre “*O Sistema Preventivo*”.

Devemos saber voltar com inteligência a essas páginas como a fontes privilegiadas de autenticidade. “As ‘*Memórias do Oratório*’ — diz, p. ex., um estudioso — Dom Bosco remetia os seus ‘filhos’ não para que encontrassem nelas o fundamento de um costume jurídico, mas para que encontrassem uma ‘norma para superar as dificuldades futuras, aprendendo as lições do passado’, para ‘conhecer como o próprio Deus guiou cada coisa a cada momento’ (P. Stella, artigo mimeografado).

- 567 Ora justamente nessas páginas é que descobrimos o primeiro elemento característico da nossa identidade originária, a que dei o nome de “coração oratoriano”. Nas origens do Oratório de Valdocco encontra-se o primeiro e mais fundamental valor salesiano, pelo qual somos, na Igreja, verdadeiros missionários dos jovens. Com aguda intuição escreveu o P. Caviglia: “Acredito que nunca se entenderá a fundo a razão íntima do sistema educativo (de Dom Bosco), se não se tiver em conta a fonte primeira de sua concepção, que era a lembrança e, digamos ainda, a saudade da vida daqueles primeiros tempos. Ah! como a origem das idéias devia servir para explicá-las! Não é um parêntesis ocioso se pensarmos que justamente então, na formação de Domingos Savio, concentraram-se de uma vez por todas as orientações espirituais que ele deixou em herança aos seus e ao mundo” (Op. e Scritti ed. e ined., Torino SEI, vol. 4.º págs. 68-69).

E aquela primeira hora do Oratório de Valdocco deve-se conceber não tanto como o início desta ou daquela “instituição” (ainda que não se exclua), mas como expressão mais clara e concretização primigênia da caridade pastoral de Dom Bosco.

- 568 Devemos, pois, reportar-nos, como primeiro critério de renovação, ao coração do nosso Fundador, que é um “coração oratoriano” não no sentido de dedicar-se a instituir um determinado tipo de obras, mas no sentido de *viver e exprimir uma atitude pastoral característica que deve qualificar toda presença salesiana em qualquer obra*. É essa a primeira opção operacional a destacar: urge dar a prioridade à “pastoral juvenil”, enchendo o coração de “saudade oratoriana”; o que significa pôr à raiz de toda a nossa ação um critério de “predileção pelos jovens”, ou seja uma típica procura dos meninos e dos jovens sintetizada no mote “da mihi animas”.

Somente mediante essa atitude basilar é que, a exemplo de Dom Bosco, saberemos impregnar qualquer obra de um espírito genuinamente oratoriano, no sentido histórico das origens do nosso Carisma.

4.2 Segundo: *O Sistema Preventivo*, ou Projeto educativo salesiano: 569
constitui ele por certo um dos pontos-chave do trabalho capitular. O Papa havia atraído a nossa atenção “sobre a necessidade de conservar o caráter particular da obra e da pedagogia salesiana”; pois bem, o CG21 esclareceu, compreendeu, e volta a propor aos Irmãos o Sistema Preventivo como “o Projeto educativo salesiano”; este se caracteriza não só pelos destinatários e pela típica maneira comunitária em que é posto em prática, mas ainda pela particular organização dos conteúdos, pelos seus objetivos e pelo qual se faz presente entre os jovens. *Este Sistema nos leva diretamente ao coração oratoriano de Dom Bosco*, à sua maneira típica de conceber a evangelização como “salvação total”; leva-nos outrossim às experiências salesianas mais genuínas realizadas sob a guia do próprio Fundador e que por isso mesmo se tornaram “exemplares”. Se alguém pensar que se trata de uma proposta teórica ou secundária, eu me atreveria a dizer que demonstraria não haver compreendido nem o coração de Dom Bosco, nem o delicado “momento” atual da Congregação.

A identidade da nossa presença evangelizadora na Igreja e no mundo consiste ainda hoje em “evangelizar educando”. A educação é o nosso modo preferido e o nosso campo privilegiado de evangelização; e o anúncio do Evangelho é o nervo e a razão de ser da nossa arte educativa.

Este Projeto educativo salesiano, além de uma organização de conteúdos, comporta um “estilo característico de presença e de ação”. 570
Encontramos nele *a contribuição original de “sabedoria” dada por Dom Bosco à Igreja e ao mundo*; o seu repensamento do Evangelho sob o aspecto de caridade educativa, a síntese que traduz a sua espiritualidade. Se S. Agostinho dizia “ama e faz o que quiseres”, Dom Bosco na sua sabedoria pedagógica nos repete: “não basta amar, é preciso saber fazer-se amar”!

4.2.1 O nosso Capítulo volta a propor todo o Projeto educativo de 571
Dom Bosco *como programa do sexênio*. O Sistema Preventivo:

a. estudado mediante um aprofundamento sistemático e científico (cf. Centros de Estudos Salesianos, UPS).

- b. praticado e traduzido em termos de práxis nos nossos “ambientes de evangelização” (cf. projetos educativos para os diversos ambientes).
- c. oferecido como reflexão pedagógica sistemática aos nossos colaboradores e incorporado na comunidade educativa como “filosofia da escola salesiana” (cf. projetos e proposta sobre a comunidade educativa).
- d. levado ao diálogo e ao confronto pedagógico entre os vários projetos alternativos de educação, como fez Dom Bosco em seu tempo quando o comparou com o Sistema Repressivo e com os Sistemas “leigos”.

As perspectivas deste relançamento são promissoras. Se bem orientado, pode marcar um período de expansão e difusão da nossa pedagogia que se tornará também critério dos nossos colaboradores, da Família Salesiana e de muitos outros educadores. Poderá ser a “novidade” da qual os Salesianos são os portadores característicos no encontro entre a juventude e a Igreja.

572 4.2.2 *O projeto e o estilo de Dom Bosco concretizam-se de maneira realista em “ambientes” e “obras”.* Dom Bosco, jovem sacerdote, soube encarnar e enriquecer o seu projeto apostólico. Da simples, se bem que rica relação pessoal com os seus meninos, passou à busca de um “espaço” onde procurou criar um “ambiente” que preparava, facilitava e completava a relação pessoal. Integrou esse ambiente com propostas capazes de atender as necessidades e interesses dos jovens. Tal “fórmula” é ainda o sinal do realismo e da “concretidade pedagógica salesiana”.

O nosso CG21 para “manter” o carácter particular da obra e da pedagogia salesiana estudou e apresentou *diretrizes e linhas operacionais para qualificar os ambientes de evangelização*:

- a. na linha educativa;
- b. na linha explicitamente catequística e de formação na fé;
- c. na linha comunitária e de participação;
- d. na linha do associacionismo juvenil. (Ainda que este último tema não tenha sido tratado diretamente, entrou como componente do nosso projeto educativo nos oratórios, nas escolas, nas paróquias; e a assembléia demonstrou notável interesse toda vez que era mencionado).

4.2.3 *Caberá às Comunidades inspetoriais e locais* fazer penetrar tudo isso na realidade, mas é certo e evidente que o Capítulo deu diretrizes, sugestões e instrumentos para fazer florescer, como nos pediu o Papa, “o carácter particular” da pedagogia salesiana.

4.3 Terceiro: *O espírito de iniciativa*: este é outro elemento característico das orientações capitulares: a *inventiva pastoral*, a fantasia pedagógica, a capacidade de realizar e a coragem, a santa esperteza são uma expressão autêntica do coração oratoriano de Dom Bosco. Os Salesianos da primeira geração, diz-nos o texto capitular, apreenderam-no à escola do nosso Pai e Mestre e a história da expansão salesiana no mundo é uma clara demonstração do seu eficaz ensinamento.

573

4.3.1 *O CG21 faz votos* (cf. Doc. 1, n. 155):

- a. por um relançamento desta original criatividade salesiana;
- b. por uma atenção à intuição e sensibilidade de alguns Irmãos;
- c. por um cuidado de atuar segundo o espírito missionário de Dom Bosco.

Este apelo capitular a um renascimento do espírito de iniciativa tornará possível, esperamos, a realização de “uma nova presença salesiana” para os “numerosos jovens das grandes cidades, indiferentes ou afastados da Igreja e da fé”; “para a juventude e para o povo dos ambientes de marginalização”; e “para a animação de movimentos juvenis” (cf. n. 158).

4.3.2 Quanta sã utopia ferve nestas orientações capitulares!

Encontram-se em plena sintonia com quanto nos dizia o S. Padre na audiência: “São milhões no mundo, por vezes dispersos e desorientados por uma multiplicidade de vozes discordantes, os quais esperam de vós a palavra de salvação, procuram a mão fraterna e amiga, que os guie com segurança serena para o Absoluto” (n. 477).

Já é hora de não mais deixar a *inventiva pastoral* à mercê de alguns mais extravagantes, ou quem sabe amargurados ou dissidentes, mas de assumi-la como *patrimônio de cada comunidade salesiana* e como expressão de fidelidade a Dom Bosco.

4.4 *Uma proposta de pedagogia vocacional*. O documento 1 apresenta-a de forma explícita e sistemática, clara nos seus pressupostos, inserida num plano global de amadurecimento na fé, com sugestões práticas para os diversos níveis de responsabilidade. Deve-se bem assim reconhecer que este CG21 deu à Congregação o primeiro documento capitular que apresenta uma guia orgânica de renovação da *pastoral vocacional salesiana*. É para desejar que isso concorra para recuperar um dos fins específicos da nossa Congregação: o *cuidado das vocações sacerdotais e religiosas*.

574

575 4.5 *Evitar o perigo do “genericismo”*. Os textos capitulares são ricos e sugestivos quando apresentam os elementos mais característicos da nossa “identidade originária” de missionários da juventude. Caso não faltem nas Inspetorias pessoas capacitadas a aplicá-los, dentro de pouco tempo havemos de respirar ares de plena primavera.

Mas não queria encerrar este primeiro objetivo do “Evangelho aos jovens” sem aludir a um perigo que nos ameaça se não insistirmos na nossa “identidade originária”; trata-se do perigo do “genericismo”: não já missionários especializados para a juventude masculina, mas trabalhadores comuns, sem um distintivo próprio e por isso, a longo prazo, sem já a necessidade de inspirar-se no carisma do Fundador. *O Papa disse que nos voltássemos “com interesse e dedicação preferencial à juventude masculina”*.

Não nos deve passar despercebido que este é um ponto delicado, que se deve considerar com serenidade e discernimento. Toca um elemento da nossa “missão”, da nossa “ação específica”, e do nosso “estilo pedagógico”; e, pois, da nossa identidade e eficácia concreta.

Não sem razão a carta do S. Padre menciona duas vezes a questão: na primeira vez relaciona o fato com o momento “fundacional”, e na segunda com a renovação da nossa presença entre os jovens, pedindo-nos uma continuidade de critério também nas mudadas condições sociais e culturais.

576 Terá dado o nosso Capítulo indicações suficientemente claras? Terá criado instrumentos eficazes para manter, mesmo na diversidade de situações pastorais, a identidade da sua missão no que diz respeito aos destinatários e à organização das iniciáticas? Penso que sim. Não devemos dramatizar algumas situações particulares. Mas o Capítulo tornou a confiar aos Inspetores e aos seus Conselhos inspetoriais a tarefa de um discernimento sério e salesiano caso por caso (cf. doc. 1, n. 125 e 133).

Para esse discernimento lembrou as orientações operacionais dadas pelo CGE e reafirmou as responsabilidades comunitárias, a necessidade da verificação periódica, a adoção de convenientes cautelas, e o diálogo com o Conselho superior para uma obra de acompanhamento e esclarecimento.

Uma responsabilidade colocada nas mãos dos Inspetores e dos Conselhos inspetoriais não significa maior facilidade para multiplicar iniciativas não endereçadas aos nossos destinatários, mas simplesmente uma possibilidade de dar um juízo circunstanciado e concreto sobre uma situação. Aos critérios objetivos, ao discernimento sale-

siano, a uma aceitação operativa das indicações do Santo Padre estão obrigadas tanto as Comunidades locais e os Inspetores com os seus Conselhos, como o Reitor-Mor e o Conselho Superior.

Devemos augurar-nos e propor que todos estejam à altura desta hora delicada para a nossa identidade vocacional.

5. Segundo objetivo:

577

O primeiro lugar ao espírito religioso

A verificação da vida salesiana nestes últimos anos deixou claro, em várias regiões, um perigo real de secularidade e também de secularismo e aburguesamento; perigo alimentado por certas posições ideológicas que chegaram a apropriar-se, como se diz, do *conceito de missão*", colocado no centro da nossa renovação pelo CGE, para interpretar-lhe o significado de forma indevida, adulterando-lhe consequentemente o verdadeiro alcance.

Pois bem: o S. Padre recomendou-nos que para a revisão das Constituições e dos Regulamentos e para a verificação da sua validade e atuação, déssimos "o primeiro lugar ao espírito religioso, que deve animar a tradição já comprovada pela experiência e pelo ensinamento do Concílio Vaticano II".

O CG21 decidiu que tal revisão e verificação se hão de realizar durante todo o próximo sexênio: de aí a particular importância operacional para nós da recomendação que nos foi feita.

5.1 *Aprofundamento da "missão"*. Dar o primeiro lugar ao espírito religioso, diz-nos o Papa, é um critério da própria tradição eclesial já comprovado quer pela práxis experiencial quer pela recente doutrina conciliar. Constitui, pois, um ponto seguro em que se apóia a nossa visão de futuro.

578

Não se trata de reabrir o famoso debate sobre "consagração e missão" para uma colocação diferente da que foi estudada e aprovada pelo CGE, mas sim de uma confirmação do mesmo acima de certas interpretações unilaterais que surgiram aqui e acolá. A 1.^a Comissão, no "Anexo" das modificações julgadas oportunas para a revisão definitiva das Constituições, referindo-se ao enfoque, ao título e à terminologia do Capítulo IX das Constituições, afirmou justamente que não espelham de forma adequada o conteúdo tanto da 3.^a parte como do Capítulo IX: "A parte III e o Capítulo IX intitulam-se 'consagração' e nos artigos aparecem com frequência os termos 'consagração' e 'vida religiosa'; mas o conteúdo correspondente refere-se exclusivamente à profissão

e à prática dos conselhos evangélicos. Parece que isso não é exato; e de aí provém certa tensão entre consagração e missão, que aflora aqui e ali no texto atual. Pensamos que se faz necessário um esclarecimento: *Com o termo 'Consagração religiosa' ou 'Vida religiosa' cremos que se deva entender a globalidade da nossa vida de salesianos religiosos: ela parte da ação de Deus que chama, consagra e manda cumprir uma missão e a ela corresponde a nossa oferta com a qual... nos colocamos à disposição de Deus para a missão que Ele nos confia*"; portanto, *"compreende diversos elementos que mutuamente se integram"* (a prática dos conselhos evangélicos, a missão apostólica e a vida de comunhão), e que "não se podem separar! Se a tradição ligou a 'vida religiosa' essencialmente à prática dos conselhos evangélicos, tal se deve ao fato que isto é comum a todos os projetos de vida religiosa; mas não significa que a vida religiosa venha a exaurir-se na prática dos conselhos evangélicos".

579 Portanto: para nós, Instituto de vida ativa, colocar no "primeiro lugar o espírito religioso" deverá significar *descobrir a origem última e a fonte que alimenta permanentemente a missão salesiana.*

A fé, com efeito, assegura-nos de que toda missão no Povo de Deus emana da "fonte do amor" (AG 2) e que todo empenho apostólico brota da caridade de Deus Pai, concretiza-se autenticamente por intermédio de Cristo, Cabeça da Igreja, e se desenvolve e age no Espírito Santo.

Desta sorte a genuína missão salesiana não é simples ativismo pragmático, nem somente iniciativa independente, nem uma espécie de altruísmo antropocêntrico, mas é uma verdadeira participação do mistério da Igreja, cuja missão prolonga a de Jesus Cristo, inserindo-se na sua obediência (cf. Hb 5,8), com a qual se ofereceu a si próprio ao Pai pela vida do mundo.

De aí a necessidade absoluta em toda verdadeira missão de intensa união com Deus. A união com Deus constitui a característica específica do espírito religioso (— "dom total de si a Deus sumamente amado" — LG 44); ademais, segundo o válido juízo do P. Ceria, é exatamente a união com Deus a mais penetrante definição da personalidade do nosso Pai Dom Bosco.

580 5.2 *O cultivo de alguns valores de unidade.* Um dos aspectos mais concretos do espírito religioso é o de *viver o Carisma do Fundador* nos seus diversos elementos e exigências.

O CG21 convida os Irmãos a empenhar-se:

a. *num mais profundo conhecimento de Dom Bosco e da tradição salesiana* (cf. doc. 3 sobre a Formação, 1.ª parte); isso nos porá ao abrigo dos perigos do esquecimento e de certas demitizações que falseiam a história;

b. *Em uma mais genuína mentalidade religiosa*, superando algumas posições ideológicas mais ou menos em moda mas estranhas às nossas Constituições e Regulamentos e em dissonância com a experiência eclesial e o magistério (cf. doc. 1, parte II: “A comunidade evangelizada”; e doc. 5 n. 377-386);

c. *em uma precisão da obediência salesiana*, como raiz mais significativa para nós da disponibilidade na missão (cf. doc. 5, Modificações ao art. 94 das Const.; o art. 77bis dos Reg.; doc 1 n. 454-55.155, 6.1.3. A 1.ª Com., ao apresentar o art. 94 renovado, assegura-nos que ‘ficam dessas maneira mais esclarecidas tanto a importância da coresponsabilidade, quanto o serviço da autoridade’). Isso nos ajudará a lembrar que não fizemos o voto de obediência à Comunidade mas ao Superior, ao qual nos submetemos em espírito de fé LG 42 e PC 14).

Estes três aspectos (o conhecimento do Fundador, a genuína mentalidade religiosa e a determinação precisa da obediência salesiana) são valores privilegiados para a unidade da nossa Congregação. Com razão o documento sobre a Formação insiste em recuperar a clareza de alguns aspectos carismáticos que garantem a nossa identidade nas diversificações culturais.

Num legítimo processo de descentralização estes aspectos constituem o “polo teologal” do nosso carisma, que se deve harmonizar com o “polo antropológico” das multiformidades. Uma preponderância dos aspectos culturais próprios das particularidades de uma região, exacerbada quem sabe pelo que se costuma chamar de “complexo anti-romano”, corre o risco de danificar a vida da unidade e o crescimento da comunhão; no Povo de Deus, a história das frialdades, das distâncias e das rupturas entre estes dois polos acham-se à raiz das polarizações e das separações. É necessário manter sempre unidos os dois polos: nem valores carismáticos com pura uniformidade, nem valores culturais com os ídolos de uma ideologia ou do nacionalismo!

(NB: Convido-*vos* a reler com atenção, *a* este respeito, o n. 62 da exortação apostólica “Evangelii nuntiandi”).

5.3 *A importância vital das Constituições*. Um projeto concreto e autorizado de convergência, que meça e defenda a harmonia entre os sobreditos dois polos, temo-lo nas Constituições. Elas precedem em

valor vocacional e julgam as nossas multiformidades; são uma plataforma de unidade, que determina com precisão o espírito e os objetivos comuns, e delimita o serviço tanto da autoridade como das iniciativas da criatividade. Somente a Santa Sé, o CG e o Reitor-Mor com o seu Conselho podem interpretar autenticamente as Constituições (cf. Const. 199); não seria, portanto, legítimo um pluralismo que se lhes antepusesse em valor vocacional ou quisesse manipulá-las neste ou naquele sentido segundo a mentalidade mais em moda.

O CG21 nos lembra que *“a obrigação de consciência de observá-las... nasce do vínculo assumido livremente pelo Irmão na profissão como resposta pessoal ao chamado do Senhor (cf. Const. 200). Viver as Constituições é por conseguinte — para todo Salesiano — um ato de fé em Jesus Cristo e no seu Evangelho, um compromisso de fidelidade a uma vocação recebida como dom na Igreja, um ‘caminho que leva ao amor’”* (n. 378).

Temos então um magnífico trabalho a executar nos próximos anos: *relançar o verdadeiro significado da Profissão religiosa* e aprofundar entre os Irmãos o valor e a positividade espiritual das Constituições. Temos a sorte de possuir um texto constitucional muito válido, com uma formulação que facilita a passagem da leitura à oração; podemos assim introduzir as Constituições nos momentos mais espirituais da vida pessoal e comunitária.

582 5.4 *A correlatividade dos sócios na comunidade.* Por fim, dar o primeiro lugar ao espírito religioso significa para nós recuperar todo o sentido da dimensão comunitária salesiana: a Comunidade inspetorial e local, diz-nos o art. 34 das Const., é o sujeito ao qual é confiada em primeiro lugar a nossa missão. Isso acarreta *consequências muito concretas* sobre as quais é mister refletir mais realisticamente na programação da nossa renovação.

A primeira, é a urgência de saber conviver com “um coração só e uma só alma” a fim de testemunhar a caridade que nos levou à profissão religiosa e faz-nos viver a consagração.

A segunda, é a importância na Igreja dos Institutos seculares.

E a terceira, sobre a qual o CG21 concentrou parte notável dos seus trabalhos, é a correlatividade e complementaridade dos sócios — sacerdotes, diáconos, coadjutores — pela qual vivem todos em reciprocidade de afeto e de co-responsabilidade com uma forma própria e original. Este terceiro aspecto deverá constituir um campo especial de compromissos pós-capitulares, como acima afirmei.

Tais conseqüências exigem, de maneira particular, a plena revalorização da figura do SC, não apenas doutrinalmente, mas sobretudo concretamente no estilo e nas responsabilidades de convivência, na formação e nas programações apostólicas e, particularmente, na pastoral vocacional.

583

Penso que em muitas regiões esse trabalho deverá constituir um objetivo privilegiado para saber apresentar e assumir com lealdade e penetração o que o S. Padre nos ajudou a distinguir: a igualdade vocacional de todos os Irmãos e o serviço comunitário particular do Diretor.

Também o sofrido trabalho que o Capítulo a respeito enfrentou tornar-se-á fonte de luz e de generosidade; e quem mais estudou e sofreu na procura de sua fidelidade a Dom Bosco neste campo poderá influir mais eficazmente na compreensão e aplicação das orientações capitulares pertinentes.

6. Terceiro objetivo: A animação salesiana

O terceiro objetivo a atingir é o da animação espiritual como *“atividade” que a partir de dentro faz buscar a participação “de todos os membros na vida do corpo”*; a animação religiosa é o verdadeiro antídoto contra o perigo do indiferentismo e da perda do sentido de pertença.

584

O documento da 2.ª Comissão nos adverte de que “o processo de animação manifesta-se no crescimento da co-responsabilidade e no reconhecimento da complementariedade, como expressão de uma consciência adulta e de um estágio de desenvolvida maturidade... Para nós Salesianos é como um momento e um fruto da ‘razão’ e do ‘carinho’ do estilo de Dom Bosco” (n. 46).

Saber promover oportunamente a animação espiritual tornar-se-á de fato o elemento prático mais incisivo da nossa renovação; ele atinge a “alma”: a alma de cada um, a alma da comunidade, a alma da Família salesiana, e é expressão da nossa docilidade ao Espírito Santo. que é precisamente a alma da Igreja. Com uma forte renovação da animação é que nos havemos de sentir envoltos no clima de Pentecostes.

A exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* constata que ‘estamos vivendo na Igreja um momento privilegiado do Espírito’ (n. 75) e, pois, um momento particularmente sintonizado com as exigências de uma animação que saiba perceber e seguir a presença real e a iniciativa salvífica de Deus na vida.

585 De feito, dentro do mistério eclesial, *a animação se acha estreitamente vinculada com a presença vivificadora do Espírito Santo*, que anima organicamente toda a Igreja como “Corpo” que tem Cristo como “cabeça”; ou seja, a sua animação está ordenada a uma comunidade já constituída e articulada para rejuvenescer-lhe as energias, vivificar-lhe as funções e estimular-lhe a operosidade.

A animação não cria a comunidade, mas supõe-na e vitaliza. A animação não dá origem a uma independência individualista, mas une e harmoniza os vários dons e os diferentes ministérios: é próprio da alma originar e nutrir a identidade, a comunhão orgânica e o dinamismo de um ser vivo.

586 6.1 *Verdadeira novidade de estilo*. Empenhar-se na animação significa cuidar prioritariamente de alguns aspectos estratégicos que fazem crescer o sentido de pertença, a consciência de co-responsabilidade e o entusiasmo adulto. *Isso comporta o delicado trabalho de convencimento das liberdades, as múltiplas inter-relações de diálogo (reciprocidade, capacidade de escuta, discernimento dos corações, comunicação), e o recurso ao clima de família nas expressões várias de bondade e serviço.*

Trata-se de construir um estilo verdadeiramente novo de convivência salesiana de maior qualidade espiritual, de mais agudo zelo apostólico e de mais profunda simplicidade religiosa.

Todos os Irmãos deverão sentir-se empenhados em lograr essa novidade de estilo; mas dever-se-ão por isso mesmo concentrar os esforços sobre alguns “animadores” especializados, a nível inspetorial, e, sobretudo, sobre uma acurada revalorização do papel da autoridade salesiana, particularmente do Diretor. Já os Esquemas pré-capitulares (cf. n. 246) haviam relevado as exigências dos Irmãos a respeito, e assim haviam feito votos para que o papel do Diretor, denominado com acerto “ministério da animação comunitária”, fosse considerado um dos pontos focais do CG21.

587 6.2 *A figura e a função do Diretor salesiano*. Já abordei este assunto na minha intervenção de 24.1 passado. Bate com insistência no meu coração o angustiado apelo do P. Rinaldi: “Meus caríssimos Inspetores e Diretores, esconjuro-vos nas vísceras da caridade de Nosso Senhor Jesus Cristo que façais reviver em vós e ao vosso redor a tradição da paternidade espiritual, que infelizmente se vai apagando, com grande prejuízo das almas juvenis e da nossa fisionomia salesiana” (cf. n. 238).

A “paternidade espiritual” de que fala o P. Rinaldi é expressão de ministério sacerdotal, daquela “paternidade” na fé a que alude frequentemente S. Paulo (I Tess 2, 78 e 10-11; I Cor 4,14-21; II Cor 6, 12-13; 12, 14-15; Gál 4,19).

É um dado de fato que os Diretores salesianos são sacerdotes; eis então o ponto nodal: *“espiritualizar” hoje a função do Diretor salesiano significa releger e relançar o ministério sacerdotal precisamente no seu exercício renovado de servidor da comunidade; como nos disse o Papa, o Diretor deve poder guiar a comunidade “com sabedoria eclesial” valendo-se dos “carismas da ordenação sacerdotal”.*

Urge, pois, tomar em muito séria consideração os critérios de salesianidade apontados pelo CG21 (cf. doc. 1, n. 51) para uma clara e concreta “espiritualização” do complexo papel confiado ao Diretor pelas Constituições (cf. doc. 1, n. 52) e dar o primeiro lugar na programação dos próximos trabalhos dos Conselhos inspetoriais ao redimensionamento concreto da figura do Diretor.

É indispensável que o Inspetor com o seu Conselho estude atentamente em cada casa a possibilidade de simplificação das incumbências desempenhadas pelo Diretor, segundo os critérios e as hierarquizações indicadas pelo documento 1 (n. 51 e 52) esclarecendo e precisando os papéis complementares dos demais, de modo a aparecerem de maneira mais incisiva e fiel a figura e a função espiritual do Diretor.

A delicadeza e importância dessa revisão exige dos Inspetores e dos Diretores contínua e inteligente verificação do novo modo de funcionamento do ministério do Diretor.

Tenho consciência de estar a premer aqui, em sintonia com a reatualização do Sistema Preventivo, o botão de lançamento de nosso próximo futuro: vamos ver, caros Inspetores, se o famoso espírito de iniciativa, de cujo patrimônio nos sentimos herdeiros, sabe demonstrar deveras neste delicado setor a sua vitalidade criadora e o seu proverbial equilíbrio de homogeneidade com as fontes.

6.3 *A responsabilidade para com a Família Salesiana.* Entre as respostas à verificação do sexênio por parte do CG21 encontrava-se a reestruturação de alguns serviços do Conselho Superior; refiro-me agora em particular à revisão do art. 141; na sua reformulação, o artigo reza: “O Conselheiro para a Família Salesiana tem a incumbência de sensibilizar e animar a Congregação para o papel a ela confiado na Família Salesiana, de acordo com o artigo 5”.

588

Somos chamados, pois, a aprofundar ainda mais no próximo sexênio a realidade vocacional da Família Salesiana, providencialmente redes-

coberta pelo CGE; cresceu já uma árvore salesiana com muitos ramos, ou, se preferis, um pequeno “bosque” (em it. *bosco*) salesiano! É um fato que implica a programação de compromissos. Agora entretanto entendo salientar simplesmente o horizonte de animação que se abre com este tema, sobretudo para os Inspectores e para os Diretores.

Sabemos que os vários grupos pertencentes à Família exigem uma animação tal que, na sua expressão fontal, a mais espiritual e pas-toral, seja deveras “abonada pelos carismas da ordenação sacerdotal”. Foi o que ouvimos das FMA, dos Cooperadores, das VDB e dos Ex-alunos, é o que sabemos pela experiência que temos com os outros grupos.

Abre-se aqui então deveras uma nova frente; e será preciso preparar seriamente e com urgência em todas as Inspeorias um contingente de “animadores” idôneos e competentes.

Pobres de nós, dirá alguém, então toda a Inspeoria deverá colocar-se em estado de emergência para a formação!

Bem, sim, quase isso! Não foi o CG21 que inventou artificialmente tantas urgências formativas, é a realidade mais viva e premente que os reclama.

Será pois mister ajustar-nos às exigências dessa realidade que nos circunda e decidir-nos a mudar, em todos os casos, a nossa mentalidade de “managers” de tipo ativista, lembrando que nas curvas da história e futuro não se acha do lado das obras já instituídas, mas ao lado das pessoas, das comunidades e da Família, enquanto constituem o sujeito vivo e permanente da vocação salesiana. Será pois, importante considerar com particular atenção as orientações operacionais do documento 1, nos números 61 e 79, não esquecendo quanto ontem vos dizia sobre a delicadeza de alguns problemas levantados em alguns lugares.

- 589** 6.4 *A devoção a Maria Auxiliadora.* Um aspecto particularmente característico para nós no relançamento de uma genuína animação salesiana é saber reatualizar em profundidade doutrinal e em atualidade pastoral *a dimensão mariana do nosso carisma* (cf. ACGE n. 105, 545).

Já ferimos o argumento por ocasião da presença entre nós do Conselho Geral das FMA e na breve comemoração do centenário da morte de Pio IX. Confesso-vos a minha íntima convicção, sempre mais elevada e lúcida, que sem um novo empenho em reavivar esta devoção

muito pouco havemos de ganhar com o resto. A Congregação nasceu e cresceu pela intervenção de Maria e se renovará na medida em que Nossa Senhora voltar a ocupar o lugar que lhe cabe no nosso carisma.

Olhemos para as origens da vocação salesiana, olhemos para as atitudes e iniciativas de Dom Bosco, olhemos para o significado histórico desta devoção na vida dos missionários e dos primeiros grandes discípulos de Dom Bosco, e havemos de verificar que *a expressão do nosso bom Pai que “Maria tudo fez” porque Ela é a “fundadora e o sustentáculo das nossas obras”* (cf. BM VII 334) é um dado de fato vocacional; e é um componente que voltará a brilhar com intensidade toda a vez que nos renovarmos objetivamente.

6.4.1 A nossa atitude mariana deve apoiar-se *em duas linhas mestras* muito concretas, expressão realista da verdadeira fé: **590**

a. o mistério da ressurreição, pelo qual estamos seguros de que as realidades escatológicas operam já agora na história; em particular a convicção de fé que a “maternidade de Maria na economia da graça perdura sem cessar...; com efeito, assunta ao céu, não abandonou a função de salvação” (LG 62);

b. e a realidade concreta da atitude pessoal de filiação, pela qual nos inserimos no tecido dos eventos salvíficos não com a ciência dos “ideólogos dos projetos”, mas com a praticidade operativa dos “monjes das coisas”.

Dom Bosco colocou-se justamente nestas linhas e fez da sua devoção a Maria uma expressão extraordinária de fé na presença dos valores pascais na história, com sua conseqüente operosidade verdadeiramente construtiva para a sociedade humana. Devemos como ele, inserir-nos no âmago do movimento mariano mais atual, incrementando com todo o cuidado a devoção à Auxiliadora; e isso, no âmbito operacional por ele preferido; com efeito, mesmo neste campo, como de hábito, “a atitude de Dom Bosco é a de educador cristão e do pastor de almas, mais que do teólogo especulativo” (P. Stella, Don Bosco, II, pág. 152).

Julgo útil, nesta matéria, salientar um aspecto que já vos lembrei em outras oportunidades. A devoção de Dom Bosco a Nossa Senhora, vista como Auxiliadora do Povo cristão, *está ligada aos acontecimentos concretos da existência*, imerge no curso vivo da história, nos seus labirintos e nas suas paixões, mas permanece claramente escatológica (Dom Bosco diria “religiosa”); não se transforma numa “cruzada de cristandade”; sente e participa nas vicissitudes sócio-culturais e nas contínuas organizações novas dos povos no processo

ininterrupto de um novo grau de libertação, mas não se faz nunca política; é realista, mas transcende, em plena sintonia com a missão específica da Igreja (cf. GS 42).

- 591 6.4.2 Acrescento uma derradeira observação sobre a nossa característica mariana, que devemos relançar. A devoção a Maria Auxiliadora é, de um lado, um estilo de filiação, ou um ponto de vista espiritual, mediante o qual se contemplam e proclamam os diversos aspectos salvíficos e os diferentes títulos de graça com que a Igreja venera Nossa Senhora; *não é, pois, uma devoção de concorrência mas de multiplicação e de operosidade eclesial.*

Por outra parte, para nós e para a nossa Família, a devoção à Auxiliadora constitui uma verdadeira *síntese da fisionomia espiritual salesiana* porque lhe exprime vitalmente os componentes de transcendência religiosa, realismo pedagógico, esperança operacional e incondicional bondade.

O Reitor-Mor pediu às FMA que se considerassem privilegiadas nesta responsabilidade comum de reativar a devoção a Maria Auxiliadora em toda a Família Salesiana; cabe a nós, nas Inspetorias e particularmente nos Santuários a Ela dedicados, suscitar com entusiasmo e critério renovado muitas iniciativas de colaboração. Um novo despertar mariano far-nos-á compreender e repetir quanto Dom Bosco escrevia ao P. Cagliari: “Confiai todas as coisas a Jesus Sacramentado e a Maria Auxiliadora e vereis o que são os milagres” (MB XI 395).

7. Conclusão

Queridos Irmãos capitulares, terminei.

- 592 Quis encerrar as nossas sessões com um apanhado sintético em vista dos nossos compromissos pós-capitulares; as reflexões que vos transmiti, espero sirvam para despertar a urgência de uma meditação pessoal em cada um dos Capitulares sobre o conjunto dos documentos e dos acontecimentos que agora se chamarão o CG21: nele saibamos descobrir o sopro do Espírito para as principais linhas programáticas da nossa ação.

Quinta-feira passada o cardeal E. Pironio, com o inapreciável dom da sua visita, colocou-nos em feliz sintonia com o Espírito Santo para saber interpretar e aplicar o Capítulo Geral: aproveitemos a extraordinária riqueza e o concreto sentido pastoral tanto da sua palestra como da sua homilia.

Agradeço a todos vós o património de comunhão salesiana que juntos construímos e vivemos nestes meses e associo-me com viva gratidão a quanto já exprimiu fraternalmente o nosso P. José Sangalli.

E antes de sair para nos prepararmos para a celebração eucarística de encerramento, ouvi ainda a saudação final que Dom Bosco dirigia aos Capitulares do III Capítulo Geral em Valsalice em 1883: "Voltando às vossas casas, haveis de cumprimentar os Irmãos e todos os meninos. Levai convosco o pensamento que a glória da Congregação está convosco: tudo está nas vossas mãos. A ajuda de Deus não faltará. Tendes em Turim amigos e um Pai. Rezai por ele e ele não se esquecerá de vós na Santa Missa" (MB XIII 418).

Será assim também na Casa Geral de Roma.

Roma, 12.2.1978.

Roma, 7 de junho de 1978

Caríssimos,

em abril p.p., enviei ao S. Padre uma cópia dos nossos "DOCUMENTOS CAPITULARES" e ontem tive a alegria de receber da Secretaria de Estado a carta que agora vos apresento.

Nela, além da data particularmente significativa para o nosso relançamento mariano, voltamos mais uma vez a encontrar o coração carinhosamente paterno e um interesse magistral do S. Padre voltado diretamente para nós.

Assim o CG21 se enriquece de um significado eclesial todo próprio, graças à benévola iniciativa do Sucessor de Pedro, tanto no início dos trabalhos da assembléia capitular como pela confirmação autorizada das suas conclusões.

Sejamos cordialmente agradecidos ao Papa, como seria Dom Bosco, e proponhamo-nos a pôr em obra com lealdade e coragem os seus ensinamentos.

SECRETARIA DE ESTADO

N. 349.072

Vaticano, 23 de maio de 1978

Rev.mo Senhor,

Acolhendo o desejo exposto na sua apreciada carta de 20 de abril passado, dei-me pressa em apresentar ao Santo Padre o exemplar dos "Documentos Capitulares" referentes ao XXI Capítulo Geral da Sociedade Salesiana (12 de fevereiro de 1978), para que Ele tomasse conhecimento, a fim de abençoar o renovado empenho de eficiente fidelidade à Igreja e ao Vigário de Cristo, no espírito do Fundador São João Bosco.

Ao manifestar-lhe sentimentos de viva gratidão pelo obséquio filial, Sua Santidade sente-se feliz em renovar-lhe a Sua particular complacência também pelo desenvolvimento do mencionado Capítulo Geral, que, querendo dar concretude e validade aos trabalhos, soube prestar deferente e inteligente atenção às orientações por Ele expressas na carta de 29 de outubro de 1977, assinada pelo Eminentíssimo Secretário de Estado.

O Sumo Pontífice pôde verificar com satisfação paterna que os Documentos da recente assembléia constituem — em ordem ao empenho de contínua conversão pessoal e à atividade educativa e pastoral — notável testemunho de fidelidade às normas do Concílio Vaticano II e às diretrizes por Ele próprio apresentadas para a renovação da Sociedade Salesiana segundo as exigências da hora presente, evitando os perigos da secularização, do ativismo, do personalismo desvinculado da prática da autêntica obediência a Deus, do despreço da vida de oração litúrgica e pessoal, freqüência aos Sacramentos, devoção a Nossa Senhora e prática fiel dos votos religiosos.

O Vigário de Cristo faz cordialmente votos por que, com a poderosa e doce mediação da Auxiliadora, trabalhos e esperanças comuns sejam coroados de consoladores êxitos, ao mesmo tempo que, como penhor da assistência divina e confirmação da Sua benevolência, renova para o senhor e para toda a Família Salesiana a Bênção Apostólica.

Agradecendo a cópia que me foi gentilmente enviada, aproveito com satisfação a oportunidade para confirmar-me com distinta consideração, dev.o no Senhor

(ass.) † G. Caprio
Subst.

Crônica do CG21

1. A chegada dos Capitulares (18-22 de outubro de 1977)

Verão de 77: à medida que a data se avizinha, os trabalhos de preparação da grande assembleia capitular assumem um ritmo vertiginoso, tudo deve estar pronto para acolher da melhor maneira possível os 184 capitulares e os observadores provenientes dos cinco continentes. “Vós nos esperastes e amastes ainda antes de conhecer-nos” confessa admirado um capitular.

Já lhes fora enviado a tempo o volume com os “Esquemas pré-capitulares”, o Regulamento do CG21 e a fórmula para a escolha do futuro tema e relativa comissão de trabalho.

Enquanto na Casa Geral fervem os últimos preparativos, vão aparecendo os primeiros capitulares, que depois se fazem mais e mais numerosos à proporção que se aproxima a data marcada. É um encontro festivo de velhos e novos amigos, cuja alegria contagia os que, pela vez primeira, timidamente, põem os pés na “Pisana”. É a hora das lembranças e de novos conhecimentos.

2. Os Exercícios Espirituais (23-29 de outubro de 1977)

Domingo, 23 de outubro, dia mundial das missões, iniciam-se os Exercícios Espirituais. A pausa de silêncio e reflexão permite passar das preocupações e cuidados cotidianos a um progressivo clima de comunhão, de procura interior e de distância crítica dos problemas, além do necessário enriquecimento espiritual.

Os primeiros dias transcorrem à maneira tradicional. Dom Filipe Franceschi, com as suas meditações, introduz os capitulares numa dimensão de serviço plenamente eclesial e salesiano. A solene liturgia penitencial encerra um estilo e iniciativa outro. Nos dois últimos dias (27-28 de outubro), os exercitantes são levados, sob a guia do P. Luís González, sj, a um exercício concreto de “discernimento dos espíritos”, como preparação espiritual e psicológica para as discussões capitulares.

29 de outubro: a primeira etapa importante do caminho capitular termina na data litúrgica do Bem-aventurado Miguel Rua.

3. Abertura do CG21 (31 de outubro de 1977)

31 de outubro: solene abertura do CG21. A concelebração eucarística presidida pelo card. Eduardo Pironio, Prefeito da S. Congregação dos Religiosos, cria o clima espiritual necessário para penetrar a profundidade salvífica do acontecimento.

As 10:30 h, no auditório, repleto de capitulares, convidados, membros da Família Salesiana e amigos, realizou-se a primeira sessão plenária. Todos rezam a uma voz: "Eis-nos aqui, Senhor, Espírito Santo, eis-nos aqui à tua presença... vinde a nós, ... ensinai-nos o que devemos fazer, a meta a atingir... sede o nosso guia... uni-nos. Amém". O Regulador, apresentado pelo Reitor-Mor, constitui a Secretaria. Segue-se a leitura da mensagem enviada por Paulo VI por intermédio do Secretário de Estado, card. Villot.

Muitas as mensagens de bom êxito e as adesões. A tocante veio do Vietnã: "Unidos na oração e no espírito salesiano, comprometemo-nos com o CG21 a ser fiéis a Dom Bosco e à missão salesiana. Irmãos vietnamitas".

O Reitor-Mor pronuncia o discurso de abertura. O capítulo, afirma, acontece exatamente no centenário do primeiro Capítulo Geral da Congregação Salesiana. Sua tarefa é ser o "capítulo da verdade". O card. Pironio destaca três dimensões no capítulo: é um acontecimento salvífico, eclesial e familiar. E nos deixa com um "até à vista". O primeiro dia apresenta ainda outro polo de interesse: a "Relação geral sobre o estado da Congregação", do Reitor-Mor P. Luís Ricceri. Ampla, detalhada, documentada, aberta às luzes e às sombras. Os capitulares são convidados a refletir sobre ela como ponto de partida para a "verificação" que deverão fazer.

4. O rosto da Congregação

Os 210 Salesianos diretamente empenhados no CG21 representam e de certo modo reproduzem um mundo variado, complexo e rico de expressões diferentes como o rosto da Congregação: 184 capitulares, 10 observadores, 7 secretários, 8 encarregados da tradução simultânea e um no comando do complexo sistema eletrônico da sala capitular. Há momentos de inevitável morosidade provocados pelo elevado número de capitulares; há problemas de comunicação e de compreensão devidos à variedade de línguas; dificuldades que vêm da pre-

sença contemporânea de mentalidades, exigências, sensibilidades e problemáticas que refletem realidades e situações, não só geográfica, mas culturalmente muito distantes. Mas acima de tudo isso domina o amor a Dom Bosco e à Congregação, e uma grande vontade de trabalhar.

5. Novembro: “primeiros passos”

Trabalho e estudo vão-se mais e mais acumulando nos dias capitulares. O horário cotidiano é distribuído de maneira a deixar espaço para a oração comunitária, para o estudo pessoal e para os encontros de grupo e da assembléia. A complexa máquina capitular põe-se gradualmente em movimento fornecendo os instrumentos necessários ao seu bom funcionamento. Aprova rapidamente o Regulamento, reservando-se o direito de rever, como de fato acontecerá, as normas que criassem dificuldades. São eleitos os Moderadores, os quais, juntamente com o Presidente e o Regulador formam a Presidência do CG21. Poucos dias depois constitui-se a Comissão Central de Coordenação. Também as Comissões, propostas oportunamente pelo Conselho Superior, obtêm o assentimento da Assembléia, após longo e profundo debate. O grupo de trabalho do “Salesiano Coadjutor”, em virtude da importância do tema, passa a ser Comissão, com o direito, pois, de levar os resultados do seu trabalho diretamente à Assembléia geral, sem passar através de outras Comissões. Outro passo importante para a “normalização” é a eleição dos responsáveis provisórios das Comissões. Assim que o permitir o conhecimento mútuo, prececer-se-á à definição dos órgãos diretivos das Comissões e Subcomissões. Para questões de procedimento e de regulamento duvidosas, recorre-se à competência da Comissão para o Regulamento, ao passo que a Comissão para a Informação cuidará precisamente da informação a tempo e hora dos Irmãos. Sua tarefa é informar todo o mundo salesiano dos trabalhos do CG com “Notícias” freqüentes e objetivas.

4-5 de novembro. O Reitor-Mor responde aos pedidos de esclarecimentos sobre a Relação Geral. Os pedidos são numerosos e detalhados e ferem, num clima de liberdade e franqueza, todos os pontos importantes da Relação. As intervenções demonstram convergências, mas também divergências, em relação à análise apresentada. Ao lado de quem descobre uma Congregação de contornos bem marcantes não obstante os claro-escuros, há quem tem a sensação de uma visão pessimista na avaliação da realidade e da história recente. Com igual franqueza, o Reitor-Mor responde que “olhou a Congregação com a sinceridade e o amor de um filho que ama a própria

mãe, mas que não fecha os olhos diante dos perigos que a ameaçam... Não sou pessimista, conclui, mas tampouco otimista ingênuo... o otimismo está nas mãos de cada um de nós”.

6. “A carta do Papa”

A mensagem de S. S. o Papa Paulo VI, enviada por intermédio do card. J. Villot, estará constantemente presente nos trabalhos capitulares, despertando, desde as primeiras trocas de idéias, alguma perplexidade e dúvida, sobre o seu significado e alcance.

A resposta do Reitor-Mor é clara e salesiana. Cita o art. 128 das Constituições: “A sociedade salesiana reconhece como supremo Superior o Sumo Pontífice”. E prossegue: “O Reitor Mor vê no Papa, com o coração de Dom Bosco, o seu superior direto, e sobretudo o pai muito amado e bondoso para com a Congregação”. A carta, afirma, “é como um convite a refletir seriamente sobre um problema fundamental da Congregação como é a nossa identidade. Não é, pois, um condicionamento mas uma ajuda de quem tem, só ele, toda a autoridade sobre a Congregação, ... e como grande amigo, preocupa-se com a sua vitalidade e fecundidade... Assim sendo devemos ser agradecidos ao santo Padre Paulo VI.

7. Os jornais falam do Capítulo

“Encontro aberto para os Salesianos”. “Chegam de todo o mundo para dar novos rumos à Congregação”. “100 anos depois do Capítulo reunido por Dom Bosco, o 21.º CG dos Salesianos”. “Os Salesianos ao encaço dos mais pobres do mundo”. “O futuro da Congregação”. “Os Salesianos reunidos em Roma buscam novos caminhos depois de uma grave crise”... Esses alguns títulos dos jornais italianos; notam claramente que o CG21 “marcará uma etapa decisiva para a Congregação”.

8. Uma grande família

Com o passar dos dias o CG21 encurta as distâncias psicológicas e se torna mais e mais uma comunidade, uma família capitular. Os momentos informais de encontro facilitam os contactos. Os intervalos entre os trabalhos capitulares são momentos preciosos para a troca de pareceres, para confidências, conselhos... A livre escolha dos lugares à mesa alarga o círculo do relacionamento e do intercâmbio de experiências.

A fantasia coloca-se a serviço da alegria comum, e organizam-se encontros de fraternidade por ocasião de aniversários e onomásticos.

Também na Sala capitular conserva-se constantemente o sentido de humor: antídoto infalível contra o desânimo e tônico para um rápido recobro depois do momento de tensão. O espírito de iniciativa e a alegria fraterna exprimem-se em alto nível na celebração da academia em honra da Imaculada, e na sessão de fraternidade em meados de janeiro em honra dos novos Superiores, com a homenagem agra-decida aos que encerravam sua missão, de modo especial ao P. Ricceri. O novo Reitor-Mor comenta: "... o espírito salesiano?... Não se descreve, vive-se assim".

9. A "questão prévia"

10 de novembro. Quinta-feira. A I.ª Comissão "Constituições e Regula-mentos" submete à consideração da Assembléia uma questão importan-te que reputa questão prévia para o seu trabalho e para o do próprio CG21: "Aprovação definitiva das Constituições e dos Regula-mentos, ou prossecução da experiência por um outro sexênio, com eventuais retoques e modificações?". As argumentações a favor de uma ou de outra hipótese são numerosas e bem documentadas. Todavia a maior parte dos que tomam a palavra pronuncia-se por um prolongamento da experiência, embora muitos insistam que um eventual novo sexênio "ad experimentum", não deve excluir *a priori* a possibilidade de introduzir no texto constitucional modificações mesmo substanciais. Após haver sido esclarecida com maior precisão, a questão prévia foi submetida a uma votação sondagem, que con-firmou amplamente a orientação já presente no debate.

10. Correio de família

Nos primeiros dias de novembro chega inesperadamente uma carta do Vietnã. São os nossos Irmãos salesianos. Lamentam não poderem comparecer ao CG21, mas garantem a sua união espiritual com a assis-tência das suas preces e o rico ramalhete de sacrifícios oferecidos ao Senhor. "Dom Bosco está conosco, se nos mantemos fiéis ao seu ideal".

28 de novembro, o carteiro volta a bater à porta. O P. Ziggotti escreve ao Reitor-Mor e a todo o Capítulo: "Sinto-me feliz em poder colaborar, mas só com a oferta total da minha velhice, após 78 anos de vida salesiana".

11. Um trabalho escondido

Passam as semanas do CG21. Alguns, um tanto impacientes e apres-sados, quereriam ver algum fruto, ao passo que rareiam as Assem-

bléias plenárias. Onde estão os capitulares? Sob a direção hábil e por vezes enérgicas dos Presidentes das Comissões, estão a escavar, a preparar os alicerces, a projetar o edifício do CG21. Acumulam materiais de construção, selecionam projetos, redigem e confrontam esquemas... É um trabalho que não aparece, que não se nota à primeira vista, que exige tempo, trabalho, paciência. Será apreciado quando começarem a elevar-se do alicerce as estruturas do edifício capitular. Entrementes ecoa pelos corredores da Pisana até noite alta o tique-tique das máquinas de escrever e na sala de imprensa gemem infatigáveis sofisticadas "prensas". As Comissões trabalham. Estuda-se, pesquisa-se, recorre-se às fontes... Alternam-se momentos de estudo e reflexão pessoal e encontros de Subcomissão e Comissão. Há várias reuniões durante o dia, e discussões às vezes animadas, elaboram-se os esquemas... Algumas Comissões parecem caminhar decididas para o debate na assembléia, outras marcam passo entre dificuldades e indecisões, mas em todo o caso os trabalhos progredem, os temas assumem contornos... O Capítulo entra no cerne dos problemas para os quais deve dar uma resposta.

12. Dezembro: "As primeiras pérolas"

Nos primeiros dias de dezembro a primeira Comissão apresenta na Assembléia um documento de trabalho sobre as "estruturas de governo a nível mundial". A escolha desse tema é, por assim dizer, imposta pela aproximação da eleição do Reitor-Mor e do seu Conselho. A Comissão pede um pronunciamento sobre a reestruturação de alguns "dicastérios", sobre a figura e o número dos Conselheiros regionais, e sobre a situação especial em que se encontram as Inspeções da Polónia. No debate delinham-se as diferentes posições, esclarecidas depois por quesitos-sondagem.

Entre as incumbências do CG21 acha-se também o estudo dos problemas da UPS — "Opera PAS", estudado por um grupo de trabalho. Uma ampla relação do Conselheiro para a Formação informa dos passos dados nestes 6 anos, salientando de maneira particular a elevação do Ateneu Salesiano a Universidade Eclesiástica; documenta o trabalho até agora realizado, e os problemas que aguardam solução.

13. A oração

A oração constitui todos os dias os momentos fortes do Capítulo. A Eucaristia, celebrada por grupos lingüísticos ou comunitariamente, torna-se o coração e o sinal da comunhão capitular. Vivem-se com mais intensidade também as etapas do ano litúrgico pela celebração da Palavra de Deus: Cristo Rei, Advento, Imaculada, Natal... As

festas salesianas de modo particular: a do Bem-aventurado Miguel Rua, S. Francisco de Sales, Dom Bosco. É a primeira vez na história da Congregação que um Capítulo Geral se encontra reunido no dia da festa do Fundador. O templo de Dom Bosco em Roma acolhe os capitulares para uma solene concelebração presidida pelo card. Felici. A atividade febril não impede se encontre tempo para alguns retiros espirituais, guiados pelo card. Gabriel Garrone, e pelo P. José Aubry. É o momento salutar da pausa do espírito e de mais íntimo encontro com Deus.

No último mês surge uma iniciativa espontânea de oração. Um bom grupo de capitulares acompanha o trabalho com meia hora diária de adoração do Santíssimo.

14. Sinais de cansaço

O tempo passa, e o pensamento voa às próprias Inspetorias, ao muito trabalho que espera, aos Irmãos... ao passo que o CG vai caminhando, e consumindo os dias sem que se lobre sequer o seu fim.

Dia 9 de dezembro a Presidência toma a iniciativa e interpela a Assembléia sobre a oportunidade de projetar o encerramento dos trabalhos capitulares não além do período de tempo compreendido entre os dias 15 e 25 de janeiro. A resposta positiva, exprime sobretudo a esperança e a vontade de levar a bom termo com serenidade e otimismo o trabalho a realizar.

15. O sétimo Sucessor de Dom Bosco

Nesse mesmo dia, 9 de dezembro, a Assembléia, interpelada, decide que é tempo de eleger o Sucessor de Dom Bosco. Os capitulares, com vivo sentido de responsabilidade, pedem e dão informações úteis sobre os possíveis candidatos, mas sobretudo buscam luz e conselho, pessoal e comunitariamente, na oração intensa e prolongada.

15 de dezembro. O dia se abre com a Concelebração plenária. O Presidente reza: "Pai, iluminaí-nos na escolha que devemos fazer, acompanhai com o vosso Espírito os que são eleitos...".

9:00 h: Assembléia plenária. Quando na segunda votação, a voz do escrutinador repete pela 92.^a vez o nome do P. Egidio Viganó, estrugem aplausos ao novo pai: Dom Bosco tem o seu sétimo sucessor!

Os *flashes* fixam esses momentos históricos, festivos e comovidos, genuinamente salesianos. No estrado da Presidência o P. Ricceri acolhe o neo-eleito com um quente e afetuoso abraço. À pergunta de rito, o P. Viganó responde: "Aceito com gradíssima esperança".

A notícia difunde-se como um raio por todo o mundo salesiano: não se conhecem distâncias. Chovem os telegramas de felicitações de todos os continentes.

Os “grandes eleitores” reúnem-se para eleger primeiro o Vigário do Reitor-Mor, dia 19, depois os membros do Conselho Superior encarregados de setores especiais, dia 22; e, finalmente, a 27 de dezembro, os 7 Regionais. Todos os eleitos, “repetentes”, “promovidos” ou “matriculados”, como se definem, aceitam o mandato com a serena convicção de que no CG se manifestou a vontade de Deus.

16. As boas-noites

Desde os primeiros dias do Capítulo a Boa-noite tornou-se um dos momentos fortes e esperados do dia. Durante os Exercícios Espirituais foi dada pelo Reitor-Mor que comentou alguns temas de família. Sucederam-se depois ao microfone, numa ordem que obedecia a critérios não bem definidos, os Superiores e os Inspetores.

É claro que não bastavam os “dois ou três minutos” tradicionais. Chegaram a 15, a 20... acompanhadas sempre com extremo interesse, porque iam traçando aos olhos dos capitulares a fisionomia da Congregação nos seus aspectos mais significativos. Formava-se dessa maneira como um grande afresco, ou um mosaico, que revelava a realidade da Família Salesiana na Igreja e no mundo. Noite após noite, à proporção que as peças do mosaico se iam juntando uma ao lado da outra, a imagem da Congregação surgia grandiosa e sugestiva, com as suas luzes e sombras, com as suas perspectivas e limites, com as realizações concretas e as esperanças confiadas na bênção de Deus e na boa vontade dos homens.

17. “Vai-se indo”

A primeira Comissão prossegue o seu trabalho apresentando à Assembléia o esquema das estruturas de governo a nível inspetorial e local, e concretizando o trabalho em algumas propostas de modificação dos artigos constitucionais.

A 20 de dezembro, a Comissão IV tem o seu primeiro encontro com a Assembléia. Apresenta “Algumas orientações sobre a identidade e problemas inerentes à pastoral vocacional e à formação do Salesiano Coadjuutor”.

A 22 é a vez da terceira Comissão com o seu documento sobre “A formação para a vida salesiana”.

Em último lugar, muito desejado e... triunfal, entra na sala o "documentão" da Comissão II: "Os salesianos evangelizadores dos jovens". É 31 de dezembro, e o canto do Te Deum, aquela tarde de fim de ano, é mais convicto e solene.

18. O dia dos ausentes

Dia 17 de dezembro a comunidade capitular reúne-se em fraterna amizade ao redor de um grupo de Irmãos oriundos dos países do leste europeu no dia dedicado à lembrança e à oração pelas Inspetorias e pelos Irmãos forçadamente ausentes do CG. Participam também os rapazes dos colégios Lituano, Eslovaco e Ucraniano de Roma, os quais apresentam uma sessão folclorística muito aplaudida.

Ao redor do altar, durante a concelebração plenária, reconhece-se a fidelidade heróica desses nossos Irmãos à sua vocação salesiana, ao mesmo tempo que os cantos dos jovens Ucranianos e Eslovacos criam uma atmosfera de profunda e comovida oração pelos Irmãos perseguidos.

19. Janeiro: "em etapas forçadas"

O tempo passa, os problemas se acumulam. As folhas impressas amontoam-se na mesa de trabalho, a pasta vai engrossando: há quem recorra à maleta. Não falta quem imagine um possível carrinho com a placa CG21... O tempo voa. A Presidência recorre a soluções "fortes": haverá trabalho também depois da ceia em Comissão e Subcomissão, e na Assembléia sábado à tarde.

Em 6 de janeiro a quarta Comissão submete a estudo e debate o tema: "Participação na vida e no governo da Congregação". Um parágrafo trata em forma interrogativa do Salesiano Coadjutor como possível superior da comunidade. Todos se dão conta de que se está ferindo algo extremamente delicado e decisivo para a nossa identidade salesiana. A Comissão Central de Coordenação, em diálogo com a Comissão, pede à Assembléia que se pronuncie. Em consonância com a carta do Card. J. Villot, ela confirma a tradição salesiana codificada pelo CGE no art. 35 das Constituições.

A 11 de janeiro a primeira Comissão, após terminar seu complexo trabalho, apresenta à Assembléia as conclusões sobre a revisão das Constituições e dos Regulamentos.

Poucos dias depois, o documento sobre a UPS-"Opera PAS" está pronto para afrontar o debate na sala.

Os debates sucedem-se rapidamente, com vivacidade e crítica. É uma avaliação severa, mas construtiva. Mesmo guiados pela firmeza cortês dos Moderadores de turno, de três em três minutos devoram-se o tempo de trabalho e os dias. As intervenções orais e as centenas de intervenções escritas que chovem sobre as Comissões enriquecem os esquemas de conteúdo e de perspectiva, dando-lhes uma forma sempre mais capitular.

À medida que um documento sai “martirizado” da Assembléia, retoma-se febrilmente o trabalho das Comissões e dos peritos até horas adiantadas. Os estacanovistas das máquinas de escrever lutam contra o tempo.

20. “A um mês exato...”

A um mês exato da sua eleição, o Reitor-Mor comunica aos capitulares algumas reflexões sobre o andamento dos trabalhos. Uma primeira constatação é que será preciso ultrapassar a data de 25 de janeiro. Após rápida visão panorâmica do trabalho até então executado, conclui convidando os capitulares “a uma concentração de esforços e a um suplemento de otimismo para viverem e trabalharem juntos, nos dias que faltam, no dinamismo da esperança”.

21. Encontros com a Família Salesiana

No dia 7 de janeiro os delegados dos Cooperadores, dos Ex-alunos e a representante da Responsável-Mor das VDB fazem uma visita ao CG21. Mantêm um primeiro encontro com a Subcomissão encarregada de estudar as relações com a Família Salesiana. Aos capitulares auguram uma sempre mais ampla e fecunda colaboração. “Esta visita, comenta o Reitor-Mor, é uma lufada de vento primaveril sobre o capítulo”.

28 de janeiro. O Reitor-Mor definiu-o “um gesto inspirado e um dom do Espírito Santo”: o Conselho Superior das FMA, guiado pela Madre Geral, encontra-se com o Conselho Superior dos Salesianos e com o Capítulo Geral. As FMA aceitaram o “desafio” que lhes lançara o Reitor-Mor de assumirem a animação mariana na família de Dom Bosco. Madre Ersília Canta, ao ler a mensagem das FMA ao Capítulo Geral afirma, dirigindo-se ao Reitor-Mor: “Não podia dar-nos incumbência mais agradável, acolhida com ânimo comovido e bem podemos dizer exultante”.

22. A audiência especial de S. S. Paulo VI (26 de janeiro de 1978)

Um dia de há muito esperado! Bem cedo os Capitulares dirigem-se ao Vaticano. Preparam-se para o encontro com o Papa, sucessor de Pedro, com o canto da profissão de fé diante do Altar da Confissão. Depois aguardam, sob os olhares vigilantes da guarda suíça a oportunidade de atravessar o famoso portão de bronze. Entra-se por fim. Comodamente instalados na Sala Clementina, espera-se com certa impaciência o ingresso do Papa. Paulo VI aparece sorridente às 12:30 h, acolhido por fragoroso aplauso. Após a saudação do Reitor-Mor, dirige-se aos capitulares que eram todos atenção. A sua Palavra simples e afetuosa cala doce e amiga no profundo do espírito para aí permanecer inesquecível. Muitos olhos brilham. "Filhos caríssimos, os meninos e os jovens vos chamam, vos esperam. Queria ser agora intérprete desse apelo que se acha, diríamos, suspenso na atmosfera da história. A juventude vos chama, tem necessidade de vós...".

23. Rumo à conclusão

De 23 de janeiro a 4 de fevereiro os esquemas capitulares, retocados e tirados a limpo, voltam à Assembléia, para submeter-se a nova e severa verificação.

As primeiras votações provocam uma granizada de "modos". As Comissões examinam, avaliam, aceitam: caem os ramos secos e os pontos incertos são ulteriormente aprofundados.

24. O serviço da autoridade

Sobre alguns pontos dos esquemas, como sobre as "novas presenças", sobre as paróquias, sobre os destinatários, sobre a UPS... a Assembléia discute acaloradamente, por vezes marcando o passo pela contraposição das partes. A palavra clara do Reitor-Mor, apresentada em espírito de serviço, penetra no âmago da problemática superando os limites angustos da polémica, e projeta-a numa perspectiva construtiva de futuro. Também sobre o tema delicado da vida e do governo da Congregação, ele "sente o dever de consciência de intervir na qualidade de Reitor-Mor". Os calorosos aplausos de aprovação por parte da assembléia são a resposta mais eloqüente.

25. Fevereiro: a aprovação dos Documentos do CG21

Mais uma vez os esquemas, minuciosamente revistos, retocados e reformulados, enfrentam a batalha conclusiva do voto final. Os cinco esquemas cada um por sua vez, de 6 a 11 de fevereiro, passam brilhantemente no exame: e se tornam "os Documentos do CG21".

26. “Gaudete in Domino semper”

Dia 9 de fevereiro, o card. E. Pirônio, fiel ao seu “até à vista” de abertura do CG, volta a encontrar-se com os capitulares. A sua palestra familiar e a homilia são um constante convite à alegria: “‘Gaudete in Domino, semper’, porque se o CG foi uma verdadeira celebração pascal, algo de definitivamente novo aconteceu na Igreja... Esta novidade significa a passagem do Senhor e a ação transformadora do Espírito”.

27. Encerramento do CG21 (12 de fevereiro de 1978)

As 9:00 h, cumpridas as formalidades exigidas pelo Regulamento do CG, a Assembléia exprime por intermédio de um capitular o seu agradecimento ao Senhor e a todos os que propiciaram o bom êxito do Capítulo. Em seguida, ouve com profunda atenção o discurso de encerramento. Baseando-se no trabalho feito nestes meses de CG, o Reitor-Mor apresenta as metas e orientações de fundo para o próximo sexênio. Conclui saudando os capitulares com as mesmas palavras pronunciadas por Dom Bosco no encerramento do CG3: “Voltando às vossas casas, cumprimentareis os Irmãos e todos os jovens. Levai o pensamento de que a glória da Congregação está convosco: tudo está nas vossas mãos. A ajuda de Deus não faltará” (1883).

11:30 h, concelebração eucarística juntamente com os representantes da Família Salesiana. O Capítulo, iniciado no dia mundial das missões e amadurecido na consciência do seu compromisso evangelizador em relação aos jovens, encerra-se com um gesto profundamente significativo e ao mesmo tempo profético: a entrega do Crucifixo de missionário a um capitular das Filipinas que parte para a Etiópia.

A mesa fraterna, alegrada pela presença dos representantes da Família Salesiana, é o último ato da comunidade capitular.

E... a partida. A alegria da volta a casa, ao próprio trabalho, vela-se de saudades: deixam-se muitos amigos, a alegria de intensa fraternidade, a experiência irrepetível do CG21. Mas não é um adeus, é um até à vista cheio de esperança.

* Uma crônica detalhada do CG21 encontra-se nos 11 números de “Notícias do CG21”, redigidos pela Comissão para a Informação e enviados às Comunidades da Congregação em italiano, espanhol, inglês e português.

**Elenco dos participantes
do Capítulo Geral 21.º**

I. CAPITULARES

1. P. Luís Ricceri, *Reitor-Mor*
2. P. Caetano Scrivo, *Vigário*
3. P. Egidio Viganó, *Cons. para a Formação do pessoal*
4. P. Juvenal Dho, *Cons. para a pastoral juvenil*
5. P. João Raineri, *Cons. para a pastoral dos adultos*
6. P. Bernardo Tohill, *Cons. para as Missões*
7. P. Rogério Pilla, *Ecónomo Geral*
8. P. Luís Fiora, *Cons. regional*
9. P. José Henriquez, *Cons. regional*
10. P. Antônio Mélida, *Cons. regional*
11. P. João Ter Schure, *Cons. regional*
12. P. João Edmundo Vecchi, *Cons. regional*
13. P. Jorge Williams, *Cons. regional*
14. P. Décio Teixeira, *Procurador Geral*
15. P. Rafael Farina, *Regulador do CG21*

I. GRUPO: *Inspetorias da Itália e do Oriente Médio*

- | | | |
|----------------------------|-----------------|--------------------------|
| 16. P. Carlos Melis | <i>Inspetor</i> | Itália-Adriática |
| 17. P. Nazareno Centioni | <i>Delegado</i> | Itália-Adriática |
| 18. P. Félix Rizzini | <i>Inspetor</i> | Itália-Central |
| 19. P. Mário Filippi | <i>Delegado</i> | Itália-Central |
| 20. Sr. Mário Miglino | <i>Delegado</i> | Itália-Central |
| 21. P. José Sangalli | <i>Inspetor</i> | Itália-Ligure Toscana |
| 22. P. Paulo Natali | <i>Delegado</i> | Itália-Ligure Toscana |
| 23. P. Severino Breschi | <i>Delegado</i> | Itália-Ligure Toscana |
| 24. P. Ângelo Viganó | <i>Inspetor</i> | Itália-Lombardo Emiliana |
| 25. P. Francisco Maraccani | <i>Delegado</i> | Itália-Lombardo Emiliana |
| 26. P. Luís Bosoni | <i>Delegado</i> | Itália-Lombardo Emiliana |
| 27. P. Pascoal Liberatore | <i>Inspetor</i> | Itália-Meridional |
| 28. P. Pio Del Pezzo | <i>Delegado</i> | Itália-Meridional |
| 29. P. Nicola Palmisano | <i>Delegado</i> | Itália-Meridional |

30. P. João Batista Lucetti	<i>Inspetor</i>	Itália-Novaresa
31. P. Vitório Re	<i>Delegado</i>	Itália-Novaresa
32. Sr. Renzo Tomasello	<i>Delegado</i>	Itália-Novaresa
33. P. Salvador De Bonis	<i>Inspetor</i>	Itália-Romana
34. P. Luciano Vecchi	<i>Delegado</i>	Itália-Romana
35. P. Paulo Villasanta	<i>Delegado</i>	Itália-Romana
36. P. Artur Morlupi	<i>Inspetor</i>	Itália-Sícula
37. P. Gino Corallo *	<i>Delegado</i>	Itália-Sícula
38. P. Raimundo Frattallone	<i>Delegado</i>	Itália-Sícula
39. P. Antônio Marrone	<i>Inspetor</i>	Itália-Subalpina
40. P. Mário Colombo	<i>Delegado</i>	Itália-Subalpina
41. P. Tiago Morgando	<i>Delegado</i>	Itália-Subalpina
42. P. Homero Paron	<i>Inspetor</i>	Itália-Veneza
43. P. Aldo Bort	<i>Delegado</i>	Itália-Veneza
44. P. Zelindo Trenti	<i>Delegado</i>	Itália-Veneza
45. P. Antônio Martinelli	<i>Inspetor</i>	Itália-Verona
46. P. Raimundo Loss	<i>Delegado</i>	Itália-Verona
47. P. Guido Gatti	<i>Delegado</i>	Itália-Verona
48. P. Lino Ottone	<i>Inspetor</i>	Oriente Médio
49. P. Alfredo Picchioni	<i>Delegado</i>	Oriente Médio
50. P. Mário Bassi	<i>Del. do R. M.</i>	Del. Opera PAS
51. P. Pedro Braido	<i>Delegado</i>	Del. Opera PAS
52. P. Domingos Britschu	<i>Delegado</i>	Roma, Casa Geral
II. GRUPO: <i>Inspetorias da África Central, Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Jugoslávia, Holanda, Polónia</i>		
53. P. Henrique Reumers	<i>Inspetor</i>	África Central
54. P. Tiago Ntamilizo	<i>Delegado</i>	África Central
55. P. José Pitzl	<i>Inspetor</i>	Áustria
56. P. Ludovico Schwarz	<i>Delegado</i>	Áustria
57. P. Maurício Quartier	<i>Inspetor</i>	Bélgica Norte
58. P. Henrique Biesmans	<i>Delegado</i>	Bélgica Norte
59. P. Rogério van Severen	<i>Delegado</i>	Bélgica Norte
60. P. Pascoal Poumay	<i>Inspetor</i>	Bélgica Sul
61. P. Fernando Nihoul	<i>Delegado</i>	Bélgica Sul
62. P. Jorge Linel	<i>Inspetor</i>	França-Lyon
63. P. Edmundo Klenck **	<i>Delegado</i>	França-Lyon
64. P. Pedro Pican	<i>Inspetor</i>	França-Paris
65. P. Jorge Lorriaux	<i>Delegado</i>	França-Paris
66. Sr. Ivo Boursier ***	<i>Delegado</i>	França-Paris
67. P. Carlos Oerder	<i>Inspetor</i>	Alemanha-Colónia
68. P. Henrique Schuh	<i>Delegado</i>	Alemanha-Colónia

69. P. Ricardo Feuerlein	<i>Inspetor</i>	Alemanha-Múinique
70. P. Augusto Brecheisen	<i>Delegado</i>	Alemanha-Múinique
71. Sr. João Borchardt	<i>Delegado</i>	Alemanha-Múinique
72. P. Rodolfo Borstnik	<i>Inspetor</i>	Jugoslávia-Ljubljana
73. P. Estanislau Hocevar	<i>Delegado</i>	Jugoslávia-Ljubljana
74. P. Milan Litric	<i>Inspetor</i>	Jugoslávia-Zagreb
75. P. Adriano van Luyn	<i>Inspetor</i>	Holanda
76. P. Guilherme Saris	<i>Delegado</i>	Holanda
77. P. Miecislau Kaczmarzyk	<i>Inspetor</i>	Polónia-Cracóvia
78. P. Agostinho Dziedziel	<i>Delegado</i>	Polónia-Cracóvia
79. P. Guilherme Nocón	<i>Delegado</i>	Polónia-Cracóvia
80. P. Estanislau Styrna	<i>Inspetor</i>	Polónia-Lódz
81. P. Estêvão Prus ****	<i>Delegado</i>	Polónia-Lódz
82. P. Estanislau Skopiak	<i>Delegado</i>	Polónia-Lódz

III. GRUPO: *Inspetorias de Portugal e Espanha*

83. P. José Maria Maio	<i>Inspetor</i>	Portugal
84. P. José Maria Ribeiro	<i>Delegado</i>	Portugal
85. P. Alfredo Roca	<i>Inspetor</i>	Espanha-Barcelona
86. P. José Colomer	<i>Delegado</i>	Espanha-Barcelona
87. P. Antônio Domenech	<i>Delegado</i>	Espanha-Barcelona
88. P. Salvador Bastarrica	<i>Inspetor</i>	Espanha-Bilbau
89. P. Matias Lara	<i>Delegado</i>	Espanha-Bilbau
90. P. João Lázaro	<i>Delegado</i>	Espanha-Bilbau
91. P. Antônio Calero	<i>Inspetor</i>	Espanha-Córdoba
92. P. Antônio Rodriguez T.	<i>Delegado</i>	Espanha-Córdoba
93. P. Aureliano Laguna	<i>Inspetor</i>	Espanha-León
94. P. Antônio González	<i>Delegado</i>	Espanha-León
95. P. Antônio San Martin	<i>Delegado</i>	Espanha-León
96. P. José Rico	<i>Inspetor</i>	Espanha-Madri
97. P. Juliano Ocaña	<i>Delegado</i>	Espanha-Madri
98. P. Eugênio Albuquerque	<i>Delegado</i>	Espanha-Madri
99. P. Tiago Sanchez	<i>Inspetor</i>	Espanha-Sevilha
100. P. Valentim Viguera	<i>Delegado</i>	Espanha-Sevilha
101. P. Joaquim Cardenal	<i>Inspetor</i>	Espanha-Valencia
102. P. Miguel Asurmendi	<i>Delegado</i>	Espanha-Valencia
103. P. Jesus Ezcurra	<i>Delegado</i>	Espanha-Valencia

IV. GRUPO: *Inspetorias da Ásia, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos*

104. P. Wallace Cornell	<i>Inspetor</i>	Austrália
105. P. Ferruccio Bertagnolli	<i>Delegado</i>	Austrália
106. P. João Wan	<i>Inspetor</i>	China
107. P. Alexandre Machuy	<i>Delegado</i>	China
108. P. José Carbonell	<i>Inspetor</i>	Filipinas
109. P. Edgar Espiritu	<i>Delegado</i>	Filipinas
110. P. Januário Honda	<i>Inspetor</i>	Japão
111. P. Danilo Fortuna	<i>Delegado</i>	Japão
112. P. Bernardo Higgins	<i>Inspetor</i>	Inglaterra
113. P. Martinho McPake	<i>Delegado</i>	Inglaterra
114. P. Antônio D'Souza	<i>Inspetor</i>	Índia-Bombaim
115. P. José Casti	<i>Delegado</i>	Índia-Bombaim
116. P. Nicolau Lo Groi	<i>Inspetor</i>	Índia-Calcutá
117. P. José Kezhakkekara	<i>Delegado</i>	Índia-Calcutá
118. P. Mateus Pulingathil	<i>Inspetor</i>	Índia-Gauhati
119. P. Tomás Menampampil	<i>Delegado</i>	Índia-Gauhati
120. P. Mateus Kochuparampil	<i>Delegado</i>	Índia-Gauhati
121. P. Benjamin Puthota	<i>Inspetor</i>	Índia-Madrasta
122. P. Tomás Panakezhram	<i>Delegado</i>	Índia-Madrasta
123. P. Paulo Puthanangady	<i>Delegado</i>	Índia-Madrasta
124. P. Miguel Hicks	<i>Inspetor</i>	Irlanda
125. P. Sr. João Harkin	<i>Delegado</i>	Irlanda
126. P. Salvador Isgro	<i>Inspetor</i>	Estados Unidos — Leste
127. P. Eduardo Liptak	<i>Delegado</i>	Estados Unidos — Leste
128. P. José Tyminski	<i>Delegado</i>	Estados Unidos — Leste
129. P. Arrigo Rasmussen	<i>Inspetor</i>	Estados Unidos-Oeste
130. P. Tomás Predeville	<i>Delegado</i>	Estados Unidos-Oeste
131. P. Miguel Praphon	<i>Inspetor</i>	Tailândia
132. P. Antônio Smit	<i>Delegado</i>	Tailândia
133. P. Roberto Falk	<i>Delegado</i>	Delegação Coréia

V. GRUPO: *Inspetorias das Antilhas, Bolívia, América Central, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Venezuela*

134. P. João Artale	<i>Inspetor</i>	Antilhas
135. P. Ângelo Soto	<i>Delegado</i>	Antilhas
136. P. Rinaldo Vallino	<i>Inspetor</i>	Bolívia
137. P. Mário Pani	<i>Delegado</i>	Bolívia
138. P. Luís Chinchilla	<i>Inspetor</i>	América Central
139. P. Vital Hernández	<i>Delegado</i>	América Central

140. P. Sérgio Cuevas	<i>Inspetor</i>	Chile
141. P. José Nicolussi	<i>Delegado</i>	Chile
142. P. Mário Alberto Jiménez	<i>Inspetor</i>	Colômbia-Bogotá
143. P. Luis Riveros	<i>Delegado</i>	Colômbia-Bogotá
144. P. Jorge Nieto	<i>Inspetor</i>	Colômbia-Medellin
145. P. Gabriel González	<i>Delegado</i>	Colômbia-Medelin
146. P. Carlos Valverde	<i>Inspetor</i>	Equador
147. P. Fernando Peraza	<i>Delegado</i>	Equador
148. P. Teodoro Arroyo	<i>Delegado</i>	Equador
149. P. Horácio Pérez	<i>Inspetor</i>	México-Guadalajara
150. P. Macrito Guzmán	<i>Delegado</i>	México-Guadalajara
151. P. José Gurruchaga	<i>Inspetor</i>	México-México
152. P. Paulo Aguayo	<i>Delegado</i>	México-México
153. P. Jorge Sosa	<i>Inspetor</i>	Peru
154. P. Carlos Cordero	<i>Delegado</i>	Peru
155. P. Inácio Velasco	<i>Inspetor</i>	Venezuela
156. P. Luciano Odorico	<i>Delegado</i>	Venezuela
157. P. José Ângelo Divasson	<i>Delegado</i>	Venezuela

VI. GRUPO: *Inspetorias da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai*

158. P. Jorge Casanova	<i>Inspetor</i>	Argentina-Buenos Aires
159. P. Wenceslau Maldonado	<i>Delegado</i>	Argentina-Buenos Aires
160. P. Francisco Leocata	<i>Delegado</i>	Argentina-Buenos Aires
161. P. João Cantini	<i>Inspetor</i>	Argentina-Bahia Blanca
162. P. Benjamin Stochetti	<i>Delegado</i>	Argentina-Bahia Blanca
163. P. Jorge Meinvielle	<i>Inspetor</i>	Argentina-Córdoba
164. P. Eusébio Farias	<i>Delegado</i>	Argentina-Córdoba
165. P. José Pedro Pozzi	<i>Inspetor</i>	Argentina-La Plata
166. P. Demétrio Licciardo	<i>Delegado</i>	Argentina-La Plata
167. P. Francisco Tessarolo	<i>Inspetor</i>	Argentina-Rosario
168. P. Ângelo Butto	<i>Delegado</i>	Argentina-Rosario
169. P. Alfredo Carrara	<i>Inspetor</i>	Brasil-Belo Horizonte
170. P. Geraldo Pompeu Campos	<i>Delegado</i>	Brasil-Belo Horizonte
171. P. Walter Bini	<i>Inspetor</i>	Brasil-Campo Grande
172. P. Walter Bocchi	<i>Delegado</i>	Brasil-Campo Grande
173. P. Antônio Rasera	<i>Inspetor</i>	Brasil-Manaus
174. P. Bruno Sechi	<i>Delegado</i>	Brasil-Manaus
175. P. Guerino Stringari	<i>Inspetor</i>	Brasil-Porto Alegre
176. P. Pedro Antônio de Lima	<i>Delegado</i>	Brasil-Porto Alegre
177. P. Antônio Possamai	<i>Inspetor</i>	Brasil-Recife
178. P. Orsini Nuvens Linard	<i>Delegado</i>	Brasil-Recife

179. P. Fernando Legal	<i>Inspetor</i>	Brasil-São Paulo
180. P. Hilário Moser	<i>Delegado</i>	Brasil-São Paulo
181. P. Vítor Reyes	<i>Inspetor</i>	Paraguai
182. P. Carlos Giacomuzzi	<i>Delegado</i>	Paraguai
183. P. Heitor Lecuona	<i>Inspetor</i>	Uruguai
184. P. Nicolau Cotugno	<i>Delegado</i>	Uruguai

II. OBSERVADORES

1. P. Estanislau Rokita, *Deleg. do Reitor-Mor para as Inspet. da Polónia*
2. P. José Zavattaro, *Vigário para as Filhas de Maria Auxiliadora*
3. Sr. Ângelo Acosta, *da Inspetoria de Rosario*
4. Sr. Armando Avila, *da Inspetoria de Bogotá*
5. Sr. Roberto Dias, *da Inspetoria de Bombaim*
6. Sr. José Juarros, *da Inspetoria de Madri*
7. Sr. Raimundo Mesquita, *da Inspetoria de Belo Horizonte*
8. Sr. Matias Piñuela, *da Inspetoria de León*
10. Sr. Huberto Sanon, *da Inspetoria das Antilhas*

III. SERVIÇOS DE SECRETARIA

1. P. Nicolau Cerisio, *Secretário do Regulador e Chefe dos Serviços Técnicos*
2. P. Pedro Ambrosio, *Adido à secretaria do CG21*
3. P. Ângelo Botta
4. Sr. Guido Cantoni, *Secretário-datilógrafo do Regulador*
5. P. João Cherubin
6. P. Sabino Frigato, *Adido à Secretaria do CG21*
7. P. Mário Mauri

IV. TRADUÇÃO SIMULTÂNEA

1. P. Gregório Aranda, *espanhol*
2. P. José Casti (Musa), *francês*
3. P. Miguel Kraemer, *alemão*
4. P. Gabriel Larreta, *espanhol*
5. P. Fausto Santa Catarina, *português*
6. P. Gualter Schmidt, *alemão*
7. P. Albino Simonetti, *inglês*
8. P. Eugénio Ojer, *inglês*

* substituído pela P. Calogero Conti em 6/1/78 — 1.º Suplente

** substituído pelo P. Miguel Mouillard em 27/12/77 — 1.º Suplente

*** substituído pelo P. Juliano Gouriou em 27/12/77 — 2.º Suplente

**** substituído pelo P. André Strus em 1/2/78

ÓRGÃOS DIRETIVOS DO CG21

Presidência

Presidente: Egídio Viganó (Luís Ricceri)

Regulador: Rafael Farina

Moderadores: João Cantini
Sérgio Cuevas
Carlos Oerder

Presidência: Egídio Viganó (Luís Ricceri)
Rafael Farina
João Cantini
Sérgio Cuevas
Carlos Oerder

Comissão Central de Coordenação:

Egídio Viganó (Luís Ricceri)
João Cantini
Carlos Oerder
Mário Miglino
Décio Teixeira

Rafael Farina
Sérgio Cuevas
Walter Bini
Arrigo Rasmussen
Ângelo Viganó

Secretaria:

Pascoal Liberatore
Nicolau Palmisano

Raimundo Loss
Pedro Ambrósio
Sabino Frigato

Comissões *

Comissão 425: "UPS"

J. Rico (P) G. Corallo (R)
J. Cantini

P. Braido
T. Panakezham

* P = Presidente; R = Relator; S = Secretário.

Comissão 426: "Informação"

E. Prus (P)	F. Bertagnolli	P. De Lima
M. Filippi	A. Laguna	J. Sosa

Comissão 427: "Regulamento do CG21"

A. Martinelli (P)		A. Laguna
J. Sosa	D. Teixeira	R. Vallino

Comissão 421: "Constituições e Regulamentos"

Presidência:	D. Teixeira (P)	R. Frattallone (S)
	F. Maraccani (R)	A. Roca
	R. Vanseveren	M. McPake
	A. Van Luyn	

Subcom. 421: "Missão"

A. Roca (P)	P. Del Pezzo (S)	R. Frattallone (R)
A. Dzielziel	J. Lorriaux	C. Oerder
E. Rokita	H. Schuh	C. Valverde

Subcom. 421.2: "Comunidade-Formação"

R. Vanseveren (P)	L. Riveros (S)	L. Bosoni (R)
L. T. Arroyo	G. González	F. Nihoul
P. Puthanangady	J. Tyminski	J. Williams

Subcom. 421.3: "Consagração-Votos"

M. McPake (P)	M. Pani (S)	F. Maraccani (R)
D. Britschu	D. Fortuna	A. González
L. Ottone	M. Pulingathil	J. Zavattaro

Subcom. 421.4: "Estruturas"

A. Van Luyn (P)	S. De Bonis (S)	A. Piccioni (R)
R. Feuerlein	A. Laguna	M. Mouillard
T. Panakezhham	P. Poumay	(E. Klenck)
	D. Teixeira	C. Scrivo

Comissão 422: "Testemunhar e anunciar..."

Presidência:	A. Viganó (P)	P. Villasanta (S)
	P. Natali (R)	G. Saris
	I. Velasco	J. Maio
	M. Bassi	A. Calero
	F. Rizzini	J. Casanova

Subcom. 422.1: "Identidade vocacional"

G. Saris (P)	J. Casti (S)	Z. Trenti (R)
E. Albuquerque	S. Breschi	G. P. Campos
L. Chinchilla	G. Corallo	J. Ezcurra
R. Falk	L. Fiora	A. Morlupi
G. Nocón	N. Palmisano	H. Reumers
J. Sangalli		A. Viganó

Subcom. 422.2: "Vida fraterna"

I. Velasco (P)	O. Paron (S)	J. Lucetti (R)
R. Borstnik	M. Kaczmarzyk	J. Kezhakke kara
J. Lázaro	R. Loss	B. Puthota
A. San Martin		F. Tessarolo

Subcom. 422.3: "Oração"

J. Maio (P)	N. Centioni (S)	F. Bertagnolli (R)
S. Bastarrica	A. Butto	M. Kicks
B. Higgins	A. Rasera	J. M. Ribeiro
A. Smit	B. Stochetti	J. Ter Schure

Subcom. 422.4: "Diretor"

M. Bassi (P)	J. Nicolussi (S)	N. Lo Groi (R)
J. Cantini	J. Carbonell	S. Isgro
P. Pican	J. Pitzl	J. P. Pozzi
E. Prus (A. Strus)		

Subcom. 422.5: "Colaboradores leigos"

A. Calero (P)	A. Martinelli (S)	P. Braido (R)
A. Brecheisen	G. A. Divasson	E. Farias
M. Filippi	H. Lecuona	F. Legal
P. A. Lima	P. Natali	B. Sechi

Subcom. 422.6: "Escola"

F. Rizzini (P)	V. Re (S)	P. Villasanta (R)
J. Artale	M. Asurmendi	W. Bocchi
W. Cornell	J. Honda	M. Kochuparampil
O. Linard	A. Machuy	A. Marrone
C. Melis	T. Menamparampil	J. Raineri
A. Rasmussen	T. Sánchez	B. Tohill
	J. Wan	

Subcom. 422.7: *"Pastoral vocacional"*

J. Casanova (P)	A. Bort (S)	M. Colombo (R)
J. Dho	E. Espírito	E. Hocevar
J. Linel	M. Litric	A. Méliada
V. Reyes	H. Sanon	L. Schwarz
	E. Skopiak	

Comissão 423: *"Formação"*

Presidência:	W. Bini (P)	G. Gatti (S)
	A. Carrara (R)	J. Gurruchaga
	C. Giacomuzzi	F. Peraza

Subcom. 423.1: *"Unidade da formação"*

J. Gurruchaga (P)	M. Guzmán (S)	N. Cotugno (R)
A. Acosta	W. Bini	J. Cardenal
S. Cuevas	J. Harkin	J. Henriques
M. Lara	F. Leocata	P. Liberatore
D. Licciardo	J. Meinvielle	L. Odorico
M. Praphon		T. Prendeville

Subcom. 423.2: *"Etapas da formação"*

C. Giacomuzzi (P)	W. Maldonado (S)	A. Carrara (R)
P. Aguayo	R. Dias	A. Domenech
A. D'Souza	M. Jiménez	E. Liptak
H. Moser	T. Ntamitalizo	A. Rodríguez
A. Soto	G. Stringari	E. Styrna
R. Vallino		V. Viguera

Subcom. 423.3: *"Formação permanente"*

F. Peraza (P)	O. Pérez (S)	G. Gatti (R)
H. Biesmans	C. Cordero	V. Hernández
J. Nieto	M. Piñuela	A. Possamai
R. Romaldi	J. E. Vecchi	L. Vecchi

Comissão 424: *"O Salesiano Coadjutor"*

	M. Miglino (P)	J. Rico (R)
	R. Tomasello (S)	
J. Gouriou	A. Avila	H. Borchardt
	(Y. Boursier)	J. Colomer
	J. Juarros	R. Mesquita
	T. Morgando	J. Ocaña
	J. Sosa	

ÍNDICES

ÍNDICE ANALÍTICO

(Indicam-se os números marginais do texto, salvo quando precedidos de p., isto é, página; os números em negrito indicam os textos em que o assunto é tratado de maneira mais sistemática)

Administração: esclarecimentos sobre a — dos bens temporais 416-418 (Const. 195 modificado); condição para a cessão da — dos próprios bens 433-434 (Reg. 57 modificado)

Afiliações: Centros salesianos de estudos teológicos afiliados à UPS 349

África: aumente-se a presença missionária na — 147

Agência de Notícias Salesianas (ANS): instrumento de informação a valorizar 19.150

Agentes da evangelização: a evangelização realiza-se com os — 31; Salesianos — com o Sistema Preventivo 31

Albera P. Paulo: sobre o espírito de iniciativa 155

Ambientes de evangelização: nos — exprime-se a dimensão evangelizadora da missão salesiana 120.572; diretrizes para os — 572

Animação: necessidade, descrição, caráter salesiano, religioso, pastoral da — 46; elementos positivos e negativos da situação 47; pedidos dos Irmãos 48; função animadora do Diretor (v. Diretor) 49; meios de — 56; co-responsabilidade da comunidade na — 57; — dos leigos e suas exigências 66-68; — vocacional 114; programa de — proposto pelo RM para o próximo sexênio 237-238, 584-591; a — é o elemento mais incisivo da renovação 584; vivificado pelo Espírito Santo 585; verdadeiro estilo novo de convivência salesiana 586; Diretores animadores 587; animadores para a FS 588; animadores da devoção a Maria Auxiliadora 589-591; v. Comunidade, Comunidade animadora.

Animadores: faltou a preparação de — espirituais e litúrgicos 43; pedem-nos os Irmãos 48; os Inspetores preparem — com empenho prioritário para vários setores 61; preparem-se — para a formação permanente 319; especializados a nível inspetorial 586; — vocacionais 114; — nos Oratórios e Centros juvenis 126; — para a Comunicação social 151-153; — nas casas de formação 249

Ásia: constituição da Região da — com as Inspetorias asiáticas e as Delegações do Vietnã e da Coréia do sul 446

Aspirantado: o — é sempre válido, orientação, ambiente, indicações no "Guia educativo da vocação", não exclui outras formas de pastoral vocacional, empenha as famílias 118

Assembléia comunitária: o individualismo não torna disponível para a — 37

Assistência: descuidada 98; ativa e animadora 102, 103; empenho específico do tirocínio 288

Associações: úteis para a pastoral vocacional 115; crise das —, causa da crise oratoriana 123; — para o relançamento do Oratório e Centro juvenil 126; — entre os jovens na escola 131; — de pais 133; relançamento das — para qualificar os ambientes de evangelização 572; — (companhias) obra dos jovens 102

Atividades sociais: próprias do Oratório, mas devem ser hierarquizadas com a função evangelizadora 123

Atos do Capítulo Geral Especial: contêm motivações e princípios das Constituições 11; valorizem-se como sinal de unidade e identidade 19b

Atos do CG21: valorizem-se como sinal de unidade e identidade salesiana 19b

Atos do Conselho Superior: valorizem-se como sinal de unidade e de identidade 19b; dêem diretrizes para a direção espiritual 61.

Autoridade: incompreensão da natureza evangélica da — e de suas funções para a comunhão fraterna 41; — papel do Diretor 54-55; — nas pequenas comunidades 160-161; v. Governo da Congregação

Roletim Salesiano: propagá-lo como instrumento de informação e de unidade 19.150

Capítulo Geral: convite a eleger também SC, especialmente quando houver mais de um Delegado 210; participam de direito os Superiores das Delegações dependentes do RM com 125 sócios, um Delegado por Visitadoria e um Delegado das Delegações dependentes do RM 404-406 (Const. 156 modificado)

Capítulo Geral 19 (CG19): e SC 167

Capítulo Geral Especial (CGE): importância 11; — e a atividade salesiana 84; textos fundamentais do — 87; — e as missões 143; — e “Nova Presença salesiana” 155; — e o SC 168, 178; — e o Governo da Congregação 200, 217; valor dos Atos do — 19. 385; — e as Constituições 447; — e a FS 513, 514

Capítulo Geral 21 (CG21): escopo do — 18; — de máxima importância 452; — da verdade 455; — de verificação 455, 519,556; de perspectiva 520; — operacional 455; — fato espiritual 456; 1.º objetivo: empenho juvenil 522-527; 564-576; 2.º objetivo: promoção do espírito religioso 577-583; 3.º objetivo: animação salesiana 584-591; — de conversão 563. 525-526; exigência de unanimidade operacional 553-555.

Capítulo Inspetorial: o Vigário substitui o Diretor impedido no —, com autorização prévia do Inspetor 412-413 (Const. 179 modificado)

Caprio G.: carta ao RM, p.

Carisma Salesiano: mantê-lo vivo para suscitar vocações 110; promover a experiência do — 115; — reatualizá-lo no momento histórico 4; elementos substanciais ou não do — 201-202; v. Identidade salesiana

Castidade: — intensamente vivida dá um seguro testemunho para a evangelização dos jovens 39; idéias e atitudes tiram em alguns lugares a força e o significado do testemunho da — 39; importância específica para os Salesianos no mundo juvenil atual 39; agrada aos jovens, que gostam da solidariedade para o bem das almas 39

Catequese: — dimensão fundamental da missão salesiana 9; compromisso primário da pastoral salesiana como feliz anúncio de salvação, especialmente nos ambientes pouco evangelizados, com fidelidade às necessidades do tempo 95; — finalidade do Oratório e Centro Juvenil 123, 124, 125; — característica da evangelização Salesiana na Paróquia 140; CS e — 149; empenho catequístico na Inspetoria guiado pelos órgãos de governo 419-420 (Reg. 1 modificado): diretrizes do CG21 572; v. Evangelização

Caviglia P. Alberto: e espírito de iniciativa 155; devoção de Dom Bosco a Nossa Senhora 490; — e o sistema educativo de Dom Bosco 567

Centro de Estudos: — para o pós-noviciado 283; — para a formação sacerdotal 297; — não salesianos: vantagens e desvantagens 293

Centro de estudos Dom Bosco: — cuide de pesquisas e publicações sobre a história da Congregação 19c; reorganização do — 349e

Centro de estudos da história das Missões salesianas: publicações e estudos do — 144; constituição do — 349e

Centros de Formação Permanente: — sejam criados nas Regiões, nos Grupos lingüísticos, nas Conferências inspetoriais 323

Centros Editoriais: — a serviço da evangelização 150

Centro Juvenil: v. Oratório e Centro Juvenil

Centros inter-religiosos: — podem ser freqüentados pelos Irmãos 325

Centros Missionários: tarefas a nível inspetorial e interinspetorial dos — 146

Coadjutor salesiano: v. Salesiano Coadjutor

Colóquio com o Superior: Valorizar o — 58; orientações para o — 61; dever do Diretor e dos Irmãos 435-436 (Reg. 71 bis)

Comissão Inspetorial para a formação: cada Inspetoria constitui a — 253; — elabore o Diretório inspetorial 261; — programe a FP 322

Complementaridade: — exigência da animação comunitária 46; v. Co-responsabilidade

Comunhão Fraterna: v. Fraternidade

Comunicação Social (CS): valorização da — 84; importância da — na vida cultural 148; papel decisivo para a evangelização na Igreja 149; pensamento de Dom Bosco sobre a — 149; Situação atual: a) maior empenho na utilização para a informação e para a educação e na produção (Centros editoriais, emissoras, Centros de pesquisa, coordenação) 150; b) elementos negativos: poucos Salesianos e grupos qualificados, informação e utilização escassas 151; Linhas de ação: obra do Dicastério e do Secretariado, programas, qualificação, linguagem total e CS na pastoral, permuta entre Inspetorias, cursos 152; Orientações operacionais: tarefas do Secretariado, Comissão Consultiva Central, encarregados inspetoriais, estudo da língua italiana 153; Modalidades da presença pastoral na — determinadas pelo Inspetor 429-430 (Reg. 28 modificado); tarefas centrais para a — 152, 153

Comunidade: — evangeliza a si própria 16; para evangelizar 17. 33; — será salesiana na medida em que for evangelizadora 32, 65; centralidade da — e condição de renovação 33; oração fundamento do serviço apostólico da — 42-45; exigência da animação na — 46, 47. 58; Diretor na — 49s; — programe anualmente a vida, atividades, encontros de formação 58; — educativa 62. 132; redimensionamento da — 37; complementariedade e co-responsabilidade na — 46; — e vocação 112, 115; — responsável pela Paróquia 138; referência à — para a mixité 125; — conserve a inserção na Igreja local 127; renovação das — tradicionais 157; — apropriadas para o tirocínio 287; — sujeito de FP 311; lugar privilegiado de FP 326; tempos e meios de FP na — 326-329; — dimensão essencial da nossa missão 498; v. Pequenas Comunidades, Comunidade Animadora

Comunidade animadora: criar — na co-responsabilidade e colaboração objetivo da renovação 62; a maior consciência comunitária favoreceu a animação salesiana 63; Aspectos positivos da animação na comunidade educativa: pastoral de conjunto, co-responsabilidade dos leigos, dos pais e dos jovens, projetos educativos, superação de atitudes negativas, deliberações dos CI 63; aspectos negativos: individualismo (v. Individualismo), atitudes humanas pouco cuidadas, rotina, dificuldades de situações particulares 64; A catequese da comunidade se faz mais pelo que é do que pelo que diz 65; o papel de animação requer: consciência da necessidade de co-responsáveis leigos nos quais se tenha confiança, da própria identidade evangelizadora, do papel específico dos Salesianos na comunidade educativa 67-68; Os Salesianos devem requalificar-se, promovam a comunidade educativa, promovam a responsabilidade pastoral dos leigos 79; — na comunidade educativa 63-68, 79; — na participação de Cooperadores e Ex-alunos 69-75. 79; — na colaboração de outros leigos 76-78. 79; animação espiritual alma da comunidade 584-586; v. Animação, Comunidade, Comunidade animadora

Comunidade educativa: promover — no Oratório e Centro juvenil 96; — na escola 132; v. Comunidade, — animadora, Educação, Sistema Preventivo

Comunidade evangelizada: — condição necessária para evangelizar 25; — mediante a fraternidade, a consagração, a animação: v. essas palavras

Comunidade formadora: responsabilidade do Inspetor quanto à — 251; fisionomia 245-251; estruturas e função 437-438 (Reg. 73bis); realização 248; dificuldades e carências 249; relação entre — e Inspeção 249; formação ordinariamente na — 393, 395 (Const. 105 modificado); 440 (Const. 81 modificado); — preferivelmente estudantado 282. 440; — preparação ao sacerdócio 293-297; — para o SC 305; — na UPS 368-369

Comunidade fraterna: — v. Fraternidade

Comunidade inspetorial: — e incumbências para a fraternidade 34; — intensifique a função formativa 251-254; — deve observar as linhas operacionais do CG21 572; — favoreça os leigos na ação missionária 147

Comunidade local: — acompanhe a presença das meninas no Centro Juvenil 125. 127; — lugar privilegiado de FP 326-329; Irmãos em serviço fora das nossas obras mantenham inserção na — 425-426 (Reg. 14 integrado)

Comunidade mundial: — e fraternidade 34

Comunidades pequenas: v. Nova Presença Salesiana

Conferências inspetoriais: — e Sistema Preventivo 105; — e FP 323; — e qualificação dos Diretores 341; — e Bibliografia salesiana 342

Congregação (sagrada) para a educação católica: estudo do documento da — sobre a Escola Católica 130. 134

Congresso Mundial do Salesiano Coadjutor (CMSC): temas tratados no — 169; — sobre o serviço do Superior Salesiano e o SC 201-202. 218

Consagração: a — vivida segundo os conselhos evangélicos dá testemunho eficaz para a evangelização 38; esclarecimento sobre o sentido da — 578-579; v. Castidade, Pobreza, Obediência

Conselheiro para a Família Salesiana: nova denominação com incumbência de animar e unir sem o encargo das Paróquias 402-403 (Const. 141 modificado). 515. 544; significado emblemático da nova denominação 514, 535

Conselheiro para a Formação: incumbência do — 398-399 (Const. 139 modificado); — FP 320; aprofunde a reflexão sobre a vocação do SC 207; potencialize-se o Discatério como instrumento de unidade de formação 255; dê diretrizes para as casas de formação 250. 254; cuide das publicações de biografias de SC 207; elabore a Ratio Fundamen-

talis Institutionis Salesianae 258-259; incremente as publicações de espiritualidade 257; anime os Conselheiros Regionais e os Inspetores no cuidado da formação 254

Conselheiro para a Pastoral Juvenil: indique as linhas fundamentais para o projeto educativo inspetorial 105; prepare as linhas essenciais para a pastoral vocacional 119; informe sobre experiências escolares 134; encarregado das Paróquias e mais bem definidas as suas tarefas 400-401 (Const. 140 modificado)

Conselheiro Regional: — promova encontros sobre o Sistema Preventivo 105; promova em seu nível a FP 314. 320. 341; — promova encontros com a UPS para intercâmbio de informações 362; — e visita extraordinária 444-445 (Const. 96 modificado)

Conselho local: o Ecônomo participa de direito no — 414-415 (Const. 186 modificado)

Conselho Superior: — funde o Instituto Histórico Salesiano 105; — aprova e acompanha os Centros interinspetoriais e inter-regionais da FP 314; — organiza iniciativas para a qualificação dos Inspetores 340

Contemplação: — e ação 44

Conversão: — à Palavra de Deus 15.33; — base da nossa pastoral vocacional 112; — resultado prático do CG21 563

Constituições: critério privilegiado da nossa identidade 11; as Inspetorias promovam o estudo e a assimilação das — 11. 19a. 237; faça-se a edição crítica das Constituições 10c; — objeto prioritário de estudo 336. 386; Declaração do CG21 sobre a revisão das —: critérios de revisão 371; aceitação das — 372; a experiência prolonga-se por um sexênio 373; os documentos de trabalho do CG21 passam ao próximo CG 374; reconfirma-se a experiência dos Regulamentos 375; — “regras de vida” 377; valor vinculativo das Constituições e Regulamentos 378-380; Regulamentos gerais 381; Decretos ou Deliberações 382; Diretrizes operacionais 383; Regulamentos ou Diretórios inspetoriais 384; ACGE 385; conceito de texto ad experimentum 557; Constituições princípio de unidade, valor vinculativo, riqueza espiritual 581; Modificação das Constituições 387-418

Cooperadores (CC): participação no trabalho educativo: importância, necessidade de incremento, limites da situação atual 69-71; importância para os jovens, para os Salesianos, para os outros colaboradores leigos 72-74; Linhas de renovação: formar os — e tomar consciência da importância do seu serviço 75; Orientações práticas: as comunidades salesianas núcleo animador dos —, Delegados idôneos, conheçam-se as linhas de formação dos —, sejam co-responsabilizados nas nossas obras, preparem-se animadores, dêem-se a conhecer — durante a formação 79; Compromisso na pastoral paroquial 140; — trabalhadores animados pelo SC 185; título de pertença à FS 515. 516; — provém dos Ex-alunos 517; agir mais que discutir 516; resposta à mensagem dos — 533-541; Compromissos assumidos: o Conselheiro para a FS 535; confirmados os artigos constitucionais 536; os Dele-

gados para a animação dos centros 537; a programação e os jovens — 538; compromisso missionário 539; não competência do Capítulo Geral para a aprovação do Regulamento 540; v. Família Salesiana.

“Coração oratoriano”: ir aos jovens com — atitude pastoral característica salesiana 565-568

Co-responsabilidade: cresceu o sentido de — após o CGE 35. 47; — exigida pela obediência 41; — exigência da animação comunitária 46; — exigida pelos Irmãos 48; — com o Diretor 49-57; — na organização da vida comunitária 58; — na vida do Oratório e do Centro Juvenil com jovens e adultos 126; — na escola com jovens, pais, colaboradores leigos 129-133; — dos leigos na pastoral paroquial 140; — nas casas de formação 251; — da comunidade no serviço da autoridade 391-392 (Const. 74 modificado); — diretiva para qualificar os ambientes de evangelização 572

Corpo consultivo central da comunicação social: para pesquisas e estudos sobre a CS 153

Corpo consultivo missionário: incumbências a nível inspetorial e interinspetorial 146

Correção fraterna: — não feita devido ao individualismo 37; — ajuda a castidade 39; promova-se a — em todas as comunidades 59

Correlação: — entre SP e SC na Congregação 179, 194, 208; — dos sócios na vida comunitária 582

Criatividade: falta de — na oração 43. 45; — na Nova Presença salesiana 158; relançamento da — salesiana 573

Cultura/e: heterogeneidade cultural em que operam os Salesianos 82; respeitar as — locais 91

Curatorium: organismo de colaboração entre as Inspetorias e os Estudantados 250

Cursos: — breves na UPS para a qualificação ou requalificação sobretudo dos Salesianos 361

Decretos: definição e valor vinculativo 382

Delegação/ções: em geral 408-409 (Const. 164B modificado); dependentes do RM 410-411 (Const. 164 CD modificados); Superiores das — dependentes do RM e um Delegado participam no CG 404-405 (Const. 156 modificado)

Delegação “Opera PAS”: — e UPS 343-370; constituição da — 348; v. “Opera Pas”

Delegados: os — tenham qualidades e preparação adequadas 79. 537; Delegado para a Polónia 445

Deliberações: v. Decretos

Descentralização: — e unidade na formação 241. 246

Devoção/ções: manter-se fiéis às — salesianas 45, 476; v. Eucaristia, Maria Auxiliadora

Diálogo: — cresceu nas comunidades após o CGE 35. 47; o individualismo torna difícil o — 37; — exigido pela obediência 41. 57; e pela animação 586; — na escola 424

Direção espiritual: — tarefa do Diretor 49-53; orientações nos ACS 61; — para a pastoral vocacional 115; — “falta trágica” 249; — nas comunidades formadoras 251

Diretor: figura e função do — 47-57; função do — como centro de unificação e animação da comunidade 49; função complexa com papéis complementares 50; serviço para uma responsabilidade comunitária participada e diversificada 50; critérios de salesianidade 51; Ordem de prioridade nas funções do — e seu desenvolvimento prático: servidor da unidade e da identidade salesiana, guia espiritual da missão salesiana, orientador da educação, primeiro responsável da gestão global 52-53; necessidade de que — volte a ser animador espiritual da comunidade 53; Papel da autoridade religiosa do — 54; estilo renovado no ministério do — 55; instrumentos e tempos de animação 56; orientações para a animação da comunidade 61; simplifiquem-se as incumbências do — 61; prepare-se o Manual do — 61; dêem-se diretrizes para a direção espiritual 61; o — e a tarefa da animação na comunidade educativa 68; primeiro responsável da animação vocacional 114; esclarecer o papel específico do — na escola 133; renovação da figura e da função do — 234. 237.238; — na comunidade formadora 245. 249. 251. 252; — com os tirocinantes 287; — cuide da FP na comunidade 319; cursos para a qualificação dos — 341; precisado o papel de autoridade nas Const. 74. 391-392; colóquio dever do — 435-436 (Reg. 71bis); — animador da comunidade 586; paternidade espiritual 587; necessidade de espiritualizar a função do — primeiro compromisso do Inspetor e do seu Conselho 587; serviço da autoridade na comunidade 199-205; indicações de Paulo VI 203. 221. 223; intervenção do RM 212-239; — e o Decreto da S. Sé de 1901, 226; v. Governo da Congregação

Diretor de estudos: definir a função específica na escola

Diretório inspetorial: cada Inspeção elabore o próprio — 261; diretrizes para o pós-noviciado 284; para o tirocínio 289; para a profissão perpétua 291; para o SC 301. 306; descrição e força obrigatória 384

Diretrizes para a ação: definição e força obrigatória 383

Doentes: cuidados com amor pela comunidade 35

Dom Bosco: v. João Bosco, santo

Ecônomo local: — participa de direito no Conselho local 414-415 (Const. 186 modificado)

Educação: o Diretor orienta nos compromissos da — 52; —, evangelização, libertação 81; modo preferido e campo privilegiado salesiano da evangelização 569; diretorizes de — para ambientes e obras salesianas 572; v. Sistema Preventivo.

Encarregado inspetorial da comunicação social: instituição e incumbências 153

Encarregado inspetorial da escola: promova as associações de pais 133

Escola: ambientes de evangelização 128-134; experiências positivas e dificuldades de renovação 129; o CG21 reafirma a validade da — 130; — “fundar de novo” 130; Características da escola salesiana: popular, livre, jovens no centro do fato educativo, família juvenil, salesiano entre os jovens, de trabalho, evangelizada e evangelizadora, com atenção vocacional 131; Linhas de ação: formar comunidade educativa, FP, projeto educativo para a —, personalizar as relações, plano de educação para a fé, colaborar para a escola livre, inserção na Igreja local, preferência para os jovens e ambientes pobres 132; Opções para a —: a) nível local: Salesianos nas funções chave, definir os papéis, projeto educativo, programação anual; b) nível inspetorial: preparar pessoal, unir colaboradores leigos, associações de pais, projeto e programa educativo 133; escolas mistas somente por graves razões 133; Orientações operacionais: estudo dos documentos sobre a —, elaborar projeto educativo inspetorial, trocas de experiências pelo Dicastério da Pastoral Juvenil; Estilo salesiano na escola 421-424 (Reg. 8.9.10 modificados)

Espírito religioso: o Papa recomenda o primeiro lugar ao — 449; segundo objetivo proposto pelo CG21 para o próximo sexênio 577-583; v. Espírito salesiano

Espírito salesiano: conhecimento e estudo do — 19.295; — e Sistema Preventivo 95; — Missões 146; — em primeiro lugar 237. 577-583; elementos de identificação do — 242. 244; carência na formação para o — 247; publicações de espiritualidade salesiana 257.487; — a aprofundar com as FMA 487. 530; elementos de unidade do — 580; v. Carisma, Identidade salesiana, Salesiano, Sistema Preventivo, Iniciativa

Espírito Santo: dá força para a tarefa da evangelização juvenil 13; respeitar a ação do — na pastoral vocacional 112; animação vinculada à presença vivificadora do — 585; — para a interpretação e a aplicação do CG21 592

Espiritualidade salesiana: v. Espírito salesiano

Estudantado/os: devem-se preferir 282.441; serviço precioso do — 293; — teológico: duração e conteúdos 295. 441; v. Comunidades formadoras

Estudos: durante o noviciado 274; no pós-noviciado para clérigos 281. 283; para a formação sacerdotal 295. 297; para SC 302.303. 304; importância dos — 393-394 (Const. 103bis)

Eucaristia: — no projeto educativo de Dom Bosco 93; devoção à — 45; — herança de Dom Bosco lembrada por Paulo VI 476

Evangelho: norma de vida 91; objeto de catequese 95; — e vocação 106; — aos jovens primeiro objetivo da nossa ação no próximo sexênio 564-576

Evangelização: SDB: evangelizadores dos jovens 1-61; — exigência do momento histórico presente 4; — afirmada pelo IV Sínodo e pelo Papa 9; Paulo VI pede aos Salesianos — dos jovens 448. 467s. 1.6; —, especialmente dos jovens, dimensão fundamental da missão salesiana 9. 95. 140; os Salesianos evangelizam segundo o próprio carisma original atualizado 4. 14 (v. Projeto educativo), numa dedicação total a Cristo 7. 10, na fidelidade a Dom Bosco 6, às Constituições e às Tradições 11. 19, evangelizando-se a si próprios na comunidade 7, para evangelizar os outros 15. 18; exemplo dos apóstolos 493; — supõe adequado conhecimento dos jovens 20; — apresenta dificuldades pela realidade sócio-cultural 23; pela realidade sócio-econômica 24; pela realidade eclesial 25; pela realidade salesiana 26; disponibilidade dos jovens à — na busca de co-responsabilidade, diálogo, radicalidade evangélica, oração, justiça 28; ponto resolutivo; tirar partido das aspirações evangélicas dos jovens 27, partido da situação 29; Orientações operacionais: empenhar os Irmãos na realidade juvenil 30a; ser sensíveis às expectativas e condições dos jovens 30b; formular um projeto orgânico inspetorial 30c; — realiza-se mediante os agentes de — 31; — ato eclesial 31; a comunidade será salesiana na medida em que for evangelizadora 32; a vida religiosa em função de — (v. Fraternidade, Consagração, Oração) 32-33; o Salesiano civiliza evangelizando e evangeliza civilizando 87; — obra dos jovens 102; o projeto educativo salesiano modo original salesiano de — 80s; catequese empenho primário de — 95; pastoral vocacional e — 106. 110; ambientes e caminhos de — 120-165: — exigência fundamental do Oratório e Centro Juvenil 121-127; — na escola 128. 134; na Paróquia 135.142; — nas Missões 143-147; — e Comunicação Social 148-153; — na Nova presença salesiana 154-161; — em toda atividade pessoal ou comunitária 120; Síntese: 162-165; atividades evangelizadoras na Inspeção 419-420 (Reg. 1 modificado); pontos esquemáticos sobre a — tratados pela segunda Comissão 558; esclarecimento do RM sobre a — dos jovens: primeiro compromisso do CG 21 564; realiza-se com “coração oratoriano” (v. Coração oratoriano) 565-568, com a prática do Sistema Preventivo 572, com espírito de iniciativa 573, com pastoral vocacional 574; apostolado masculino preferencial 575-576; Dom Bosco modelo de — 5.6.8. 162-165. 448. 469. 473; v. Catequese

Ex-alunos: participam na obra educativa salesiana por opção evangelizadora 69; importância do fato, limites da situação e necessidade de incremento 70-71; importância para os jovens, os Salesianos, os outros colaboradores leigos 72-74; Linhas de renovação: a FS cuide das estruturas de formação 75; tomar consciência da importância do serviço dos — 75; Orientações operacionais: as comunidades salesianas sejam núcleo animador dos —, Delegados idôneos, faça-se conhecer a pastoral dos —, co-responsabilizem-se nas nossas obras, preparem-se animadores, façam-se conhecer os — desde a primeira formação 79; — trabalhadores animados por SC 185; título de pertença à FS 517, 550; de — a Cooperadores 517; resposta à mensagem dos — e compromissos assumidos para com eles 547-551; encontro dos — com o CG21 479-482

Exercícios Espirituais: — experiência de Deus 45; — na pastoral 116; casas para — e orientação vocacional 118; para aprofundar a vocação do SC 206; meio de FP 382

Experiências pastorais: a Ratio Institutionis proponha experiências pastorais para os formadores e os formandos 260; — em preparação ao sacerdócio 296

Faculdade concedida pelo MP “Ecclesiae “Sanctae” II, 1, 7: O CG21 confirma as deliberações do CGE à — 447

Faculdade de Ciências da Educação: papel de particular significado na UPS 347, 354

Família: clima de — necessário para a animação das comunidades 586; — na escola 131

Família Salesiana: realidade a aprofundar 402; colaboração SDB-FS 84; promover vocações para a FS 111; compromisso vocacional da — 113. 114; — cuide da estruturas da formação para Cooperadores e Ex-alunos 75; empenho da — na Paróquia 140; empenho da — em relação às Missões — 144. 147; informação na — 150; confiada ao Conselho para a — 402-403. 535; incumbências do Conselheiro para a — 153. 403. 515; — descoberta do CGE 402. 513; palavras do RM sobre —, tema de vida e de esperança 479-482; sensibilizar e animar a Congregação em relação à — 513. 515; agir mais que discutir 516; critério de pertença à — 516-518; as Inspetorias preparem Delegados idôneos para — 518, 588; VDB e — 543; v. Cooperadores, FMA, VDB, Ex-alunos

Festa: pedagogia da — característica do Oratório e Centro Juvenil 124

Filhas de Maria Auxiliadora: resposta do RM à mensagem das — 483-491: significado do gesto de se encontrarem juntos no CG 484; exigentes na animação à santidade 486; reencontrar juntos a espiritualidade da vocação salesiana 487; reatualizar juntos a devoção a Maria Auxiliadora 488-491; resposta do CG21 à mensagem das —: trabalhar juntos, ajuda sacerdotal às comunidades, aprofundar juntos a espiritualidade salesiana, reatualizar a devoção a Maria Auxiliadora 529-532; a Igreja aplaude as — 448; lembrança do Papa para as — 478; v. FS

Filosofia: estudo sistemático da — no após-noviciado 281

Formação: problema urgente 240; pontos a precisar 240; unidade necessária na — 241; componentes da unidade na — 242; unidade de conteúdos 244; unidade da comunidade 245; unidade na descentralização 246; carência e elementos positivos nas várias situações 247-250; características da comunidade formadora 251; atualização e qualificação do Diretor 252; comissão inspetorial de — 253; animação dos Superiores para a — 254; reforço do Dicastério 255-256; centro para formadores na UPS 256; publicações de espiritualidade 257; Ratio Fundamentalís Institutionis Salesianae 258-260; Ratio studiorum 259; diretório inspetorial 261; experiência pastoral dos formadores e dos formandos 260; continuidade, igualdade, aspectos da — 262-264; — de base igual para SC e SP 263; fases da — 263-306; preparação ao

noviciado, noviciado, votos temporários, pós-noviciado, tirocínio, preparação para a profissão perpétua, SP, SC (v. essas palavras); — intelectual, sua importância 393-394 (Const. 103bis); desde a primeira — formação dê-se a conhecer a FS 79; pontos essenciais sobre a — tratados pela Terceira Comissão 559

Formação permanente: situação atual, experiências e carências 307; conceito de — e exigências 308; motivações 309-310; sujeito, o Salesiano e a comunidade 311; objetivos 312; áreas 313; Orientações práticas: o Conselho Superior aprova os Centros interinspetoriais e inter-regionais e acompanha-lhes a orientação, as Regiões e as Inspetorias cuidam dos aspectos locais 314; continuidade e gradualidade 315; caráter 316; salesianidade 317; responsáveis nas iniciativas ordinárias a diversos níveis 319; — para iniciativas extraordinárias 320; Estruturas 321-325; Linhas de ação a nível local 326-329; a nível inspetorial 330-338; a nível mundial 339-342; Cursos não académicos na UPS 361; o trabalho permite a atualização 442 (Reg. 93 modificado); possibilidade de — para todos os Irmãos 335, 443 (Reg. 93bis); CG21 “Curso de — “521; — na escola 132; cursos de — para aprofundar a vocação do SC 206; — deve ser fomentada para os fissionários 145. 147.

Fraternidade: testemunho de — nos diversos níveis importantíssimo para a evangelização 34, 37; característica da primeira comunidade salesiana 34; — constrói-se com elementos humanos, mas é sobretudo dom de Deus 37; — em crescimento após o CGE nas comunidades mediante cordialidade nas relações, superamento de tensões, valorização de determinados momentos de vida diálogo, comunicação, coresponsabilidade 35; aspecto negativo: o individualismo (v. individualismo) 36-37; encontro e colóquio para favorecer a — 58; verificação da — nas comunidades 59; — elemento de pastoral vocacional 115; — na escola salesiana 131; v. Comunidade, Comunhão fraterna

“Gemellaggi”: instituição de — missionários 144

Governo da Congregação: importância do argumento 212; verdadeiros termos do problema: vínculo com o ministério sacerdotal 213, 214; direito à autoridade 213; proposta de mudança radical pela maneira diversa de conceber a autoridade 215; problema específico dos SDB 216; importância da vontade do Fundador 216; solução do CGE 217; o problema persiste após o CGE 218; delicadeza do problema 219; indicação explícita de Paulo VI 221. 450; reflexões do RM sobre a intervenção de Paulo VI 222-226; atitude genuinamente salesiana 228; plano operacional: renovação da figura e função do Diretor 233-234; complementariedade entre SP e SC 235; atitude dos Salesianos para com o Papa 239; v. Diretor e SC

Grupos de estudantes: estudantes em formação em outros grupos, fora do estudantado 282.293

Guia educativo das vocações: preparada pelo Dicastério da Pastoral Juvenil 109

História: favoreça-se o conhecimento da — da Congregação com as publicações do Centro de Estudos Dom Bosco, edição crítica das Constituições, literatura salesiana, intercâmbio de comunicações 19c

Humanismo: — salesiano integral 81

Humanidade: valor 37; carência 64; amadurecimento 90

Identidade salesiana: as Constituições critério privilegiado de — 11; evangelização dos jovens característica fundamental da identidade salesiana 13; risco de perder a — por contactos estranhos 76, 99; desorientação sobre a — é dificuldade para a pastoral vocacional 108; conservar a — na Paróquia 137; e na Nova Presença salesiana 155; — condição de vocação 112; — vocacional do SC 173-179. 186; — do SP 298; conservar — no apostolado com a juventude masculina contra o genericismo 575-576; linhas mestras da — 242; carência de — na formação 247; objeto de FP 313.317; — objeto de estudo no próximo sexênio 336.530; cursos de — na UPS 356; — no pensamento de Paulo VI 472-473; salvar a — 497-499; v. Carisma Salesiano, Salesianidade

Igreja: — e a mudança cultural 25; crescimento na — 91. 92; — e vocação 107; — não compreendida 108; perspectiva eclesial na pastoral vocacional 113; — e mass-media 149

Igreja local: participação mais estreita na — 84; compromisso vocacional em favor da — 113.119; sigam-se normas da — para a mixité 125; tenha-se o Oratório como inserção específica salesiana na — 127; insira-se a escola na pastoral da — 132; tenham-se em conta os documentos da — sobre a escola 134; inserir a paróquia na — 139; restituir à — as Paróquias que não ofereçam características salesianas 142; missões e — 146; Nova Presença salesiana para a — 158

Individualismo: aspecto negativo da vida de comunidade 36-37; manifestações 37; meios para superá-lo 37; — contrário à obediência 41; opções individualistas 64

Informação: promova-se mais amplamente para o conhecimento da história da Congregação 19c; encontros na comunidade para a — 58; — em progresso, mas com muitas carências 151

Iniciativa: — afirmações do P. Albera e do P. Rinaldi 155; — característica salesiana 494-496. 573; suas exigências 499; relançada pelo CG21 573

Inspetor: prepare animadores 61; simplifique as tarefas do Diretor e esclareça as funções dos Irmãos 61, 587; prepare-se o Manual do — 61; orientações para o cuidado dos Cooperadores e Ex-alunos 79; — elabore o projeto educativo 105; prepare dias de estudo sobre o Sistema Preventivo 105; programe a pastoral vocacional, prepare professores de catequese vocacional, promova iniciativas vocacionais para a Igreja local 119; dê diretrizes para as meninas no Centro Juvenil 126. 127. 576; elabore o projeto educativo para a escola 133. 134; empenhe-se com o Conselho na execução do art. 12 dos Regulamentos sobre a escola mista 133; promova o estudo dos documentos da S. Sé e dos Bispos sobre a escola 134; promova com o Conselho a animação missionária 146. 147; relações do — e Conselho com as Pequenas Comunidades 161; — promova a Comunicação Social e estabeleça o

encarregado 152, 153; favoreça a presença do SC no Conselho e no Capítulo Inspetorial 210; — elabore o diretório da formação 261. 311, que se refira também ao SC 306; aprofunde a vocação do SC 206; institua a Comissão para a formação 253; providencie a atualização dos Diretores das casas de formação 252.261; promova FP 314. 319. 323. 330-338; cuidado particular dos jovens sacerdotes e dos SC 334; iniciativas para a qualificação dos — 340; — organize com o Conselheiro Regional os cursos para a qualificação dos Diretores 341; encontros com a UPS para informações 362; os noviços tenham relação com o — de origem 277; — autoriza o Vice-diretor local para o CI 412-413 (Const. 179 integrado); guia a atividade evangelizadora e catequística 419-420 (Reg. 1 modificado); — determina as modalidades para a pastoral da Comunicação Social 429-430 (Reg. 28 modificado); — esteja informado sobre os bens dos Irmãos 433-434 (Reg. 47 modificado); — tenha em conta as exigências da FP 433 (Reg. 93bis); — e Conselho defendam o papel espiritual do Diretor 587; responsabilidade do — com respeito à FS 482.518

Inspetoria: — elabore o projeto educativo 105; — e animação vocacional 114. 119; aprofunde o valor da vocação do SC 206.209; seja comunidade formadora 245; — e casas de formação 250; Comissão inspetorial para a formação 253; — elabore o diretório espiritual para a formação 261; — e noviciado interinspetorial 267; — e FP dos Irmãos 335.443, v. “gemellaggio”

Instituto histórico salesiano: deliberada a ereção e finalidade do — pelo CG21 105

Jesuítas: intervenção de Paulo VI na 31.^a Congregação geral dos — 224

João Bosco, santo: protagonista da história 6, 7, 469; presença animadora e admonitória 6; gênio reconhecido da pedagogia moderna e da catequese e sobretudo da santidade 469; “DB vive!” 469; — e a “sede de sacerdócio” 473; — precede com passo juvenil e dinâmico 477; — e os votos 38; devoção a — 45; — modelo do Diretor 49.53; — na pastoral vocacional 113; — e a Comunicação Social 149; fidelidade a — na Nova Presença salesiana 155, 156; — modelo de evangelização 162-165; pensamento de — sobre o SC 166; serviço do Superior salesiano e o SC no pensamento de — 199. 200-201. 205; — e a sua obsequiosidade para com o Papa 229, 231, 239; afinidade entre — e Pio IX 500-512; conhecimento de — valor de unidade 580; — e a devoção mariana 490. 511; 589-591; — e as deliberações dos CG 554, 592; — e as “Memorie dell’Oratorio”; v. Memorie

Jovens: salvá-los 1.4; procuram a evangelização 10. 12.13; fonte da nossa inspiração 12; supõe-se adequado conhecimento dos — 20; o Sistema Preventivo modo original salesiano para evangelizar os — 14. 31; — portadores de valores evangélicos 21; dificuldade de evangelizar 21; pela realidade sócio-cultural 23; pela realidade sócio-econômica 24; pela realidade eclesial 25; pelo ambiente salesiano 26; ponto resolutivo: tirar partido das sãs aspirações dos — 27; — portadores de futuro 27; — apelam à radicalidade do Evangelho, à oração, à justiça, à co-responsabilidade para melhorar o mundo 28; evangelizar partindo da realidade dos — 29; Orientações operacionais: mobilização dos Irmãos sobre a realidade juvenil 30a; mais atentos às

expectativas dos — 30b; formule-se projeto orgânico inspetorial sobre a evangelização dos — 30c; A castidade testemunho específico dos Salesianos para os 39; — amam testemunho da nossa pobreza 40; resistência e disponibilidade ao projeto educativo salesiano 82; crescimento pessoal, social e cristão dos — 90; atitude dos educadores para com os — 100. 101. 103. 474. 475; — protagonistas de evangelização 102; a situação juvenil atual torna difícil a pastoral vocacional 108; — destinatários da pastoral vocacional 111-112; — destinatários na escola 128-134; — primeiro empenho salesiano na Paróquia 139; apostolado entre — pobres 132. 237; toda a atividade salesiana pessoal ou comunitária para a evangelização dos — 120; Paulo VI exorta à fidelidade à juventude masculina 448 (Carta do card. Villot) 467. 473. 477 (Discurso ao CG21); empenho do CG21 pelos — 237. 522. 527; primeiro e principal empenho da Congregação após o CG21 pelos — 237. 463. 464. 564-576; manter a identidade salesiana quanto à juventude masculina contra o perigo do genericismo 575-576

LAS — Editora Roma: atividade editorial da — 349

Leigos: tarefas de co-responsabilidade na comunidade educativa 63. 66-68. 104; significado da colaboração dos — 76-77; pontos negativos 76-77; Linhas de renovação: atitude de colaboração, acordo sobre o projeto educativo salesiano, conservar a própria identidade, escolha prudente, formação permanente 78; A nível inspetorial forme-se o estatuto do colaborador leigo e se promovam cursos de atualização sobre o Sistema Preventivo 79; colaboradores — no Oratório e no Centro Juvenil 125, 126; colaboradores — na escola 129. 130. 132. 133; unir colaboradores a nível inspetorial 133; — co-responsabilizá-los na pastoral paroquial 140; missionários — 144. 145. 146. 147; — tema a aprofundar 180; salientada responsabilidade para com os colaboradores — 427-428. 387-388 (Const. 39 modificado); co-responsabilização e preparação dos — 427-428 (Reg. 14 bis); Paulo VI convida os — a colaborar 182; discurso do RM aos — da PS 479-482

Leitura espiritual: — em comum 431-432 (Reg. 4 modificado)

Libertação: evangelização — educação 81

Língua italiana: encoraje-se o estudo da — como instrumento de unidade e comunicação 153

Literatura salesiana: propague-se para conhecer a história da Congregação, mesmo em traduções 19c. 99. 257; subsídios para as vocações 115; as Conferências e os Grupos lingüísticos promovam bibliografia salesiana 342.

Liturgia: crescente sensibilidade litúrgica 42. 84; — da vida 44; — no projeto educativo salesiano como expressão sacramental da vida dos cristãos e da sua história 93

Magistério: da Igreja e da Congregação não aceito por individualismo 37
Manual do Inspetor e do Diretor: o RM prepare o — 61

Maria Auxiliadora: reatualizar o aspecto mariano da nossa vocação p. 5; — na história da salvação 45; devoção em crise 85; promover

como elemento essencial para o crescimento cristão dos jovens 92-94; reatualizar a devoção a — como dimensão essencial do carisma salesiano 488-491; 589-591; linhas características da devoção a — 590-591; devoção a — síntese da fisionomia espiritual salesiana 591

Mass-media: v. Comunicação Social

“Memorie dell’Oratorio di San Francisco di Sales”: revelam “o coração oratoriano”, elemento característico da identidade originária salesiana 566-567

Meninas: nos Centros Juvenis 125, 127; — nas nossas escolas 129, 133; preferencial interesse pela juventude masculina, ao passo que a juventude feminina é atendida pelas FMA 448 (Carta do card. Villot); evitar o perigo do genericismo 574-576 (Discurso do RM)

Mensagens do CG21: aos Irmãos 519-528; resposta à — das FMA 529-532; resposta à — dos CC 533-541; resposta à — das VDB 542-546; resposta à — dos EE 547-551; avaliação das mensagens 562; v. cada uma dessas palavras

Mestres dos noviços: qualificação específica dentro de três anos 272. 276

Ministério: promover vocações para os — eclesiais laicais 111

Missionário/os: no primeiro Centenário das Missões 143; após 1905 144, — leigos 144. 145. 147. 539; o — seja fiel aos compromissos da vida religiosa 147; — e espírito da iniciativa 496; poucos — qualificados 145; dificuldades para a FP dos — 145; v. Missões

Missão salesiana: Diretor guia pastoral da — 52; — confiada à comunidade 62; elementos essenciais da — 87. 579; beleza da vocação salesiana 512. 522; falta de clareza da — 108; atualidade da — 523; confiança no futuro da — 524. 525; empenho total com relação à — 527. 528; — consagração 578; origem e fontes da — 579; v. Salesiano, Vocação

Missões: vocação que deve ser privilegiada 111; Paróquias de — 135; atividade missionária 143-147; — e CGE 143; Aspectos positivos na animação pelas —: colaboração da FS, publicações e documentários, organização do Dicastério, contribuição do pessoal, “gemellaggi” vocações indígenas, missionários leigos, qualificação de missionários, ajuda econômica 144; aspectos negativos: animação missionária ainda insuficiente; poucos missionários qualificados; FP escassa; pastoral missionária pouco válida; poucos leigos missionários 145; Sempre atual a atividade missionária específica 146; — elemento caracterizante da Congregação 146; correspondência entre espírito salesiano e — 146; linhas de orientação para a ação missionária hoje 146; Orientações práticas: animação missionária, formação permanente de missionários, particular empenho missionário para a África, colaboração dos leigos da FS; Cátedra de Missiologia na UPS e estudos científicos 147; compromisso religioso dos missionários 147; Centenário das —

143. 144; Dicastério das — 144. 147; comissões de consulta, procuradorias, centros missionários 146; Evangelii Nuntiandi 146; as — e os Cooperadores 539; — fruto do espírito de iniciativa 496

Mixité: v. Meninas

Montini P. Luís: lembrado por Paulo VI 470

Mudanças de orientação: na pastoral vocacional 116

Noticiários Inspetoriais (NI): instrumentos de informação 19. 150

Nova Presença salesiana: — exigência de renovação 154; descrição 154; encorajada pelo CGE 155; Características: espírito de iniciativa, por iniciativa de alguns Irmãos, segundo o espírito de Dom Bosco, em forma comunitária, por um mandato recebido 155; Realizações várias: Irmãos que renovando-se espiritualmente renovam a Congregação 156; obras tradicionais revitalizadas 157; novas intervenções de Irmãos individualmente ou de comunidades em situações pastoralmente difíceis 158; dificuldade da criatividade pastoral em relação do ambiente e à comunidade salesiana 158

Pequenas Comunidades: notas características segundo o CGE 159; elementos positivos e negativos na verificação 160; normas e indicações do CG21 161; dois aspectos a defender: dimensão comunitária e missão canônica 498-499

Noviciado: importância e formas 271; situação atual 272; características 270; conteúdo 275; qualificação dos Mestres 272. 276; — inter-inspetorial 277

Obediência: disponibilidade e carências na — 41; — supõe forte experiência de fé na comunidade 41; — nos contrastes 57; a missão canônica torna as nossas iniciativas expressão de — 499; ressaltado o serviço de autoridade do Diretor e a co-responsabilidade da comunidade 391-392 (Const. 94 modificado) 580; voto de — ao superior, não à comunidade 580

“Opera PAS”: premissas 343; estruturas 343 nota 2; documentação utilizada 344; verificação: pontos conquistados 346-347; aspectos positivos 348-350; aspectos problemáticos 351-352; Orientações operacionais: clareza eclesial e salesiana dos fins 354; especial atenção à realidade juvenil e popular 355; programações congruentes 356; destinatários 357; particular co-responsabilidade dos Salesianos 358; orientações e programas 359; reestruturação no campo da organização didática 360; cursos não acadêmicos de interesse para a Congregação 361; intercâmbio salesiano 362; professores 363-364; aspecto financeiro 366; comunidades salesianas e formadoras 367-368; revisão dos Estatutos 370; Avaliação do documento sobre — 561; v. UPS

Oração: base do nosso serviço de evangelização 42.44; crescente sensibilidade pela — comunitária e litúrgica 42; carências na — comunitária 53; programar os tempos da — 44; fidelidade às devoções salesianas 45; renovar a — nos Exercícios Espirituais, com criativi-

dade, nas formas pessoais 45; — pessoal e comunitária 45. 60. 431; Orientações operacionais: revisão periódica da —, programação dos tempos de —, empenho pela — pessoal, pela reconciliação, pelas práticas comunitárias 60; Base da pastoral vocacional 12. 116; leitura espiritual 431-432 (Reg. 46 modificado); — no CG21 456. 552

Oratório e Centro Juvenil: — ambiente de evangelização 121-127; exigência de relançamento para a função específica de evangelização 121. 123, realidade mutável com diversos nomes 122; definição do Oratório, do Centro Juvenil, do Oratório-Centro Juvenil 122; Elementos negativos da verificação: distância dos jovens, menor empenho de ideais cristãos, prevalência de empenhos esportivos ou sociais sem orientação cristã, pessoal não idôneo, falta de programação inspetorial, crise do associacionismo, outros diversivos para os jovens 123; Elementos potivos onde se permaneceu coerente com a função evangelizadora 123; Características fundamentais da pastoral oratoriana: espírito de família, ambiente, variedade de atividades, portas abertas, cuidado com a massa e o com o indivíduo, grupos, pedagogia da festa, catequese 124; Presença das meninas: não no Oratório, mas no Centro Juvenil, para atividades formativas e sociais, com preparação dos Irmãos, colaboração de leigos, ambientes idôneos, levando em conta a comunidade e a Igreja local, segundo normas inspetoriais 125; Linhas de orientação: a) para o Oratório e o Centro Juvenil: Irmãos idôneos, evangelizadores, ambientes e meios, estabilidade, co-responsabilidade, programação e revisão 126; b) para Centro Juvenil: visem à formação integral cristã mediante grupos formativos e apostólicos, comunidade educativa, hierarquização das atividades, opções missionárias 126; Orientações práticas: toda comunidade mantenha o Oratório como presença típica salesiana, prepare-se o projeto educativo, as atividades mistas sejam acompanhadas a nível de comunidade local e inspetorial 127; Oratório e Paróquia 135. 136. 139

Orientações práticas: definição e força abrigatória 383

Otimismo: “— está nas mãos de cada um de nós” 525-526

Pais: co-responsabilidade dos — na comunidade educativa 62.68.76; — na escola 129.130.131; associação de — na escola 133; — e vocação 118; v. Leigos

Palavra de Deus: maior sensibilidade e escuta da — 47

Papa: vínculo de unidade 92; dever do Salesiano de adesão ao — 228. 239. 464-466; exemplo de Dom Bosco 229.231; do P. Rua 226.227.230; do P. Ricaldone 231

Pároco: — salesiano segundo Dom Bosco 141

Paróquia/as — e Oratório 127; ambiente de evangelização 105. 135-142; conceito de — 135 nota 3; número das — 135 nota 3; ambiente onde surgem as — salesianas: missões, países sem clero, onde se toleram somente —, como condição para criar o Oratório 135; primeiro lugar na — o empenho direto dos jovens 136; Características da — salesiana 137-141: comunidade religiosa responsável e animadora 138;

realidade prioritária dos jovens e sua valorização pela pastoral da — 139. 400; evangelização segundo o projeto educativo salesiano: catequese sistemática, evangelização e promoção humana, colaboração dos leigos e dos CC, associações 140; — popular para localização, estilo, abertura ao ambiente 141; Orientações operacionais: verificação das características salesianas, restituição e não aceitação da — sem características salesianas, formação do pessoal 142; — confiada ao Conselheiro para a Pastoral Juvenil 400-401 (Const. 140 modificado)

Participação: v. co-responsabilidade

Pastoral de conjunto: favorecê-la 139; v. Igreja local

Paternidade: v. Diretor

Paulo VI: discurso aos Membros do CG21 467-478. 1. 5. 6. 7. 354; — e N. Senhora 45. 489; — e as missões 146; — e Dom Bosco 162; — convida os leigos ao apostolado 182; — e o Diretor salesiano 203.221, Carta do card. Villot ao P. Ricceri 448-450; autoridade da carta de — 223-226; adesão e gratidão dos SDB a — 464-466.

Pedagogia: v. Sistema Preventivo

Penitência: v. Reconciliação

Pensionato (convitti): para estudantes salesianos na “Opera PAS” 348. 368. 369

Pequenas comunidades: v. Nova Presença Salesiana

Personalidade: meios de desenvolvimento da — 37; crescimento da — humana e cristã do jovem 90-91

Piedade: v. Oração

Pio IX: intervenção do RM 500-512; importância de — para a nossa Congregação 502. 503. 505; afinidade espiritual entre — e Dom Bosco 507-511

Pironio card. Eduardo: no CG21 233.592

Pluralismo: cria dificuldades na escola 129

Polônia: inspetoria da — confiada a um Delegado do RM, suas prerrogativas 446

Pobreza: significado da — 40; elementos negativos: burguesismo, menor empenho no trabalho e na temperança, autonomia administrativa, falta de abertura aos jovens necessitados 40; testemunho evangelizador da — 40; preferência a jovens e ambientes pobres na escola 132. 137; scrutinium paupertatis 40. 59; — e administração dos bens temporais 416-418 (Const. 195 e 196 modificado), 433-434 (Reg. 57 modificado)

Pós-noviciado: necessidade e importância 279; situação 280; objetivos 281; comunidades formadoras 282; centro de estudos 283; Diretório

inspetorial 284; para clérigos e SC 303.440; duração de ao menos um biênio, com iniciação teológica 440 (Reg. 81 modificado)

Prática pastoral: v. Experiências pastorais

Pré-noviciado: denominação preferida; preparação para o noviciado 265; situação hoje 266; necessidade 267; estruturação 268; avaliação do candidato 269; duração 270; normas 437. 439 (Reg. 73ter)

Presenças novas: v. Nova Presença Salesiana

“Preside”: v. Diretor de estudos

Procuradoria missionária: incumbência 146

Profissão: renovar o sentido da — 59. 581; modificada a fórmula da — 389-390 (Const. 74 modificado); — perpétua: importância da preparação imediata 290; modalidades, tempo, programa no diretório inspetorial 291.

Projeto de vida: como ajuda específica na verificação vocacional 116

Projeto educativo: — inspetorial de evangelização 30c; — para o Oratório e o Centro Juvenil 127; — para a escola 132. 134; — na Paróquia 140; v. Sistema Preventivo

Programa: proposto pelo RM para o próximo sexênio 233-238; 563-592

Programação: melhorada 47; — anual da vida e atividades 58; — dos tempos de oração 60; — da pastoral juvenil 104. 105; — vocacional 114-119; — na vida do Oratório 126; — na escola 133

Promoção: — humana, integral, integral cristã 81; — integral cristã no Oratório e Centro Juvenil 123. 126; — social mediante a escola 129; — integral cristã mediante a escola 130; — humana e evangelização na Paróquia 140; — humana e evangelização nas Missões 146

Ratio Fundamentalibus Institutionis Salesianae (RFIS): o RM faça elaborar a — pelo Dicastério da Formação 258; conteúdos 258. 260. 294; — Ratio Studiorum 259; — trate da FP 321

Ratio studiorum: parte da RFIS 259; normas gerais acerca da formação intelectual dos SP e SC 259; trate da FP 321

Reconciliação: abandono do sacramento da — 43.85; renovar o empenho do sacramento da — 60; — chave da educação no processo educativo 93

Redimensionamento: executá-lo para favorecer relações pessoais 37; — requerido pela FP como fato de crescimento qualitativo 338

Regiões: tenham um centro de FP 323; — anglófona criada pelo CG21 446; — asiática criada pelo CG 21 446

Regulamento dos Cooperadores: novo — não aprovado pelo CG21, porque não de sua competência 540

Regulamentos gerais: prolongamento da experiência dos — por um sexênio 375; conteúdo, estilo e valor dos — 381; modificações nos — 419-445; v. Constituições

Regulamentos inspetoriais: v. Diretório Inspetorial

Reitor Mor (RM): faça preparar um Manual do Inspetor e do Diretor e esclareça o ministério da autoridade 61; — e a formação 256. 258. 282; anima a FP 320; função do — no CG 212

Relação do Reitor-Mor (RM): redação difícil 457; em colaboração com o Conselho Superior 458; compartilhada pelo Conselho Superior 459; elementos positivos e negativos 462

Religião/ões: respeitar as — locais 91

Religiosos: sua contribuição de testemunho 9; identidade salesiana de — 472

“Rendiconto” v. Colóquio

Renovação: programa de — proposto pelo RM: na apresentação dos Atos do CG21 p. 5; na mensagem do RM aos Irmãos 463; nos compromissos de vida e de operatividade apresentados na intervenção sobre a “Participação na vida e no governo da Congregação” 236-238; nos três objetivos de ação para o próximo sexênio propostos no discurso de encerramento do CG21. 564-592; Nova Presença Salesiana expressão da — 154-161; comunidade condição necessária da — 33

Responsabilidade: não aceita por individualismo 37

Ricaldone P. Pedro: atitude para com o Papa do — 231; — e o PAS 354

Ricceri P. Luís: discurso de abertura do CG21 451-462; elogio de Paulo VI ao — 468; intervenções do — sobre as Missões 146, SC e a Congregação 197. 198; paridade jurídica do SC 201.219; Carta do card. Villot ao — 221; lembrado pelo P. Viganò 466

Rinaldi P. Felipe: — e espírito de iniciativa 155; e o SC 173; — e o Decreto da Santa Sé sobre o ministério sacerdotal do Diretor 226. 227. 238; — e confissão com o P. Rua 230; — “figura ponte” 238; — e a paternidade do Diretor 587

Rua P. Miguel: atitude do — para com a Santa Sé após o Decreto sobre o ministério sacerdotal do Diretor 226-227; adesão ao Papa do — 229.230

Sacramentos: — no projeto educativo salesiano 93

Salesianidade: estudos de — na formação 295; tema qualificativo da FP 317

Salesianos evangelizadores dos jovens: título do Documento sobre o tema de estudo do CG21 1-165; documento operacional, de família, com quadros de referência, significativo hoje 1-4

Selesiano/os: coerência do — entre testemunho e evangelização 10; enviado aos jovens 12. 474. 475. 477; dificuldade de encontro com os jovens 21. 26; — agentes de evangelização 31-79; 102. 484; SP e SC 179. 182. 194-196. 208; imagem correta da vida salesiana 211; responsável pela própria FP 318; necessidade de renovação periódica 335. 443; afeto de Paulo VI para com os — 470; devoções específicas do — 476; responsável pela FS 479-482; compromisso para pôr em execução o CG21 520. 527. 528. 553-555; “Coração oratoriano do — “565. 567.568; v. Carisma, Identidade salesiana, Missão salesiana, Salesianidade, Vocação

Salesiano Coadjutor (SC): vocação a valorizar 111. 206. 583; a aprofundar 207; a promover 209; significado e valor dessa vocação 166-211; no pensamento de Dom Bosco 166, do CG 19 167, do CGE 168, do CMSC 169, do CG21 170; conhecimento inadequado da identidade do — 169; integrar os — na comunidade 171; vocação específica 172; completa e significativa 173; enxertada na vocação cristã 174; a serviço da missão salesiana 175; realizada na comunidade 176; com a profissão dos conselhos evangélicos 177; caracterizada pela laicidade 178; elementos específicos da identidade do — 179; laicidade do —: tema a aprofundar 180; a ação apostólica do — 181-185; modo laical de desenvolvê-la 181.182; dimensão apostólica do trabalho do — 182, especialmente no “mundo do trabalho” 183; condição de eficácia apostólica linhas mestras 186-191; recolher testemunhos exemplares de SC 187. 184; ambientes de atividade 185; espiritualidade do —: significado e 191.207; presença dos — nos CI e nos CG 193. 210; SC e SP: correlatividade e distinção 194-196.235; integração do SC e SP 208. 211; testemunho específico do — 195; essencialidade do — para a Congregação 197. 198. 235; Acesso do — ao serviço de superior: o problema e as suas motivações 192. 199; conclusão do CGE sobre o problema 200.217; aprofundamento do CMSC 201. 218.219.220; pedidos dos CI 77 202; a intervenção de Paulo VI 203.221; significado da intervenção segundo o RM 204. 223-232; decisões do CG21 205.222; contribuição do CG21 para o estudo da figura do — 235; Presença do — nas comunidades formadoras 249.305; formação de base igual aos SP 263; necessidade de formação específica 299; resultados e carências 200; currículo formativo nos diretórios 301. 306; elementos específicos da formação do — 302-304

Salesiano Sacerdote: formação específica do — 292; situação atual 293; características da FP 294; duração da formação 295; não permitidos outros estudos 295; estudos de salesianidade 295; prática pastoral 296; comunidade formadora e Centro de estudos 297; identidade do — 298; — formador do SC 305; incumbências do — em relação às FMA 486.529; v. Salesianos

Salesianum de Roma: prepare Diretores e animadores para os Centros Regionais de FP 324.339

Salvação: conceito 14

Scrutinium paupertatis: faltou a realização do — 40; faça-se periodicamente também sobre o trabalho, expressão de pobreza salesiana 59

Secularidade consagrada: VDB trazem o dom da — no espírito de Dom Bosco à Congregação 546

Secretariado da comunicação social: incumbências 152.153

Sínodo: dos Bispos IV, 9; II, III, IV. 87

Sistema Preventivo: modo original salesiano para a evangelização dos jovens 80-105. 4.14. 570; espiritualidade do — 17; significado do —: aspecto central da pastoral juvenil salesiana 80. 97; programa do —: promoção integral cristã do jovem 81; dificuldades: heterogeneidade das culturas e resistência dos jovens 82; condição favorável 82. 83; — propô-lo de maneira integral ainda que gradualmente 83; elementos positivos no compromisso evangelizador dos Salesianos 84; elementos negativos 85; causas que limitam a ação evangelizadora 86; pleno acordo entre —, Constituições, CGE, EN, Sínodos, documentos sobre a Escola Católica 87; o — oferece elementos para o crescimento pessoal dos jovens 90; para o crescimento social 90; para o crescimento em Cristo e na Igreja 91-92; para a vida sacramental litúrgica 93; para a devoção mariana 94; para a catequese 95; para a orientação vocacional 92.106; Estilo salesiano do —: síntese da pedagogia, pastoral e espiritualidade de DB 96; sinais positivos e negativos na prática do espírito salesiano 97-98; causas dos sinais negativos 99; estilo do — nas Constituições 100; elementos específicos do — 101.102; Linhas de renovação 103; Orientações práticas: projeto educativo inspetorial, linhas fundamentais do Dicastério da PI, dias de atualização, ereção do Instituto Histórico Salesiano 105; — nas Paróquias 140; — na escola 128-134; relançamento do — por parte do RM para o próximo sexênio 237. 492; — no discurso de encerramento do CG21 569-572

Temperança: enfraquecimento do sentido salesiano da — 40

Tempo livre: as atividades do — promovidos no Oratório não devem prevalecer 123. 124

Testemunho: irradia os valores da fé 37; — carente 108; — de vida salesiana elemento de pastoral vocacional 112; — do SC 178. 184; — empenho para o próximo sexênio proposto pelo RM 237. 526; — autêntico para os jovens, lembrado por Paulo VI 474

Tirocínio: importância 285; situação 286; em comunidades apropriadas 287; assistência 288; no Diretório 289

Trabalho: enfraquecimento do sentido salesiano do — 40; verificação periódica 59; — característica da escola salesiana 131; mundo do — setor mais significativo do apostolado do SC 133. 184; — em estruturas não salesianas 425-426

Tradição: reafirmar os valores permanentes da — 11

Unanimidade: — operacional, dimensão integrante do CG 553-555

Unidade: o Diretor servidor da — 52; — na formação 241-261; Constituições base de — 581; cuidado de alguns valores de —: conhecimento de Dom Bosco, genuína mentalidade religiosa, definição precisa da obediência salesiana 580; valorizem-se as orientações e diretrizes dos Superiores como sinal de unidade 19b

Universidade Pontifícia Salesiana (UPS): centro para preparação dos formadores 156; — e a “Opera PAS” 343; a realidade da — 346; efeitos dessa realidade 347; aspectos problemáticos da — 351-352; orientações práticas para a — 353. 370; caráter eclesial e salesiano da — e suas exigências 354; finalidade juvenil e popular da — 355; programação da — 356; destinatários da — 357; responsabilidade da Congregação com respeito à — 358; orientações e programas da — 359-361; cursos de particular interesse para a Congregação 361; Cátedra de Missiologia 147; colaboração salesiana 362; qualidades e responsabilidades dos professores 363-365; v. “Opera PAS”

Vice-Diretor: substitui o Diretor impedido no CI, com aprovação prévia do Inspetor 412-413 (Const. 179 modificado)

Viganó P. Egídio: apresentação dos Atos do CG21 p. 4-5; intervenção sobre a “Participação na vida e no governo da Congregação” do SC 212-239; mensagem aos Salesianos 463; saudação a Paulo VI 464-466; palavras no encontro com os leigos da FS 479-482; resposta à mensagem das FMA 483-491; intervenção sobre o primeiro documento 492-499; comemoração de Pio IX 500-512; intervenção sobre a FS 513-518; discurso de encerramento do CG21 552-592; correlatividade entre SC e SP 196; lembrado por Paulo VI 468

Villot card. João: Carta do card. Villot ao RM para o CG21 448-450; citações da Carta 5.7. 203.204.205; reflexões do RM sobre a carta 212-239; v. Diretor, Governo da Congregação, Paulo VI, SC

Visitadores: pessoa e poderes 444-445 (Reg. 96 modificado)

Visitadorias: participa no CG um Delegado para cada — 404-405 (Const. 156 modificado); o Superior governa com autoridade ordinária vigária 407 (Const. 156 modificado)

Visita extraordinária: pode ser confiada a visitador diverso do Conselho Regional 444-445 (Reg. 96 modificado)

Vocação/ões: sentir vivamente o valor da nossa — p. 4-5; orientação vocacional no Sistema Preventivo 92; — objetivo essencial da ação educativa salesiana 106; pastoral vocacional serviço de evangelização 106; — problema de educação na fé 107; sensibilidade acrescida quanto às — 108; Carências: desorientação quanto à identidade salesiana, adequação pastoral, absenteísmo, situação juvenil geral 108; Linhas de pouco testemunho de vida, falta de clareza quanto à missão, falta de pastoral vocacional no CGE, nas Constituições, nos documentos dos RM e do Dicastério PJ 109; Metas de renovação: evangelizar de maneira a fazer aparecerem as —, revitalizar o escopo vocacional específico, manter vivo o carisma salesiano 110; Linhas de renovação: a) destinatários: todos os jovens, de todas as idades, especialmente se apresentam sinais de chamado, para os ministérios laicais eclesiais, para FS, para SC e Missões 111; b) escolhas pastorais: oração-conversão, vida salesiana autêntica, respeito da natureza espiritual da —, explícito empenho vocacional na pastoral, vocações empenhativas, perspectivas eclesiais, empenho comunitário 112-113; c) organização: sensibilização, programação, responsáveis, atitudes para com os jovens, momentos de empenho vocacional, lugares, vocações adultas, famílias

empenhadas 114-118; Orientações operacionais: plano inspetorial para a formação dos Irmãos, preparação dos catequistas vocacionais, iniciativas vocacionais para a Igreja local, linhas de pastoral das vocações 119; — na escola 131; — na Paróquia 140; nas Missões 144; empenho vocacional para SC 208; beleza da nossa — 463. 512. 522; primeiro documento capitular com orientação orgânica sobre a pastoral vocacional salesiana 574; “Guia educativa das vocações” do Dicastério da Pastoral Juvenil 109

Voluntárias de Dom Bosco (VDB): encontro com as — no CG21 479-482; pertença das — à FS 543; que esperam as — dos SDB 545; dom das — da secularidade consagrada no espírito de Dom Bosco 546; resposta do CG21 à mensagem das — 542-546

Votos: valor da prática dos — 38; — temporários 278; no primeiro triênio, trienais ou anuais, depois ordinariamente trienais 396-397 (Const. 105 modificado)

ÍNDICE GERAL

<i>Sumário</i>	5
<i>Apresentação</i>	7
<i>Abreviações e siglas</i>	10
Documento 1:	
OS SALESIANOS EVANGELIZADORES DOS JOVENS	13
Introdução	18
1. ^a PARTE: Os jovens e a sua condição	24
2. ^a PARTE: Os Salesianos agentes da evangelização	29
1. A comunidade evangelizada	30
1.1 O dom da fraternidade e a evangelização	31
1.2 O dom da consagração e a evangelização	34
1.3 O dom da oração e a evangelização	38
1.4 A animação da Comunidade para a Evangelização. O papel do Diretor	42
1.5 Orientações práticas	50
2. A comunidade animadora	53
2.1 A Comunidade salesiana animadora na Comunidade educativa e pastoral	54
2.2 A participação dos Cooperadores e dos Ex-alunos “que fizeram a escolha evangelizadora” na obra educativa e pastoral dos SDB	57
2.3 A colaboração de outros leigos na comunidade educativa ...	61
2.4 Orientações práticas	64
3. ^a PARTE: O projeto educativo e a fecundidade vocacional	65
1. O projeto educativo e pastoral salesiano	65
1.1 Os conteúdos do projeto educativo e pastoral salesiano	66
1.2 O estilo e o espírito do projeto educativo e pastoral salesiano	79
1.3 Orientações práticas	86
2. A fecundidade vocacional da nossa ação pastoral	87
2.1 O problema fundamental e seus aspectos	87
2.2 A situação	88
2.3 O quadro de referência	89
2.4 As linhas de renovação	90
2.5 Orientações práticas	97

4.ª PARTE: Alguns ambientes e caminhos de evangelização	99
Premissa	99
1. O ORATÓRIO E O CENTRO JUVENIL: ambientes de evangelização ..	100
1.1 A realidade, os “nomes”, o projeto pastoral	100
1.2 A situação	101
1.3 Um ambiente, um programa, um estilo!	102
1.4 A presença das meninas	103
1.5 Linhas de orientação	104
1.6 Orientações práticas	105
2. A ESCOLA como ambiente de evangelização	106
2.1 A situação	106
2.2 A congregação reafirma a validade de sua presença na escola	107
2.3 Especificidade da presença salesiana na escola	108
2.4 Algumas linhas de ação	110
2.5 Opções para a atuação das linhas de ação	111
2.6 Orientações práticas	112
3. A PARÓQUIA: aspectos particulares da presença salesiana evangelizadora	113
3.1 O problema do número das Paróquias	113
3.2 O problema da salesianidade nas Paróquias	115
3.3 Orientações práticas	120
4. AS MISSÕES	121
4.1 A situação	122
4.2 Quadro de referência	124
4.3 Orientações práticas	126
5. A COMUNICAÇÃO SOCIAL: caminho para a evangelização	128
5.1 Relevância da Comunicação Social	128
5.2 Comunicação social e evangelização	128
5.3 O pensamento de Dom Bosco	129
5.4 A situação	129
5.5 Linhas de ação	131
5.6 Orientações práticas	133
6. UMA NOVA PRESENÇA SALESIANA na evangelização	134
6.1 “Nova presença salesiana”	134
6.2 Realizações de uma “nova presença salesiana”	137
6.3 Verificação do CG21 sobre uma das realizações de nova presença: as pequenas comunidades	140
Conclusão	143

Documento 2:

O SALESIANO COADJUTOR: uma vocação de “religioso leigo” a serviço da missão salesiana	145
Introdução	147
1. O Salesiano Coadjutor na Comunidade salesiana	150
1.1 Traços fundamentais da identidade vocacional do SC	150
1.2 A ação apostólica do Salesiano Coadjutor	155

1.3	Alguns traços da vida espiritual do Salesiano Coadjutor	158
1.4	Participação na vida e no governo da Congregação	161
1.5	Correlatividade essencial entre o Salesiano Coadjutor e o Salesiano Padre	162
2.	A Congregação Salesiana e o Salesiano Coadjutor	164
3.	O serviço do Superior Salesiano e o Salesiano Coadjutor . . .	165
3.1	O problema	165
3.2	A reflexão e as deliberações do CGE	166
3.3	O Congresso Mundial do Salesiano Coadjutor e os CI 77	167
3.4	O CG21	168
4.	Orientações práticas	170
	INTERVENÇÃO DO REITOR-MOR	172

Documento 3:

	A FORMAÇÃO PARA A VIDA SALESIANA	191
	Introdução	194
1. ^a	PARTE: A unidade da formação	195
1.	Premissas	195
1.1	A unidade da formação nos conteúdos	197
1.2	A unidade da formação na comunidade	197
1.3	A unidade da formação na descentralização	198
2.	Situação	199
2.1	A unidade da formação nos conteúdos	199
2.2	A unidade da formação na comunidade	200
2.3	A unidade da formação na descentralização	201
3.	Deliberações	202
2. ^a	PARTE: As fases da formação	205
	Premissas	205
1.	Período de maturação vocacional até à profissão perpétua	207
1.1	Preparação imediata para o noviciado — Deliberações	208
1.2	Noviciado — Deliberações	209
1.3	Período dos votos temporais — Deliberações	212
2.	Preparação específica do Salesiano Sacerdote e Coadjutor . . .	217
2.1	Formação do Salesiano sacerdote — Deliberações	217
2.2	Formação do Salesiano coadjutor — Deliberações	220
3. ^a	PARTE: A formação permanente	225
1.	A situação atual	225
2.	Linhas de reflexão	226
2.1	O conceito de formação permanente	226
2.2	Motivações	226

2.3 O sujeito	227
2.4 Objetivos	228
2.5 Áreas da Formação Permanente	228
3. Orientações práticas	229
3.1 Critérios de organização	229
3.2 Responsáveis aos vários níveis	230
3.3 Estruturas	231
3.4 Linhas de ação	232

Documento 4:

“OPERA PAS” E UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA SALESIANA	237
Premissas	239
1. Linhas de verificação	241
1.1 Principais pontos pacíficos	241
1.2 Aspectos positivos	242
1.3 Aspectos problemáticos	244
2. Orientações práticas	245
2.1 Caráter claramente eclesial e salesiano dos objetivos	246
2.2 Atenção especial à realidade juvenil e popular	247
2.3 Programações apropriadas	247
2.4 Destinatários identificáveis nos objetivos e nas programações da UPS	248
2.5 Particular co-responsabilidade dos Salesianos	248
2.6 Especializações e programas	249
2.7 Reestruturação no campo da organização didática	249
2.8 Cursos não acadêmicos	250
2.9 Intercâmbio salesiano	251
2.10 Professores	251
2.11 Aspectos financeiro	252
2.12 Comunidades salesianas e formadoras	252
2.13 Modificações de Estatutos	253

Documento 5:

REVISÃO DAS CONSTITUIÇÕES E DOS REGULAMENTOS	255
1. Declaração do CG21	257
2. Modificações dos artigos das Constituições	264
2.1 Capítulo V: Os co-responsáveis da missão	264
2.2 Capítulo IX: A Consagração Religiosa Salesiana	265
2.3 Capítulo XII: A nossa obediência	266
2.4 Capítulo XIII: Aspectos gerais	268
2.5 Capítulo XIV: As fases da formação	269
2.6 Capítulo XVII: Estruturas de governo em nível mundial e regional	270
2.7 Capítulo XVIII: Estruturas de governo em nível inspetorial	276
2.8 Capítulo XIX: Estruturas de governo em nível local	277
2.9 Capítulo XX: Administração dos bens temporais	278

3. Modificações dos artigos dos Regulamentos	280
3.1 Capítulo I: Evangelização e Catequese	280
3.2 Capítulo II: A Pastoral juvenil	281
3.3 Capítulo V: Os instrumentos de comunicação social	283
3.4 Capítulo VIII: A oração	284
3.5 Capítulo X: A pobreza	284
3.6 Capítulo Xbis: A obediência	285
3.7 Capítulo XI: A formação	286
3.8 Capítulo XII: Estruturas de governo em nível mundial	288
4. Deliberações	290
4.1 Delegado do Reitor-Mor para a Polônia	290
4.2 Constituição da Região da Ásia	290
DELIBERAÇÃO CAPITULAR: confirmação das Deliberações do CGE acerca da faculdade concedida pelo M P "Ecclesiae Santae" II, 1,7	293
APÊNDICES	297
1. Carta do card. Villot	299
2. Discurso do Reitor-Mor, P. Luis Ricceri, na abertura do CG21	301
3. Mensagem do Reitor-Mor, P. Egídio Viganó, aos Salesianos de todo o mundo	308
4. Discurso do Reitor-Mor, P. Egídio Viganó, em homenagem ao Santo Padre na abertura da audiência do dia 26 de janeiro de 1978	309
5. Discurso de S. S. Paulo VI na audiência especial de 26 de janeiro de 1978	310
6. Palavras do Reitor-Mor, P. Egídio Viganó, ao encerrar o encon- tro com os representantes leigos da Família Salesiana	316
7. Resposta do Reitor-Mor à mensagem da Rev.da Madre Geral das FMA	318
8. Intervenção do Reitor-Mor no encerramento do debate sobre o Documento I	385
9. Comemoração de Pio IX no centenário da sua morte, feita pelo Reitor-Mor, P. Egídio Viganó (7 de fevereiro de 1978)	329
10. Intervenção do Reitor-Mor, P. Egídio Viganó, sobre a "Família Salesiana"	335
11. Mensagem do CG21 a todos os Irmãos da Congregação	339
12. Resposta do CG21 à mensagem das FMA	343
13. Resposta do CG21 à mensagem dos Cooperadores	345
14. Resposta do CG21 à mensagem das VDB	347
15. Resposta do CG21 à mensagem dos Ex-alunos	349
16. Discurso do Reitor-Mor no encerramento do CG21	351
16bis. Carta de D. José Caprio	374
17. Crônica do CG21	376
18. Elenco dos participantes do CG21	388
19. Órgãos diretivos do CG21	394
<i>Índices</i>	399
<i>Índice analítico</i>	401
<i>Índice geral</i>	427

Composto e Impresso nas
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua da Mooca, 766 (Mooca)
Fone: 279-1211 — P. A. B. X.
Caixa Postal, 30 439
SÃO PAULO